

Entre a seca africana e a utopia europeia

A percepção do papel do ambiente na mobilidade de refugiados e migrantes etíopes e eritreus em Itália e cabo-verdianos em Portugal

Ana Inês Aires Mesquita Vieira Ferreira

Tese de Doutoramento em Ecologia Humana

Janeiro, 2019

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor
em Ecologia Humana, realizada sob a orientação científica de
Prof. Doutora Iva Pires
Prof. Doutor Luís Baptista

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do POPH/QREN
(bolsa com a referência SFRH/BD/68730/2010)

Tese redigida segundo o Acordo Ortográfico de 1945

AGRADECIMENTOS

Este percurso académico foi possível com o enquadramento, apoio e acolhimento de muitas pessoas e de diversas organizações – a todos, o meu agradecimento.

Aos movimentos sociais pelos direitos dos migrantes e pelo ambiente, a quem se deve a visibilidade dos temas trabalhados nesta tese, a luta para que se reconheçam desigualdades nas mobilidades humanas e no enquadramento social do ambiente, bem como a reivindicação de respostas políticas justas e dignificantes.

A todos os trabalhadores que garantem o desenvolvimento da ciência, particularmente em Portugal.

À FCT, que através da bolsa de doutoramento com a referência SFRH/BD/68730/2010 tornou possível este trabalho de investigação.

Aos meus orientadores e tutores. Prof. Doutor Luís Baptista, por acompanhar todo o meu percurso na NOVA FCSH, pela sua disponibilidade e ajuda, pelo incentivo e ensinamento. Prof. Doutora Iva Pires, pelo desafio, desde o mestrado, de estudar migrações e ambiente. *Professore* Antonio Genovese, pelo acolhimento na Universidade de Bolonha em 2012 e pelo diálogo formativo desde 2006.

Pela partilha e aprendizagem, a Akio Takemoto e Enrico Turci, co-realizadores do documentário “Bello essere Habesha”, e a Diogo Afonso, que acompanhou tanto deste processo e colaborou na comunicação visual no âmbito da tese e do documentário.

A Izana Assefa, Yosef Girma, Awet Measho, Kidane Gaber, Mário Carvalho, Antónia Soares, Carlota de Barros e Cláudia Monteiro pelo acolhimento deste projecto e pela aproximação aos grupos etíopes, eritreus e cabo-verdianos. Em Lisboa, à Associação Caboverdeana e à Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde, e em Bolonha, à loja Abyssinia Gift Shop, ao bar EastAfro e ao restaurante Adal, por disponibilizarem os seus espaços associativos e comerciais para a realização de entrevistas.

A todos os participantes neste trabalho de investigação — por compromisso colectivo de anonimato não serão nomeados, mas destaco a importância da vossa

disponibilidade, ora partilhando memórias e histórias de vida, ora confrontando e enquadrando diversas narrativas face à vossa visão implicada, situada e longa no tempo.

Ao CICS.NOVA—FCSH, centro que acolheu este projecto de investigação.

Aos participantes em vários eventos e redes científicas em que apresentei este trabalho, cujas críticas potenciaram o seu desenvolvimento.

Aos colegas, trabalhadores de suporte à actividade científica, investigadores, professores. Ana Ferreira, Ana Luz, Arlinda Cabral, Federico Zannoni, Francesca Esposito, Ioana Florea, Irina Tiurikova, João Craveiro, João Martins, João Pedro Silva Nunes, Jordi Nofre, Licia Proserpio, Madalena Corte-Real, Maria do Carmo Vieira da Silva, Marianna Bacci Tamburlini, Morena Cuconato, Nina Amelung, Patrícia Pereira, Paula Bouça, Paula Reis, Polina Golomidova e Susana Gaspar, obrigada por todo o debate, aprendizagem e interajuda. Cláudia Urbano, Henrique Chaves, Joana Zózimo e Liliana Pascueiro, por tudo isso e pelo vosso cuidado com boa insistência, palavras de força e revisões intermédias e finais desta tese.

À família e aos amigos, que acompanharam e apoiaram todo este processo de forma insuperável, o meu afecto e um enorme agradecimento – estamos juntos.

“In ten years, my story is every people story.

Voglio far conoscere a tutto il mondo.”

I., refugiado etíope-eritreu, 2012

A todos e todas para quem a mobilidade e a cidadania ainda não são direitos efectivos

ENTRE A SECA AFRICANA E A UTOPIA EUROPEIA

**A PERCEÇÃO DO PAPEL DO AMBIENTE NA MOBILIDADE DE REFUGIADOS E
MIGRANTES ETÍOPES E ERITREUS EM ITÁLIA E CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL**

FROM THE AFRICAN DROUGHT TO THE EUROPEAN UTOPIA

**PERCEPTION OF THE ROLE OF THE ENVIRONMENT IN THE MOBILITY OF ETHIOPIAN
AND ERITREAN REFUGEES AND MIGRANTS IN ITALY AND CAPE VERDEAN MIGRANTS
IN PORTUGAL**

Ana Inês Aires Mesquita Vieira Ferreira

[RESUMO]

Ambiente e mobilidades são dois dos eixos temáticos que mais têm sido objecto de reflexão, construção política e mobilização civil no século XXI. O seu cruzamento com outros domínios importantes de construção social, particularmente ao nível do desenvolvimento e das desigualdades sociais, tem motivado um número crescente de produções científicas e de políticas públicas. Estas produções cada vez mais conduzem para uma ponderação do seu lugar de cruzamento: as migrações ambientais, designação discutível mas identificável para designar fluxos de mobilidade, em diferentes escalas temporais e espaciais, em cujos indutores podem identificar-se causas ambientais.

Esta tese pretende contribuir, com o seu aporte qualitativo, para o debate e a crescente construção deste campo cruzado entre questões ambientais e mobilidades humanas. Nesse sentido, partimos de um enquadramento científico interdisciplinar em Ecologia Humana, com um quadro teórico-conceptual que reflecte sobre mobilidades e ambiente como eixo norteador da análise. Na procura de compreender como é que as questões ambientais surgem na memória dos contextos de origem de migrantes e refugiados provenientes de países sob pressão ambiental (sobretudo em problemas relacionados com a água) e residentes no sul europeu, foram realizadas entrevistas com migrantes e refugiados etíopes e eritreus em Bolonha, Itália, e migrantes cabo-verdianos em Lisboa, Portugal. Tendo em vista responder aos restantes objectivos que moveram este trabalho de doutoramento, outras opções metodológicas foram integradas (histórias de vida e de mobilidade, análise documental e de imprensa, observação participante, filme documentário).

A tese organiza-se em três partes, começando por enquadrar a pesquisa e os entrevistados. Procede para a ponderação do papel do ambiente em tempo de mobilidades, procurando desconstruir e perceber o desenvolvimento científico e político que acompanhou os discursos sobre “refugiados ambientais” e migrações ambientais, e de seguida interpreta as percepções recolhidas sobre questões ambientais nos contextos de origem dos entrevistados (ambiente-natureza, ambiente-estrutura, ambiente-emergência, mudança social e reenquadramento do ambiente e das mobilidades). A terceira parte sugere conduzir a leitura da informação recolhida do ambiente de origem ao território de chegada, enquadrando perspectivas sobre mobilidades, migrações e trajectórias, ponderando os enquadramentos pós-coloniais de relação entre países de origem e de chegada, reflectindo sobre questões emergentes nos territórios considerados (em particular sobre o aumento das travessias de refugiados no Mediterrâneo) e sobre questões de integração das populações consideradas nas cidades em que se reinstalaram (Bolonha e Lisboa).

PALAVRAS-CHAVE: África – Europa; ecologia humana; migrações ambientais; percepções leigas sobre o ambiente; percursos de mobilidade

[ABSTRACT]

Environment and mobilities are two of the main thematic axis that have been subject to reflection, political construction and civil mobilization in the 21st century. Their intersection with other important domains of social construction, particularly at the level of development and inequality, has motivated scientific development and public policies. These productions increasingly lead to a consideration of their place of intersection: environmental migrations, a questionable but identifiable label to designate mobility flows, at different temporal and spatial scales, in which mobility drivers it is possible to identify environmental causes.

This thesis aims to contribute, with its qualitative contribution, to the debate and the growing construction of this cross field between environmental issues and human mobility. In this sense, we start from an interdisciplinary scientific framework in Human Ecology, with a theoretical-conceptual framework that reflects on mobility and the environment as the guiding axis of the analysis. In the quest to understand how environmental issues emerge in the memory of migrants and refugees with background contexts from countries under environmental pressure (especially on water-related issues) and that reside in Southern Europe, interviews were conducted with Ethiopian and Eritrean migrants and refugees in Bologna, Italy, and Cape Verdean migrants in Lisbon, Portugal. In order to answer the other objectives that moved this doctoral work, other methodological options were integrated (biographic and mobility narratives, documental and press analysis, participant observation, documentary film).

The thesis is organized in three parts, starting by framing the research and the interviewees. It proceeds to the consideration of the role of the environment in times of mobilities, seeking to deconstruct and perceive the scientific and political development that accompanied the discourses on "environmental refugees" and environmental migrations, and then interprets the perceptions gathered on environmental issues in the contexts of origin of the interviewees (environment-nature, environment-structure, environment-emergence, social change and re-framing of environment and mobilities). The third part suggests to shift the reading from the environment of origin to the territory of arrival, framing perspectives on mobilities, migrations and trajectories, pondering the postcolonial frameworks of the relationship between countries of origin and arrival, reflecting on emerging issues (in particular on the increase in the Mediterranean crossings by refugees) and on issues of integration of the populations considered in the cities where they resettled (Bologna and Lisbon).

KEYWORDS: Africa – Europe; environmental migrations; human ecology; lay perceptions on the environment; mobility pathways

ÍNDICE

Índice	1
Índice de figuras	4
Índice de Tabelas.....	5
Introdução	8
Parte I: Enquadramento da pesquisa e caracterização dos entrevistados.....	12
Capítulo 1: Problema de investigação e seu enquadramento	12
1.1 Problema de investigação.....	12
1.2 Enquadramento em ecologia humana.....	19
1.3 Enquadramento teórico-conceitual: ambiente e mobilidades	23
1.4 Experiências sociais de mobilidade: migrantes e refugiados	27
Capítulo 2. Abordagem metodológica	33
2.1 Análise documental e de imprensa.....	33
2.2 Entrevistas semiestruturadas e histórias de vida e de mobilidade.....	38
2.3 Observação participante e filme documentário	44
2.4 Reflexão metodológica	47
Capítulo 3: Caracterização e enquadramento dos entrevistados.....	50
3.1 Enquadramento contextual: da Etiópia e da Eritreia para Itália	50
3.2 Enquadramento contextual: de Cabo Verde para Portugal.....	56
3.3 Caracterização dos entrevistados	62
Síntese – Parte 1.....	77
Parte II: Do papel do ambiente em tempo de mobilidades	79
Capítulo 4: “Refugiados ambientais” e migrações ambientais	79
4.1 “Refugiados ambientais” e migrações ambientais: problema de investigação, problema político.....	79
4.2 Da investigação que procura medir e prever o alcance das migrações ambientais	88
4.3 Da investigação que se centra nos discursos sobre migrações ambientais	94
4.4: Criando visibilidade: um primeiro retrato dos “refugiados ambientais” na imprensa escrita portuguesa (2004-2010).....	98

Capítulo 5. Ambiente-natureza: questões ambientais e problemas do ambiente físico

.....	111
5.1 Ambiente, natureza e emergência do problema social-ambiental.....	111
5.2 Identificação dos principais problemas no ambiente físico	117
5.3 Ambiente como “problema menor”, relativizado e naturalizado.....	120
5.4 Ambiente físico, diferenciado e cenográfico	123

Capítulo 6. Ambiente-estrutura: problemas políticos e económicos com referência à questão ambiental

6.1 Ambiente como base dos recursos humanos	125
6.2 Enquadramento político e económico nos países de origem	127
6.3 Problemas ambientais associados à fome e a problemas de saúde	131
6.4 Gestão territorial/ambiental.....	135
6.5 Ambiente estrutural, recurso e território	138

Capítulo 7. Ambiente-emergência: da água ao Fogo, desastres naturais e problemas estruturais.....

7.1 Das memórias da vida no Fogo até Lisboa: a história de T.	144
7.2 Erupção vulcânica da Ilha do Fogo (2014/2015)	150
7.3 Percepções sobre a Ilha, a erupção vulcânica e as suas consequências sociais	151
7.4 Desastre ou problema recorrente? Percepções sobre responsabilidades, assistência e soluções para a população afectada.....	153
7.5 Ambiente emergente, desastres naturais e problemas estruturais	159

Capítulo 8. Mudança social e reenquadramento do ambiente e das mobilidades... 165

8.1 Da crise ambiental às perspectivas para o futuro.....	165
8.2 Problemas ambientais associados à intervenção humana e ao crescimento urbano	175
8.3 Educação, mobilidade e ambiente.....	177
8.4 Ambiente, mobilidade e desenvolvimento	181

Síntese – Parte 2..... 184

Parte III: Do ambiente de origem ao território de chegada

Capítulo 9. Mobilidades, migrações e trajectórias

9.1 Paradigma de mobilidades.....	188
9.2 Breve enquadramento das migrações europeias	196
9.3 Trajectórias de mobilidade dos entrevistados cabo-verdianos	201
9.4 Trajectórias de mobilidade dos entrevistados etíopes e eritreus.....	207

Capítulo 10. Entre os contextos de origem e de chegada.....	215
10.1 Da colonização na construção do mundo moderno	215
10.2 Histórias e memórias coloniais dos entrevistados.....	219
10.3 Sentidos da mobilidade para os que vão e para os que ficam	225
Capítulo 11. Do Mediterrâneo à Europa, situação dos refugiados do séc. XXI	236
11.1 Narrativa de um refugiado: um caso exemplar	237
11.2 Consequências do regime de Dublin.....	251
11.3 Evolução temporal do problema dos refugiados no Mediterrâneo.....	255
11.4 Evolução temática do problema a partir da imprensa italiana (2013-2015)	260
Capítulo 12. Cidades de chegada	269
12.1 Bolonha, eixo de mobilidades e transformação à escala do município	269
12.2 Bolonha e os refugiados e migrantes etíopes e eritreus.....	271
12.3 Lisboa e os migrantes cabo-verdianos	278
12.4 Lisboa metrópole e diversidade populacional/cultural	282
Síntese – Parte 3.....	292
CONCLUSÃO	294
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	299
ANEXOS.....	322
Anexo A: Guião de entrevista	323
Anexo B: Formulário de consentimento	330
Anexo C: Dados numéricos	331
Anexo D: Citações em língua original.....	339
Anexo E: Filme documentário “Bello essere Habesha”	348

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de análise.....	17
Figura 2: Modelo de análise/súmula Parte 1	78
Figura 3: Modelo de análise/ súmula Parte 2	186
Figura 4: Percursos individuais dos migrantes cabo-verdianos	202
Figura 5: Percursos de familiares e conhecidos dos entrevistados cabo-verdianos	204
Figura 6: Percursos individuais dos refugiados etíopes e eritreus entrevistados	207
Figura 7: Percursos dos familiares dos refugiados etíopes e eritreus entrevistados...	209
Figura 8: Percursos dos familiares dos refugiados etíopes e eritreus entrevistados...	210
Figura 9: Percursos individuais dos migrantes etíopes e eritreus entrevistados	211
Figura 10: Percursos de familiares dos migrantes etíopes e eritreus entrevistados ...	213
Figura 11: Percursos de conhecidos dos migrantes etíopes e eritreus entrevistados.	214
Figura 12: Percorso de mobilidade de I. e seu enquadramento na história da Etiópia e da Eritreia.....	238
Figura 13: Número de notícias sobre refugiados no Mediterrâneo nos websites de dois jornais italianos, 2000-2015.....	256
Figura 14: Progressão de entradas e do número de mortos/desaparecidos no mar Mediterrâneo (2010-2015)	257
Figura 15: Evolução do número de mortos nas três rotas do mar Mediterrâneo (2015)	259
Figura 17: Comemoração do 40º aniversário do Festival Eritreu de Bolonha	272
Figura 18: Mapa com os pontos de referência dos entrevistados etíopes e eritreus em Bolonha	274
Figura 15: Modelo de análise/súmula Parte 3	293
Figura 15: Modelo de análise/súmula final: decisão migratória e integração no contexto de chegada.....	295

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Dimensionamento do conceito de mobilidade	15
Tabela 2: Dimensionamento do conceito de ambiente.....	16
Tabela 3: Dimensões das experiências sociais de mobilidade de migrantes e refugiados	28
Tabela 4: Factores ambientais, demográficos, económicos, sociais e políticos na Etiópia, Eritreia e Itália.....	54
Tabela 5: Migrantes cabo-verdianos em Portugal e nos territórios colonizados por Portugal em África	58
Tabela 6: Factores ambientais, demográficos, económicos, sociais e políticos em Cabo Verde e Portugal	61
Tabela 7: Breve caracterização dos entrevistados etíopes e eritreus (dados gerais)	64
Tabela 8: Breve caracterização dos entrevistados etíopes e eritreus (educação e trabalho)	67
Tabela 9: Breve caracterização dos entrevistados cabo-verdianos (dados gerais).....	71
Tabela 10: Breve caracterização dos entrevistados cabo-verdianos (educação e trabalho)	74
Tabela 11: Síntese dos principais frames das notícias recolhidas com os termos de pesquisa “rifugiati Mediterraneo” nas plataformas digitais dos jornais italianos <i>La Repubblica</i> e <i>Corriere della Sera</i>	261
Tabela 12: Eventos críticos e focos privilegiados de leitura das notícias recolhidas nas plataformas digitais dos jornais italianos <i>La Repubblica</i> e <i>Corriere della Sera</i> (2013).....	263
Tabela 13: Eventos críticos e focos privilegiados de leitura das notícias recolhidas nas plataformas digitais dos jornais italianos <i>La Repubblica</i> e <i>Corriere della Sera</i> (2013).....	264
Tabela 14: Eventos críticos e focos privilegiados de leitura das notícias recolhidas nas plataformas digitais dos jornais italianos <i>La Repubblica</i> e <i>Corriere della Sera</i> (2015).....	267

LISTA DE SIGLAS

AAAESCV — Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde

ACEER — *Associazione della Comunità Etiope in Emilia Romagna*

ACNUR/UNHCR — Agência das Nações Unidas Para os Refugiados

ACV — Associação Caboverdeana

AED — *African Elections Database*

A.O.I. — *Africa Orientale Italiana*

CARA — *Centro di Accoglienza di Richiedenti Asilo*

CIE — *Centro di Identificazione ed Espulsione*

COP — *Conference of the Parties* (no âmbito da ONU)

CS — *Jornal Corriere della Sera*

EACH-FOR — *Environmental Change and Forced Migration Scenarios*

EFLE — *Eritreans for Liberation in Europe*

EGEAC — Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural

EUA — Estados Unidos da América

EX — *Jornal Semanário Expresso*

FMI — Fundo Monetário Internacional

HRW — *Human Rights Watch*

IDH — Índice de Desenvolvimento Humano

IDMC — *Internal Displacement Monitoring Centre*

IOM/OIM — Organização Internacional para as Migrações

IPCC — Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas

ISSP — *International Social Survey Programme*

JN — *Jornal de Notícias*

LR — *Jornal La Repubblica*

NATO — *North Atlantic Treaty Organization*

OCDE — Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONG — Organização Não Governamental

ONU — Organização das Nações Unidas

PALOP — Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PB — Jornal Público

PDNA — *Post Disaster National Assessment*

PIB — Produto Interno Bruto

SECA/CEAS — Sistema Europeu Comum de Asilo

SEF — Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SIS — *Small Island States*

UE — União Europeia

UN DESA — *United Nations Population Division / Department of Economic and Social Affairs*

UNCCD — Programa-Quadro das Nações Unidas para o Combate à Desertificação

UNEP/PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNFCCC — Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas

UNICEF — Fundo das Nações Unidas Para a Infância

UNRWA — *UN Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*

V20 — *Vulnerable 20 Group of Finance Ministers*

WMO — Organização Meteorológica Mundial

ENTRE A SECA AFRICANA E A UTOPIA EUROPEIA

A PERCEÇÃO DO PAPEL DO AMBIENTE NA MOBILIDADE DE REFUGIADOS E MIGRANTES ETÍOPES E ERITREUS EM ITÁLIA E CABO-VERDIANOS EM PORTUGAL

INTRODUÇÃO

Ambiente e mobilidades são dois dos eixos temáticos que mais têm sido objecto de reflexão, construção política e mobilização civil no século XXI. O seu cruzamento com outros domínios importantes de construção social, particularmente ao nível do desenvolvimento e das desigualdades sociais, tem motivado um número crescente de produções científicas e de políticas públicas. Estas produções cada vez mais conduzem para uma ponderação do seu lugar de cruzamento: as migrações ambientais, designação discutível mas identificável para designar fluxos de mobilidade, em diferentes escalas temporais e espaciais, em cujos indutores podem identificar-se causas ambientais.

Esta tese pretende contribuir, com o seu aporte qualitativo, para o debate e a crescente construção deste campo cruzado entre questões ambientais e mobilidades humanas. Nesse sentido, partimos de um enquadramento científico interdisciplinar em Ecologia Humana, com um quadro teórico-conceptual que reflecte sobre mobilidades e ambiente como eixo norteador da análise.

O objectivo central desta tese é perceber como é que os factores ambientais são vividos e percebidos no âmbito da experiência de mobilidade de migrantes e refugiados africanos residentes na Europa (em particular, etíopes e eritreus em Itália e cabo-verdianos em Portugal). Para o desenvolvimento deste trabalho foi importante seguir um conjunto de objectivos mais específicos:

- Desconstruir o conceito de “refugiado ambiental”.
- Reequacionar a reflexão sobre mobilidades e representações sobre o ambiente num enquadramento empírico de contexto de chegada de refugiados e migrantes.

- Contribuir para a compreensão da construção social da intersecção mobilidades – ambiente sobretudo na sua componente mais subjectiva, diferente do nível objectivo (conhecimento científico sobre impactos sociais das alterações ambientais e climáticas) e de uma primeira fase do nível simbólico (construção mediática e por outros actores sociais influentes na compreensão leiga).
- Promover a actualização do conhecimento e a reflexão sobre tópicos emergentes durante o trabalho doutoral.
- Contribuir, a partir de uma abordagem empírica qualitativa e situada (problematizadora e não generalizável) junto de migrantes e refugiados provenientes de países onde se observam problemas ambientais de longo termo (particularmente ao nível do *stress* hídrico), para a integração de diferentes compreensões sobre motivação migratória e problemas ambientais entre outros factores de mobilidade, em detrimento de uma visão estreita de migrações forçadas pelo ambiente.
- Identificar percursos, redes e narrativas biográficas e familiares, ilustrando a integração da amostra de participantes nos grupos em mobilidade.
- Aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas de mobilidade populacional com destino ao contexto sul europeu, incluindo o ambiente numa visão integrada sobre indutores (*drivers*) das migrações África – Europa.
- Considerar factores micro (pessoais, familiares e comunitários), meso (facilitadores e obstáculos à mobilidade) e macro (ambientais, políticos, económicos e sociais) para a compreensão dos percursos de mobilidade.
- Explorar a construção de diferentes experiências de mobilidade e a sua influência nas representações sobre factores macro (ambientais, políticos, económicos e sociais) dos contextos de origem por migrantes e refugiados originários de países africanos.
- Contribuir para o conhecimento sobre representações de problemas sociais-ambientais através das memórias de indivíduos inseridos em grupos de mobilidade diferenciados (refugiados, migrantes e, quando aplicável, as suas elites).

- Promover a reflexão sobre integração e exclusão de comunidades de origem africana (cabo-verdiana, etíope e eritreia) em cidades sul europeias (Lisboa e Bolonha).
- Aprofundar a compreensão de sistemas de mobilidade em contexto pós-colonial, com atenção aos territórios de origem, trânsito (quando aplicável) e chegada.
- Explorar a relação entre desafios ambientais e dinâmica urbana, procurando enquadrar a antiguidade e o escalonamento no espaço e no tempo das mobilidades com influência ambiental, num debate teórico actualizado.
- Contribuir para o conhecimento em ecologia humana a partir de casos de estudo que enfoquem dimensões de ambiente, território e mobilidades.

Na procura de compreender como é que as questões ambientais surgem na memória dos contextos de origem de migrantes e refugiados provenientes de países sob pressão ambiental (sobretudo em problemas relacionados com a água) e residentes no sul europeu, apresentar-se-ão os resultados de entrevistas com migrantes e refugiados etíopes e eritreus em Bolonha, Itália, e migrantes cabo-verdianos em Lisboa, Portugal. Tendo em vista responder aos restantes objectivos que moveram este trabalho de doutoramento, serão igualmente discutidos dados empíricos recolhidos e analisados através de outras opções metodológicas integradas neste trabalho (histórias de vida e de mobilidade, análise documental e de imprensa, observação participante, filme documentário).

A tese organiza-se em três partes, começando por enquadrar a pesquisa e os entrevistados. Procede para a ponderação do papel do ambiente em tempo de mobilidades, procurando desconstruir e perceber o desenvolvimento científico e político que acompanhou os discursos sobre “refugiados ambientais” e migrações ambientais, e de seguida interpreta as percepções recolhidas sobre questões ambientais nos contextos de origem dos entrevistados (ambiente-natureza, ambiente-estrutura, ambiente-emergência, mudança social e reenquadramento do ambiente e das mobilidades). A terceira parte sugere conduzir a leitura da informação recolhida do

ambiente de origem ao território de chegada, enquadrando perspectivas sobre mobilidades, migrações e trajectórias, ponderando os enquadramentos pós-coloniais de relação entre países de origem e de chegada, reflectindo sobre questões emergentes nos territórios considerados (em particular sobre o aumento nas travessias de refugiados no Mediterrâneo) e sobre questões de integração das populações consideradas nas cidades em que se reinstalaram (Bolonha e Lisboa).

Por fim, uma nota introdutória de apresentação da autora desta tese. O processo subjacente a este trabalho doutoral foi rico em aprendizagem e descoberta. Parti de um “lugar de pesquisa” sobre ambiente e migrações que assentava na intervenção – em actividades passadas como activista para as questões ambientais e sociais, e como educadora de infância com práticas e vivências em contextos com forte diversidade cultural e de classe social. A insatisfação com a minha prática situada nestas áreas está muito relacionada com a necessidade que sentia em compreender melhor o ambiente e as mobilidades – o que surgiu como algo natural, quase inevitável. A perda de naturalidade daquele que se tornou o objecto da minha investigação foi uma grande aprendizagem para mim neste percurso. Este afastamento do objecto não significou a perda de empatia junto de migrantes e refugiados ou de simpatia com as causas ambientais; significou, sim, um maior investimento na compreensão metodológica e nas discussões teóricas e conceptuais em torno dos temas em questão. Como me alertaram um dia, a partir do contributo de um dos fundadores da Sociologia, é importante aprender a analisar a realidade para, a partir dessa análise, perceber que intervenção possa ser necessária e como a pôr em prática.

PARTE I: ENQUADRAMENTO DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Na primeira parte da tese procedemos ao enquadramento da pesquisa e à caracterização dos entrevistados. Esta parte é constituída por três capítulos: o primeiro capítulo introduz o problema de investigação e o seu enquadramento (em Ecologia Humana e nas opções de leitura teórico-conceptual), no segundo capítulo apresenta-se e reflecte-se sobre a abordagem metodológica, e no terceiro capítulo procede-se ao enquadramento contextual e à caracterização dos entrevistados.

Capítulo 1: Problema de investigação e seu enquadramento

1.1 Problema de investigação

O presente projecto de doutoramento partiu do objectivo geral de identificar quem são os “migrantes ambientais”, procurando identificar fluxos migratórios enquadráveis nesta tipologia com proveniência no contexto africano e caracterizar os seus percursos de vida até ao contexto de chegada no sul europeu. Procurando salvaguardar a comparabilidade entre os contextos de estudo, foram seleccionados dois percursos de mobilidade com alguns traços de história ambiental e política em comum: de Cabo Verde para Portugal e da Etiópia e Eritreia para Itália, ambos marcados por relações históricas de base colonial (com enquadramentos temporais muito diferentes) e, do ponto de vista ambiental, por crises associadas à indisponibilidade do recurso hídrico.

Em fase de enquadramento teórico e de exploração empírica no âmbito dos discursos produzidos sobre migrações com influência ambiental, concluímos da pertinência de desconstruir o conceito de “refugiados ambientais” e reposicionar o foco da investigação no eixo mobilidades – ambiente. As abordagens focadas nos “refugiados ambientais” foram criticadas devido à sua inadequação face ao quadro

jurídico dos refugiados, à sua difícil delimitação empírica (e também por isso associada a estimativas pouco consensuais), e por não contemplar como prioridade analítica a associação de factores ambientais com outros factores indutores da migração (ver 4.1). Porém, foi a partir da reificação da categoria “refugiado ambiental” que nos foi possível captar a construção social do fenómeno aludido desde os primórdios da sua comunicação, ajudando a compreender a construção do risco social e ambiental subjacente. Esta reflexão contribui para o debate acerca das políticas vocacionadas para as situações ambiental e social que frequentemente se associam a migrações forçadas, o que pode implicar a necessidade de repensar as políticas de asilo e de outras tipologias migratórias, medidas de adaptação às alterações ambientais e climáticas, entre outras.

Para melhor esclarecer o que se pretende com este trabalho, deve ser estabelecida uma distância entre (1) a dimensão dos discursos produzidos pela ciência, pelos média e por outros actores sociais (divulgadores que influenciam a compreensão de problemas sociais e ambientais para o público leigo) sobre o fenómeno das migrações induzidas por problemas ambientais e (2) a dimensão da reflexividade dos protagonistas da mobilidade desde países identificados com problemas ambientais. Partindo do objectivo de desconstruir o conceito de “refugiado ambiental” num enquadramento empírico de contexto de chegada, a identificação simultânea das duas dimensões supracitadas é difícil de garantir.

A realização da presente tese não reflecte a identificação de “refugiados ambientais” no contexto sul europeu; esta tese parte da identificação de discursos sobre “refugiados ambientais” produzidos e divulgados neste contexto geográfico, e reflecte, sobretudo, as representações de cidadãos provenientes de países africanos identificados em vários momentos históricos com problemas de *stress* hídrico (Cabo Verde, Etiópia e Eritreia) e residentes no sul europeu (Portugal e Itália), destacando-se as suas representações sobre o ambiente e a relação entre factores ambientais e outros factores que motivam a mobilidade, no âmbito das suas experiências sociais de mobilidade e de estabelecimento nos contextos de chegada.

Da pergunta de partida ao modelo de análise

Na procura de contribuir para a coerência do trabalho de investigação e providenciar um fio condutor entre as várias partes da tese, propomos a seguinte pergunta de partida:

Como é que os factores ambientais são vividos e percebidos no âmbito da experiência de mobilidade de migrantes e refugiados africanos residentes na Europa?

Esta pergunta de partida apresenta a variável independente (mobilidade de migrantes e refugiados) e a variável dependente (factores ambientais), bem como o afunilamento contextual para a exequibilidade da proposta de investigação, restringindo a percursos África – Europa (designadamente, Etiópia/Eritreia – Itália e Cabo Verde – Portugal) e à dimensão maioritariamente subjectiva da experiência de mobilidade.

Foi importante, em fase exploratória, pensar a construção dos conceitos-chave sobre este tema – mobilidade e ambiente – de modo ponderá-los face ao estado da arte (ao nível teórico e empírico) e a torná-los operativos na construção da problemática desta tese. Para além do que se reflecte no guião de entrevista (Anexo A), os conceitos foram repensados numa fase posterior, sendo que a construção de dimensões, componentes e indicadores que se apresenta de seguida (mobilidade – Tabela 1 – e ambiente – Tabela 2) já inclui categorias emergentes da análise da informação empírica. Articulámos, assim, a componente dedutiva e a reflexão indutiva.

Tabela 1: Dimensionamento do conceito de mobilidade

Mobilidade (humana de longa duração)	
Dimensões	Componentes e indicadores
Tempo	Ano(s) de viagem (fase/fluxo) e duração
	Tempo de planificação (com tempo/urgente)
Espaço/percurso	Países e territórios (urbano/rural) de origem, trânsito e chegada
	Percursos (pós-)coloniais (relações prévias com Portugal/Itália, língua, etc.)
Motivação/ indutores e território de origem	Mobilidade forçada ou voluntária
	Factores sociais (família, amigos e vida comunitária; saúde e crescimento populacional; educação e futuro dos jovens)
	Factores políticos (guerra e violência; regimes autoritários e coloniais; perseguição e mudança política; família, comunidade e recursos locais)
	Factores económicos (trabalho no país de origem; economia global; economia e recursos naturais)
	Factores ambientais (v. Ambiente)
Discurso	Construções discursivas sobre a motivação para a mobilidade (económica – migrantes; política – refugiados; ambiental, etc.)
Segurança	Risco e meios de mobilidade
Rede/Apoio	Mobilidade/capitais de mobilidade
	Percursos de familiares e conhecidos
	Relação mobilidade – imobilidade (financiamento das viagens, remessas)
	Redes de apoio à organização da viagem, ao percurso e à chegada
Integração e território de chegada	Marcadores de pertença, mediação/associativismo e espaços significativos no contexto de chegada
	Questões de integração (trabalho, habitação, burocracia, racismo), de género e de ciclo de vida no contexto de chegada

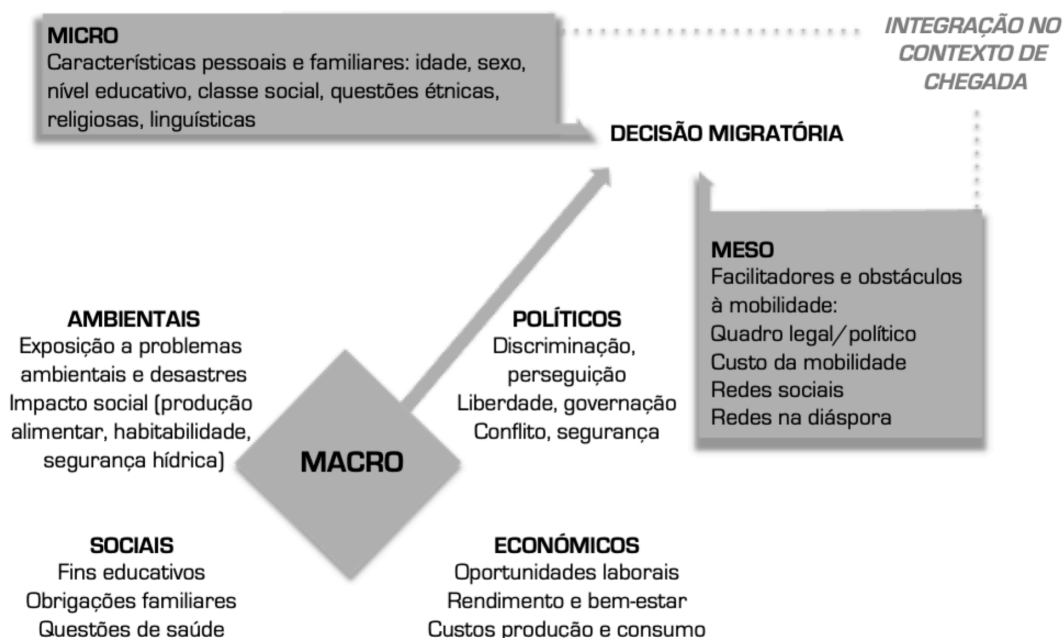
Tabela 2: Dimensionamento do conceito de ambiente

Ambiente (problemas ambientais)	
Dimensões	Componentes e indicadores
Contexto global: classificação do problema e resposta social	Problemas ambientais face às definições de ambiente (ambiente como espaço, <i>locus</i> de produção económica e gestão política, recreativo, etc.)
	Ambiente, ciência e classificação dos problemas ambientais globais
	Ambiente, mudança social e respostas políticas
Problemas económicos	Falta de terra para agricultura/pecuária
	Impacto da degradação ambiental na qualidade de vida
Problemas políticos	Conflitos por recursos naturais
	Gestão do ambiente, dos recursos naturais e do território
	Expropriação e deslocação forçada
Problemas sociais /mudanças sociais	(+ políticos) Irregularidade das culturas agrícolas e fome
	(+ demográficos) Problemas de saúde por motivos ambientais
	Investimento na educação e expectativa de trabalho não agrícola
	Crescimento urbano e novos problemas ambientais
Problemas do ambiente físico	Falta de qualidade da água e dos solos
	Seca
	Degradação ambiental lenta
	Desastres súbitos (erupções vulcânicas, cheias, pragas, etc.)
Problemas ambientais antropogénicos	Projectos de construção e desenvolvimento urbano
	Desastres provocados pela acção humana (poluição, acidentes)
	Desflorestação
	Problemas ambientais emergentes (alterações climáticas)
Escala familiar: impactos e estratégias no trabalho agropecuário	Posse ou arrendamento da terra e impacto familiar dos problemas ambientais
	Tipos de produção, problemas e estratégias
	Migração rural – urbana e rural – rural, interna e internacional

Para a construção de um modelo de análise, além de reflectirmos este quadro conceptual, partimos da leitura do modelo analítico consequente ao relatório

Foresight (2011) sobre a influência das alterações ambientais nas migrações. O modelo de análise desta tese (Figura 1) inspira-se no modelo supra referido.

Figura 1: Modelo de análise



Modelo de análise construído a partir do quadro conceptual dos indutores da migração, de Black et al., 2011: S5

O modelo de Black et al. (2011: S5), que pode ser considerado o mais consensual entre várias abordagens ao estudo das migrações ambientais, propõe ponderar a influência da alteração ambiental face a um quadro de motivação migratória que contempla os níveis macro, meso e micro. A um primeiro nível, o indutor ambiental enquadra-se num conjunto de dimensões macro dos indutores da migração, das quais destacamos: ambiental (exposição a desastres, segurança hídrica, etc.), política (insegurança, conflito, etc.), económica (emprego, rendimento, etc.) e social (educação, obrigações familiares)¹. A um segundo nível, a decisão sobre migrar

¹ Os autores incluem também uma macro-dimensão demográfica (saúde, estrutura e densidade populacional), a qual nesta tese é anexada à macro-dimensão social.

ou permanecer no território deverá ser ponderada face a dimensões meso relacionadas com obstáculos e facilitadores da mobilidade (custo da deslocação, enquadramento legal, redes, etc.) e face a dimensões micro relacionadas com características pessoais e do núcleo familiar (idade, educação, língua, religião², etc.).

Ao nível macro relacionamos quatro dimensões gerais de factores que motivam a mobilidade. É neste nível que identificamos a dimensão ambiental, que se relaciona com factores políticos (ex. desflorestação devido a conflitos e gestão de recursos naturais), económicos (ex. trabalho agrícola e impacto na qualidade de vida) e sociais (ex. sociopolíticos como a fome, sociodemográficos como problemas de saúde). Estes factores também podem relacionar-se entre si não obstante a dimensão ambiental.

Procurando ponderar a importância das três dimensões macro de indutores que interagem com a dimensão ambiental, em intersecção com um conjunto de outras dimensões aos níveis meso e micro (tempo, percurso, segurança, redes e integração no território de chegada), podemos identificar experiências de mobilidade distintas. A primeira distinção pode ser estabelecida entre a experiência de refugiados (de motivação sobretudo política) e de migrantes (de motivação sobretudo económica), sendo que a segunda categoria se pode subdividir em experiências muito distintas, nomeadamente no caso das elites (grupos de migrantes com mais capitais de mobilidade, por vezes incluindo casos de mobilidade por razões políticas). É importante considerar que cada âmbito de motivações pode ser prioritário em dado tipo de experiência de mobilidade sem excluir o princípio de multicausalidade das mobilidades.

No contexto da construção destas diferentes experiências sociais de mobilidade, equacionamos a emergência de diferentes construções subjectivas das questões ambientais (ambiente/natureza com maior enfoque em problemas do meio físico; ambiente/estrutura na base ou como consequência de problemas políticos ou

² No âmbito das dimensões micro, características pessoais e familiares relacionadas com questões religiosas podem ser ponderadas enquanto predictoras de direcções maioritárias das diáporas — por exemplo, grupos cristãos podem direccionar-se privilegiadamente a contextos de destino cristãos, grupos muçulmanos podem direccionar-se privilegiadamente a contextos de destino islâmicos, etc.

económicos; ambiente-emergência em situações de desastre natural; e ambiente como palco de desenvolvimento tecnológico e mudança social).

1.2 Enquadramento em ecologia humana

O trabalho aqui apresentado foi desenvolvido após conclusão do mestrado em ecologia humana e problemas sociais contemporâneos e frequência do programa doutoral em ecologia humana na NOVA FCSH. Após o trabalho de projecto sobre migrações e ambiente (Vieira, 2010), a frequência do programa doutoral em ecologia humana permitiu aprofundar o conhecimento sobre teorias e conceitos da ecologia humana e explorar o seu potencial de interdisciplinaridade.

A formação em ecologia humana na NOVA FCSH alicerça-se numa proposta interdisciplinar desde a área da demografia (com destaque para o contributo de Joaquim Manuel Nazareth, 1993), e que actualmente se sustenta sobretudo nas áreas da sociologia e da geografia, em particular ao nível dos estudos urbanos e das ciências (sociais) do ambiente.

Apresenta-se de seguida uma síntese sobre o enquadramento em ecologia humana nos seus dois direccionamentos históricos de desenvolvimento: (1) o da ecologia urbana, interpretando a cidade no seu carácter inovador enquanto habitat humano, geradora de novas dinâmicas sociais, e cujo efeito (ambiental) sobre a sociedade é considerado determinante; e (2) o das ciências sociais do ambiente, que propõem um olhar não só voltado à adaptação do ser humano aos factores ambientais, como também ao modo como o ser humano transforma o ambiente.

A escola de Chicago de Roderick McKenzie, Robert Ezra Park, Ernest Burgess e Louis Wirth foi pioneira na estruturação da ecologia humana. Em 1925, Park, Burgess e McKenzie apelidaram de “ecologia humana” a ciência que procurava isolar os factores das comunidades urbanas (no âmbito do conjunto das áreas naturais adaptadas a habitat humano) e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas pela co-operação das forças operantes em meio urbano (Park, Burgess e

McKenzie, 1992: 1-2). Nesta perspectiva foi desenvolvida uma abordagem ecológica ao estudo da comunidade humana, que a conceptualizava como resultado de processos de competição, selecção e acomodação, conducentes à distribuição espacial e temporal dos agregados humanos e das suas práticas culturais (McKenzie, 1924). O desenvolvimento de uma leitura ecológica do urbano promoveu a atenção à estrutura física e às características funcionais da cidade (diferenciando a cidade antiga da cidade nova, em expansão metropolitana), bem como à sua composição populacional e criação de um novo modo de vida urbano (Wirth, 1938).

A escola de Chicago promoveu um importante conjunto de estudos empíricos durante as primeiras décadas do séc. XX, os quais viriam a constituir o *corpus* de referência das investigações sociológicas e etnográficas a partir da cidade de Chicago, promovendo uma importante emancipação da cidade ao colocá-la como centro da investigação (Cordeiro, 2003). Esta leitura da ecologia humana, que partiu do crescimento de grandes aglomerados urbanos (ao exemplo de Chicago no início do séc. XX), problematizou a relação entre dimensões territoriais e problemas sociais emergentes, como por exemplo a segregação de minorias e a violência urbana. Para esta análise recorria-se a analogias importadas de leituras teóricas e conceptuais da biologia e de clássicos do pensamento sociológico, considerando que as relações sociais dispunham de uma base biótica ou territorial (infraestrutura espacial/material) cujas transformações (ex. sistema de transportes e fechamento espacial dos bairros) teriam impacto na estrutura social e nos comportamentos dos elementos da comunidade considerada (Lima e Nave, 2016).

Apesar das críticas que foram sendo endereçadas a esta abordagem (do modelo urbano de zonas concêntricas, tipicamente americano, à forte determinação atribuída aos factores ambientais; da aparente leitura de anonimato urbano generalizado à não consideração do impacte humano no ambiente biofísico), o contributo pioneiro da escola de Chicago continua a merecer destaque. Com o necessário desenvolvimento do campo científico ao cabo de quase um século de tradição de investigação, a atenção aos reflexos sociais das transformações do território, particularmente em contextos urbanos, suburbanos e metropolitanos, continua a ocupar um lugar de referência.

A segunda direcção de desenvolvimento da ecologia humana, a partir das ciências sociais do ambiente, reflecte não só o impacto do ambiente sobre a sociedade como também o impacto da dimensão social sobre o ambiente – ou, por outras palavras, passa a considerar-se o ambiente biofísico enquanto problema social. Esta evolução deu-se em vários campos científicos, da sociologia do ambiente à psicologia ambiental, passando pela geografia e pela antropologia, numa reflexão crescente sobre a ameaça ambiental global (síntese em Pires e Craveiro, 2011).

Esta aproximação também foi procurada entre as ciências sociais e naturais, já desde a década de 1940, quando Amos Hawley promoveu o reposicionamento da ecologia humana enquanto estudo das interdependências entre o ser humano e o ambiente. Este autor procurou distinguir a ecologia humana das outras tradições da (bio)ecologia (Hawley, 1944), integrando a componente de interacção, no quadro de uma estrutura sistémica, entre o social e o ambiental (Hawley, 1950, 1986).

A partir da década de 1970, testemunha de uma grande crise energética e da crescente presença sociopolítica e cultural dos movimentos ambientalistas, as mudanças nas condições ambientais e os seus reflexos sociais ganharam visibilidade. Pioneiros na identificação da sociologia do ambiente nos EUA, William Catton e Riley Dunlap (1978, 1980) consideraram que a sociologia precisava de uma actualização, reflectindo sobre o modo como as assunções da disciplina durante a “era da exuberância” estavam imbuídas de uma visão do mundo (*dominant western worldview*, de matriz ocidental dominante) que impedia reconhecer o significado societal dos problemas ecológicos. Procuraram, por isso, explicitar o paradigma da isenção humana³ (Dunlap e Catton, 1994), assunção de que o ser humano é isento das leis biofísicas que controlam as restantes espécies, implícito no pensamento sociológico, sugerindo um “novo paradigma ecológico” que permitisse compreender melhor a era pós-exuberante, que, segundo os autores, reflectia um novo movimento social (de base ideológica diferenciada dos restantes movimentos sociais).

³ “Human exceptionalism” (Catton e Dunlap, 1978, 1980), mais tarde revisto como “human exemptionalism” (Dunlap e Catton, 1994), por se reconhecer a excepção humana na capacidade de alterar ou superar influências ambientais, mas sem retirar o peso da crença sobre a independência do social face ao biofísico.

No contexto europeu, o novo movimento social anunciado por Catton e Dunlap acabou por não se revelar tanto na forma de um movimento activista generalizado, mas sim num enquadramento mais institucionalizado das questões ambientais. Estas foram merecendo atenção crescente nas décadas sucessivas, enquadradas numa proposta de desenvolvimento sustentável e duradouro, visando aproximar a preservação ambiental e a inovação social e económica. Esta perspectiva moderada de enquadramento do ambiente espelha-se, segundo Hajer (1995), num discurso de modernização ecológica, projecto de reforma institucional via promoção da inovação tecnológica, incorporação de conhecimento sobre o ambiente, estimulação de mudança comportamental e regulamentação.

Este contexto permite que a ecologia humana, no espaço de contribuição para a investigação essencial e aplicada, actualize e debata o conhecimento sobre o eixo sociedade – ambiente e o mobilize para a formação e para a promoção de políticas públicas. No sentido de sintetizar a ecologia humana numa perspectiva interdisciplinar, vocacionada à produção e aplicação do conhecimento na sociedade, com uma dimensão ética central, propõe-se:

“que a ecologia humana não é simplesmente uma especialização da ecologia, mas representa uma nova ciência que se desenvolveu nas lacunas de conhecimento das interdependências entre os sistemas sociais e naturais. Desde cedo, a ecologia humana revelou vocação para ultrapassar as barreiras epistemológicas impostas pelas ciências sociais e naturais, legitimando o estudo das comunidades humanas numa perspectiva eminentemente pluridisciplinar, promovendo a compreensão dos laços culturais e instrumentais que vinculam a espécie humana, na sua variabilidade civilizacional, a condições ambientais específicas.” (Pires e Craveiro, 2011: 23)

Para concluir, do enquadramento em ecologia humana destaca-se a pertinência de uma abordagem atenta a aspectos espaciais-territoriais ecossistémicos, que revela a influência de factores ambientais na vida social e de uma abordagem mais temática e sistémica ao eixo sociedade – ambiente, procurando compreender as dimensões sociais subjacentes aos problemas ambientais.

1.3 Enquadramento teórico-conceptual: ambiente e mobilidades

Como vimos anteriormente, a problemática foi construída em torno de dois conceitos centrais – ambiente e mobilidades – que estruturam a reflexão desta tese, com base no projecto de investigação que partiu da desconstrução do conceito de “refugiado ambiental” e da ponderação do seu significado a partir do contexto (sul) europeu.

Os conceitos de ambiente e mobilidades relacionam-se, mas não se cingem, aos conceitos de natureza e movimento; os primeiros podem, em certa medida, aludir à produção social dos segundos (a partir de Cresswell, 2006). Esta produção social inscreve-se na construção moderna dos dois eixos que Kant considerava fundamentais para a estruturação da vida: tempo e espaço, que cada vez mais se distanciam do natural.

A um primeiro nível, esta produção social pode ser associada a uma mudança na interpretação filosófica do mundo natural. Destacam-se, particularmente, três interpretações: a racionalista, que sustenta a crença da supremacia humana sobre a *res extensa*; a romântica/idealista que, não negando a sua excepcionalidade, reposiciona o ser humano como elemento da natureza, sujeito ao papel normativo do natural e do divino; e a nova abordagem naturalista do séc. XIX, na confluência de novas orientações estéticas (cultuando a paisagem e a viagem) e científicas (sobretudo com a teoria evolucionista de Darwin e o conseqüente desenvolvimento de disciplinas biológicas) (Mela, Belloni e Davico, 2001: 34-45).

Por outro lado, podemos observar um conjunto de mudanças na construção do espaço e do tempo com alcance mais duradouro na vida quotidiana. A modernidade acentuou a divisão do mundo em espaços funcionais (através do mapeamento, do planeamento territorial e da classificação como propriedade) e tempos estruturados (o tempo passou a ser regulado e estandardizado em horas e horários). Esta produção social do espaço e do tempo retira-os do mundo da natureza e da experiência imediata, colocando-os no mundo da abstracção (Cresswell, 2006; Urry, 2007).

Neste contexto, o ambiente e as mobilidades são conceptualizados de forma potencialmente distinta do seu enquadramento pré-moderno. Ultrapassando a ideia ilusória de espaço natural, o conceito de ambiente é aqui proposto como a construção do mundo natural no qual as sociedades humanas existem, construção esta que considera o impacto irrefutável dos seres humanos no ambiente e que reflecte sobre o ambiente como problema social. Este enquadramento conceptual do ambiente posiciona-se numa abordagem que se aproxima do construtivismo social (Berger e Luckmann, 1966) sem, porém, se pretender negar a existência de fenómenos reais e complexos relacionados com problemas do meio físico. Por outras palavras, este posicionamento não significa o agnosticismo que Giddens aponta às abordagens construtivistas em detrimento de abordagens realistas aos problemas ambientais (Giddens, 2009: 170).

O conceito de mobilidades, por sua vez, supera o conceito de movimento físico acrescentando-lhe significados diferenciáveis e materializáveis, podendo assumir formas múltiplas e desiguais em que as pessoas se tornam parte de redes e relações translocais (a partir de Salazar, 2016). A abordagem das mobilidades privilegia a compreensão do carácter complexo da vida social como resultado de uma dialéctica de mobilidade e imobilidade, sistematização e personalização (Urry, 2007). Incluindo mas não se limitando ao estudo das migrações, esta perspectiva das mobilidades considera-as como novo paradigma (Sheller e Urry, 2006), é construída numa direcção oposta a abordagens sedentaristas, que tendem a conferir primazia à fixação no espaço e no lugar, com um impacto importante nas concepções de cultura e identidade, e que tendem a minorar a legitimidade atribuível à mobilidade humana (Cresswell, 2006; Malkki, 1992).

Ambiente e mobilidades podem constituir-se não só como objectos de estudo mas também como lentes analíticas, dando origem a novas ou renovadas formas de teorizar. Estas abordagens fazem face à crescente importância das questões ambientais, que envolvem relações e interacções entre questões da sociedade e do ambiente, conforme a exposição anterior sobre o contributo da ecologia humana. Por outro lado, propõe-se um novo paradigma de mobilidades de modo a reflectir a transformação percebida nas ciências sociais ao nível das várias formas e

significados do movimento de pessoas, objectos e ideias (Sheller e Urry, 2006; Urry, 2007).

A crescente importância das questões ambientais ocorre num contexto de afirmação do ambiente como problema social global. Apesar de apenas uma parte dos problemas ambientais receber este *label* (por exemplo as alterações climáticas), destaca-se o efeito global da consciência do mundo como um todo sob necessidade de protecção (Yearley, 2009), em contexto de alargamento do desenho político para regimes de governação global que unem Estados, organizações não governamentais (ONG) e comunidades de conhecimento em torno do risco ambiental (Beck, 2015).

Dentro dos “temas globalizados” dos sécs. XX e XXI, o ambiente ocupa um lugar de destaque – pensemos, por exemplo, no Acordo de Paris de 2015, o primeiro a ser assinado pelas 196 partes da 21^a Conferência das Partes (COP21) do programa quadro das Nações Unidas para as alterações climáticas (UNFCCC), tornando-o no primeiro acordo verdadeiramente global (com as limitações que posteriormente decorreram, por exemplo, da eleição de Trump nos Estados Unidos da América). Este processo bem sucedido de globalização do ambiente deve ser lido face ao sucesso da proposta de sustentabilidade e do projecto de modernização ecológica, que permitiram salientar as oportunidades de desenvolvimento da política ambiental para a modernização da economia e para o estímulo à inovação tecnológica, num quadro de acção política moderada e de reforma institucional (Giddens, 2015; Hajer, 1995).

No que diz respeito às mobilidades nos sécs. XX e XXI, podemos considerar a sua globalização enquanto generalização desigual da possibilidade de mobilidade (Baptista, 2012; Kaufmann et al., 2004; Mazzella, 2014; Sheller, 2018). Neste período observou-se um crescimento notável das migrações internacionais (Castles, de Haas e Miller, 2014; King et al., 2010) entre outras experiências de mobilidade, das quais podemos destacar o caso do turismo como prática cada vez mais massificada (Urry, 1995). Pensando apenas no caso de mobilidades com reinstalação duradoura, a aceitação consensual na Organização das Nações Unidas (ONU) da Declaração de Nova Iorque para os Refugiados e Migrantes (2016) também constitui um marco importante para a globalização da questão das mobilidades, particularmente ao nível do horizonte político da protecção de direitos dos migrantes e refugiados e da partilha de

responsabilidades à escala global (uma vez mais, a inicial aceitação deste acordo internacional para as migrações foi posteriormente minorada pela ascendência de forças políticas de extrema direita, de agenda anti-migratória, designadamente na Europa). Apesar do desenvolvimento do domínio das políticas globais para a migração e o asilo (através de comissões, fóruns mundiais e processos de consulta internacionais, bem como de acordos regionais para o controlo de fronteiras), a criação de um regime efectivamente global para as mobilidades entra em conflito com a gestão territorial e fronteiriça do modelo de estado-nação vigente desde a revolução francesa (a partir de Mazzella, 2014).

Comparando com o ambiente, as mobilidades encontram maior dificuldade de globalização na sua dimensão política. Desta diferença destacamos um potencial impacto para a nossa questão de partida. O debate sobre migrações ambientais surgiu no campo ambiental (Brown et al., 1976; El-Hinnawi, 1985) e nele tem sido mais desenvolvido e politicamente incorporado. A perspectiva das migrações face a problemas ambientais pode, assim, ser admitida no âmbito dos problemas ambientais globais – com a vantagem de permitir a projecção de efeitos humanos das alterações climáticas e ambientais que, de tão definidas em termos científicos, por vezes parecem cingir-se a construções abstractas (ou, pelo menos, invisíveis ou incompreensíveis aos olhos leigos). Porém, se partirmos do campo migratório, a dimensão global/ubíqua do conceito de ambiente poderá contribuir para que o problema ambiental se dilua entre os vários indutores da mobilidade, que é consensualmente considerada multicausal (ver, por exemplo, Black et al., 2011; Boano et al., 2008; Ionesco, Mokhnacheva e Gemenne, 2016). Neste contexto, a equação das migrações ambientais perde a força individualizadora de uma área de intervenção política que, pela sua génese (ambiental) global, poderia representar um problema acrescido a um regime de mobilidades que ainda é institucionalmente muito marcado pela norma sedentária e pela limitação das modalidades admissíveis de migração e asilo.

Não obstante, a questão das migrações ambientais tem sido institucionalmente reconhecida em várias estruturas e convenções da ONU, reiterando a importância da investigação e do desenho de políticas nesta matéria. Aqui, a abordagem foca-se nas migrações ambientais evitando a identificação de “migrantes/refugiados ambientais/

climáticos”, ao se considerar o aconselhamento de prudência por órgãos como o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, 2014) e por relatórios como o Foresight (2011). Este aconselhamento prende-se, por um lado, com a já referida dificuldade em isolar o factor ambiental de outros indutores da mobilidade; por outro lado, reflecte a não-identificação com estas categorias identitárias por populações consideradas em situação paradigmática face às alterações climáticas e ambientais, como por exemplo os habitantes de Tuvalu (Farbotko e Lazrus, 2012; Mortreux e Barnett, 2009).

Esta dissonância entre ambiente, mobilidades e seus actores sociais conduz-nos a equacionar qual o papel atribuído à questão ambiental em contexto de forte mobilidade e de problemas ambientais. O que caracteriza a mobilidade de migrantes e refugiados provenientes de países como Cabo Verde, Etiópia e Eritreia? Qual o impacto dos problemas ambientais identificados nestes contextos para os percursos de mobilidade dos migrantes e dos refugiados? Quais as representações construídas pelos migrantes e refugiados sobre o ambiente nos contextos de origem? Em que casos é que o ambiente pode ser identificado como indutor da mobilidade? Nos casos em que o ambiente não seja identificado como principal indutor, que dimensões são mais associadas à experiência de mobilidade? O que é que essas dimensões podem significar no que diz respeito à construção do ambiente, das mobilidades e dos territórios de origem, trânsito e chegada? Estas questões foram importantes para a condução deste trabalho de pesquisa.

1.4 Experiências sociais de mobilidade: migrantes e refugiados

Neste trabalho partimos da consideração de ser possível identificar diferentes experiências sociais de mobilidade, sendo que aqui interessam em particular as experiências de migrantes e refugiados. Apesar de se tratar de uma classificação redutora da multiplicidade de experiências observáveis, acreditamos que este esquema de redução seja útil para a compreensão de diferentes leituras sobre os problemas e as dinâmicas que subjazem à mobilidade nos percursos da Eritreia e da

Etiópia para Itália e de Cabo Verde para Portugal. Esta leitura de experiências sociais de mobilidade procura ir “além dos pontos materiais em movimento”, explorando a construção feita sobre “Esses seres materiais, homens com trajes diversos, e que arrastam as suas bagagens, essas criaturas de carne e osso e os seus movimentos visíveis” que “interessam na extensão em que, por detrás das formas agrupadas, os gestos e as palavras trocadas” permitem descobrir “representações colectivas invisíveis” (Halbwachs, 2010: 105).

A categoria geral de “migrantes” é, por si só, estatisticamente incerta, aludindo ao acto de migrar, de um movimento no espaço conducente à mudança do local de residência. Esta categoria pode ser adjectivada – migrantes temporários (de três meses a um ano) ou permanentes (mais de um ano de estabelecimento noutra local), internos ou internacionais, voluntários ou forçados (movimentos associados aos refugiados) – e prefixada – emigrantes (migrantes que saem de um país) e imigrantes (migrantes que entram num país) –, aludindo à multiplicidade de situações que pode agregar.

Tabela 3: Dimensões das experiências sociais de mobilidade de migrantes e refugiados

		Refugiados	Migrantes	
			<i>Elite</i>	
Motivação maioritária para sair do país de origem		Política	Social/económica	
Tipologia de percurso/ trajectória	Saída do país de origem	Proibida/irregular (nesta amostra)	Permitida/regular (maioria, nesta amostra)	
	Tempo	Demorado (nesta amostra, até 3 anos)	Viagem directa (maioria, nesta amostra)	
	Segurança	Perigoso (prisão, passadores, etapas)	Variável (depende das condições de origem e chegada)	<i>Seguro (maioria)</i>
Enquadramento administrativo	Indocumentados	Asilo rejeitado	Não abrangidos pelos programas de regularização	<i>Menos frequente (mais condições para título de residência ou cidadania)</i>
		Asilo pedido, em espera	Em espera	
	Documentados	Refugiados/asilo político	Título de residência permanente ou cidadania do país de chegada	
		Protecção humanitária	Título de residência temporária, regimes especiais de mobilidade (ex. estudantes), programas de regularização	
Mobilidade social		Descendente (nesta amostra)	Variável	<i>Mantida ou ascendente</i>
Auto-percepção sobre grupo de mobilidade		Motivação política (origem), diferença e exclusão (chegada)	Motivação económica (origem), diferença e exclusão (chegada)	<i>“Cidadãos do mundo”/ cosmopolitas</i>

Propomos que sejam ponderadas diferentes experiências sociais de mobilidade a partir do cruzamento entre a motivação maioritária para sair do país de origem, a tipologia de percurso/trajectória (ao nível da forma de saída do país de origem e entrada no país de chegada, associada a uma dimensão de segurança do percurso de mobilidade), o enquadramento administrativo (documentados ou indocumentados, acesso à cidadania e títulos de residência temporária e permanente), questões relacionadas com a classe social, e a auto-atribuição de significados à mobilidade vivenciada (ver Tabela 3). Destas experiências e marcas destacamos a construção de dois grupos sociais de mobilidade duradoura, refugiados e migrantes – sendo que, sobretudo no caso dos migrantes, as experiências podem ser muito diferenciadas, o que explica a ponderação de um sub-grupo de elite.

Esta categorização apoia-se, no geral, na distinção entre migrantes internacionais e refugiados (incluindo, na segunda categoria, requerentes de asilo e outras situações de “people of concern”, conforme o reconhecimento pela Agência das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR/UNHCR), distinção que permite ter uma visão geral sobre o peso populacional e a distribuição espacial destes grupos.

Segundo a United Nations Population Division / Department of Economic and Social Affairs (UN DESA, 2017⁴), em 2017 o stock de migrantes internacionais (257.715.425) como percentagem da população total (7.550.262.101) correspondia a 3.4%. Seguindo a mesma fonte, em 2017 as estimativas para o stock de refugiados (incluindo requerentes de asilo) apontavam para 25.911.084 indivíduos, o que corresponde a 10% do stock internacional de migrantes e a 0,3% da população mundial (UN DESA, 2017).

Estes números variam substancialmente se considerarmos as áreas de reinstalação dos refugiados e migrantes internacionais.

No que diz respeito aos refugiados, em 2017, 82% (21.366.726) permaneceram em regiões economicamente menos desenvolvidas (África, Ásia excepto Japão, América Latina e Caraíbas, e Melanésia, Micronésia e Polinésia), nas quais os

⁴ Cálculo UN/DESA a meio do ano de 2017, considerando homens e mulheres.

refugiados e requerentes de asilo correspondiam a 19,1% do stock de migrantes internacionais; em África esta percentagem subiu para 25,5%, com 44,5% só na região do Este Africano. Na Europa os refugiados (3.494.293) representavam 4,5% do stock de migrantes internacionais (77.895.217) (UN DESA, 2017).

Dos migrantes internacionais, em 2017, 64% (164.846.887) estabeleceram-se em países com rendimentos altos, 31,6% (81.439.828) em países de rendimentos médios e apenas 4,2% (10.914.651) em países com baixos rendimentos⁵. A distribuição regional face ao total de migrantes internacionais foi de 9,6% em África, 30,9% na Ásia, 30,2% na Europa, 3,7% na América Latina e Caraíbas, 22,4% na América do Norte e 3,3% na Oceânia (UN DESA, 2017; percentagens calculadas pela autora).

Esta breve observação da distribuição estatística e regional de migrantes internacionais e refugiados no mundo permite, por um lado, relativizar o peso migratório que se poderia inferir dos discursos mediatizados e politizados, recentes e actuais, sobre migrações internacionais e refugiados na Europa. Por outro lado, permite perceber algumas diferenças entre as experiências que subjazem ao movimento de migrantes e refugiados, nomeadamente relacionadas com a motivação maioritária de saída e a sua influência nos percursos e contextos de restabelecimento. Podemos ponderar que a motivação maioritária seja económica no caso dos migrantes, que na sua maioria se restabelecem em países com rendimentos mais altos; e, sendo política no caso dos refugiados, pode motivar saídas mais abruptas dos países de origem, com percursos marcados por altos custos financeiros, sociais e de segurança, após os quais tendem a restabelecer-se em países mais próximos, na sua grande maioria em regiões economicamente mais pobres.

Não obstante, não podemos proceder a uma associação directa entre motivação e estatuto migratório, sobretudo no caso dos refugiados e das motivações políticas – só quando estas motivações são reconhecidas no processo individual de cada requerente de asilo é que se efectiva a protecção internacional. Dada a sua especificidade no âmbito das migrações, apresentamos de seguida uma breve referência à construção jurídica em torno do refugiado e da protecção internacional.

⁵ A classificação de países por níveis de rendimento baseia-se no GNI (rendimento nacional bruto) 2016 per capita do Banco Mundial.

Na sequência da Segunda Guerra Mundial, em contexto de forte pressão de questões relacionadas com refugiados e deslocados na agenda internacional, foi estabelecido o regime internacional para a protecção de refugiados. Este regime enraíza-se na Convenção de Genebra de 1951, no âmbito das Nações Unidas (ONU, 2010; baseada no Artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU, 1948), generalizada na sua extensão temporal e geográfica pelo Protocolo de Nova Iorque de 1967. A Convenção definiu o estatuto de refugiado como aplicável em situações de “well-founded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion” (Artigo 1, ponto 2), desde que a pessoa se encontre fora do seu país de origem ou residência habitual e que não possa ser protegida por esse país. A Convenção de Genebra foi consequente à constituição da Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR/UNHCR), instituição-chave neste âmbito, com o propósito de encontrar soluções permanentes e duradouras para os refugiados, designadamente através da sua integração num país de asilo ou reinstalação num outro país. O mandato da ACNUR cobre a maioria das situações de refugiados no mundo, à excepção dos refugiados palestinianos, que são assistidos pela UN Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA).

No âmbito da legislação da União Europeia (UE), os requerentes de asilo que não se qualifiquem como refugiados podem ser elegíveis em termos de protecção subsidiária, tal como se define na Directiva 2004/83/EC⁶ (CE, 2004) e na Directiva 2011/95/EU (UE, 2011). Segundo esta legislação, uma pessoa pode ser considerada para protecção subsidiária se for nacional de um país terceiro ou apátrida, comprovando que enfrenta um risco real de correr perigo caso retorne ao país de origem ou residência habitual. Entre estes motivos, destacam-se: (a) pena de morte; (b) tortura, tratamento desumano ou punição degradante; ou (c) ameaça séria e individual à sua vida ou pessoa por razões de violência indiscriminada em situações de conflito armado interno ou internacional (CE, 2004, Artigos 2 e 15).

⁶ Já não está vigente, fim de validade em 21/12/2013.

Desde a década de 1990 que se reforçou a intenção de criar um Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA/CEAS)⁷, com o intuito de melhorar o quadro legal existente no sentido da harmonização de standards mínimos comuns para o asilo e para a cooperação entre Estados-membros. No âmbito deste sistema, para além dos regimes de protecção já mencionados, foram criadas Directivas especiais no âmbito da Protecção Temporária (Directiva 2001/55/EC – EC, 2001) e do Reagrupamento Familiar (Directiva 2003/86/EC – EC, 2003). Este sistema também inclui o Regime de Dublin (UE, 2013a), actualmente em revisão, o qual determina o Estado responsável por examinar os requerimentos de asilo e clarifica as regras de parceria entre Estados (até ao presente, e tendo em vista a facilitação dos procedimentos administrativos do asilo, no sentido de apenas um requerimento de asilo poder ser apresentado e, em função da sua aceitação, a pessoa protegida só poder permanecer nesse país); e a Regulação Eurodac (UE, 2013b), no âmbito da qual se mantém a base de dados de impressões digitais de requerentes de asilo e refugiados na UE.

Também na UE, de 2015 a 2017 foi desenvolvido um esquema de recolocação no sentido de facilitar a transferência de requerentes de asilo (em clara necessidade de protecção internacional) de um Estado-membro (Itália ou Grécia) para outro (UE, 2015)⁸. Adicionalmente, no âmbito da Convenção Europeia para os Direitos Humanos (ONU, 1948) e da legislação individual de cada Estado, pode ser providenciada protecção especial com base em necessidades humanitárias, a qual pode ultrapassar os limites de atribuição dos esquemas de protecção subsidiária e de refugiados.

⁷ European Commission – Migration and Home Affairs – Common European Asylum System, acedido no dia 28/02/2018 (https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/asylum_en).

⁸ Vigente até 26/09/2017. Mais informações sobre o programa de recolocação podem ser consultadas no website do European Asylum Support Office – Questions and answers on relocation, acesso 28/02/2018 (<https://www.easo.europa.eu/operational-support/hotspot-relocation/relocation/questions-and-answers-relocation>).

Capítulo 2. Abordagem metodológica

A componente empírica central deste trabalho de pesquisa parte de uma abordagem metodológica qualitativa e situada, que visa constituir-se como problematizadora e não generalizável. O presente trabalho de doutoramento contemplou diferentes técnicas de recolha e de tratamento da informação empírica, de modo a responder a diferentes objectivos de pesquisa. Serão apresentados neste capítulo os passos seguidos na recolha e na análise da informação através de: análise documental e de imprensa; entrevistas semiestruturadas e histórias de vida e de mobilidade; observação participante e filme documentário. Finaliza com uma breve reflexão metodológica.

2.1 Análise documental e de imprensa

Durante a realização deste trabalho doutoral registaram-se sobretudo dois tipos de análise documental. Por um lado, foram feitas diversas leituras de revisão científica, com enfoques teóricos, empíricos e metodológicos. A partir destas leituras, que foram sendo actualizadas a par do desenvolvimento científico até à conclusão da tese, procurou-se sintetizar o estado da arte sobre mobilidades e ambiente (conceito-chave deste trabalho) bem como um conjunto de leituras de ângulos menos centrais, mas imprescindíveis para a compreensão e discussão dos resultados de pesquisa e para a integração deste trabalho no âmbito da produção científica de referência. Por outro lado, procedeu-se à análise documental específica de documentos políticos internacionais, resultantes de diversos eventos promovidos sobretudo pela ONU em matéria de ambiente, alterações climáticas e migrações.

Passando para uma outra dimensão de análise documental, no decorrer deste trabalho doutoral, e ainda que não fosse considerada central, a análise de imprensa revelou-se muito útil para a “localização” dos debates que enformavam as problemáticas a serem pesquisadas.

A primeira etapa da componente empírica da presente tese, numa óptica ainda muito exploratória, resultou da compilação e análise das primeiras notícias sobre “refugiados ambientais” nas plataformas digitais de três jornais portugueses (Vieira, 2012). Considerámos importante observar o modo como as discussões sobre migrações induzidas pelo ambiente se desenvolveram entre bases científicas, vozes políticas e atenção mediática, a partir das quais estas mensagens poderiam ser integradas em discursos públicos mais amplos. Neste sentido, procedeu-se à consulta dos termos de pesquisa “refugiados ambientais”, “refugiados climáticos” e “migrações e ambiente” nas plataformas digitais dos jornais diários Jornal de Notícias (JN) e Público (PB) e do semanário Expresso (EX)⁹.

Trata-se de três jornais nacionais de informação geral e de circulação relativamente elevada (sobretudo o Expresso e o Jornal de Notícias), o que os torna veículos influentes de discursos tanto dominantes como divergentes, com impacto importante junto do público leitor. Ao nível do seu posicionamento editorial na imprensa escrita portuguesa, o Público e o Expresso podem ser considerados jornais de referência, ou *quality papers*, que seleccionam e abordam com maior profundidade e de forma mais analítica (se comparados com jornais de referência editorial mais popular) temas como política, economia, cultura e secção internacional (Martins, 2015). O Jornal de Notícias posiciona-se entre os objectivos de providenciar informação geral, com espaço para – mas sem atribuir prioridade a – informação especializada, e de “tradição de porta-voz dos interesses e dos direitos das camadas menos favorecidas da sociedade portuguesa, sem que tal orientação signifique transigência com práticas demagógicas ou sensacionalistas”¹⁰.

A opção por estes posicionamentos editoriais deve-se ao objectivo de averiguar a comunicação de um tema no cruzamento entre problemas ambientais, problemas

⁹ Jornal de Notícias – tiragem mensal em 2015: 38 738; Público – tiragem mensal em 2015: 17 002; Expresso – tiragem mensal em 2015: 49 275. Tiragem mensal calculada a partir dos dados disponibilizados pela APCT – Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação, filtro “Informação Geral 2015” em http://www.apct.pt/Analise_simples.php (09/05/2016).

¹⁰ Do Estatuto Editorial do JN, disponível em <http://www.jn.pt/estatuto-editorial.html>, consulta 28/01/2017.

sociais e a sua politização, que poderá implicar diferentes percursos de construção de literacia ambiental e política, não só mas também em torno do tópico em questão.

Destaca-se que não foi possível encontrar recortes de imprensa anteriores a 2004 com os termos de pesquisa referenciados em nenhuma das três plataformas electrónicas. A pesquisa às plataformas *online* dos Jornal de Notícias, Público e Expresso¹¹ permitiu recolher recortes de imprensa¹² publicados entre 2004 e 2010. O maior número de notícias foi recolhido no JN (N=29), que publicou *online* mais do dobro dos registos do Público (N=12) e do Expresso (N=12).

A análise das notícias pretendia responder parcialmente a duas das categorias propostas por Holsti (1968): inferir sobre os antecedentes das comunicações, no que diz respeito às razões e ao processo de codificação que conduz à escrita destas notícias; e descrever e inferir sobre as características das comunicações, particularmente focando a mensagem e o que se procura comunicar. Procurou-se compreender as consequências destas comunicações mediáticas, descodificando o processo de construção e os efeitos possíveis dos discursos produzidos face a um público generalizado. Os objectivos subjacentes a esta análise foram: (1) perceber o que motivou os media portugueses a produzir informação sobre “migrações ambientais”; (2) identificar o conteúdo desses documentos, a partir de uma matriz de análise que destacava eventos ou efemérides, protagonistas individuais e/ou institucionais, referência a problemas globais (associados aos meios físico e social), associação a outros tópicos mediáticos, atribuição geográfica e identificação de termos e expressões para definir as pessoas em situação de migrações forçadas pelo ambiente.

Uma segunda fase de análise de imprensa teve o intuito de contribuir para a compreensão do problema actual de refugiados no Mediterrâneo, começando por enquadrá-lo ao nível da sua evolução temporal. Ao nível empírico procedemos a uma

¹¹ A pesquisa online para recolha de recortes de imprensa foi realizada nos dias 24, 30 e 31 de Maio de 2011.

¹² Os recortes mediáticos/de imprensa dizem respeito a todos os resultados válidos da consulta às plataformas digitais dos jornais referenciados, incluindo (da informação que foi possível identificar pesquisando sobre os primeiros anos de publicação *online* nos três jornais) notícias de página inicial sintéticas/*lead*, notícias de interior, artigos especiais e crónicas de opinião.

análise à imprensa italiana, com uma amostra de recortes mediáticos publicados entre 2013 e 2015, procurando enquadrar a construção social deste problema num país mais fortemente pressionado desde a viragem do século mas sobretudo nos últimos anos, e observar como o agravamento do fenómeno e a sua crescente construção social contribuíram para o redireccionamento do enfoque das notícias desde o contexto nacional até à escala europeia (Vieira, 2016).

A análise de uma amostra de recortes da imprensa italiana partiu do objectivo de explorar a construção discursiva do problema social dos refugiados no Mediterrâneo. Tendo em vista a interpretação dos discursos subjacentes a esta construção, foi realizada uma análise por *frames* a recortes de imprensa recolhidos nas plataformas digitais dos dois jornais italianos com maior tiragem, *Corriere della Sera* (CS) e *La Repubblica* (LR), entre 2013 e 2015.

Ao nível editorial, é possível considerar ambos os jornais como *quality papers* e, tomando em consideração a perspectiva destes jornais sobre outros tópicos politizados, a ambos se atribui um posicionamento moderado no espectro da imprensa italiana, sendo que ao *Corriere della Sera* se aponta um direccionamento mais “propedêutico”, equilibrando mais perspectivas de centro-esquerda e centro-direita, face a um direccionamento mais progressista de centro-esquerda do *La Repubblica* (Papuzzi, 2010: 96).

Ao considerarmos este problema perspectivando a sua construção social não pretendemos negar a existência de um fenómeno real e de resposta difícil face a um número elevado de requerentes de asilo que procuram entrar na Europa através do Mediterrâneo. Pretendemos, sim, contribuir para a interrogação crítica dos factores sociais e políticos que enformam as leituras dominantes sobre este fenómeno, particularmente através da sua construção mediática. Os *media* podem ser considerados uma boa plataforma para observar a construção deste problema social e político, uma vez que têm o poder de definir o quadro de referência a partir do qual a realidade social colectiva é percebida, condicionando a acção social consequente (Adoni e Mane, 1984: 331).

No âmbito dos estudos mediáticos, a análise por *frames* (categorias centrais para a leitura do problema/evento identificado) é considerada uma abordagem

metodológica útil para a compreensão da evolução dos ângulos de observação e dos campos de significado construídos em torno de certos eventos e tópicos. Os *frames* requerem um repertório partilhado de padrões de conhecimento, percepção e interpretação (Entman, 1993). Podem ser considerados como chaves discursivas, unidades temáticas no interior de recortes noticiosos, ângulos de observação ou tipos de experiência face ao que é referenciado, sendo por isso diferentes (ao nível ontológico) do tópico da narrativa. Os *frames* dão forma às narrativas públicas sobre questões políticas, salientando-se o papel dos *media* como transmissores de informação que capacitam os cidadãos para a interpretação de dimensões políticas e para as suas tomadas de decisão consequentes (D'Angelo, 2002). Considerados princípios interpretativos, os *frames* manifestam-se no discurso através de dispositivos simbólicos – por exemplo, metáforas, imagens visuais e slogans, importantes para a organização da informação em relação a campos culturais mais amplos. Os aspectos formais dos recortes mediáticos – tais como a localização, o tamanho, a frequência e a organização da informação – têm repercussões na visibilidade da informação, bem como reflectem a influência de certos eventos críticos que são representados como contextualmente dramáticos e motivam a atenção pública. Estes eventos críticos convidam à definição ou redefinição colectiva de um problema social, sobretudo quando diferentes *stakeholders* competem para atribuir um significado ao tópico evocado (Koziner, 2015).

Nesta pesquisa, a análise por *frames* foi realizada a dois níveis: um nível mais geral, em que se avaliou a frequência de recortes e de eventos críticos/tópicos enfocados por ano, identificados a partir do conteúdo de todos os recortes¹³ desta amostra; e um nível mais detalhado, em que a análise é aprofundada para 5% das notícias, escolhidas aleatoriamente dentro de um mesmo *frame* por ano¹⁴. Para o nível

¹³ Os recortes mediáticos/de imprensa dizem respeito a todos os resultados válidos da consulta às plataformas digitais dos jornais referenciados, incluindo editoriais, artigos especiais e crónicas. Cada item é considerado um recorte.

¹⁴ O mesmo *frame* por ano é analisado nos dois jornais; para um mesmo *frame* é frequente a repetição de secções em que os recortes estão inseridos; deu-se preferência à análise dos recortes com mais texto e, sempre que possível, com imagens (em detrimento de notas de imprensa sintéticas, notícias em que o tópico só é trabalhado num fragmento do documento, ou recortes focados em meio audiovisual).

mais detalhado, a estrutura de análise contempla aspectos formais, dispositivos simbólicos, a definição do problema (e actores sociais relacionados), causas atribuídas e julgamentos identificados.

A amostra de notícias é composta pelo resultado de uma pesquisa efectuada nas plataformas digitais dos dois jornais para os termos “rifugiati Mediterraneo” com filtro anual. Considerando a validade das notícias recolhidas para o intervalo 2013-2015, os resultados totais providenciados directamente pelos servidores *web* dos jornais têm uma validade média de 85%¹⁵.

2.2 Entrevistas semiestruturadas e histórias de vida e de mobilidade

A componente empírica central deste trabalho de pesquisa parte de uma abordagem metodológica qualitativa e situada, que visa constituir-se como problematizadora e não generalizável. Esta abordagem permite responder a um conjunto de objectivos que se interligam: integrar diferentes compreensões sobre motivação migratória e problemas ambientais entre outros factores de mobilidade; recolher diversas representações sobre problemas sociais-ambientais através das memórias dos protagonistas dos percursos de mobilidade identificados; explorar factores micro, meso e macro para a compreensão dos percursos de mobilidade; e identificar os percursos individuais e familiares, as redes e narrativas de mobilidade.

Face a tais objectivos, no âmbito de uma abordagem qualitativa, o método da entrevista pode ser particularmente adequado. Este método permite captar os vários sentidos que os actores sociais conferem às suas práticas e experiências, bem como permite reconstituir processos, experiências e acontecimentos do passado (Quivy e Campenhoudt, 2008). Acresce que a recolha de informação através de entrevista semiestruturada permite um grau de profundidade e flexibilidade particularmente vantajoso para a recolha de testemunhos e interpretações, sem porém se perder o

¹⁵ Recortes válidos: 74/91 em 2013 (81,3%), 117/129 em 2014 (90,7%), 283/338 em 2015 (83,7%). Os recortes inválidos incluem entradas duplicadas, catalogação em termos errados ou próximos e *weblinks* inválidos.

horizonte do guião que estabiliza o âmbito da entrevista e que constitui uma primeira estrutura para a análise de conteúdo (a partir de Quivy e Campenhoudt, 2008).

Para este projecto de investigação foi construído um guião de entrevista (Anexo A) que, apesar de não se pretender que fosse exaustivo sobre o diálogo a desenvolver com os entrevistados, pela sua extensão e abrangência acabou por se tornar na estrutura quase total de grande parte das entrevistas. Esta estrutura foi sendo complementada com questões que iam emergindo do diálogo com os entrevistados, sobretudo no que diz respeito ao seu percurso de mobilidade e a memórias sobre problemas sociais e ambientais no contexto de origem. Os cabo-verdianos entrevistados em 2015 foram convidados a responder a mais um conjunto de questões que visavam recolher as primeiras impressões sobre a recente erupção vulcânica ocorrida na Ilha do Fogo e a percepção da sua relação com questões de mobilidade (Nota 4 do Anexo A).

Uma primeira estrutura do guião de entrevista foi construída em fase anterior à realização das entrevistas, no seguimento de um conjunto de leituras teóricas e de revisão dos resultados de estudos empíricos sobre o tema (Vieira, 2010) e com o objectivo de permitir a sua revisão e validação na apresentação do Trabalho Final do Curso de Doutoramento em Ecologia Humana (na NOVA FCSH, Dezembro de 2011, com o parecer externo de Alina Esteves).

Este desenho preliminar do guião foi adaptado para o formato apresentado no Anexo A, tendo-se procurado reduzir a estrutura inicial, demasiado vasta para o objectivo de realizar entrevistas com a duração média de 1h. Procedeu-se à adaptação das questões para um registo linguístico de compreensão mais fácil por entrevistados com níveis muito diferenciados de compreensão linguística (sobretudo em contexto italiano), sem retirar a complexidade inerente aos tópicos de pesquisa. Procurou-se, também, equilibrar a percepção de energia dedicada às respostas com a inserção de um conjunto intermédio de questões para resposta mais imediata. A nova estrutura foi discutida no grupo de trabalho liderado pelo Prof. Antonio Genovese, do Departamento de Educação da Universidade de Bolonha (2012). O guião foi redigido em português e em italiano, sendo que em algumas entrevistas (designadamente com

os refugiados que residiam há menos tempo em Itália) foi necessário traduzir o guião para inglês.

Para a constituição da amostra partiu-se do contacto com movimentos associativos e da presença em espaços significativos das comunidades etíope e eritreia em Bolonha (*Associazione della Comunità Etiope in Emilia Romagna – ACEER/Etio-Bologna, Eco degli Eritrei*, loja *Abyssinia Gift Shop*, bar *EastAfro*, igreja cristã ortodoxa eritreia) e cabo-verdiana em Lisboa (Associação Caboverdeana – ACV, Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde – AAAESCV).

As entrevistas decorreram de um processo de pesquisa com contextualização e interacção até se verificarem recorrências que indicassem a saturação da informação recolhida (Ferrarotti, 2011). Considerando apenas as entrevistas semiestruturadas que partiram do guião supra indicado, foram desenvolvidas 32 entrevistas em Bolonha, Itália (19 refugiados e 13 migrantes entrevistados em 2012) e 22 entrevistas em Lisboa, Portugal (22 migrantes, dos quais 9 entrevistados em 2013 e 13 entrevistados em 2015).

As entrevistas tiveram uma duração média de 1h e foram realizadas em locais escolhidos pelos entrevistados: associações, lojas, cafés e bares, jardins e outros espaços públicos, locais de trabalho e residenciais. Todas as entrevistas foram iniciadas com uma apresentação breve do projecto de doutoramento e com a assinatura de uma declaração de consentimento sobre a realização da entrevista, sob o compromisso de anonimato e de utilização da informação recolhida para fins científicos (Anexo B). Apesar da concordância de todos os entrevistados sobre a realização das entrevistas, em alguns casos não foi possível proceder à gravação audio do conteúdo das entrevistas, verificando-se um maior receio de exposição pelos refugiados e migrantes etíopes e eritreus.

As entrevistas foram transcritas e sujeitas a análise de conteúdo com enfoque temático. Nesse sentido procedeu-se à síntese analítica dos textos recolhidos através do reagrupamento do seu conteúdo em categorias estruturantes da análise (Bardin, 2004). A estruturação de um sistema de códigos e sub-códigos foi realizada com recurso ao software MAXQDA, tendo evoluído desde uma estrutura de categorias

semelhante à que precedeu a construção do guião da entrevista até à seguinte estrutura de análise:

(1) Factores micro/identificação

- Ano e idade à chegada a Portugal/Itália
- Proveniência
- Sexo e idade/ano de nascimento
- Nível educativo
- Questões relacionadas com o enquadramento familiar
- Experiência de mobilidade auto-percepcionada (refugiado, migrante, elite)

(2) Trajectórias

- Risco e meios de mobilidade
- Projecção de mobilidade e cidadania (inclui expectativa de retorno, relação mobilidade-imobilidade e questões de cidadania e mobilidade)
- Percursos e redes (inclui trajectória tempo/espaço e redes mobilizadas para a viagem)

(3) Comunidades *habesha* / cabo-verdiana

- Marcadores de pertença
- Mediação e associativismo
- Língua
- Questões de género
- Questões relacionadas com ciclos de vida

(4) Itália, Bolonha / Portugal, Lisboa

- Itália / Portugal, ponto de passagem
- Percepções de integração e problemas de integração (burocracia, trabalho, habitação, discriminação)

- Memória colonial
- Espaços e eventos significativos

(5) Motivações para a mobilidade e factores sociais

- Família, amigos e vida comunitária
- Saúde e crescimento populacional
- Educação e futuro dos jovens

(6) Motivações para a mobilidade e factores políticos

- Guerra e violência
- Regimes autoritários e coloniais
- Perseguição, mudança política e questões étnicas
- Conflitos familiares, comunitários e sobre recursos naturais

(7) Motivações para a mobilidade e factores económicos

- Economia e recursos naturais
- Economia global (inclui nível de vida e remessas)
- Trabalho no país de origem (inclui rendimento e desemprego)

(9) Motivações para a mobilidade e factores ambientais

- Memória da produção agrícola
- Problemas do ambiente físico
- Problemas ambientais antropogénicos
- Ambiente e problemas sociais mais visíveis (secas, produção agrícola, saúde)
- Ambiente, migração e deslocação (inclui caso da erupção vulcânica no Fogo)
- Gestão do ambiente e do território
- Ambiente como não problema

Consoante a disponibilidade dos entrevistados, as dimensões consideradas nos pontos 1 e 2 foram mais desenvolvidas num pequeno conjunto de entrevistas no que diz respeito ao enquadramento das histórias de vida e histórias familiares. Este enquadramento foi sempre balizado pelo objectivo de enquadrar estas narrativas face às dimensões de mobilidade. Por isso, apesar do enquadramento metodológico no campo mais geral das narrativas biográficas e familiares breves, dado o enfoque ao nível dos percursos dos entrevistados e respectivas famílias, esta abordagem metodológica é afunilada tendo em vista a explicitação das histórias de mobilidade.

A abordagem biográfica permite estreitar a apresentação da relação entre texto (relato biográfico) e contexto, devendo o contexto ser compreendido enquanto horizonte histórico, quadro objectivo de condições socioeconómicas e num sentido evocativo de autopercepção do entrevistado na sua relação experiencial com o ambiente contextual (Ferrarotti, 1997). A recolha de histórias de vida requer o estabelecimento de uma relação de confiança entre entrevistador e entrevistado, numa óptica de conhecimento participado e intersubjectivo, devendo o entrevistador desenvolver competências de escuta tradutora e empatia criadora (Ferrarotti, 2011). Estas competências são importantes não só para o trabalho biográfico; de uma forma geral, estruturar as relações de pesquisa num clima de confiança, acolhimento e escuta activa constitui uma boa base para o trabalho qualitativo com recurso a entrevistas.

O trabalho biográfico tem um potencial acrescido quando desenvolvido junto de migrantes e refugiados. Por um lado, permite conhecer experiências concretas de mobilidade, reveladoras das relações entre os migrantes e os seus países de residência antiga, temporária e actual; desta biografização emerge um eixo comum de subtemas que permitem compreender melhor as trajectórias de migração (Lechner, 2009a). Por outro lado, este tipo de trabalho pode contribuir para a emancipação e resiliência dos protagonistas da mobilidade (bem como de outros indivíduos em situação potencial de vulnerabilidade), ao permitir a sua construção de um novo discurso sobre a própria experiência, potenciando a articulação verbal alternativa ao silêncio (Lechner, 2009b).

Às histórias de mobilidade apresentadas nesta tese podemos atribuir uma função sobretudo expressiva, sem porém se perder a intenção analítica (Bertaux, 2010). Apresentamos uma narrativa de mobilidade de forma mais detalhada e historicamente enquadrada, que situa o percurso de um refugiado etíope-eritreu até Itália, suscitando uma leitura biográfica de um tema que entrou amplamente no imaginário dos europeus nos últimos anos (Capítulo 11). Apesar de esta narrativa não ser aprofundada enquanto objecto de análise, ela suscita um conjunto de áreas problemáticas e temas emergentes (Ferrarotti, 1997) que são discutidos ao longo da tese.

A história de vida em mobilidade destacada no Capítulo 11, de um refugiado etíope-eritreu, foi construída a partir de várias entrevistas informais (não gravadas, resumidas em notas de campo) e três entrevistas semiformais (gravadas, cada entrevista com a duração média de uma hora). I. foi entrevistado em Bolonha em 2012, maioritariamente na loja etíope, onde era presença habitual e onde me foi apresentando a uma parte significativa dos entrevistados e a outros conterrâneos etíopes e eritreus. A revisão de um conjunto de anotações sobre aspectos biográficos partilhados em entrevistas informais isoladas ou em grupo foi sendo feita durante as várias entrevistas realizadas com o entrevistado.

Apresentamos, também, uma narrativa breve de uma migrante cabo-verdiana, que funciona como recorte expressivo para ilustrar e alavancar a análise da informação recolhida nas entrevistas com cabo-verdianos, particularmente sobre o impacto da inesperada erupção vulcânica da Ilha do Fogo (2014/2015) (Capítulo 7). T. foi entrevistada em Lisboa em 2015, inicialmente de modo informal, e posteriormente numa entrevista semiestruturada com a duração aproximada de 2 horas.

2.3 Observação participante e filme documentário

O trabalho de observação foi suscitado como complemento a uma abordagem mais centrada no desenvolvimento de entrevistas. O ponto de partida foi, precisamente, a dificuldade de aceitação dos pedidos de entrevista sem o

interconhecimento das comunidades etíope e eritreia em Bolonha. Esta observação participante foi necessária para conquistar a confiança dos potenciais entrevistados, tendo posteriormente significado a disponibilidade e o interesse de alguns não só para a realização das entrevistas previstas mas também noutros formatos de disseminação das mensagens que queriam transmitir.

Reverendo o tempo dedicado a cada etapa empírica: em 2012, seis meses de permanência em Bolonha, dos quais quatro meses foram dedicados à observação quase diária sobretudo na loja etíope e nos últimos dois meses também no bar eritreu, e em alguns dias em itinerância a acompanhar elementos dos grupos que frequentavam espaços *habesha* (etíopes e eritreus) em Bolonha, a par da realização das entrevistas; em 2013, um mês de visitas semanais a uma associação em Lisboa (ACV) na qual, não obstante toda a disponibilidade e colaboração resultante num conjunto significativo de entrevistas, a actividade de observação encontrou mais dificuldades; em 2015, quatro meses de visitas semanais a uma outra associação em Lisboa (AAAESCV), intercalados com as restantes entrevistas.

De destacar, também, que se observaram diferenças ao nível dos ciclos de vida e de posições de classe social entre os grupos observados em Bolonha e em Lisboa, com maior envelhecimento e posição socioeconómica mais favorecida do grupo observado em Lisboa. O critério que tinha prevalecido na identificação dos espaços de observação em Bolonha (posição relativamente central na cidade, uso predominante por um grupo mas generalizado a outros grupos das mesmas comunidades de origem) não se revelou equiparável aos espaços identificados em Lisboa, espaço urbano no qual as dinâmicas associativas não correspondem aos locais de residência e, em muitos casos, de trabalho da maioria da população cabo-verdiana.

A periodicidade diária ou semanal da observação participante, em espaços de frequência quotidiana ou mais esporádica, gera resultados diferentes. Das observações feitas no âmbito deste projecto, a observação diária permitiu captar melhor as dinâmicas quotidianas do grupo (etíope e eritreu) em observação, entre idas e regressos do trabalho, das compras ou simplesmente pela dedicação habitual de algum tempo diário à permanência num espaço frequentado por conterrâneos. Já a observação semanal (junto de cabo-verdianos) denotou maior recorrência de

comportamentos possivelmente distanciados da dinâmica quotidiana, entre dança, assistência a palestras e refeições no espaço associativo.

Os períodos de observação referenciados foram importantes para o estabelecimento de uma relação de confiança com os grupos de potenciais entrevistados, para a realização de entrevistas informais que auxiliaram a situar a informação empírica recolhida, e para a ponderação de categorias que auxiliaram na análise de conteúdo das entrevistas realizadas.

Os resultados da observação só são directamente reportados no caso italiano, onde foi possível registar em formato audiovisual. O resultado deste registo, feito ao longo de três meses por Akio Takemoto e Enrico Turci (à data finalistas do Mestrado em Cinema, Televisão e Produção Multimédia da Universidade de Bolonha) e complementado pela realização de entrevistas semiestruturadas com diferentes guiões, foi posteriormente editado para a realização do filme documentário independente “Bello essere Habesha”¹⁶ (de Akio Takemoto, Enrico Turci e Inês Vieira, 31 minutos, Itália, 2013 – Anexo E).

Este documentário reflecte o encontro de elementos das comunidades etíope e eritreia de Bolonha com os realizadores. O documentário estrutura-se em torno da apresentação feita pelos protagonistas sobre as relações entre a Etiópia, a Eritreia e Itália, alguns dos espaços que lhes são significativos em Bolonha, memórias sobre os próprios percursos de vida e a sua percepção sobre o significado de ser migrante. As gravações foram feitas: em eventos promovidos pela *Associazione della Comunità Etiope in Emilia Romagna – ACEER* (reunião para dar a conhecer o projecto de uma megaestrutura hidroeléctrica na Etiópia, 09/06/2012, e sessão de cinema no Centro Interculturale M. Zonnarelli, 21/07/2012); no claustro do Archiginnasio de Bolonha (21/07/2012); nas residências dos entrevistados, em jardins e espaços comerciais de referência para os elementos entrevistados (Abyssinia Gift Shop, Ristorante Africano Adal, Pub EastAfro, várias filmagens entre Junho e Agosto de 2012); em itinerância na

¹⁶ *Bello essere Habesha*, página de enquadramento do documentário: <https://belloesserehabesha.wordpress.com>. Em Portugal, o documentário está disponível na APORDOC (<http://apordoc.noip.me/150000/1/010747/index.htm>).

Via Barbieri, rua principal do bairro *habesha* de Bolonha (18/08/2012); durante a preparação do jantar e na festa de despedida, nos Giardini Fava (18/08/2012).

“Bello essere Habesha” foi a primeira produção documental dos três autores, que aqui iniciaram um percurso experimental de produção, pesquisa com observação participante e com situações organizadas e negociadas para permitir a gravação, realização de entrevistas, análise de conteúdo e definição da estrutura do filme contemporaneamente às gravações (considerando as limitações de tempo para o trabalho conjunto), e de aprendizagem da realização audiovisual entre comunicação de ciência, comunicação social e enquadramento estético.

Para a primeira apresentação do documentário “Bello essere Habesha”, que decorreu em Bolonha (no centro social XM24, 25/03/2013), foram convidados todos os participantes no estudo, entre outros elementos das associações representativas das comunidades etíope e eritreia em Bolonha. Após a projecção foi possível recolher a reacção sobre o documentário produzido: entre o estranhamento e o elogio da difícil conquista dos relatos eritreus, passando pela desilusão da não intervenção sobre o domínio imperfeito da língua, até uma reacção mais generalizada de identificação com a apresentação de mundos de vida confluentes mas discordantes dos grupos etíopes e eritreus em Bolonha.

2.4 Reflexão metodológica

A frequência do curso de formação avançada "Biografar: Oficina de Trabalho Biográfico", com Elsa Lechner e Clara Keating (CES-Coimbra, 2 a 3-07-2010, em fase anterior ao programa doutoral), ao trabalhar sobre a apresentação do próprio percurso de vida e a sua ressonância por diferentes investigadores, permitiu preparar o trabalho biográfico e potenciou a reflexão sobre a responsabilidade, a ética e o propósito do trabalho com recurso a entrevistas.

Reflectindo sobre o guião das entrevistas semiestruturadas, a pré-constituição da maioria das categorias e o seu estabelecimento *a priori* no desenho da investigação podem ser vistos, em parte, em contradição com o processo de problematização e

categorização mais caro às abordagens qualitativas, um processo muitas vezes mais aberto e indefinido, de modo a melhor se apreender o nexos entre texto, contexto e inter-texto, entre indivíduo, cultura e momento ou fase histórica (Ferrarotti, 1997: 165). Porém, esta pré-constituição foi uma mais valia dada a inexperiência da doutoranda no trabalho com entrevistas, assim permitindo um maior direccionamento do trabalho enquanto a flexibilidade potencial deste método ia sendo trabalhada no decorrer da recolha de informação empírica.

Durante a realização das entrevistas com refugiados em Itália, uma anotação recorrente dizia respeito à dificuldade de uma parte dos entrevistados compreender e falar tanto em italiano como em inglês. A escolha dos contextos de estudo (em Portugal e em Itália) para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa respeitou o critério de as entrevistas poderem ser realizadas em línguas em que a entrevistadora é proficiente. Esta opção evitaria a necessidade de mediadores linguísticos com potencial impacto junto dos refugiados (por associarem essa experiência às primeiras entrevistas que fizeram à entrada do espaço europeu, enquanto o seu processo de asilo era avaliado, e que recordam de forma traumática) e no conteúdo do material empírico recolhido (podendo o conteúdo dos relatos ser involuntariamente adulterado por efeitos de tradução). Da globalidade das entrevistas realizadas, apenas uma foi sujeita a tradução simultânea, feita não por um especialista mas sim por uma outra pessoa refugiada da confiança da entrevistada (a qual tinha chegado a Itália no ano anterior e não sabia falar inglês).

A análise de conteúdo das entrevistas foi feita com o auxílio de grelhas de análise temática, a primeira correspondente ao guião da entrevista, e a segunda já evidenciando recorrências e cruzamentos de categorias que evoluíram, com o proceder da análise, para o sistema de códigos e subcódigos previamente apresentado. Há que reconhecer que uma análise categorial, com uma unidade de análise mais curta (ao exemplo da frase) poderia, no conjunto total das entrevistas, providenciar mais resultados. Porém, uma análise desse tipo seria pouco equilibrada considerando a forma como algumas entrevistas foram dirigidas (sobretudo com refugiados, que como se referiu tinham mais dificuldade em dominar a língua) em detrimento de outras.

Na decorrência da análise das entrevistas desenvolvidas, uma das observações que importa destacar diz respeito à pertinência de incluir indicadores de classe social no guião de entrevista. Não foi possível aprofundar o investimento analítico em dimensões de desigualdade social nas experiências de mobilidade dada a inexistência de indicadores que permitissem explorar concretamente o cruzamento entre classe social, mobilidade e eventualmente experiências e percepções sobre questões ambientais. Estes indicadores poderiam incluir, para lá do nível educativo da pessoa entrevistada, uma integração entre níveis educativos, profissões e outras dimensões laborais e residenciais dos entrevistados e das suas famílias próximas/de referência, nos contextos de origem e de chegada.

Apesar de não se tratar do material empírico mais estruturante da tese, a co-realização do filme documentário “Bello essere Habesha” (Anexo E) foi importante para estabelecer uma relação mais sustentada e reconhecida com os entrevistados (que, através de um documentário curto, reconheceram e acompanharam várias etapas da recolha e do tratamento da informação, ao contrário do que associavam à produção académica), para explorar possibilidades de documentação e divulgação do conhecimento, e para trabalhar sobre o potencial da imagem e do som na investigação.

Capítulo 3: Caracterização e enquadramento dos entrevistados

Apresentamos, de seguida, um breve enquadramento contextual com referência à relação entre os países de origem e de chegada dos entrevistados. Será também apresentada uma tabela síntese para a caracterização dos factores ambientais, demográficos, económicos, sociais e políticos na Etiópia, Eritreia e Itália (Tabela 4), em Cabo Verde e Portugal (Tabela 6). Segue-se a caracterização sumária dos entrevistados (Tabelas 7, 8, 9 e 10), que pode ser complementada pela leitura dos dados numéricos disponibilizados no Anexo C.

3.1 Enquadramento contextual: da Etiópia e da Eritreia para Itália

Habesha, apropriação mais recente de *habashat*, designa a pessoa proveniente de *Habeshin*, histórica Abissínia. O significado de *habesha* é apresentado com alguns pontos de convergência entre entrevistados e literatura histórica, científica e de viagens consultada. O termo refere-se “aos do Mar Vermelho”, segundo a identificação grega de *erythrè thàlassa* (Todaro et al., 1994: 9), estreito braço de mar entre a península arábica e o nordeste africano, ligado ao Oceano Índico pelo estreito de Bab el-Mandeb e ao Mar Mediterrâneo pelo canal de Suez. *Habesha* resultaria então da confluência interétnica, desde o mito fundador da união entre a Rainha de Sabá e o Rei Salomão de Israel, entre kushitas e semitas, amáricos e sabeus (Malreaux, 2006; Halter, 2009; Todaro et al., 1994). Hoje os *habesha* dividem-se entre as nacionalidades etíope e eritreia.

O antigo reino de Axum, capital africana do cristianismo (ortodoxo), religião que continuou a enquadrar o império da Abissínia desde a dinastia salomónica da idade média, foi-se dividindo em diversos países sobretudo a partir do imperialismo e do colonialismo europeu em África.

Segundo a historiografia italiana majoritária¹⁷ (apesar da escassa produção sobre a história colonial deste país), a presença de Itália em África (sobretudo no Norte e Este do continente africano) é bastante antiga, se considerarmos a presença de armadores, comerciantes, missionários e estudiosos, entre outros viajantes italianos, em alguns dos territórios que formariam mais tarde a “Africa Orientale Italiana” (A.O.I.). Mas terá sido sobretudo a partir de 1869, com a inauguração do canal de Suez, que as Câmaras de Comércio da recentemente unificada Itália consideraram ser urgente dispor de uma estação comercial no Mar Vermelho, evitando a desvantagem comparativa face às restantes potências europeias e ordenando, por isso, a compra do território costeiro, concedido à companhia naval Rubattino. Em 1882, integradas no movimento de defesa do leste africano face ao movimento mahadista, que já fragilizara o exército inglês no Sudão, as tropas italianas avançaram na ocupação do território eritreu, que ainda nesse ano deixou de pertencer nominalmente ao Egipto (Todaro et al., 1994).

Integrado na distribuição territorial das potências europeias, este avanço não foi aceite pelo *negus* abissínio Johannes IV, que via o acesso etíope à linha costeira ameaçado e a aproximação crescente dos italianos junto do seu principal adversário, Menelik, *ras* de Scioà. A resistência dos grandes feudais fiéis a Johannes IV, particularmente do *ras* Alula de Tigré, dificultou mas não conseguiu impedir a permanência italiana no território. Em breve começaram a ser envolvidos grupos indígenas – *ascari* – para apoio à presença italiana com reforço dos batalhões coloniais. Desenvolveu-se, também, uma sociedade geográfica na região de Scioà – *Let Marefià* – que, para além de servir a exploração dos grandes lagos equatoriais, permitiu o aprofundamento da actividade política. Com a nomeação de Baldissera a comandante das tropas africanas, a morte de Johannes IV e a ascensão ao trono etíope de Menelik, a presença italiana consolidou-se (Todaro et al., 1994).

¹⁷ Segundo Angelo del Boca (2012), esta apresentação da (pouca) historiografia colonial italiana pode contribuir para uma visão da história que de algum modo repete as visões dos historiadores da época fascista, sobretudo ao se invocar um conjunto de supostos precursores coloniais. Tal reiteração da importância dos precursores pode contribuir para a filosofia do expansionismo italiano, conferindo-lhe origens mais antigas e fundamentação mais sólida, e assim legitimar a presença de Itália em África. Estas questões serão mais exploradas no Capítulo 10.

A discórdia entre Itália e Etiópia ressurgiu com o tratado de Ucciali (1889), inicialmente pela definição dos limites territoriais da presença italiana na Eritreia e pouco depois pelo ambíguo artigo 17. Em língua italiana, tal artigo indicava que a Etiópia era obrigada a recorrer a Itália para relações diplomáticas de política externa com outras nações, significando o protectorado italiano sobre a Etiópia. Na versão amárica lia-se que a Etiópia podia, sem obrigação, recorrer à mediação italiana em matéria de política externa. O *negus* Menelik renunciou ao tratado em 1893 e sucederam-se confrontos, dos quais se salienta o de Adua (1896), considerada uma das maiores batalhas coloniais e ainda hoje celebrada pela resistência etíope à ocupação italiana. Face à derrota, mas atentando a dificuldade de unificação militar etíope num território tão vasto e com distribuição de recursos incerta, procedeu-se à negociação da paz com cedência do território eritreu aos italianos e fechamento da fronteira etíope (Todaro et al., 1994).

Abriu-se caminho ao desenvolvimento da colónia eritreia, que porém não equivalia à ambição italiana de domínio sobre a A.O.I.. Após algumas décadas de calma, estando no poder o *negus neghesti* Hailè Sellassiè, retornaram as hostilidades. Em 1935 recomeçaram as investidas italianas a partir de Axum, a cidade santa, e do forte histórico de Macallè. Em 1936 Badoglio ocupou Adis Abeba, que o *negus* já tinha abandonado rumo a Londres, onde viveria em exílio (Todaro et al., 1994).

Sendo considerada a primeira guerra mecanizada da história, o conflito entre Itália e Etiópia continua com muitas páginas obscuras. A conquista italiana foi tacitamente reconhecida pela Sociedade das Nações, abolindo-se as sanções contra Itália, e a A.O.I. tornou-se mais vasta, consoante a ambição de Vittorio Emanuele III e de Mussolini: Etiópia, Eritreia e Somália italiana.

Todos os *ras* combativos foram capturados e fuzilados, mas os guerrilheiros da resistência mantiveram-se activos até ao irromper da II Guerra Mundial. Em 1941, com a ajuda do *negus* exilado, as tropas inglesas invadiram Asmara e Adis Abeba, marcando o fim da A.O.I.. A Eritreia continuou sob protectorado britânico até 1952, quando entrou em vigor a resolução da ONU que a declarava uma entidade autónoma, com governo e constituição próprios, mas federada com a Etiópia.

O conflito entre Etiópia e Eritreia cresceu, entre o projecto etíope de domínio sobre a linha costeira e a vontade de independência plena dos eritreus, despertando uma guerra de resistência até à independência eritreia em 1993. A guerra ressurgiu entre 1998 e 2000 na suposta procura de redefinição das fronteiras.

Até ao presente, Etiópia e sobretudo Eritreia são importantes países de origem de numerosos requerentes de asilo, na procura de uma situação de vida sem violência ou perseguição política, com dignidade e respeito pelos direitos humanos, conforme pode ser verificado em sucessivos relatórios da Human Rights Watch¹⁸.

Ponderando a Etiópia e a Eritreia como contextos potenciais para migrações ambientais, é de referir que o Corno de África foi identificado como uma das regiões mais pressionadas ao nível do êxodo ambiental na previsão inaugural de Myers e Kent: 1.5 milhões de pessoas (Myers e Kent, 1995: 14).

A Etiópia é o segundo país mais povoado em África, com uma estimativa populacional de 84.320.987 pessoas em 2011 (Central Statistical Agency of Ethiopia, 2011). O tamanho exacto da diáspora etíope é difícil de calcular, mas é apontado para cerca de 0,4% da população etíope, equivalendo a entre 1 e 2 milhões de pessoas, com populações mais numerosas no Médio Oriente, na América do Norte e na Europa (Kuschminder e Siegel, 2010: 2). O fluxo migratório regular da Etiópia em direcção a Itália não é considerado um dos mais significativos: em 2011 havia 8593 residentes etíopes em Itália, dos quais 1032 na região da Emilia Romagna, 248 na província de Bolonha e 209 no município (ISTAT, 2011).

Apesar de nunca terem sido realizados censos na Eritreia, as estimativas governamentais apontavam para cerca de 3.2 milhões de habitantes em 2010 (NSO e Fafo AIS, 2013: 3). Outras estimativas sugeriam um total populacional entre 2.5 e 6.5 milhões de habitantes (EASO, 2015: 12). 65% da população vive em meio rural, em actividades agrícolas maioritariamente de subsistência, apesar da crescente tendência de urbanização (NSO e Fafo AIS, 2013: 3). A contabilização da diáspora eritreia é também incerta, designadamente devido à sua agregação nas estatísticas referentes a

¹⁸ Vários relatórios anuais e temáticos vão sendo publicados todos os anos pela Human Rights Watch. Relatórios sobre a situação de vida na Etiópia e na Eritreia podem ser pesquisados na página (em língua inglesa) deste observatório: <https://www.hrw.org>

etíopes até à independência da Eritreia. O número de residentes eritreus em Itália era de 13.368 pessoas em 2011, com 1389 residentes na Emilia Romagna, 837 na província de Bologna e 753 no município (ISTAT, 2011).

No contexto italiano, a comunidade eritreia foi estudada sobretudo em Roma (Capalbo, 1982; Marchetti, 2011; Scalzo, 1984) e Milão (Arnone, 2010), onde residem as comunidades mais numerosas. Apesar de em Bolonha o número de eritreus e etíopes ser marcadamente inferior ao das cidades italianas anteriormente referidas (na metrópole de Milão, 2819 eritreus dos quais 2589 no município, e 935 etíopes dos quais 748 no município; na metrópole de Roma, 5021 eritreus dos quais 4917 no município, e 2958 etíopes dos quais 2609 no município – ISTAT, 2011), no início deste trabalho doutoral o número total de habitantes estrangeiros na cidade capital da Emilia Romagna (59.698 – ISTAT, 2012) era mais próximo ao da cidade de Lisboa (44.128 – Pordata/INE, 2011) do que nos casos de Roma (225.123 – ISTAT, 2012) ou de Milão (175.858 – ISTAT, 2012). Não obstante, ressalva-se que a percentagem da população de origem estrangeira face ao total da população residente é bastante diferente nas duas cidades (16,08% em Bolonha e 8,06% em Lisboa¹⁹).

Por outro lado, do ponto de vista dos significados e das “auras” atribuíveis à cidade de Bolonha, interessava-nos perceber quais as memórias que podiam estar associadas ao mais importante festival da diáspora eritreia, desenvolvido em Bolonha durante várias décadas (Tabacco e Poidimani, 2001).

Tabela 4: Factores ambientais, demográficos, económicos, sociais e políticos na Etiópia, Eritreia e Itália

Factores	Etiópia	Eritreia	Itália
Posição geográfica	Este africano (continental)		Europa do Sul
	Interior	Fronteira Mar Vermelho	Mar Mediterrâneo
Perfis climáticos e de terreno	Monção tropical com ampla variação induzida pela topografia, planalto com cordilheira central dividido pelo Great Rift Valley ^(a)	Tira de deserto quente e seco ao longo da costa do Mar Vermelho; mais frio e húmido no planalto central (até 61cm de chuva por ano, sobretudo entre Junho e Setembro);	Clima predominantemente mediterrânico; Alpino no extremo norte; terreno acidentado e montanhoso; algumas planícies, designadamente na orla costeira ^(a)

¹⁹ Cálculo da autora para os valores de 2011/2012: município de Bolonha, população residente total 371.151, população estrangeira 59.698 (ISTAT, 2012); município de Lisboa, população residente total 547.733, população estrangeira 44.128 (Pordata/INE, 2011).

		semiárido em colinas e planícies a oeste ^(a)	
Riscos naturais	Great Rift Valley susceptível a terremotos e erupções vulcânicas; secas frequentes ^(a)	Secas frequentes, raros terremotos e vulcões; enxames de gafanhotos ^(a)	Deslizamentos de terra e afundamentos, enxurradas de lama, avalanches, terremotos, erupções vulcânicas, inundações ^(a)
Ameaças ambientais correntes	Desflorestação; sobrepastoreio; erosão do solo; desertificação; escassez de água em algumas zonas devido a agricultura intensiva e má gestão ^(a)	Desflorestação; desertificação; erosão do solo; sobrepastoreio; perda de infraestruturas devido à Guerra civil ^(a)	Poluição do ar, da costa e dos rios devido à indústria e à agricultura; chuva ácida; estações de tratamento e eliminação de resíduos inadequadas ^(a)
Recursos-chave (exportações e mercadorias)	Café, khat, ouro, produtos de couro, animais vivos, sementes oleaginosas ^(a)	Ouro e outros minerais, pecuária, sorgo, têxteis, alimentos, pequena manufactura ^(a)	Produtos de engenharia, têxteis e vestuário, máquinas de produção, veículos/ equipamentos de transporte, produtos químicos; alimentos, bebidas e tabaco; minerais e metais não ferrosos ^(a)
Uso do solo	Terra agrícola: 36.3% (terra arável 15.2%; culturas permanentes 1.1%; pastoreio permanente 20%) Floresta: 12.2% Outros: 51.5% ^(b)	Terra agrícola: 75.1% (terra arável 6.8%; culturas permanentes 0%; pastoreio permanente 68.3%) Floresta: 15.1% Outros: 9.8% ^(b)	Terra agrícola: 47.1% (terra arável 22.8%; culturas permanentes 8.6%; pastoreio permanente 15.7%) Floresta: 31.4% Outros: 21.5% ^(b)
População e taxa de crescimento	96,633,458 > 2.89% ^(c)	6,380,803 > 2.3% ^(c)	61,680,122 > 0.3% ^(c)
Densidade populacional	83.1/Km ² ^(e)	52.1/Km ² ^(e)	202.1/Km ² ^(e)
População urbana e taxa de crescimento	17.5% > 3.6% ^(f)	22.2% > 5% ^(f)	68.7% > 0.5% ^(f)
População rural e taxa de crescimento	82.5% > 1.8% ^(f)	77.8% > 2.3% ^(f)	31,3% > -0.4% ^(f)
Idade média	17.6 ^(c)	19.1 ^(c)	44.5 ^(c)
PIB por sector de origem	Agricultura: 47.7% Indústria: 10.4% Serviços: 41.9% ^(c)	Agricultura: 11.6 % Indústria: 28.1% Serviços: 60.2% ^(c)	Agricultura: 2.2 % Indústria: 23.9% Serviços: 73.9% ^(c)
Migrações e principais questões económicas e políticas	396,100 IDPs; Guerra fronteiriça com a Eritreia 1998-2000; conflitos étnicos; desastres naturais; conflito em curso entre exército etíope e grupos rebeldes separatistas; violência intercomunitária ^(a) ; serviço militar não é obrigatório, excepto segundo chamadas	Economia comandada pelo estado com políticas rígidas, reforça as consequências da falta de recursos e a seca crónica; sistema autoritário de partido único com uso extenso de trabalho de militares e empresas da propriedade do partido ^(a) ; 18-40 anos H/M serviço militar obrigatório	Problemas persistentes: crescimento económico lento, forte desemprego jovem e feminino, crime organizado, corrupção e disparidades económicas sul/norte. Longa linha costeira e economia desenvolvida atrai migrantes indocumentados do sudeste europeu e do norte africano ^(a)

	especiais ^(d)	^(d)	(refugiados eritreus: 12666 ^(c))
Ligações histórias e presentes ao nível político e social	País previamente ocupado por Itália; Guerra com Eritreia pelo acesso ao Mar Vermelho; recebe muitos refugiados eritreus	Antiga provincial etíope, cedida como colónia italiana; independente (após Guerra) da Etiópia desde 1993	País ex-ocupante e colonizador (Etiópia 1936-1945, Eritreia 1890-1941), importante porta de entrada na UE para requerentes de asilo

Fontes: CIA (2015), dados de ^(a) 2015; ^(b) 2011; ^(c) est. 2014; ^(d) 2012; UN Data (2015), ^(e) 2012; ^(f) 2010-2015

3.2 Enquadramento contextual: de Cabo Verde para Portugal

A República de Cabo Verde é um arquipélago constituído por dez ilhas, divididas entre o grupo do Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista) e o grupo do Sotavento (Maio, Santiago, Fogo, Brava). Este país insular localiza-se no oeste africano, a cerca de 500 Km do Senegal.

O povoamento das ilhas de Cabo Verde é atribuído à colonização do território pelos portugueses no século XV. A experiência colonial de Cabo Verde foi inovadora e estruturante para a expansão portuguesa. Compreenda-se, primeiramente, o enquadramento de Cabo Verde entre os restantes arquipélagos atlânticos de domínio português – Madeira, Açores e São Tomé –, relativamente próximos de Portugal continental e territorialmente demarcados pela sua constituição insular (de mais fácil protecção). No seu conjunto, estes arquipélagos funcionaram, nas palavras de A. H. de Oliveira Marques, como “laboratório experimental do império português” (Oliveira Marques, 2018: 79), importante para definir a actuação de Portugal na expansão para os distantes continentes asiático e americano.

Por outro lado, se a colonização da Madeira e dos Açores se revelou economicamente útil à potência imperial (já no início do séc. XVI, com produção de açúcar e vinho na Madeira, de trigo e dos corantes pastel e urzela nos Açores), em São Tomé e Cabo Verde esse processo foi mais difícil. São Tomé e as restantes ilhas colonizadas por Portugal no golfo da Guiné (Príncipe, Ano Bom e Fernão do Pó) tinham solo fértil, chuva abundante e regular, mas o clima era quente e excessivamente húmido, o que se repercutia na proliferação de doenças tropicais e em condições de vida pouco saudáveis, tornando difícil o seu povoamento permanente por colonos

européus. Em Cabo Verde as culturas agrícolas que eram consideradas essenciais falharam, sendo necessário aplicar mais esforços e encontrar novas estratégias de adaptação. Não podendo estabelecer-se como colónia de povoamento, a sobrevivência colonial de Cabo Verde associa-se, então, à sua constituição como ponto de escala para a navegação do Atlântico, conferindo centralidade à sua actividade portuária e mercantil (Oliveira Marques, 2018).

Dentro das novas formas de colonização e relações sociais daí emergentes destaca-se o facto de em Cabo Verde se ter estabelecido, pela primeira vez na era moderna, uma sociedade escravagista suportada económica e socialmente na exploração contínua do trabalho escravo negro e da sua comercialização. O escravo foi transformado em mercadoria fundamental do comércio a longa distância, tendo os lucros deste comércio sustentado o povoamento e a administração do arquipélago pela emergente elite colonizadora (Cabral et al., 2001). Para além de serem constituídos como mercadoria internacional, uma parte dos escravos era encaminhada para serviços agrícolas e domésticos, sobretudo na Madeira e em Portugal, mas também nos restantes territórios sob domínio imperial. Do governo de Santiago, em Cabo Verde, dependiam várias feitorias estabelecidas pelos portugueses ao longo da costa continental africana; tais feitorias, para além do comércio de escravos, viviam do tráfico de ouro, malagueta e marfim (Oliveira Marques, 2018).

A história política de Cabo Verde no séc. XX (fase de maior impacto para os entrevistados) foi marcada por três factores: a independência do país em 1975; a tentativa de unificação com a Guiné Bissau; e a realização de eleições multi-partidárias a partir de 1990, antecedidas por um sistema unipartidário.

Ao longo da sua história, e sobretudo a partir do séc. XVII, Cabo Verde sofreu secas repetidas que dificultaram a qualidade de vida e contribuíram para um forte movimento emigratório, na base do estabelecimento de redes migratórias, ao ponto de se ponderar que a população em diáspora seja em número superior à população residente no arquipélago (tendo sido ultrapassado o meio milhão de residentes em 2012 – INE-CV, 2012).

Os Estados Unidos da América (EUA) são um dos principais países de destino dos emigrantes cabo-verdianos, num fluxo antigo, que remonta ao comércio de

escravos e às embarcações americanas de baleeiros desde o séc. XVIII (Carvalho, 2009). Do que é possível aferir ao nível estatístico, o fluxo de emigrantes não forçados para os EUA terá sido particularmente significativo até 1920 (Carreira, 1977a; Grassi, 2007). O fluxo de cabo-verdianos para os EUA está muito ligado com as populações da Ilha Brava e da Ilha do Fogo.

Portugal também tem sido um destino prioritário, nomeadamente para a população da Ilha de Santiago. Para além de país de destino, Portugal tem desempenhado o papel de plataforma para a mobilidade até outros destinos europeus. Dos destinos migratórios de cabo-verdianos à escala europeia destacam-se os casos da Holanda (partilhando com os EUA o histórico ponto de partida do trabalho nas embarcações) e Itália (caso importante de migração feminina – Évora, 2007; Grassi e Évora, 2007).

Tabela 5: Migrantes cabo-verdianos em Portugal e nos territórios colonizados por Portugal em África

	Portugal	Territórios colonizados por Portugal em África
1900-1920 ¹	1232	5377
1927-1945 ¹	3336	1682
1946-1959 ¹	3933	909
<i>Ex-colónias</i>		
1986-1997 ²	52100	45100

Fontes: Grassi e Évora (2007: 29), Góis (2006: 40)

¹ Valores da “emigração espontânea” para Portugal (Lisboa, Açores e Madeira) e, para os territórios colonizados por Portugal em África, soma dos totais de Guiné Bissau, Angola e Moçambique, São Tomé e Príncipe (Grassi e Évora, 2007: 29)

² Estimativa, valores médios para Portugal e para a soma das estimativas de Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Moçambique (Góis, 2006: 40)

Como pode ser verificado na Tabela 5, a mobilidade de cabo-verdianos para Portugal teve origem há mais de 100 anos, integrada num movimento que se estendia

globalmente ao antigo império português. Neste contexto (até à independência de Cabo Verde), o migrante cabo-verdiano podia ser considerado migrante interno²⁰, de nacionalidade portuguesa, não obstante a escala intercontinental da sua mobilidade. Estes percursos integram-se numa rede densa de relações coloniais, históricas, culturais e linguísticas que ligam Portugal, Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor, Brasil e o território de Macau. Estas relações estão na base do sistema migratório lusófono (Baganha, 2009; Marques e Góis, 2013), no qual continuam a verificar-se percursos de mobilidade em número significativo (com direcções variáveis ao longo do tempo), em parte sustentados por importantes acordos bilaterais estabelecidos entre estes países em vários campos, ao exemplo da justiça, educação, telecomunicações, comércio, fronteiras e segurança.

O número de cabo-verdianos em Portugal aumentou substancialmente a partir de 1986, ano de entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Para além do atractivo de Portugal se tornar uma porta mais integrada no espaço europeu, este aumento pode dever-se a diferentes razões: (1) ao reforço das políticas de construção pública, aumentando a procura de mão-de-obra numa fase consequente à emigração portuguesa (e assim activando um mecanismo de “substituição”); (2) à quase inexistência de mecanismos para controlar as entradas e saídas de população, mantendo um número significativo de migrantes em situação irregular durante as décadas de 1980 e 1990; e (3) às fortes redes sociais que apoiaram os imigrantes na redução de riscos e de custos da migração (Machado, 1997: 22-23).

Considerando dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para 2013, no âmbito das comunidades estrangeiras com população mais numerosa em Portugal, Cabo Verde ocupava a segunda posição (11%), quase a par da Ucrânia (10%) e da Roménia (9%) e apenas superado pelo Brasil (23%). Também segundo o SEF (2013), estimava-se que 54% dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal residissem nos

²⁰ Podemos considerar que o migrante cabo-verdiano era um migrante interno, se circulasse no território colonizado português, no continente europeu ou em território ultramarino. Porém, apesar de ser migrante interno, a sua mobilidade não era necessariamente fácil ou permitida; pense-se nas dificuldades decorrentes do Decreto de Lei n. 823, de 2 de Novembro de 1914, que aboliu a atribuição de passaportes para habitantes da província de Cabo Verde, qualquer que fosse o seu destino, incluindo Portugal e outras províncias ultramarinas, à excepção de mobilidades motivadas pelo serviço militar (Carreira, 1977a).

distritos de Lisboa e Setúbal e que 7% se encontrassem em situação migratória irregular. O número total de cabo-verdianos em Portugal tem vindo a diminuir desde o início da crise económica em Portugal (Relatórios de Actividade do SEF entre os anos 2006 e 2013).

Considerando os resultados do Censo 2010, nesse ano o valor para a população total residente em Cabo Verde era de 491.875 pessoas, distribuídas em 61,8% em meio urbano e 38,2% em meio rural (INE-CV, 2010). A mesma fonte indica que a taxa de emigração, à data, era de 38,4% (INE-CV, 2010).

Em Portugal, considerando os resultados censitários de 2011, a população estrangeira com estatuto legal de residente e nacionalidade cabo-verdiana era de 43.475 pessoas. Destas, 34.407 pessoas residiam na Área Metropolitana de Lisboa, 3.292 das quais no município de Lisboa (Pordata/INE, 2011).

Podemos, por isso, antecipar um cenário diferente em termos de ocupação da cidade e do território metropolitano no que diz respeito aos cabo-verdianos em Lisboa (mais dispersos na área metropolitana) e aos etíopes e eritreus em Bolonha (mais concentrados na cidade), conforme o resumo estatístico anteriormente apresentado.

No que diz respeito à ponderação de Cabo Verde como contexto potencial para migrações ambientais, salienta-se que o arquipélago tem uma longa história de secas e fomes que vêm sendo associadas aos movimentos migratórios (Carreira, 1977a, 1977b). Em parte, as secas podem ser explicadas pela localização do arquipélago no prolongamento do Sahel. Particularmente crítico é o impacto do harmatão, o vento de leste, num contexto ecologicamente vulnerável, no qual António Carreira identifica “notória irregularidade das chuvas; avançado processo de erosão das terras provocado pelas enxurradas (quando chove) e pela acção dos ventos, facilitada pela ausência de cobertura vegetal do solo (desarborização progressiva).” (Carreira, 1977b: 62).

Não obstante, em termos de reflexo estatístico, as questões ambientais não são directamente identificadas nas principais motivações da emigração cabo-verdiana recente. No Inquérito Multi-Objectivo Contínuo de 2013, as principais motivações migratórias referenciadas foram estudos (36%), reagrupamento familiar (21,4%) e procura de trabalho (18%) (INE-CV, 2014: 43).

Tabela 6: Factores ambientais, demográficos, económicos, sociais e políticos em Cabo Verde e Portugal

Factores	Cabo Verde	Portugal
Posição geográfica	África ocidental, arquipélago no Oceano Atlântico norte	Sudoeste europeu, fronteira com o Oceano Atlântico norte + ilhas da Madeira e Açores
Perfis climáticos e de terreno	Temperado; verão quente e seco; precipitação escassa e irregular; terreno íngreme, acidentado, rochoso e vulcânico ^(a)	Temperado marítimo; frio e chuvoso no norte, mais quente e seco no sul; montanhoso a norte do rio Tejo, planícies a sul ^(a)
Riscos naturais	Secas prolongadas; vento Harmattan sazonal produz poeira densa; actividade sísmica e vulcânica ^(a)	Arquipélago dos Açores sujeito a terremotos ^(a)
Ameaças ambientais correntes	Erosão do solo; desmatamento para obtenção de lenha; escassez de água; desertificação; danos ambientais ameaçaram várias espécies de aves e répteis; extracção ilegal de areia da praia; sobrepesca ^(a)	Erosão do solo; poluição do ar causada pelas emissões industriais e de veículos; poluição da água, especialmente nas zonas costeiras ^(a)
Recursos-chave (exportações e mercadorias)	Combustível (reexportações), calçado, vestuário, peixe, couro ^(a)	Produtos agrícolas, vinho, azeite, produtos químicos, plástico/borracha, peles/couro, madeira, cortiça, papel, têxteis, vestuário, calçado, maquinaria/ferramentas, metais ^(a)
Uso do solo	Terra agrícola: 18.6% (terra arável 11.7%; culturas permanentes 0.7%; pastoreio permanente 6.2%) Floresta: 21% Outros: 60.4% ^(b)	Terra agrícola: 39.7% (terra arável 11.9%; culturas permanentes 7.8%; pastoreio permanente 20%) Floresta: 37.8% Outros: 22.5% ^(b)
População e taxa de crescimento	538,535 > 1.39% ^(c)	10,813,834 > 0.12% ^(c)
Densidade populacional	122.6/Km ² ^(e)	115/Km ² ^(e)
População urbana e taxa de crescimento	64.1% > 2.1% ^(f)	62.1% > 0.9% ^(f)
População rural e taxa de crescimento	35.9% > -1.1% ^(f)	37.9% > -1.4% ^(f)
Idade média	24 ^(c)	41.1 ^(c)
PIB por sector de origem	Agricultura: 10% Indústria: 18.6% Serviços: 71.4% ^(c)	Agricultura: 2.6% Indústria: 22.4% Serviços: 75% ^(c)
Migrações e principais questões económicas e políticas	Após a independência, procura de unificação com a Guiné-Bissau e sistema de partido único até 1990; economia vulnerável, dependência da ajuda ao desenvolvimento, investimento estrangeiro, remessas (grande comunidade em diáspora, como parcela do PIB é uma das mais elevadas da África Subsaariana) e turismo (pilar da economia, depende das condições nos países da zona euro); 40% da população vive em áreas rurais, mais baixo valor da	Governos repressivos durante a maior parte do séc. XX; 1974, golpe militar de esquerda instalou amplas reformas democráticas; 1975, independência de todas as antigas colónias africanas; 1986, entrada de Portugal na CEE (hoje UE), desde então liberalizou muitas empresas e áreas-chave da economia; economia contraiu em 2009 e caiu novamente de 2011 a 2014; medidas de austeridade (para reduzir o grande défice orçamental) contribuíram para agravar o desemprego

	produção de alimentos no PIB; fraca base de recursos naturais, períodos de grave escassez de água com ciclos de seca de longo prazo, solo pobre para o cultivo de alimentos em várias ilhas, necessidade de importar a maioria dos bens de consumo; secas contínuas na segunda metade do séc. XX e forte emigração (população em diáspora superior à doméstica) ^(a)	e despoletaram uma onda de emigração inédita desde a década de 1960 ^(a) ; atracção de força de trabalho imigrante desde 1986, principalmente de imigrantes provenientes dos PALOP, mas o fluxo de entrada ressentiu a crise económica e financeira, transformando o perfil migratório
Ligações históricas e presentes ao nível político e social	Ilhas desabitadas até à colonização portuguesa no séc. XV; tornou-se entreposto para o comércio de escravos e para embarcações no Atlântico; independência em 1975 ^(a) ; lusofonia e sistema migratório lusófono	Antigo poderio marítimo (sécs. XV-XVI), independência do Brasil em 1822 e das antigas colónias africanas em 1975 ^(a) ; lusofonia e sistema migratório lusófono (mas os protagonistas mudaram)

Fontes: CIA (2015), dados de ^(a) 2015; ^(b) 2011; ^(c) est. 2014; ^(d) 2012; UN Data (2015), de ^(e) 2012; ^(f) 2010-2015

3.3 Caracterização dos entrevistados

Apesar da sua integração com outros métodos de pesquisa para melhor responder aos objectivos deste projecto de investigação, o método central para o seu desenvolvimento foi a entrevista. Foram realizadas 54 entrevistas semiestruturadas, das quais 19 com refugiados etíopes e eritreus em Bolonha, 13 com migrantes etíopes e eritreus em Bolonha e 22 com migrantes cabo-verdianos em Lisboa.

Uma primeira advertência diz respeito ao facto de os entrevistados não deverem ser considerados, *a priori*, “migrantes ambientais”. Tal como foi explicado na apresentação do problema de investigação (1.1), para este projecto considerou-se a mobilidade como variável independente, sendo as questões ambientais consideradas como parte do contexto geral dos países de origem, os quais foram escolhidos em função de um tipo partilhado de problemas ambientais – secas, falta de água e seus impactos sociais – e de uma componente histórica em comum – duas trajectórias pós-coloniais, dada a ocupação colonial de Portugal em Cabo Verde e de Itália na Eritreia e na Etiópia. O ambiente é aqui ponderado como variável dependente, em potencial interligação com outros factores (sociais, económicos, políticos; bloqueadores e facilitadores da mobilidade; características pessoais e grupais) em diferentes épocas migratórias, numa interpretação multicausal das motivações migratórias que inclui o

ambiente. Interessa-nos perceber, a partir dos contextos de chegada (nos quais, à data do início deste projecto doutoral, se divulgavam advertências sobre uma possível “invasão massiva” de migrantes e refugiados ambientais e climáticos através do sul da Europa – ver 4.4), quais os lugares ocupados pelas questões ambientais nas memórias de migrantes e refugiados sobre os seus contextos de origem.

A questão das memórias sobre Cabo Verde, Etiópia e Eritreia foi central, considerando o objectivo de averiguar as percepções sobre questões ambientais e de as ponderar também em relação ao tipo de experiência social de mobilidade – como migrantes ou como refugiados (ver 1.4). Todos os entrevistados identificavam os países considerados no continente africano como os seus contextos de origem e polos identitários, apesar de diferentes tipos de relação estatutária com os países de origem e chegada. No caso dos cabo-verdianos, foram entrevistados imigrantes com visto de trabalho ou por acompanhamento a familiar por questões de saúde, imigrantes com autorização de residência ou com cidadania portuguesa dada a sua permanência no território, situações de dupla cidadania (portuguesa e cabo-verdiana) ou de cidadania portuguesa devido ao seu enquadramento familiar e nascimento em época colonial. No caso dos etíopes e eritreus, foram entrevistados refugiados e outros migrantes sob protecção humanitária, imigrantes com autorização de residência temporária e permanente, imigrantes que converteram vistos de estudo em vistos de trabalho e situações em que a cidadania italiana foi reconhecida por ascendente familiar.

Para a constituição da amostra, como foi referido na abordagem metodológica / entrevistas semiestruturadas e histórias de mobilidade (2.2), partimos do contacto com movimentos associativos e da presença em espaços significativos das comunidades etíope e eritreia em Bolonha e cabo-verdiana em Lisboa. Quando nos referimos a Bolonha e a Lisboa consideramos a escala dos municípios: interessava, como se verá na parte 3 (capítulos 12 e 13), perceber o lugar destas comunidades migrantes nas cidades enquanto territórios de chegada. Porém, como é possível inferir da breve caracterização estatística apresentada no subponto anterior, para além dos pesos distintos das populações consideradas, a distribuição destas comunidades migrantes nos territórios de chegada é diferente, concentrando-se mais na cidade no caso italiano e mais no espaço metropolitano no caso português. Esta distribuição

desigual teve repercussões nos perfis diferenciados dos entrevistados em Bolonha e em Lisboa, com um efeito de maior concentração de migrantes socioeconomicamente favorecidos no caso da cidade de Lisboa (Vieira e Baptista, 2016). Esta observação levou a que na última fase de entrevistas se procurassem elementos da comunidade cabo-verdiana em Lisboa com maior conhecimento e envolvimento na área metropolitana. Por outro lado, na procura de um maior equilíbrio na análise e apresentação da informação recolhida, procedemos à apresentação geral de todos os resultados mas destacando, sempre que os resultados o justifiquem, diferentes posicionamentos de classe social.

Procedemos, de seguida, à caracterização dos entrevistados, começando por apresentar os entrevistados etíopes e eritreus (Tabela 7).

Tabela 7: Breve caracterização dos entrevistados etíopes e eritreus (dados gerais)

Cod.	Experiência de mobilidade	Sexo	Idade	Proveniência família	Proveniência entrevistado/a	Ano saída Etiópia/Eritreia	Ano chegada a Itália
IT1	Refugiado	M	27	Etiópia e Eritreia	Adis Abeba (Etiópia)	2000-2002; 2006	2008
IT2	Refugiado	M	28	Eritreia	Adis Abeba (Etiópia)	2002	2002
IT3	Migrante	M	48	Etiópia e Itália	Adis Abeba (Etiópia)	1982	1982
IT4	Refugiado	M	26	Eritreia	Adis Abeba (Etiópia)	2005	2007
IT5	Migrante *	M	51	Etiópia	Debre Zeit (Etiópia)	1982	1982
IT6	Refugiado	M	28	Etiópia	Adis Abeba (Etiópia)	2005	2006
IT7	Refugiado	M	32	Eritreia	Adis Abeba (Etiópia)	2005	2006
IT8	Refugiado	M	28	Eritreia	Asmara (Eritreia)	2007	2007
IT9	Migrante	F	35	Etiópia	Adis Abeba (Etiópia)	1993	1993
IT10	Refugiado	M	28	Etiópia	Adis Abeba (Etiópia)	2005-2006; 2007	2008
IT11	Refugiado	M	26	Etiópia	Adis Abeba (Etiópia)	2006	2007
IT12	Refugiado	M	26	Etiópia	Nazreth (Etiópia)	2006	2007
IT13	Refugiado	M	26	Etiópia	Adis Abeba (Etiópia)	2006	2006

IT14	Refugiado	F	25	Etiópia e Eritreia	Adis Abeba (Etiópia)	2005	2008
IT15	Refugiado	M	33	Eritreia	Mendefera (Eritreia)	2006	2007
IT16	Migrante	F	40	Eritreia	Asmara (Eritreia)	1995	1995
IT17	Migrante	F	38	Eritreia	Asmara (Eritreia)	1996	1996
IT18	Refugiado	M	30	Etiópia	Adis Abeba (Etiópia)	2005	2006
IT19	Refugiado	M	31	Eritreia	Asmara (Eritreia)	2001	2003
IT20	Migrante	M	49	Etiópia e Itália	Adis Abeba (Etiópia)	1981	1981
IT21	Migrante	M	45	Eritreia	Asmara (Eritreia)	1983	1983
IT22	Refugiado	M	24	Eritreia	Dekemhare (Eritreia)	2006	2006
IT23	Refugiado	F	23	Etiópia	Adis Abeba (Etiópia)	2007	2011
IT24	Migrante *	M	32	Etiópia	Adis Abeba (Etiópia)	2011	2011
IT25	Migrante *	F	48	Eritreia e Itália	Asmara (Eritreia)	1979	1979
IT26	Refugiado	F	25	Eritreia	Asmara (Eritreia)	2005	2008
IT27	Migrante	M	41	Etiópia e Itália	Adis Abeba (Etiópia)	1980	1980
IT28	Refugiado	M	27	Etiópia	Oromia rural (Etiópia)	2006	2008
IT29	Migrante	M	40	Eritreia	Asmara (Eritreia)	1991	1991
IT30	Migrante	F	30	Eritreia	Asmara (Eritreia)	2001	2001
IT31	Migrante *	M	50	Eritreia	Keren (Eritreia)	1982	1982
IT32	Refugiado	M	26	Etiópia e Eritreia	Adis Abeba (Etiópia)	2006	2008

** Subgrupo socioeconomicamente mais diferenciado/elite*

Os 19 refugiados entrevistados chegaram a Itália enquanto jovens ou jovens adultos: um em menoridade (16 anos), quatro dos 18 aos 20 anos (tendo os mais novos iniciado a longa viagem ainda em menoridade), catorze dos 21 aos 24 anos e dois dos 26 aos 28 anos de idade. Chegaram a Itália entre 2002 e 2011, a maioria entre 2006 e 2008, e desde a saída dos países de origem até à chegada a Itália os seus

percursos duraram entre três meses e três anos. Tinham, à data da entrevista, entre 23 e 33 anos de idade.

Dos 13 migrantes entrevistados, reflectindo sobre a sua posição socioeconómica, quatro foram considerados num subgrupo de elite. Também no caso dos migrantes a viagem para Itália ocorreu em fase jovem ou jovem adulta: três em menoridade (9, 15 e 16 anos), seis entre os 18 e os 20 anos, três dos 21 aos 23 anos e um aos 31 anos de idade. Podemos aqui distinguir três épocas de chegada a Itália: de 1979 a 1983 em sete casos (de motivação migratória maioritariamente política), de 1991 a 1996 em quatro casos (de motivação migratória maioritariamente económica), e dois casos mais recentes, em 2001 e 2011 (relacionados com a frequência do ensino superior em Itália). Excepção feita para os mais recentemente chegados a Itália, que tinham 30 e 32 anos à data da entrevista, os restantes migrantes etíopes e eritreus eram globalmente mais velhos que os refugiados dos mesmos grupos nacionais, tendo os migrantes idades compreendidas entre os 35 e os 51 anos.

A maioria dos 19 refugiados entrevistados é do sexo masculino (16, face a três do sexo feminino), sendo que no caso dos 13 migrantes entrevistados esta diferença é menor (oito do sexo masculino e cinco do sexo feminino). Esta disparidade pode ser lida em vários sentidos. Por um lado, reflecte o perigo acrescido do percurso de mobilidade para as mulheres refugiadas e a sua presença em número substancialmente menor face ao número de homens refugiados em Itália (considerando os pedidos de asilo em Itália até Novembro de 2015 e sem distinção de nacionalidade, apenas cerca de 11% foram requeridos por mulheres²¹). Por outro lado, a necessidade de permanência mais prolongada da investigadora num bar eritreu e numa loja etíope enquanto lugares amplamente frequentados por refugiados e migrantes originários destes países, como estratégia de conhecimento recíproco e de facilitação da captação de participantes nas entrevistas, significou uma maior representatividade dos principais usuários destes espaços: na sua maioria homens e com tempo livre durante o dia (desempregados ou trabalhadores em turnos nocturnos), tempo que não é dedicado a outro tipo de actividades, ao exemplo de

²¹ Projecto "Open Migration", da Italian Coalition for Civil Liberties, informação disponível online em <https://openmigration.org/en/analyses/how-many-refugees-in-italy-are-women/> (28/12/2016).

tarefas domésticas, mais referenciadas pelas mulheres etíopes e eritreias conhecidas durante a realização do trabalho empírico. Por último, apesar das múltiplas entrevistas informais a mulheres etíopes e eritreias conhecidas na loja Abyssinia Gift Shop, na igreja eritreia e através de outros entrevistados, a sua renitência para realizar uma entrevista mais formal foi sendo justificada por menor disponibilidade de tempo, pela maior adequação que atribuíam às respostas dos homens e, no caso da comunidade eritreia (sobretudo junto das mulheres, mas também de alguns homens), por receio de participarem num estudo não aprovado pela comunidade nacional (*Comunità Eritrea*) que os enquadra em Bolonha (ver capítulo 12).

No caso dos migrantes entrevistados, todos provêm de contextos urbanos nos países de origem, a maioria da capital etíope Adis Abeba e da capital eritreia Asmara, um de Debre Zeit (Etiópia) e um de Keren (Eritreia). No caso dos refugiados, apenas um provêm do meio rural, provindo os restantes dezoito de meio urbano. A maioria viajou desde a capital etíope, para além de um refugiado proveniente da cidade etíope de Nazareth e um outro proveniente do meio rural na região etíope de Oromia. Três refugiados são originais da capital eritreia, um de Dekemhare e um de Mendefera (antiga Adi Ugri), ambas cidades importantes na Eritreia.

Todos os refugiados se encontravam, à data das entrevistas, em situação regular de protecção internacional com o estatuto de refugiado ou (sobretudo no caso de refugiados com vivência e ascendência eritreia) sob protecção humanitária.

Tabela 8: Breve caracterização dos entrevistados etíopes e eritreus (educação e trabalho)

Cod.	Experiência de mobilidade	Sexo	Nível educativo	Trabalho em Itália
IT1	Refugiado	M	Ensino secundário	Transporte e montagem; desempregado
IT2	Refugiado	M	Ensino secundário	Empregado em loja
IT3	Migrante	M	Curso profissional/ escola média	Transporte e montagem
IT4	Refugiado	M	Ensino secundário	Transporte e montagem
IT5	Migrante *	M	Ensino secundário	S/ref.
IT6	Refugiado	M	Ensino secundário	Transporte e montagem
IT7	Refugiado	M	Ensino secundário	Transporte e montagem
IT8	Refugiado	M	11º ano	S/ref.
IT9	Migrante	F	Curso profissional/ escola média	Trab. doméstico + sazonal (albergue)
IT10	Refugiado	M	Ensino secundário	Transporte e montagem

IT11	Refugiado	M	11º ano	S/ref.; baixa médica
IT12	Refugiado	M	10º ano	Artes circenses + electricista
IT13	Refugiado	M	10º ano	Transporte e montagem
IT14	Refugiado	F	Curso profissional/ escola média	Baby-sitter
IT15	Refugiado	M	Ensino secundário	Limpezas + venda flores
IT16	Migrante	F	Ensino secundário	Trabalho doméstico
IT17	Migrante	F	Ensino secundário	Trabalho doméstico
IT18	Refugiado	M	Ensino secundário	Transporte e montagem
IT19	Refugiado	M	Ensino secundário	Armazenista
IT20	Migrante	M	Curso profissional/ escola média	Antigo construtor de carroçarias; desempregado
IT21	Migrante	M	Curso profissional/ escola média	S/ref.
IT22	Refugiado	M	Ensino secundário	Bar
IT23	Refugiado	F	Ensino básico	Bar
IT24	Migrante *	M	Ensino universitário	Investigador
IT25	Migrante *	F	Ensino secundário	Restauradora
IT26	Refugiado	F	Frequência universitária	Trabalho doméstico
IT27	Migrante	M	Curso profissional/ escola média	Perito mecânico
IT28	Refugiado	M	10º ano	Transporte e montagem
IT29	Migrante	M	Curso profissional/ escola média	Perito mecânico
IT30	Migrante	F	Frequência universitária	S/ref.
IT31	Migrante *	M	Ensino universitário	Restaurante
IT32	Refugiado	M	Curso profissional/ escola média	Transporte e montagem

** Subgrupo socioeconomicamente mais diferenciado/elite*

Ao nível da formação e da qualificação (Tabela 8), começando pelos extremos no caso dos refugiados, apenas uma refugiada refere ter completado o ensino básico e uma outra refugiada refere ter iniciado a frequentar a universidade antes de saírem dos países de origem. Quatro refugiados completaram a escola média ou um curso profissional, três frequentavam o ensino secundário e dez já o tinham concluído à saída dos países de origem. Dos migrantes entrevistados, seis concluíram curso profissional ou escola média, cinco concluíram o ensino secundário e dois o ensino superior.

Considerando o conhecimento linguístico, importa referir que a maioria dos refugiados entrevistados fala, para além de amárico e/ou tigrínia (línguas etíope e eritreia maioritárias), italiano (na maioria dos casos ainda pouco proficiente) e inglês, e em alguns casos também a língua árabe (importante nos percursos intra-africanos em direcção à Europa). No caso dos migrantes entrevistados, o domínio da língua italiana pode ser considerado como um dos factores que têm em comum entre si e que os

distingue da maioria dos refugiados. Para lá dos casos em que a proficiência na língua italiana se relaciona com o maior tempo de permanência em Itália, merece particular referência a aprendizagem da língua italiana ainda em contextos eritreu e etíope, em enquadramento familiar (descendentes de italianos ou de trabalhadores ao serviço de italianos) e escolar (escola italiana em Asmara). O domínio da língua italiana foi associado à maior compreensão dos modos de entrada regular no país, em particular para o subgrupo de elite, e à integração neste contexto de chegada.

A ocupação profissional dos refugiados e dos migrantes desde que vivem em Itália, em muitos casos, não corresponde aos seus perfis de formação e qualificação ou, nos casos em que se aplica, à experiência profissional prévia nos países de origem (um processo que encontra paralelismo com outras situações de migração pouco qualificada).

No caso das três refugiadas entrevistadas, para além de nunca terem conseguido uma situação de trabalho duradoura, as oportunidades que encontraram foram para trabalho doméstico como auxiliares de limpeza e cuidadoras de crianças ou idosos, e num caso como apoio em bares e restaurantes *habesha*. No caso dos refugiados entrevistados, as oportunidades que foram encontrando implicavam quase sempre o trabalho nocturno e variavam, na maioria dos casos, entre trabalhos como armazenistas ou em empresas de transporte e montagem onde já trabalhavam outros migrantes etíopes e eritreus. Dois dos refugiados entrevistados estavam desempregados e com processos judiciais movidos contra os seus antigos empregadores (um por discriminação religiosa, o outro por desrespeito do contrato de trabalho), recebendo apoio sindical.

A situação laboral dos migrantes entrevistados era menos homogénea. Alguns migrantes trabalhavam no nicho comercial direccionado às – ou gerado pelas – comunidades do país de origem (loja, restaurante, bares). A proficiência em língua italiana poderá ser associada à inserção de alguns migrantes em funções laborais mais qualificadas e melhor remuneradas – ainda que, por vezes, nos mesmos contextos empresariais dos seus conterrâneos (sendo os migrantes com presença mais antiga neste território os promotores de um importante efeito de chamamento de conterrâneos para as oportunidades de trabalho que fossem surgindo). Outros

migrantes trabalhavam em sectores mais liberais e qualificados, ao exemplo do meio académico.

Pensemos agora no enquadramento familiar dos entrevistados.

Muitas das famílias de origem dos refugiados entrevistados poderiam ser enquadradas na oposição política (segundo os entrevistados, oposição partidária e/ou perseguição étnica, relativa às etnias que têm vindo a ser mais perseguidas e afastadas do poder) aos regimes vigentes à data da sua saída e até ao momento da entrevista (o que justifica, em parte, o seu não retorno imediato). A diferenciação dos percursos de refugiados, migrantes e das suas elites decorre, nomeadamente em alguns tempos de crise política (em que todos advogam motivação migratória de base política), dos enquadramentos mais favoráveis à mobilidade de alguns migrantes – via família, mas também via protocolos bilaterais com Itália, por exemplo para períodos de estudo –, mesmo quando ela é na generalidade proibida.

A quase totalidade dos entrevistados provém de famílias religiosas da tradição cristã ortodoxa Tewahedo etíope ou eritreia. Este enquadramento pode ser importante dada a divisão de direcçamentos migratórios percebida junto dos entrevistados durante as entrevistas informais: entre os seus conhecidos, os etíopes e eritreus muçulmanos dirigiam-se mais para o Líbano e para outros países árabes, enquanto que os seus conterrâneos cristãos se dirigiam mais para a Europa e para os EUA. No caso dos etíopes judeus, destaca-se a comunidade histórica de *falashas* em Israel.

Pondera-se o enquadramento das famílias dos entrevistados na classe média/média alta, considerando a informação disponível sobre as profissões dos pais e/ou irmãos mais velhos (nos sectores do comércio e dos serviços) e a possibilidade de apoiarem financeiramente a dispendiosa travessia dos refugiados entrevistados naquela que é, em vários casos, uma decisão tomada com a família (ou, pelo menos, uma estratégia para benefício económico futuro da família de origem).

Após a regularização administrativa da sua permanência em Itália, alguns dos refugiados entrevistados encetaram processos de reagrupamento familiar bem

sucedidos, trazendo para Itália irmãos e, num caso, a mãe. Alguns dos migrantes entrevistados vieram para Itália por iniciativa e acompanhando os seus pais.

Considerando a idade dos entrevistados à chegada ao contexto italiano e o seu enquadramento num ciclo de vida em que a constituição de novos núcleos familiares pode ser vista como uma etapa importante, é de referir que a maioria dos entrevistados que referiu ter constituído ou procurado constituir família fê-lo com outros refugiados ou migrantes etíopes e eritreus, os quais ou se conheceram durante a viagem intra-africana e de travessia marítima ou já no contexto de chegada italiano, partilhando um conjunto de experiências de mobilidade, de referências do contexto de origem e/ou da sua situação colectiva no contexto de chegada.

Passamos agora à caracterização dos entrevistados cabo-verdianos (Tabela 9).

Tabela 9: Breve caracterização dos entrevistados cabo-verdianos (dados gerais)

Cod.	Experiência de mobilidade	Sexo	Idade	Proveniência família	Proveniência entrevistado/a	Ano chegada a Portugal
PT1	Migrante	M	51	Cabo Verde	Mindelo, São Vicente	2013
PT2	Migrante*	M	45	Cabo Verde e Portugal	Mindelo, São Vicente	1968
PT3	Migrante*	M	47	Cabo Verde	Praia, Santiago	2013
PT4	Migrante	M	48	Cabo Verde	Tarrafal, Santiago	1992
PT5	Migrante*	M	52	Cabo Verde	Praia, Santiago	2004
PT6	Migrante*	M	54	Cabo Verde	Praia, Santiago	1975
PT7	Migrante*	F	73	Cabo Verde	Mindelo, São Vicente	1960
PT8	Migrante*	M	71	Cabo Verde	Mindelo, São Vicente	1959
PT9	Migrante	M	32	Cabo Verde	Praia, Santiago	2001
PT10	Migrante	M	44	Cabo Verde	Praia, Santiago	1993
PT11	Migrante*	M	55	Cabo Verde	Praia, Santiago	1998
PT12	Migrante*	F	52	Cabo Verde	Meio rural, S. Nicolau	1974
PT13	Migrante*	F	73	Cabo Verde	São Filipe, Fogo	1966, 1974
PT14	Migrante*	M	77	Cabo Verde e Portugal	Ribeira Brava, S. Nicolau	1939, 1957, 1974
PT15	Migrante*	F	68	Cabo Verde e Portugal	Mindelo, São Vicente	1975
PT16	Migrante*	F	49	Cabo Verde e Portugal	Mindelo, São Vicente	1975
PT17	Migrante	F	33	Cabo Verde	Santa Catarina, Santiago	2001
PT18	Migrante	F	34	Cabo Verde e Portugal	Mindelo, S. Vicente	2002

PT19	Migrante	M	27	Cabo Verde	Praia, Santiago	1996
PT20	Migrante	F	35	Cabo Verde	Praia, Santiago	1998
PT21	Migrante	F	27	Cabo Verde	Praia, Santiago	1990
PT22	Migrante	F	44	Cabo Verde	Meio rural, Fogo	1981

** Subgrupo socioeconomicamente mais diferenciado/elite*

Os 22 migrantes cabo-verdianos entrevistados chegaram a Portugal em épocas diferentes, entre 1939 e 2013, e em dois casos com mais do que uma viagem para instalação em Portugal até 1974. Estas datas corresponderam a idades dos entrevistados entre próximo do nascimento e os 51 anos, reveladoras de diferentes situações pessoais e familiares, antes e depois do fim do colonialismo português e da independência da Cabo Verde.

No geral, nesta amostra é possível considerar quatro subgrupos: vinda para Portugal (como portugueses de Cabo Verde) antes de 1974, acompanhando os seus familiares (ascendentes portugueses) nos casos de menoridade ou para a continuação dos seus estudos (todos considerados no subgrupo de elite); vinda para Portugal em 1974/75 em maioridade, por opção própria facilitada por redes familiares ou políticas em Portugal (todos considerados no subgrupo de elite); vinda para Portugal a partir de 1974 em menoridade, na sequência dos percursos laborais e migratórios dos seus familiares (que já trabalhavam em Portugal ou noutros países europeus, como Itália e Holanda, e decidiram fixar residência em Portugal; todos considerados no subgrupo de elite, decorrente da sua situação em Portugal, diferente da situação das suas famílias no contexto de origem); e em menor e maioridade a partir de 1981, com motivações próprias ou familiares que se prendiam sobretudo com questões de trabalho, estudos e saúde (em diferentes situações socioeconómicas nos contextos de origem e de chegada).

Esta subdivisão de épocas migratórias pode ser relacionada com a idade dos migrantes à data das entrevistas, destacando-se uma idade na maioria dos casos mais avançada do subgrupo de elite, entre os 45 e os 77 anos, em relação aos restantes migrantes entrevistados, com idades compreendidas entre os 27 e os 51 anos.

Desta amostra constaram 10 migrantes do sexo feminino e 12 migrantes do sexo masculino. O equilíbrio da amostra nesta dimensão foi facilitado pela maior aceitação para realizar as entrevistas pelos cabo-verdianos contactados. Apesar de grande parte dos contactos ter decorrido do pedido de recomendação às associações referenciadas na cidade de Lisboa, os entrevistados não estavam necessariamente presentes na actividade quotidiana ou semanal dessas associações, o que levou a um conjunto de entrevistados com maior diversidade de usos de tempo e espaços (em comparação com os entrevistados etíopes e eritreus). Destaca-se, ainda, a maior diferenciação dos perfis de trabalho e de qualificações desta amostra (ver Tabela 10) face à italiana, bem como uma interpretação mais favorável dos papéis de género no sentido de se legitimar a realização de entrevistas por mulheres.

Os migrantes entrevistados provinham de contextos diferenciados, ainda que na sua maioria urbanos. Nove entrevistados provinham da cidade da Praia, capital cabo-verdiana, na Ilha de Santiago. Sete entrevistados provinham da cidade de Mindelo, na Ilha de S. Vicente, e com apenas uma frequência da cidade de São Filipe na Ilha do Fogo, das vilas de Tarrafal na Ilha de Santiago e Ribeira Brava na Ilha de S. Nicolau, e da freguesia de Santa Catarina na Ilha de Santiago. Apenas duas entrevistadas referiram provir de aldeias, na Ilha do Fogo e na Ilha de S. Nicolau.

No que diz respeito à caracterização dos entrevistados em matéria de educação e de trabalho (Tabela 10), começamos por destacar uma clara predominância de respondentes com qualificações académicas ao nível do ensino superior (18, face a um com ensino profissional e três com ensino secundário), na maioria dos casos tendo realizado a sua formação em Portugal. Este factor, que como já referimos decorre parcialmente da captação de participantes para o estudo através do associativismo migrante presente na cidade de Lisboa (organizações mais antigas e agregadoras de mais elementos da elite cabo-verdiana em Lisboa e em Portugal), bem como pelo interconhecimento entre participantes, deve ser considerado na sua diferença face aos entrevistados etíopes e eritreus, com perfis de qualificação menos diferenciados e situações actuais de inserção laboral menos qualificadas.

Não obstante, na geração mais nova de entrevistados (jovens adultos) cabo-verdianos, ter completado o ensino superior e estar a trabalhar nos sectores para os

quais receberam formação não equivale necessariamente a situações socioeconómicas privilegiadas ou até estáveis, que lhes permitam viver na cidade de Lisboa com o seu custo de vida actual. Esta situação, que justifica a não inclusão destes entrevistados no subgrupo de elite, pode ser ponderada face à situação actual geral dos seus coetâneos qualificados em Portugal (nomeadamente em Lisboa), mas também face a outras questões crescentemente debatidas e mediatizadas no contexto português, ao exemplo de questões de racismo estrutural que podem dificultar a entrada de africanos e afrodescendentes em percursos de qualificação e em contextos laborais mais diferenciados.

Tabela 10: Breve caracterização dos entrevistados cabo-verdianos (educação e trabalho)

Cod.	Experiência de mobilidade	Sexo	Nível educativo	Trabalho em Portugal
PT1	Migrante	M	Curso profissional/ escola média	Professor + encenador
PT2	Migrante*	M	Ensino universitário	Engenheiro
PT3	Migrante*	M	Ensino universitário	Técnico de contas + edição de imagem
PT4	Migrante	M	Ensino universitário	Jurista
PT5	Migrante*	M	Ensino universitário	Jornalista
PT6	Migrante*	M	Ensino secundário	S/ref. (contabilidade)
PT7	Migrante*	F	Ensino secundário	Técnica - análises clínicas (reformada)
PT8	Migrante*	M	Ensino universitário	Engenheiro (reformado)
PT9	Migrante	M	Ensino universitário	Jurista
PT10	Migrante	M	Ensino universitário	Dirigente associativo
PT11	Migrante*	M	Ensino universitário	Dirigente associativo
PT12	Migrante*	F	Ensino universitário	Magistrada
PT13	Migrante*	F	Ensino universitário	Professora (reformada)
PT14	Migrante*	M	Ensino universitário	Professor + médico (reformado)
PT15	Migrante*	F	Ensino universitário	Advogada
PT16	Migrante*	F	Ensino universitário	Técnica - socióloga
PT17	Migrante	F	Ensino universitário	Técnica - informática
PT18	Migrante	F	Ensino universitário	Técnica - psicóloga
PT19	Migrante	M	Ensino universitário	Técnico - jurista
PT20	Migrante	F	Ensino universitário	Técnica - socióloga
PT21	Migrante	F	Ensino universitário	S/ref. (sociologia)
PT22	Migrante	F	Ensino secundário	Produção de eventos + restauração

** Subgrupo socioeconomicamente mais diferenciado/elite*

No que diz respeito ao conhecimento linguístico, todos os entrevistados dominavam com proficiência a língua portuguesa, para além do conhecimento e uso do crioulo de Cabo Verde (nas suas variáveis relacionadas com as Ilhas de proveniência) em diferentes situações. Destacam-se, em particular, os diferentes contextos de utilização do crioulo em situações de lazer (observadas em eventos de celebração da *cabo-verdianidade* – argumento identitário baseado na naturalidade, referenciado pelos entrevistados – através do associativismo migrante, em particular pelos entrevistados em situação socioeconómica de elite) e no quotidiano (menos na cidade, mais a caminho da metrópole, sobretudo entre os entrevistados em situações socioeconómicas menos diferenciadas e os seus familiares de presença mais antiga na Área Metropolitana de Lisboa).

No que concerne ao enquadramento familiar, importa observar diferentes tipos de redes sociais e familiares de referência, em particular as que se inserem no espaço ex-colonial e as que se estruturam a partir dos destinos “clássicos” da migração cabo-verdiana.

Foram vários os casos em que os entrevistados vieram para Portugal ou circularam pelos territórios colonizados por Portugal em África antes do fim do colonialismo português e da independência de Cabo Verde. Destaque-se que para os entrevistados que migraram antes do fim do colonialismo, a nacionalidade portuguesa era à partida garantida (em situações que podemos considerar como sendo de migrantes internos intercontinentais, sem os constrangimentos à mobilidade que se colocavam noutras ex-colónias portuguesas). Por outro lado, os entrevistados que referenciaram ter vivido noutras ex-colónias portuguesas durante a vigência desse império, fizeram-no, sobretudo, enquanto familiares de funcionários públicos ao serviço do imperialismo português. Partiram, por isso, de uma situação que podemos considerar no âmbito das elites coloniais, ou das “elites imperiais típicas” (Xavier e Santos, 2007: 14), que vão desempenhando funções entre as várias redes administrativas da estrutura imperial, em percursos que visam o retorno à metrópole.

Outros entrevistados destacaram a importância de terem familiares a residir sobretudo em Portugal, mas também noutros países europeus (tais como Holanda e

Itália), para a decisão de sair de Cabo Verde e estabelecer residência neste país e para a sua integração local. Também foram referenciadas as redes e instituições que se associavam aos protocolos bilaterais entre Cabo Verde e Portugal, por exemplo na facilitação da integração em programas de estudos e na resolução de questões de saúde em Portugal.

Por fim, ao nível da constituição familiar, na maior parte dos casos – e em parte como consequência da sua vinda para Portugal enquanto crianças e jovens –, os entrevistados referiram ter constituído família com outros residentes em Portugal, sobretudo de naturalidade cabo-verdiana mas também portuguesa e de outras origens nacionais.

Síntese – Parte 1

Na **parte 1: Enquadramento da pesquisa e dos entrevistados**, o capítulo 1. Problema de investigação – introduziu o percurso de investigação, da pergunta de partida (*como é que os factores ambientais são vividos e percebidos no âmbito da experiência de mobilidade de migrantes e refugiados africanos residentes na Europa?*) ao modelo de análise (abordagem à multicausalidade e dimensionalidade das questões relacionadas com migrações e ambiente, mobilidade como variável independente). Seguiu-se um enquadramento geral em ecologia humana, área de partida do programa doutoral, onde se cruzam numa perspectiva interdisciplinar a ecologia humana da escola de Chicago e as ciências sociais para o ambiente (efeitos do ambiente no ser humano e do ser humano no ambiente). Terminou com um enquadramento teórico-conceptual a partir dos dois conceitos centrais nesta tese, ambiente (construção social, global e desigual) e mobilidades (paradigma e mudança social, inclui mas não se reduz a migrações internacionais), e com a consideração das experiências sociais de mobilidade a trabalhar nesta tese – migrante e refugiado.

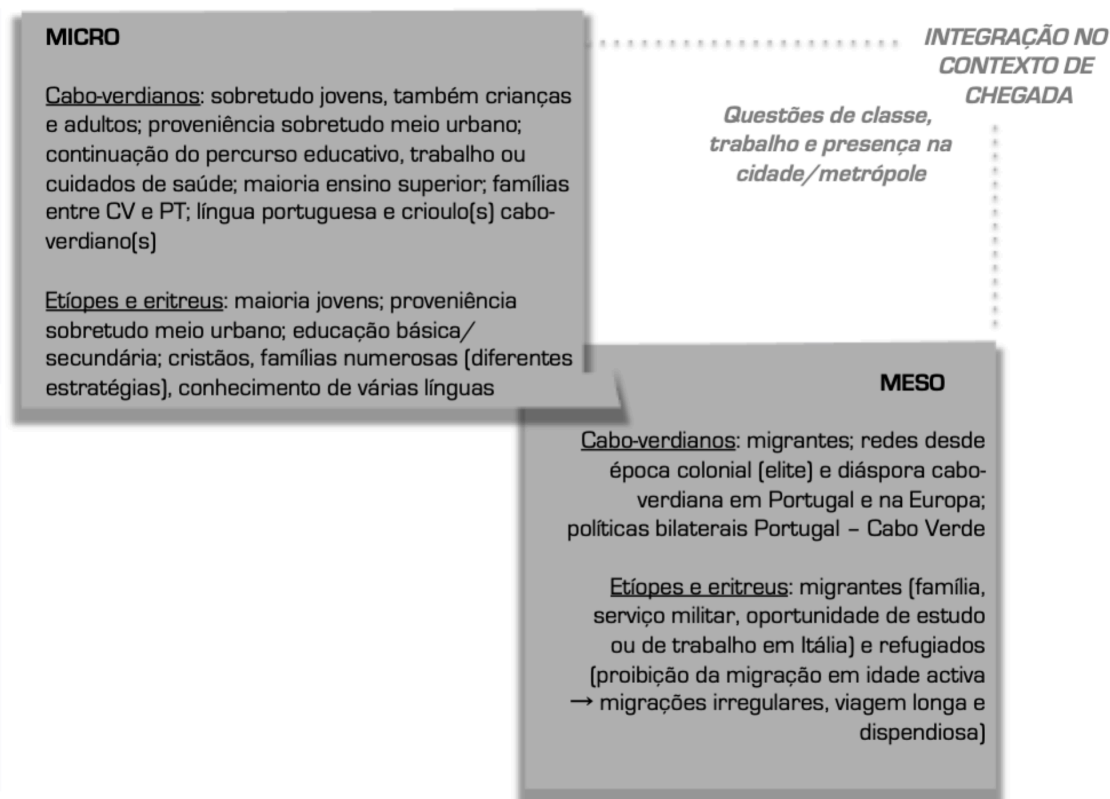
No capítulo 2. Abordagem metodológica – foram apresentadas as opções para a recolha de informação nas várias etapas do trabalho doutoral, da análise de imprensa (caracterização exploratória de “refugiados ambientais” na imprensa portuguesa, e da situação dos refugiados no Mediterrâneo na imprensa italiana) à realização de entrevistas semiestruturadas com recolha de histórias de mobilidade (reconstrução dos percursos de vida e/em mobilidade de migrantes e refugiados etíopes e eritreus em Itália e de migrantes cabo-verdianos em Portugal, memórias gerais e vivências no contexto de origem), passando pela observação participante (necessidade sentida para conquistar a confiança dos entrevistados, facilita compreensão e enquadramento das narrativas recolhidas) e pela realização de um filme documentário (*output* inicialmente imprevisto, resultante do desafio de alguns participantes no estudo em Itália, que permitiu envolver e contextualizar as comunidades etíope e eritreia em Bolonha e devolver-lhes um produto deste trabalho doutoral que não se restringiu à comunicação em moldes académicos voltados para

especialistas). Finalizou com uma reflexão metodológica sobre a globalidade do processo de pesquisa.

No capítulo 3. Caracterização e enquadramento dos entrevistados – procedemos ao enquadramento contextual dos países de origem e de chegada dos entrevistados (de Etiópia e da Eritreia para Itália, de Cabo Verde para Portugal) e à caracterização dos migrantes e refugiados entrevistados, ao nível individual e no seu enquadramento familiar, de forma a melhor perceber o perfil dos entrevistados e a sua inclusão em diferentes fluxos e redes de mobilidade.

Desta caracterização destacamos, em jeito de síntese, uma súpula da informação apresentada (Figura 2) que nos permite visualizar parte do enquadramento multicausal das motivações para a decisão migratória da amostra considerada (as dimensões macro serão apresentadas na Parte 2, as dimensões meso e questões relacionadas com a integração no contexto de chegada serão aprofundadas na Parte 3).

Figura 2: Modelo de análise/súpula Parte 1



PARTE II: DO PAPEL DO AMBIENTE EM TEMPO DE MOBILIDADES

Na Parte 2 entramos na análise do material empírico recolhido, observando-o a partir da lente do ambiente. Nesse sentido, após a desconstrução do conceito e da mediatização de “refugiados ambientais” e uma síntese do estado da arte sobre migrações ambientais no capítulo 4, procedemos para a análise das entrevistas. Das várias leituras suscitadas em torno das questões ambientais, iremos reflectir sobre o ambiente entre outras dimensões macro das motivações migratórias, através da sua ponderação enquanto ambiente-natureza (capítulo 5), ambiente-estrutura (capítulo 6), ambiente-emergência (capítulo 7) e alvo de mudança social e melhoria, nomeadamente devido ao impacto das mobilidades (capítulo 8).

Capítulo 4: “Refugiados ambientais” e migrações ambientais

4.1 “Refugiados ambientais” e migrações ambientais: problema de investigação, problema político

A primeira referência a “refugiados ambientais” foi feita pelo ambientalista Lester Brown (in Brown et al., 1976)²² e corroborada por Essam El-Hinnawi (1985) na UNEP²³, confirmando um fenómeno emergente de migrações forçadas pela degradação do ambiente, a merecer destaque pelas instituições políticas à escala

²² Lester Brown reiterou a opção por esta designação no livro que publicou 35 anos depois, descrevendo um cenário apocalíptico onde vários desastres naturais são apresentados como crescente confirmação da pertinência de encarar politicamente o fenómeno dos “refugiados ambientais”. Conclui com uma tomada de posição descodificadora de grande parte do discurso comum produzido sobre este tema: “As a general matter, environmental refugees will be migrating from poor countries to rich ones, from Africa, Asia, and Latin America to North America and Europe. In the face of mounting environmental stresses, will the migration of people be limited and organized or will it be massive and chaotic?” Brown, 2011, disponível online em <http://www.earth-policy.org/books/wote/wotech6>, consulta 04/01/2016.

²³ UNEP – *United Nations Environment Programme* / PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, programa criado no âmbito da ONU em 1972, tendo em vista a coordenação das ações internacionais de proteção ambiental e de promoção do desenvolvimento sustentável.

internacional. El-Hinnawi (1985) previa que no decurso da década de 1980 existissem cerca de 30 milhões de “refugiados ambientais”, sendo expectável o seu aumento subsequente devido a processos de degradação ambiental, especialmente em países em desenvolvimento. É interessante verificar que este conceito surgiu numa fase inicial da construção do ambiente enquanto problema social (altura em que foram constituídos órgãos políticos para concertação das acções sobre o ambiente, sobretudo o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) em 1972, e importantes organizações ambientalistas, ao exemplo da Greenpeace em 1971). Porém, a comunicação mais massificada sobre “refugiados ambientais” deu-se mais tarde, já no século XXI, após a atenção pública e política ímpar conferida às alterações climáticas, sugestivamente associadas a questões de segurança, com a dedicação do Prémio Nobel da Paz a Al Gore e ao IPCC em 2007 (Rothe, 2015).

A conceptualização de uma figura de intersecção entre migrações e problemas ambientais não tem sido consensual. Até à viragem do milénio, a designação de “refugiados ambientais” foi a mais mobilizada, sendo posteriormente mais criticada por questões de foro legal e metodológico. O conceito foi encontrando ressonância no meio ambientalista, nas instituições políticas crescentemente globalizadas e na academia. Norman Myers, cientista britânico especialista em questões ambientais (economia ambiental e biologia de conservação), é um dos autores mais citados neste âmbito. Foi uma personalidade influente nos campos ambientalista, de aconselhamento político (ONU, Banco Mundial, várias entidades governamentais) e empresarial, e de produção científica pioneira, particularmente no campo da biodiversidade (destacando-se o seu trabalho sobre *hotspots* de biodiversidade para as prioridades de conservação – Myers et al., 2000). Foi com esse espírito pioneiro, mas admitindo posteriormente o recurso a “extrapolações heroicas” (Brown, 2008: 12), que providenciou as primeiras estimativas descritivas e evolutivas sobre “refugiados ambientais”.

Myers (2001, 2005, a partir de Myers & Kent, 1995) estimou que em 1995 existiriam pelo menos 25 milhões de “refugiados ambientais”, número que deveria duplicar até 2010. O autor previa que, quando os efeitos do aquecimento global se tornassem mais visíveis, cerca de 200 milhões de pessoas estariam sujeitas às

consequências das alterações profundas nos sistemas de monções, nos regimes pluviais, na severidade e duração das secas, pelo aumento do nível médio das águas do mar e consequentes inundações costeiras. Só para o continente africano, Myers previa que, dos 25 milhões de refugiados ambientais em 1995, cinco milhões viriam do Sahel (essencialmente devido às secas) e quatro milhões do Corno de África (incluindo o Sudão). Adicionava ainda 80 milhões de subsaarianos em situação de fragilidade extrema devido a problemas ambientais, designadamente por razões de segurança alimentar e hídrica. No conjunto dos países em desenvolvimento, o autor considerava que 135 milhões de pessoas seriam ainda afectadas por processos severos de desertificação e 550 milhões de pessoas sofreriam escassez crónica de água.

As estimativas de Myers são cautelosamente citadas no relatório Stern (2006) sobre a economia das alterações climáticas. Refere-se que, apesar de as estimativas de Myers não terem sido rigorosamente testadas, encontram-se em linha com o impacto previsto das alterações climáticas na insegurança hídrica e alimentar e na sujeição crescente a inundações e doenças à escala global. Cita-se, por isso, a previsão entre 150 e 200 milhões de “refugiados climáticos”, correspondentes a 2% da população projectada (Stern, 2006: 77).

Da construção conceptual de “refugiados ambientais” de Myers foi relativamente consensual, do ponto de vista científico, a consideração de migrações forçadas, com deslocação temporária ou permanente, à escala interna ou internacional, como resposta a situações de vulnerabilidade e emergência devido a desastres ambientais. Não obstante, tal como previamente referido, este conceito foi considerado legalmente inadequado e as previsões estatísticas foram consideradas frágeis ao nível metodológico, para além de a associação de factores ambientais com outros factores indutores da migração não ter sido uma prioridade analítica.

A inadequação legal apontada resulta da ausência de reconhecimento jurídico de “refugiados ambientais” no Tratado de Genebra de 1951, que não contempla a questão ambiental como razão para reconhecer um pedido de asilo (reservado a situações de guerra, perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas – ver 1.4), tal como nos seus tratados rectificativos. As críticas à designação de “refugiado ambiental” baseiam-se, essencialmente, em três

pontos: (1) há uma história longa e consensual do termo “refugiado”, descritora de um processo difícil de conquista de direitos de asilo, e relativizar ou ignorar esta história apropriando o termo no seu sentido comum (refugiado enquanto prófugo²⁴) e não legal pode anular o seu peso e a sua aceitação jurídica; (2) a expansão jurídica da definição de refugiado às questões ambientais pode tornar o sistema de resposta ineficaz, dada a provável afluência numerosa de novos pedidos de asilo; e (3) o aumento das migrações forçadas levou à percepção de um peso esmagador dos asilados nos Estados que os acolhem, pelo que a inclusão de uma nova categoria de refugiados poderá reforçar as tendências restritivas da migração e a redução de assistência por estes Estados (Stefansky in Myers & Kent, 1995: 22-23).

Do ponto de vista metodológico, as principais críticas às primeiras estimativas sobre “refugiados ambientais” decorrem da relação estabelecida entre problemas ambientais e migração, encarada como causal, directa e não aberta a outras estratégias de adaptação ou a outros factores indutores da migração. O resultado é uma abordagem mais alarmista do que compreensiva, mais reforçadora de um mito possível do que explicativa de uma realidade emergente (Black, 2001; Castles, 2001). O desenvolvimento deste debate levou à opção por designar fenómenos de migração ou deslocação com indução/motivação ambiental, contexto de emergência do conceito de “migrante ambiental”.

A definição de “migrante ambiental”, conforme adoptada pela Organização Internacional para as Migrações (IOM/OIM)²⁵, recupera as escalas individual/colectiva e interna/internacional, em relação a alterações ambientais graduais ou abruptas, sendo de destacar a referência inovadora a mobilidades voluntárias para além das migrações forçadas:

²⁴ “Prófugo, adj. Do lat. *profūgu-*, «fugitivo, que fugiu; errante, vagabundo; expulso, posto em fuga; exilado, banido»; por via culta. Séc. XVII, segundo Morais”, in José Pedro Machado (1952 [1989]) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Quarto Volume (M-P). Lisboa: Livros Horizonte, p.438.

²⁵ A *International Organization for Migration* (IOM), estabelecida em 1951, é a principal organização internacional no campo das migrações, providenciando aconselhamento político a governos e ONG’s de mais de 160 países. Em Setembro de 2016 a IOM tornou-se organização relacionada da ONU (OIM – UN Migration). Website <http://www.iom.int>.

“Environmental migrants are persons or groups of persons who, for compelling reasons of sudden or progressive change in the environment that adversely affect their lives or living conditions, are obliged to leave their habitual homes, or choose to do so, either temporarily or permanently, and who move either within their country or abroad” (Lackzo & Aghazarm, 2009: 19).

A discussão sobre diferentes dinâmicas de mobilidade com motivação ambiental foi desenvolvida e passou a considerar diferentes tipologias de motivação migratória por questões ambientais (desastres naturais, alterações graduais do ambiente e das características ambientais locais, acidentes industriais e outros causados involuntariamente pela acção humana, projectos de construção/desenvolvimento, associação a conflitos), estruturas temporais (imediato/abrupto, lento/progressivo), a inter-relação entre indutores da migração (aos níveis ambiental, social, económico, político e demográfico) e a equação das mobilidades em contextos sob diferentes níveis de exposição ao risco, vulnerabilidade, capacidade de adaptação e resiliência (Black et al., 2011; Boano et al., 2008; Stojanov, 2004; Stojanov et al., 2014; Vieira, 2010).

Complexificou-se a compreensão da dinâmica variável entre mobilidades e alterações ambientais. Dada a influência ambiental nos vários indutores relacionados com a migração, as mudanças no ambiente podem constituir um factor de incentivo à mobilidade, ou podem repercutir-se numa limitação à capacidade de movimento (por exemplo pela inviabilidade do custo de uma viagem, quando há dependência económica directa de recursos naturais, prejuízo da produção agropecuária ou de outros meios de subsistência familiar) ou até conduzir ao estabelecimento pós-migratório num local ainda mais propenso a alterações ambientais ou climáticas futuras (por exemplo em megacidades localizadas nas orlas costeiras, sujeitas a inundações) (Black et al., 2011).

O Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC)²⁶ já no seu primeiro relatório advertia que as alterações na temperatura e nos níveis de

²⁶ O IPCC é o principal órgão internacional para a revisão e avaliação dos estudos sobre as alterações climáticas. Trata-se de um programa intergovernamental operante sob os auspícios da ONU, estabelecido pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) e pela Organização Meteorológica Mundial (WMO) em 1988. No website do IPCC (<https://www.ipcc.ch>, consulta

precipitação poderiam dar origem a grandes fluxos migratórios, com vários anos de interrupções severas nos padrões de povoamento e instabilidade social em algumas áreas (IPCC, 1990). No seu quarto relatório, o IPCC reconhece que as alterações climáticas deverão exacerbar as condições ambientais pré-existentes geradoras de degradação dos solos, quebras na produção alimentar, pobreza rural e pressão sobre meios urbanos, condições consideradas propulsoras da migração (IPCC, 2007). No relatório especial sobre extremos climáticos prevê-se um impacto crescente destes eventos nas migrações (IPCC, 2012). No seu quinto relatório o IPCC dedica uma secção mais longa às questões de mobilidade, alterações climáticas e segurança humana. Os dois argumentos principais são o potencial impacto das alterações climáticas em algumas formas de migração e a prevalência da mobilidade enquanto estratégia de sustento amplamente usada como resposta a alterações ambientais e sociais (IPCC, 2014: 758).

Actualmente, o IPCC reconhece o consenso generalizado na literatura científica e jurídica sobre o carácter problemático do conceito “refugiado climático”, citando três razões principais: (1) a maior parte dos estudos sobre clima e migrações indicam que o ambiente deve ser visto como desencadeador, mas não como causa, da decisão migratória; (2) pelas evidências de potenciais impactos negativos ao nível geopolítico sobre alterações aos acordos internacionais sobre refugiados e a falta de instrumentos globais para lidar com populações deslocadas às escalas interna e internacional; e (3) pela relutância de vários pequenos estados insulares (*Small Island States – SIS*) em designar os seus migrantes internacionais de vítimas do clima (Farbotko e Lazrus, 2012; Mortreux e Barnett, 2009). Não obstante, o IPCC considera ser necessário desenvolver instrumentos legais específicos para situações de migração imposta/involuntária e para o caso dos SIS em que a deslocação possa representar perda de soberania. Cita-se, por fim, a crescente literatura existente sobre mecanismos de governação, visando melhorar a adaptação e mitigação às alterações climáticas, bem como construir resiliência para proteger e empoderar migrantes internos ou internacionais induzidos por alterações climáticas (IPCC, 2014: 771).

05/01/2016) disponibilizam-se os relatórios periódicos sobre o estado da arte e a previsão dos impactos das alterações climáticas.

Esta presença das migrações ambientais na agenda de organizações internacionais tais como a IOM e o IPCC marca a incorporação deste tema nas instituições de aconselhamento político para o ambiente e as migrações. Por surgir no cruzamento de diversos campos de políticas públicas, o desenvolvimento de políticas sobre migrações ambientais tem sido feito de maneira dispersa. Podemos enquadrar este desenvolvimento na sucessão de processos políticos internacionais para a migração, o ambiente e o clima desde o início da década de 1970, particularmente como resposta a crises humanitárias e visando a redução dos riscos de catástrofe, e no âmbito das estratégias de governação global do ambiente, do clima, da biodiversidade, da desertificação, bem como das migrações e do desenvolvimento (para uma visão cronológica da evolução destes processos políticos: Ionesco, Mokhnacheva e Gemenne, 2016: 122-123).

Apesar de serem geralmente apresentadas como factor negativo a evitar, é de referir que as migrações já são oficialmente consideradas em programas nacionais de adaptação às alterações climáticas e nas negociações internacionais sobre o clima desde 2010. Destaca-se a referência pioneira no texto-quadro sobre as políticas de adaptação às alterações climáticas, resultante da COP16 da UNFCCC, que decorreu em Cancun de 29 de Novembro a 10 de Dezembro de 2010, em que se convida à atenção das Partes, entre outros aspectos, para “Measures to enhance understanding, coordination and cooperation with regard to climate change induced displacement, migration and planned relocation, where appropriate, at the national, regional and international levels” (14. (f), UNFCCC, 2011: 5).

A COP21 da UNFCCC, que decorreu em Paris de 30 de Novembro a 11 de Dezembro de 2015, ficou celebrizada pelo Acordo de Paris, primeiro acordo global (assinado por 195 países e pela UE) historicamente conseguido em torno das questões climáticas. Na COP21 destacou-se a importância da investigação em ciências sociais para a compreensão das migrações induzidas pelas alterações climáticas, sendo de destacar a organização de um painel específico para debater esta questão (IISD, 2015). Nesta COP foram adoptadas as decisões do “Warsaw International Mechanism for Loss and Damage associated with Climate Change Impacts” (UNFCCC, 2016), previamente constituído na COP19 em Varsóvia, 2013, mecanismo que postula um trabalho

continuado e integrado com “Relevant organizations and experts to provide scientific information on projected migration and displacement based on projected climate and non-climate related impacts in vulnerable populations” (22. (b), UNFCCC, 2015: 6).

Na COP22 da UNFCCC, que decorreu em Marrakesh de 7 a 18 de Novembro de 2016, o tópico foi directamente abordado pelo Secretário-Geral da ONU Ban Ki-moon, foi apresentado o estado da arte e uma síntese de boas práticas sobre migrações, deslocações e mobilidade humana pelo Comité Executivo do “Warsaw International Mechanism on Loss and Damage associated with Climate Change Impacts”, e foram organizados cerca de 20 eventos²⁷ sobre migrações e clima. Também se destaca, pela novidade regional nestas negociações climáticas, o *side event* da COP22 intitulado “Rôles de la recherche africaine dans l’étude du lien entre changement climatique et mobilités humaines”²⁸, organizado pela IOM Marrocos em parceria com o Conseil National des Droits de l’Homme.

Apesar da UNFCCC ser o programa das Nações Unidas onde as migrações ambientais mais são debatidas, podemos observar a extensão deste debate a outros programas da ONU, particularmente desde 2015. No âmbito da 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres, que decorreu entre 14 e 18 de Março de 2015 em Sendai, foi proposta a “Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030” (UNISDR, 2015). Neste quadro, as migrações e deslocações forçadas vão sendo mencionadas no âmbito de várias prioridades de acção e reforça-se a importância de um princípio inclusivo na gestão do risco de desastre. As migrações ambientais também entram na agenda do programa quadro das Nações Unidas para o combate à desertificação (UNCCD) durante as discussões potenciadas pela COP12, que decorreu em Ankara de 12 a 23 de Outubro de 2015 (UNCCD, 2016).

A atenção política às questões relacionadas com as migrações a partir de programas da ONU voltados para as alterações climáticas e os riscos ambientais tem

²⁷ Listagem parcial dos eventos sobre migrações e clima na COP22 disponível em <http://environmentalmigration.iom.int/human-mobility-cop22>, consulta 28/01/2017.

²⁸ Nota conceptual deste *side event* da COP22 disponível em <http://environmentalmigration.iom.int/sites/default/files/MECC%20side%20event%20cop22.pdf>, consulta 28/01/2017.

vindo a afirmar-se claramente desde 2010, confirmando a preocupação internacional através de actores políticos de cada vez mais origens geográficas e com diferentes prioridades de desenvolvimento. Também é possível observar o efeito reflexo da adopção deste problema na agenda da ONU para as migrações, particularmente em processos políticos bilaterais e regionais nos quais se revela importante situar as migrações em contexto de mudanças ambientais e climáticas. Este “reverso” que parte das migrações, porém, não tem alcançado uma escala tão global quanto as negociações que partem do ambiente e do clima. Esta questão deve ser ponderada face aos próprios sistemas de governação das migrações e dos refugiados, que não têm permitido a instauração de um sistema global para a governação das migrações, ao invés priorizando a manutenção da soberania nacional nestas matérias (Ionesco, Mokhnacheva e Gemenne, 2016).

Das acções não vinculativas mas que marcam a incorporação das questões ambientais e climáticas em programas vocacionados para as migrações, salienta-se o protagonismo que a IOM tem vindo a assumir. No sentido de afirmar a prioridade de considerar as migrações ambientais, a IOM criou a divisão *Migration, Environment and Climate Change Division*²⁹ com os objectivos de contribuir para (1) minimizar ao máximo a migração forçada e irregular; (2) em caso de migração forçada, assegurar a assistência e protecção aos afectados e procurar soluções duradouras; e (3) facilitar o papel da migração como estratégia de adaptação às alterações climáticas.

Para enquadrar os processos políticos globais no âmbito das migrações ambientais, a IOM destaca a importância dos 7 A's: adaptação (*adaptation*), competências (*abilities*), alianças (*alliances*), acção/práticas existentes (*action*), avaliação (*assessments*), activos/fundos (*assets*) e defesa (*advocacy*) dos migrantes ambientais. Salientando as mensagens-chave no que diz respeito às migrações e às alterações climáticas, a IOM reitera que: as alterações climáticas são causa de mobilidade humana, podendo aumentar riscos e vulnerabilidades; a mobilidade humana é uma estratégia de adaptação às alterações climáticas, podendo aumentar a resiliência; a política direccionada às alterações climáticas deve considerar a

²⁹ Website: <http://environmentalmigration.iom.int/iom-and-migration-environment-and-climate-change-mecc> (21/12/2016).

mobilidade humana, sendo necessário reforçar as competências relacionadas com a migração, a deslocação e a reinstalação³⁰.

4.2 Da investigação que procura medir e prever o alcance das migrações ambientais

Uma das prioridades dos programas de investigação de maior escala (ao nível de redes de parceria e de financiamentos) sobre migrações ambientais tem sido a construção de modelos preditivos, não obstante o aconselhamento de prudência face à quantificação de um fenómeno empiricamente difícil de delimitar. Se as migrações induzidas pelo clima e pelo ambiente são uma prioridade da política internacional (o que parece confirmar-se pela crescente incorporação desta temática nas várias organizações intergovernamentais das áreas do ambiente, das alterações climáticas e das migrações), torna-se necessário conhecer e prever o desenvolvimento da sua extensão populacional e distribuição geográfica.

Dos projectos e redes internacionais, constituídos sobretudo no rescaldo da assunção das alterações climáticas como problema ambiental global prioritário, destacamos a Acção COST IS1101³¹, o projecto EACH-FOR com resultados publicados no portal CCEMA³², o projecto HELIX³³ financiado pela UE, e o projecto MECLEP³⁴ em parceria UE e IOM. O *Atlas des Migrations Environnementales* (Ionesco, Mokhnacheva e Gemenne, 2016) sintetiza grande parte das conclusões destes estudos. O relatório Foresight (2011), encomendado pelo governo britânico, também constitui um importante marco para a sistematização do conhecimento sobre este tema.

³⁰ Website: <http://environmentalmigration.iom.int/human-mobility-unfccc> (21/12/2016).

³¹ Climate change and migration: knowledge, law and policy, and theory, website <http://www.climatemigration.eu> (01/06/2016)

³² Environmental Change and Forced Migration Scenarios, FP6 – UE, publicações em <http://www.ccema-portal.org/article/read/each-for-project-publications> (01/06/2016)

³³ High-End cLimate Impacts and eXtremes, FP7 – UE, website <http://helixclimate.eu> (01/06/2016)

³⁴ Migration, Environment and Climate Change: Evidence for Policy, UE e IOM, website <https://www.iom.int/meclep> (01/06/2016)

O projecto internacional *Environmental Change and Forced Migration Scenarios* (EACH-FOR), desenvolvido entre 2007 e 2009, pretendia explorar e descrever as causas da migração forçada induzida por alterações ambientais, bem como produzir informação sobre os seus possíveis cenários futuros. O EACH-FOR procurou isolar o ambiente como variável principal da migração, aplicando inquéritos por questionário de pequena escala em 23 países. Os casos de estudo permitiram observar diferentes formas de influência dos factores ambientais (desastres ambientais súbitos, como inundações ou tempestades, e progressivos, como desertificação, subida do nível do mar e degradação da terra e da água) na mobilidade humana.

A equipa de investigação do projecto EACH-FOR concluiu que as migrações induzidas pelo ambiente têm potencial para se tornarem num fenómeno de escala e extensão nunca experienciados na memória humana (Warner et al., 2009: 233). A migração é apresentada como um mecanismo de ajuste de primeiro recurso ou como mecanismo de sobrevivência de último recurso. Pode ainda ser vista como um mecanismo de adaptação, para quem tenha recursos que permitam uma mobilidade atempada e para um local suficientemente longe do perigo, ou pode evidenciar uma adaptação falhada em casos mais extremos e para pessoas com menores recursos de mobilidade (Warner et al., 2009).

Uma das hipóteses que tem sido desenvolvida por autores do projecto EACH-FOR é a implicação de instrumentos de seguro para conter problemas de insegurança financeira e ambiental, constituindo uma estratégia alternativa à mobilidade (podemos interpretar uma alternativa por se procurarem outras soluções de sobrevivência e subsistência, como também uma alternativa face a uma estratégia de mobilidade encarada como sendo negativa). A hipótese avançada é de que os instrumentos de seguro contra secas, inundações, ciclones tropicais e outras formas de extremos climáticos, podem representar uma oportunidade para países em desenvolvimento nos seus esforços de redução da pobreza e adaptação às alterações climáticas. A atribuição de um preço “segurado” ao risco poderá conduzir à redução desses riscos e promover a adaptação às alterações climáticas. No caso destes seguros não terem um preço acessível para a população mais vulnerável, as medidas de

redução de risco poderão apelar ao apoio de terceiros através de donativos (Linnerooth-Bayer e Warner, 2009).

A questão do risco ambiental tem merecido particular atenção da seguradora Munich Re, que considera as alterações climáticas como um dos seus três focos temáticos³⁵. Esta seguradora iniciou a *Munich Climate Insurance Initiative*³⁶ em 2005 como resposta à percepção crescente sobre o papel potencial de soluções de seguro na adaptação às alterações climáticas. Esta iniciativa é acolhida pelo *United Nations University Institute for Environment and Human Security*, apresentando-se como um fórum especializado na área seguradora aplicada às alterações climáticas, formado por seguradores, cientistas (políticos e da área das alterações climáticas) e ONG's.

O relatório *Foresight: Migration and global environmental change* (Foresight, 2011), encomendado pelo governo britânico, representou um marco importante para o debate científico em matéria de migrações e ambiente. O estudo subjacente a esta publicação tinha o objectivo central de ponderar os efeitos das alterações ambientais nos 50 anos seguintes, para tal examinando tendências de migração interna e internacional, particularmente em países de menor rendimento económico.

Deste relatório resultaram importantes conclusões. Em primeiro lugar, é previsível que as alterações ambientais vão afectar a migração no presente e no futuro, particularmente através da sua influência sobre vários factores económicos, sociais e políticos que, pela sua vez, influenciam as migrações. No entanto, a abrangência e a complexidade das interações entre estes factores implica que raramente seja possível isolar “migrantes ambientais” (os indivíduos para os quais os factores ambientais tenham sido o único factor – Foresight, 2011).

A importância dos factores económicos, políticos e sociais indicia que as migrações deverão continuar não obstante a ocorrência de alterações ambientais. Esta migração deverá ocorrer em proporções semelhantes a partir de, e em direcção a, territórios vulneráveis do ponto de vista ambiental. As complexas interações entre

³⁵ Os outros dois tópicos são solvências e riscos emergentes; website geral <http://www.munichre.com/en>, alterações climáticas <http://www.munichre.com/en/group/focus/climate-change/index.html>, consulta 09/01/2016.

³⁶ Munich Climate Insurance Initiative, website <http://www.climate-insurance.org>, consulta 09/01/2016.

factores poderão conduzir a diferentes resultados, incluindo a migração e a deslocação forçada (Foresight, 2011).

Prevê-se que o impacto das alterações ambientais nas migrações venha a acentuar-se no futuro, devido ao peso das alterações ambientais sobre os meios de subsistência e na exposição a desastres naturais. Refere-se, porém, que as alterações ambientais tanto poderão aumentar como diminuir as possibilidades de migração, sobretudo considerando os tipos de capital necessários para a mobilidade. Consequentemente, prevê-se que nas próximas décadas milhões de pessoas se encontrem incapacitadas para sair dos locais de residência em situação de extrema vulnerabilidade face às alterações ambientais (Foresight, 2011).

Refere-se, ainda, que respostas políticas no sentido de evitar ou bloquear a migração terão importantes riscos associados, prevendo-se que tais fixações forçadas ao território possam acentuar a pobreza e a migração irregular. Propõe-se a adopção de políticas que evitem as alterações ambientais, que contribuam para a resiliência a longo prazo (com um potencial contributo positivo das migrações), prestando particular atenção às cidades de países com menor desenvolvimento económico (Foresight, 2011).

Este relatório salienta que as migrações face a alterações ambientais globais deverão ser vistas não tanto como parte do problema, mas antes como parte da solução. Destaca-se a importância de abordagens de planeamento e facilitação das migrações (cujo custo se acredita ser menor do que o custo associado à inacção), de modo a fazer face a situações de vulnerabilidade humana e ambiental. Ressalta-se a importância de incluir questões migratórias (com o reconhecimento das oportunidades das migrações) nas discussões actuais sobre mecanismos de financiamento para a adaptação a alterações ambientais. Por outro lado, destaca-se que em várias cidades do mundo já é difícil prover os recursos necessários a todos os cidadãos, situação que poderá tornar-se irreversivelmente insustentável com os desafios representados pelo crescimento populacional e pelas alterações ambientais (Foresight, 2011).

O mais recente contributo ao nível de síntese de estudos preditivos com enquadramento e aconselhamento político sobre as migrações ambientais é dado pelo

Atlas des Migrations Environnementales (Ionesco, Mokhnacheva & Gemenne, 2016). Esta publicação é partilhada entre instituições académicas de peso crescente nesta área temática e a IOM. Após um prefácio de enquadramento com textos de diferentes representantes políticos, o Atlas estrutura-se em quatro partes: (1) migrações actuais, migrações ambientais; (2) factores das migrações ambientais; (3) desafios e oportunidades; (4) governação e respostas políticas; e finaliza com a apresentação de um glossário e um mapeamento das principais obras e autores considerados sobre esta temática. Apresentamos de seguida uma síntese dos dados mais actuais sobre migrações relacionadas com desastres naturais e, com influência potencial das alterações climáticas, as secas e a subida do nível médio das águas do mar, conforme apresentados neste Atlas.

Partindo de dados disponibilizados pelo Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC)³⁷, particularmente da sua base de dados sobre deslocações induzidas por desastres, neste Atlas relaciona-se o aumento do risco de deslocação ao crescimento demográfico e à exposição das populações aos perigos (sobretudo nas zonas urbanas densamente povoadas), reforçando-se a ideia de que as alterações climáticas deverão acentuar as tendências migratórias actuais. Os dados citados indicam que, entre 2008 e 2014, houve uma média de 26,4 milhões de deslocados anuais por desastres relacionados com questões geofísicas ou climáticas (equivalendo a uma pessoa por segundo). Indica-se, também, que a distribuição regional destas deslocações é irregular: 82% dos movimentos ocorrem na Ásia (sobretudo China, Índia, Filipinas, Paquistão e Bangladesh), 10% no continente americano, 0,5% na Europa e na Oceania, sendo que África vai variando entre 4% e 25% em fases de inundações (Ionesco, Mokhnacheva & Gemenne, 2016: 26-27).

Os dados não permitem saber mais acerca do local em que as populações encontram refúgio ou se reinstalam, mas sugere-se que a maioria esteja deslocada dentro do próprio país, desde que o país de origem não esteja em guerra. Os riscos a que se associam estas deslocações são inundações (55%), furacões (29%), sismos e

³⁷ Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC) *Global Estimates 2015, People Displaced by Disasters*. Os dados do IDMC são recolhidos junto de governos e autoridades locais, federação internacional e sedes nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, agências da ONU, ONG's, media e sector privado. Website www.internal-displacement.org consulta 08/01/2016.

outros fenómenos geofísicos (14%). Escapa às estatísticas uma explicação mais compreensiva sobre: tempos de deslocação; se as populações se instalam em cidades; se optam pelo retorno ou se instalam permanentemente noutra contexto; se precisam de ajuda ou se tornam novamente deslocadas. Os autores destacam que tanto os eventos de pequena escala como as catástrofes altamente mediatizadas afectam de maneira desproporcional os países e populações mais vulneráveis (Ionesco, Mokhnacheva & Gemenne, 2016: 26-27).

Dos efeitos previstos das alterações climáticas, neste Atlas destacam-se, entre outros, o agravamento das secas. O impacto das secas sobre as migrações é considerado indirecto, podendo existir um intervalo de tempo longo entre o evento e a mobilidade, o que torna mais difícil a sua caracterização estatística. O Atlas recomenda uma abordagem a modelos de simulação complexos como possibilidade de prever tais migrações, através de simulações por cenários climáticos baseadas em dados históricos. Considerando os resultados de investigações em diversos pontos do mundo, sugere-se que a seca gera migrações de adaptação: êxodo rural, migrações sazonais nos piores meses para a agricultura, ou mesmo migrações internacionais (particularmente na África Ocidental e no Corno de África) de jovens tendo em vista o envio de remessas, entre outras estratégias possíveis para gerar rendimentos alternativos (Ionesco, Mokhnacheva & Gemenne, 2016: 52-55).

Como reflexo das alterações climáticas presta-se também atenção à subida do nível médio das águas do mar, aqui citando a previsão do IPCC sobre a subida prevista entre 30cm e 1m até 2100, com pico eventual de 2m em algumas regiões. Esta subida representará um problema particularmente grave nas zonas costeiras mais povoadas do mundo, sobretudo no sul e sudeste asiático. Refere-se, também, a previsão da OCDE de cerca de 40 milhões de habitantes de grandes cidades costeiras que estão hoje sob risco de submersão, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. Devido à crescente urbanização em todo o mundo, particularmente ao nível de cidades costeiras, prevê-se que o número de pessoas sob risco de exposição à subida do nível do mar aumente durante o séc. XXI. A subida do mar provocará salinização, inundações e submersões em maior escala, destruição de infraestruturas e erosão, razões advogadas neste Atlas como indutoras de mobilidades

(migrações e realocações) mais forçadas. Identifica-se uma situação mais crítica para os SIS (Kiribati, Tuvalu), destacando-se que os impactos reais dependerão das medidas nacionais, regionais e locais para a adaptação e a protecção das populações, recursos e infraestruturas vitais (Ionesco, Mokhnacheva & Gemenne, 2016: 60-61).

O *Atlas des Migrations Environnementales* enquadra-se numa perspectiva de compreensão das migrações enquanto estratégia de adaptação às alterações climáticas, num quadro de potencial melhoria política para a governação local e nacional. Os autores consideram que os fenómenos migratórios poderão contribuir para um quadro global de estratégias de adaptação, ao invés da sua apresentação geralmente negativa face aos efeitos irreversíveis das alterações climáticas. Os autores propõem que se passe a visualizar a migração como medida de adaptação, resiliência e desenvolvimento, permitindo a aquisição de competências e investimento dos migrantes em práticas sustentáveis, ou a transferência de fundos para a reabilitação de terras ou reflorestação (Ionesco, Mokhnacheva & Gemenne, 2016: 128-129).

4.3 Da investigação que se centra nos discursos sobre migrações ambientais

Nos últimos anos pôde observar-se a emergência de perspectivas que reenquadram o debate sobre migrações ambientais a partir dos discursos sobre elas produzidos (Bettini, 2013; Methmann, 2014; Methmann & Oels, 2015; Rothe, 2015; Trombetta, 2008, 2014), perspectiva considerada marginal pelo *Atlas des Migrations Environnementales* (Ionesco, Mokhnacheva e Gemenne, 2016).

Sem desprimor para a sua abrangência, validade e pertinência nesta fase da reflexão e do debate político sobre esta matéria, é de referir que neste Atlas se distinguem “os” discursos sobre migrações ambientais (*discours* e *discours dominant*) dos discursos considerados marginais (*discours marginal*), os últimos relacionados com pontos de vista críticos que partem do consenso sobre a multicausalidade da decisão migratória para a discussão sobre conceitos como o de migrante ambiental e sobre as dimensões que enformam os discursos produzidos sobre estes conceitos, designadamente dimensões securitárias e pós-coloniais (Ionesco, Mokhnacheva e

Gemenne, 2016: 16-17). A autora desta tese discorda de tal categorização, considerando que a discussão conceptual e a visão crítica sobre a construção de conhecimento científico (mesmo no caso de áreas de investigação prioritárias para a recomendação política) não devem ser remetidas à marginalidade, mas sim consideradas parte integrante e promotora de desenvolvimento à luz dos princípios de debate, validação e refutabilidade do conhecimento científico.

As perspectivas que reenquadram o debate sobre migrações ambientais a partir dos discursos sobre elas produzidos providenciam um conjunto de reflexões sobre a segurança como objecto de relações internacionais. Estas reflexões podem situar-se entre a teoria da securitização desenvolvida pela escola de Copenhaga³⁸ e a sociologia política internacional de escola francesa enquanto abordagem crítica aos estudos de segurança³⁹. Neste enquadramento discursivo, uma transição importante para se compreender a conceptualização das migrações ambientais foi em direcção às ideias de resiliência⁴⁰, vulnerabilidade⁴¹, capacidade de adaptação⁴² e risco⁴³, contextualizadas na crescente politização das alterações climáticas.

³⁸ A teoria da securitização, originalmente proposta por Wæver (1995), propõe actualizar o debate entre as perspectivas que afirmam que as ameaças são objectivas (o que efectivamente constitui ameaça para a segurança internacional) e as perspectivas que sustentam que a segurança é subjectiva (o que se percebe como sendo uma ameaça). Para ultrapassar o impasse colocado por este debate, a escola de Copenhaga sugere que a segurança seja vista como um acto discursivo. O objectivo desta perspectiva não é verificar se a ameaça é ou não é real, mas sim compreender de que modo é que um assunto pode ser socialmente construído como sendo uma ameaça.

³⁹ A escola francesa de sociologia política internacional, segundo Bigo (2008), aborda a segurança e a insegurança como resultados de um processo de criação de (in)securitização através do acto discursivo, apelando a políticas de excepção e a um quadro geral de burocracia transnacional e gestão privada da insegurança. Esta escola, em detrimento de se focar no sucesso do acto discursivo que gera securitização, atenta ao peso de decisões burocráticas mais mundanas e do uso de tecnologias e outras rotinas de racionalização, numa leitura da política como forma de governamentalidade influenciada por Foucault.

⁴⁰ O conceito de resiliência emergiu nas ciências do ambiente, aplicado aos sistemas ecológicos por Holling (1973), que demonstrou a persistência dos sistemas naturais perante alterações em variáveis de causa natural e antropogénica, e foi posteriormente definido como capacidade de tamponar a mudança, aprender e desenvolver o sistema, permitindo perceber como manter e melhorar a capacidade de adaptação num mundo complexo sob rápidas mudanças (Holling, Walker, et al., 2002).

⁴¹ A vulnerabilidade humana ao ambiente, conforme considerada pela geografia humana, é definida através das características e da situação de uma pessoa ou grupo, influentes na sua capacidade de antecipar, cooperar, resistir e recuperar do impacto de problemas ambientais (Wisner et al., 2005).

O debate sobre migrações e ambiente foi sendo reenquadrado: desde uma representação das migrações induzidas pelas alterações climáticas como patologia a prevenir; passando por objecto de discussão no campo dos direitos dos refugiados; até à aceitação da migração induzida pelas alterações climáticas enquanto estratégia racional de adaptação a níveis indesejáveis de alterações no ambiente. A apresentação das alterações climáticas como um facto (surgindo a migração enquanto estratégia racional num quadro de resiliência), e não como um problema social, pode ter uma implicação drástica ao ameaçar o espaço para uma intervenção política (social e ambiental) sobre esta questão (Methmann & Oels, 2015).

Esta transição para uma ideia de resiliência comporta também o reenquadramento do “migrante ambiental” numa lógica empreendedora: ao contrário do refugiado, o migrante é menos visto como vítima e mais como um indivíduo industrioso; dele se espera, com o apoio da comunidade internacional e de políticas direccionadas, que aprenda a ser resiliente tornando-se um eficiente empreendedor de si mesmo (Bettini, 2013: 3). A ideia de resiliência pode, também, ser interpretada à luz da emergência das migrações ambientais enquanto problema crescentemente identificado na área da segurança. A compreensão crescente das alterações climáticas como sendo um problema de segurança alimenta a ideia de resiliência enquanto paradigma político contemporâneo (Rothe, 2015).

Dadas as características dos problemas ambientais (e sobretudo das alterações climáticas) estes problemas são objecto de lógicas de emergência e de contingência mas sobretudo de prevenção e gestão de risco, de compreensão à luz de referentes como vulnerabilidade e resiliência. Diferem, por isso, da construção securitária mais excepcionalista de outros problemas sociais, ao exemplo da guerra, assim conduzindo

⁴² Vulnerabilidade e resiliência associam-se através da capacidade de adaptação: a vulnerabilidade de uma comunidade pode ser vista como uma equação entre a sua exposição a condições ambientais adversas e a sua capacidade de adaptação para lidar e recuperar de determinado evento (Brown, 2008).

⁴³ O risco pode ser considerado como o factor de enquadramento contextual para esta viragem conceptual, fortemente representado nas sociedades modernas; destaque-se o contributo de Beck (2005) ao considerar que passámos de uma sociedade de classes para uma sociedade de risco, onde o risco surge numa dimensão global e não delimitável, sob tentativa de tranquilização permanente pelo complexo industrial e tecnocrata, em contraste com a comunicação a alta velocidade dos danos associados ao risco (ambiental, entre outros) pelos meios de comunicação social.

a uma transformação das práticas e dos papéis na área da segurança (Bourne, 2014; Trombetta, 2008).

As negociações climáticas têm beneficiado de estratégias de comunicação baseadas em linhas de argumentação que cruzam alterações climáticas, migrações e segurança. A securitização das migrações ambientais tem sido equacionada enquanto estratégia de diplomacia climática entre países, verificada por exemplo entre o Reino Unido e a Índia no sentido de os primeiros convencerem os segundos sobre iniciativas de mitigação e acelerarem compromissos políticos comuns (Boas, 2015). O debate sobre migrações induzidas pelo clima é, nesta linha de argumentação, considerado como um modo de promover acções pró-ambientais, novas formas de governação inspiradas pela solidariedade e a transformação de práticas de segurança. Porém, a securitização deste debate é problemática, uma vez que ocorre num enquadramento de securitização da própria migração. Assim, ainda que a migração ambiental e climática seja securitizada através de actos discursivos, a migração em si é securitizada através de mais processos, designadamente através de vigilância, fiscalização e consequente criação de sentimentos de insegurança e desconforto (Trombetta, 2014).

A construção simbólica das migrações ambientais e climáticas faz-se, em parte, através dos discursos visuais sobre elas produzidos. Methmann (2014) explorou os discursos visuais produzidos sobre as migrações relacionadas com o clima em publicações científicas e mediáticas relativamente especializadas. O autor salientou que a maioria das imagens apresenta pessoas, sendo possível identificar características repetidas: os potenciais “migrantes/refugiados climáticos” são figurados como vítimas passivas (captadas em espera ou ocupadas com actividades relacionadas com a recolha de água ou produção de alimento, com poucas imagens a aludir à preparação activa para a mudança ambiental; ou em trânsito, a transportar bagagem e a viajar em grupo) e racializadas (apenas uma das imagens apresenta uma pessoa caucasiana) do aquecimento global. O autor salienta que, apesar de poder reflectir um esforço para associar o tópico das migrações ambientais/climáticas com questões de justiça global, esta racialização mobiliza, numa retórica de naturalidade rural, estereótipos profundos sobre as populações pobres do hemisfério Sul. Por outro lado, as alterações climáticas são figuradas num tom apocalíptico, que pode ser considerado paradoxal dadas três

ausências importantes nesta amostra: as causas do aquecimento global, a natureza ameaçada (num contexto que o autor considera de necessária simbolização, tendo em vista a comunicação da mudança ambiental para o público) e noções tradicionais de segurança (discurso dominante na maioria dos estudos científicos e políticos sobre esta matéria, mas que não se vê transposto na construção visual do problema das migrações ambientais) (Methmann, 2014).

Pode concluir-se que uma componente de certos discursos produzidos sobre migrações ambientais se relaciona com o seu grau de alarmismo e de visões apocalípticas associadas ao fenómeno. Por um lado, constrói-se um campo de visibilidade sobre o conceito de “migrante ambiental” que agrega um conjunto de imagens conotadas com subdivisões étnicas e classistas (Methmann, 2012). Por outro lado, a globalidade do hemisfério Sul (países em desenvolvimento) é figurada como a região onde é mais provável ocorrerem conflitos, migrações e outras situações caóticas relacionadas com o clima, o que pode gerar tensões entre Estados, vizinhos e distantes. Este tipo de apresentação de segurança climática cria um sentido de alteridade e uma imagem confrontacional de um Norte estável *versus* um Sul frágil, num conjunto de discursos que segundo Methmann & Rothe (2012) proliferam em imagens apocalípticas que, em vez de gerarem medidas concretas, vão motivando a multiplicação de micro-políticas de risco através de macro-securitizações que legitimam a intervenção governamental e tecnocrática.

4.4: Criando visibilidade: um primeiro retrato dos “refugiados ambientais” na imprensa escrita portuguesa (2004-2010)

A primeira etapa de investimento empírico da presente tese, numa perspectiva de enquadramento e dimensionamento exploratório, resultou da compilação e análise das primeiras notícias sobre “refugiados ambientais” nas plataformas digitais de três jornais portugueses (Vieira, 2012). Considerámos importante observar o modo como as discussões sobre migrações induzidas pelo ambiente se desenvolveram entre bases científicas, vozes políticas e atenção mediática, a partir dos quais estas mensagens

poderiam ser integradas em discursos públicos mais amplos. Neste sentido, procedeu-se à consulta dos termos de pesquisa “refugiados ambientais”, “refugiados climáticos” e “migrações e ambiente” nas plataformas digitais de três jornais portugueses: os diários Jornal de Notícias (JN) e Público (PB) e o semanário Expresso (EX)⁴⁴.

Trata-se de três jornais nacionais de informação geral e de circulação relativamente elevada (sobretudo o Expresso e o Jornal de Notícias), o que os torna veículos influentes de discursos tanto dominantes como divergentes, com impacto importante junto do público leitor. A opção por estes posicionamentos editoriais deve-se ao objectivo de averiguar a comunicação de um tema no cruzamento entre problemas ambientais, problemas sociais e a sua politização, que poderá implicar diferentes percursos de construção de literacia ambiental e política.

Um primeiro resultado significativo desta pesquisa foi constatar a escassez de publicação mediática sobre o tema: foi identificado um total de 53 recortes de imprensa válidos de 2004 a 2010 nos três jornais⁴⁵. Esta escassez na amostra considerada pode sugerir-nos que, apesar de o tema se estar a constituir, não pode ser considerado um tema estrutural das comunicações mediáticas portuguesas sobre migrações e ambiente até 2010.

Aos 53 recortes válidos acrescem 10 recortes de imprensa considerados inválidos para o foco da análise, mas que abordam temáticas importantes para a compreensão do campo geral em que se enquadra o filtro “migrações e ambiente”: reflexões sobre a seca e migrações forçadas de espécies animais não humanas; destaques da política internacional sobre divergências em cimeiras sobre o clima e sobre o risco acrescido de conflitos com a continuidade/o agravamento dos efeitos das alterações climáticas; pontes entre a política nacional e as relações Europa/África; cenários hipotéticos do impacto de cheias em cidades costeiras (caso de Lisboa) ou da escassez de água em regiões de interior (casos das regiões catalã e valenciana);

⁴⁴ Jornal de Notícias – tiragem mensal em 2015: 38 738; Público – tiragem mensal em 2015: 17 002; Expresso – tiragem mensal em 2015: 49 275. Tiragem mensal calculada a partir dos dados disponibilizados pela APCT – Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação, filtro “Informação Geral 2015” em http://www.apct.pt/Analise_simples.php (09/05/2016).

⁴⁵ 2004 N = 2; 2005 N = 4; 2006 N = 4; 2007 N = 11; 2008 N = 10; 2009 N = 15; 2010 N = 7.

intervenções de António Guterres, à data Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, e de outros representantes da ONU sobre o trabalho humanitário com refugiados.

No que diz respeito aos antecedentes das comunicações ao nível do seu processo de codificação, importa considerar as limitações de uma pesquisa desta tipologia: a codificação por secções e subsecções, a localização de determinado recorte de imprensa na respectiva edição e a compreensão da sua tipologia (notícia, editorial, reportagem, artigo, crónica, etc.) são mais difíceis de captar numa pesquisa às plataformas digitais dos jornais. Esta dificuldade relaciona-se, também, com o facto de se realizar uma pesquisa a publicações desde o início do século XXI, fase inicial para a transposição de recortes de imprensa “clássicos” em formato papel para o formato *online*, na qual os processos de codificação digital ainda não estariam tão trabalhados como no presente.

Do que foi possível identificar face à escassa informação disponibilizada *online*, os recortes desta amostra incluem notícias de página inicial sintéticas/*lead*⁴⁶, notícias de interior do jornal, artigos especiais (sobretudo durante as Conferências das Partes – COP de Poznan e Copenhaga) e crónicas de opinião (por especialistas).

Uma parte das notícias de interior do jornal não apresenta uma secção referenciada. No Jornal de Notícias identificam-se seis recortes da secção Sociedade, dois da secção Mundo e dois da edição de Domingo. No Público, sete recortes dizem respeito à secção Ecosfera, um à secção Sociedade e quatro são atribuídos à secção temporária Copenhaga. No Expresso (que entretanto mudou substancialmente a plataforma *online* onde disponibiliza o seu arquivo de informação, com resultados do novo motor de pesquisa que podem não corresponder aos que aqui são reportados) não são identificadas as secções de publicação em nenhum dos recortes recolhidos.

No que diz respeito a informação complementar, ao exemplo da indicação de sub-secções por texto destacado junto ao título da notícia, estas referências são ausentes no Público. No Jornal de Notícias identificam-se duas referências a Clima,

⁴⁶ Para efeitos de análise, estas notícias de página inicial, quase exclusivamente compostas por síntese/*lead*, foram acopladas à notícia principal a que correspondem na mesma data/edição, considerando esse conjunto como sendo apenas um recorte de imprensa.

uma a Ambiente e uma a Alterações climáticas, para além de duas referências a UE/Presidência (à data em que esta era assumida por Durão Barroso) e duas a Refugiados. No Expresso, três recortes são identificados com a Conferência de Copenhaga, um dos quais indicado como artigo de opinião, três recortes referem Alterações Climáticas, um dos quais acrescentando uma publicação do IPCC, um diz respeito a Livros/Ambiente, dois referem a ONU e a Comunidade internacional, e um refere Refugiados.

Outros níveis de informação complementar dizem respeito à autoria e à extensão dos recortes analisados. 20 recortes de imprensa são assinados por jornalistas dos vários órgãos de comunicação social ou por especialistas nos temas considerados (no caso do Expresso). 16 recortes têm a sua autoria associada a agências, com especial incidência a agência Lusa (JN e EX), o que leva, por exemplo, a que se possam identificar conteúdos idênticos em recortes de dois jornais de perfis distintos (JN e EX). Porém, à excepção dos casos em que os recortes têm uma semelhança quase linear pela partilha da agência, é possível identificar corpos textuais diferenciáveis. Encontram-se recortes mais curtos no JN e no PB e recortes mais extensos no EX. Porém, no caso do PB, estes recortes estão integrados numa secção própria que permite a expansão das leituras sobre o tema mais geral do ambiente (dos três jornais considerados, só o PB oferece uma secção específica para questões ambientais – secção Ciência/Ecosfera⁴⁷).

Podemos observar, a partir da informação disponível sobre a localização dos recortes nos jornais considerados, que a informação produzida sobre migrações e ambiente tem sido organizada sobretudo em secções e sub-secções relacionadas com a sociedade (particularmente no JN), a política internacional e o ambiente (com secção específica no PB). Esta organização da informação pode ser interpretada como reflexo do surgimento progressivo deste tópico sobre as bases de uma construção preexistente dos temas/problemas sociais relacionados com o ambiente e as migrações nos *media* portugueses. A construção mediática destes temas em Portugal vai acompanhando os acontecimentos/eventos críticos que colocam as migrações e o

⁴⁷ Jornal Público, secção Ciência/Ecosfera acessível em <https://www.publico.pt/ecosfera> (consulta 29/01/2017).

ambiente na agenda pública e os debates que se constituem em seu torno (Cádima e Figueiredo, 2003; Carvalho, 2007). Esta construção observa-se de maneira diferenciada entre os jornais, também como reflexo dos seus posicionamentos editoriais e dos enquadramentos de literacia científica e política dos seus públicos-alvo.

Considerando o conteúdo dos recortes de imprensa da amostra analisada, numa primeira etapa cruzámos os eventos reportados e os actores sociais mais referenciados (protagonistas), identificando três ciclos parcialmente sobrepostos no tempo: emergência do problema (2004-2006, 14 recortes), assistência imediata e estudo do problema (2005-2009, 19 recortes) e procura de respostas políticas (2007-2010, 20 recortes, sobretudo no EX). Observou-se uma mobilização significativa de referências científicas nos três ciclos, tendo esta mobilização sido mais acentuada no segundo ciclo, onde se apresentaram alguns dos principais relatórios produzidos sobre os impactos das alterações climáticas aos níveis físico e social/económico.

O primeiro ciclo de recortes de imprensa marcou a identificação de um problema social em associação crescente a problemas ambientais progressivos, como a desertificação, mas também a desastres naturais abruptos, ao exemplo do furacão Katrina, em 2005. Este evento em específico foi importante para a criação de um novo tema de reflexão na imprensa: as migrações forçadas pelo clima, reflectidas a partir dos países mais ricos. O que não significa que o furacão Katrina tenha sido desencadeado por alterações climáticas; significa, sim, que este evento mobilizou a atenção mediática para um novo carácter da globalização, que permite visualizar aspectos de vulnerabilidade a alterações ambientais e climáticas em países mais reconhecidos pela sua resiliência (Oliver-Smith, 2006). Nesta amostra mediática, a desertificação (temática já explorada na imprensa antes de 2004) é o primeiro problema ambiental reconhecido como propulsor da migração, posteriormente alargando o espectro temático a problemas relacionados com o aquecimento global e as alterações climáticas.

Os protagonistas mais referenciados neste ciclo de recortes de imprensa são sobretudo representantes da sociedade civil. Por um lado, elementos de Organizações Não Governamentais (ONGs) entre outras tipologias de grupo dos movimentos ambientalistas, com papel central na chamada de atenção para problemas sociais

relacionados com o ambiente (Yearley, 2009). Por outro lado, elementos da sociedade civil com papéis de assistência e primeiro socorro, designadamente militares e trabalhadores do sector da segurança – vistos como os primeiros actores sociais que providenciam assistência em caso de situações de emergência (ao exemplo do Katrina), ainda que pouco conhecedores de problemas que ultrapassem a situação de crise. Alguns cientistas portugueses (particularmente com trabalho desenvolvido na área da desertificação) também são citados neste ciclo de recortes de imprensa.

A abordagem às origens e possíveis consequências do problema acontece no segundo ciclo de atenção mediática, contexto de apresentação de vários estudos e relatórios técnicos financiados, desenvolvidos e discutidos nesses anos. Os mais mobilizados para os campos científico e mediático foram o estudo liderado por Nicholas Stern a pedido do primeiro ministro britânico Tony Blair, sobre a dimensão económica das alterações climáticas; e os relatórios do IPCC sobre a base científica física, os impactes e focos de vulnerabilidade, e medidas de adaptação e mitigação das alterações climáticas. Para além deste enfoque científico, os recortes de imprensa analisados também abordavam a esfera política. As Conferências das Partes (COP), eventos que pretendem expressar o compromisso internacional em torno da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC), ganham crescente importância mediática. Esta importância atribuída aumenta com a expectativa de medidas concretas para o compromisso internacional após a conclusão do Protocolo de Quioto.

Neste segundo ciclo de recortes de imprensa, os actores sociais mais referenciados reflectem a maior atenção conferida aos enfoques científico e político. Destaca-se o contributo: do IPCC, da ONU (com particular destaque para investigadores da UNU-EHS), de Nicholas Stern e do Worldwatch Institute, ao nível de argumentação científica; da organização seguradora Munich Re Foundation, entidade financiadora de alguns dos estudos previamente referidos; da ONG Greenpeace, com capacidade técnica e financeira para publicar relatórios científicos independentes sobre a temática; da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, bem como da Ajuda Cristã, enquanto referências de assistência civil; e, por fim, de representantes políticos

e religiosos. A ONU e o IPCC são as entidades mais citadas nos recortes de imprensa analisados neste período.

No terceiro ciclo salienta-se a procura de respostas a múltiplas escalas (local, regional, internacional e entre os hemisférios Norte e Sul) para o fenómeno das alterações climáticas e os seus impactos nas migrações humanas. O principal foco de atenção mediática é a COP15, Conferência das Partes realizada em Copenhaga em 2009, seguindo-se um enfoque em instituições internacionais direccionadas à deslocação forçada (ACNUR/UNHCR) e a respostas políticas europeias (Comissão Europeia), numa atenção possivelmente reforçada pela nacionalidade portuguesa dos seus dirigentes à data considerada (António Guterres e Durão Barroso, respectivamente).

A atenção recai sobre negociações internacionais em torno do clima, da regulação das mobilidades e das relações diplomáticas sobretudo entre África e a Europa. Neste último ciclo de análise, uma vez mais, a comunidade científica portuguesa é interpelada, sobretudo em tópicos tais como a protecção costeira e a subida do nível médio das águas do mar, podendo também identificar-se a preocupação em torno da possibilidade de Portugal vir a ser não só receptor como também produtor de “refugiados ambientais”.

É importante referir que a maioria dos artigos analisados reporta a uma escala geográfica geral/global; porém, é possível identificar algumas atribuições espaciais e socioeconómicas específicas, a apresentar de seguida.

As primeiras associações, sobretudo nos recortes de 2005, podem ser observadas entre os tópicos desertificação, secas, desastres naturais e eventos climáticos extremos. Uma leitura global destes recortes de imprensa sugere uma ligação mais ou menos directa entre os fenómenos supracitados, o reforço de situações de pobreza e a necessidade das migrações. Os principais exemplos de desastres naturais são o furacão Katrina e o tsunami do oceano Índico (ocorrido em 2004 e reflectido para comparar aos efeitos do furacão Katrina). Também é possível interpretar, nestes recortes, o receio de consequências semelhantes para problemas ambientais da região mediterrânica.

Um outro campo de associação diz respeito a desastres naturais, alterações climáticas e conflitos sobre recursos, com particular incidência em países economicamente menos competitivos e sob maior pressão demográfica. Em recortes de imprensa mais focados no aquecimento global e na subida do nível médio das águas do mar, a atribuição geográfica torna-se mais direccionada aos Pequenos Estados Insulares e a contextos urbanos costeiros sob forte pressão demográfica. Também aqui se pode identificar o receio face aos riscos da erosão costeira no contexto português.

A maioria dos recortes mediáticos opera uma associação generalista entre tópicos, contribuindo para a identificação de uma escala global. Desta associação emerge uma espécie de glossário sobre alterações climáticas e ambientais e as suas consequências humanas: aquecimento global, derretimento das calotas polares, degradação ambiental, eventos climáticos extremos, desastres naturais, escassez de recursos naturais, empobrecimento dos solos, perda de biodiversidade e vulnerabilidade social. É possível apreender um discurso não objectivo (“não-dito”) que aponta para uma associação causal quase aleatória entre os tópicos previamente referidos e a consequência (aparentemente inevitável) da migração humana.

Em alguns recortes, em menor número, encontram-se referências a outros factores, mais focados ao nível social, que contribuem para esta associação multicausal: crise financeira, acesso a fontes energéticas, práticas agrícolas, produção alimentar, problemas de saúde, urbanização, explosão demográfica e questões de género.

É importante considerar o facto de estas associações gerais ocorrerem predominantemente com a referência a actores sociais da esfera política, sobretudo da ONU. Podemos, assim, ponderar a constituição indirecta e disseminada de um discurso geral com associação mais ou menos arbitraria entre problemas ambientais/climáticos e migrações, com a legitimação de entidades políticas como a ONU.

Identificámos três direcções exploratórias na leitura destes recortes mediáticos: (1) a vitimização através do clima e uma visão do ambiente como perseguidor, sustentando a hipótese de uma nova categoria de refugiado; (2) a

conexão entre alterações climáticas, vulnerabilidade, migrações e conflitos; e (3) o receio de migrações massivas, sobretudo direccionadas ao contexto europeu.

Dos 53 recortes analisados, 12 empregam a expressão “refugiados ambientais” e cinco optam pela expressão “refugiados climáticos”. No entanto, mais de metade da amostra (30 recortes) apresenta o termo “refugiado” para definir a situação de deslocação humana devido a fenómenos naturais ou eventos relacionados com o clima.

Nesta amostra da imprensa escrita portuguesa, o primeiro evento em que podem ser identificados “refugiados ambientais” é o furacão Katrina, considerado o “pior desastre natural da história dos EUA, os cadáveres continuam a boiar nas tépidas águas que inundam as cidades. (...) Haverá dois milhões de pessoas sem casa.”⁴⁸ Faz-se também referência a um número considerável de “refugiados a ser evacuados. (...) São todos negros, só vejo pessoas negras, que vão caminhando, devagarinho, em enormes filas.”⁴⁹

À excepção do evento-Katrina, testemunhado directamente por alguns jornalistas, as restantes referências a “refugiados ambientais” foram geralmente feitas utilizando os verbos no tempo futuro ou no modo condicional, apontando para uma situação possível mas que ainda não é claramente observável. A excepção pode ser encontrada numa reportagem sobre a situação das Maldivas, onde se identifica “este conceito de refugiado: as pessoas a quem os elementos naturais levaram o passado.”⁵⁰

Para uma melhor ilustração deste conceito, nesta amostra são sugeridas interacções entre tópicos como alterações climáticas, vulnerabilidade, migrações e conflitos. Considerando que “o aquecimento do Planeta e a degradação do ambiente no Globo estarão entre as principais causas das migrações no século XXI”⁵¹, pede-se “especial atenção às migrações e pobreza originadas pela falta de condições de vida

⁴⁸ “Triste espectáculo americano”, JN, 03/09/2005.

⁴⁹ “Êxodo negro em busca”, JN, 04/09/2005.

⁵⁰ “Maldivas: um país em luta contra o destino de desaparecer”, PB, 23/03/2009.

⁵¹ “Degradação do ambiente expulsa 50 milhões de casa”, JN, 02/12/2005.

quando o clima e o solo se tornam adversos à sobrevivência das comunidades. Um ciclo vicioso cujo começo, por norma, tem a marca do Homem.”⁵²

Afirma-se, citando António Guterres no ACNUR, que “Estamos perante uma injustiça, originada pelas mudanças climáticas, porque os que são menos responsáveis e têm menos recursos são os mais atingidos pelo drama dos refugiados”⁵³, reiterando o problema “que África se arrisca a ser o continente mais penalizado pelas consequências das alterações climáticas apesar de ser o menos poluidor.”⁵⁴ Também se refere, após um discurso de Kofi Annan na ONU, que “a desertificação acentua a pobreza e que o aumento de refugiados devido a condições económicas e ambientais irá exercer uma pressão ainda maior sobre os já demasiado populosos centros urbanos do litoral em todo o mundo.”⁵⁵ As pessoas “(...) não têm outro remédio senão deslocar-se por extrema pobreza, por degradação do ambiente, por perseguição política, pela guerra”, o que não equivale necessariamente a migrações internacionais, pois os que “vão ser maciçamente deslocados pelas alterações climáticas” incluem “os deslocados internos”⁵⁶.

Uma outra ideia importante observada nesta amostra é a de que “As alterações climáticas constituem uma ameaça para a segurança global. Basta imaginar a luta com que nos iremos confrontar, no final do século, pelo acesso às fontes de energia e aos recursos naturais, e as migrações potencialmente geradoras de conflitos”⁵⁷, citando Durão Barroso enquanto presidente da Comissão Europeia. Este receio pelo exacerbamento do conflito por factores ambientais diz respeito, sobretudo, às áreas mais pobres do planeta, onde se antevêm disputas por recursos naturais que poderão eventualmente dar origem a conflitos civis.

⁵² “Cientistas empenhados em descobrir soluções”, JN, 17/06/2004.

⁵³ “Este é o “século das pessoas em fuga”, adverte Guterres”, JN, 16/06/2010.

⁵⁴ “UE/África: Alterações Climáticas na agenda da cimeira de Lisboa”, EX, 05/12/2007.

⁵⁵ “Mão humana está a contribuir para o avanço da desertificação”, JN, 05/06/2006.

⁵⁶ “UE/Presidência: Europa tem um profundo desinteresse por África – Guterres”, JN, 08/07/2007.

⁵⁷ “UE/Presidência: Barroso diz que alterações climáticas ameaçam a segurança global”, JN, 07/11/2007.

A última leitura a destacar desta amostra de recortes mediáticos diz respeito ao receio de migrações massivas desencadeadas por problemas ambientais e direccionadas a países mais desenvolvidos. As explicações identificáveis nos recortes recolhidos variam entre abordagens mais lineares, por exemplo “Ao diminuir a área dos terrenos cultiváveis e das florestas, a desertificação provoca, por arrasto, a migração das populações afectadas. É uma das causas principais das migrações em massa”⁵⁸, até abordagens mais apreensivas que indiciam um cenário caótico, por exemplo referindo o “aquecimento fatal” na origem de “migrações sem precedentes”⁵⁹, devido às quais se prevê que Portugal se verá “inevitavelmente envolvido nas migrações de centenas de milhões de pessoas de África e outras paragens que se seguiriam à transformação do planeta ocasionada por alterações climáticas não controladas”⁶⁰, nas palavras de Nicholas Stern.

Abordagens deste tipo, ou especificando as “previstas migrações de populações para o norte da Europa e conflitos globais”⁶¹, exacerbam as conotações de urgência e inevitabilidade que são criadas com o conceito de “refugiado climático/ambiental”. Esta leitura pode evocar fantasias de ondas incontroláveis de migrantes e refugiados que poderão desencadear preocupantes reacções xenófobas ou ser usadas como justificação para políticas mais restritivas da migração e do asilo (Piguet, 2008).

Uma crónica de opinião desta amostra, motivada pelo escândalo *climategate*⁶², aborda esta questão do prisma inverso, face à identificação de que “mais de mil milhões de pessoas estão actualmente ameaçadas pela fome ou subnutrição, e agita-se o fantasma do seu aumento ou das suas migrações massivas se não forem

⁵⁸ “Luta para suster a desertificação”, JN, 02/09/2007.

⁵⁹ “Um ano para salvar o planeta”, EX, 01/12/2008.

⁶⁰ “Livros/Ambiente: Geografia de Portugal é oportunidade para liderar nas energias renováveis – Nicholas Stern”, EX, 25/06/2009.

⁶¹ “Ambiente exige concertação global”, EX, 17/09/2008.

⁶² *Climategate* alude à controvérsia da troca de emails da “Climatic Research Unit”, com início em Novembro de 2009, antes da COP15, quando vários emails entre essa unidade de investigação e a Universidade de East Anglia foram hackeados e publicados. Os cépticos climáticos argumentaram que, através deste material, era possível interpretar que os resultados científicos sobre o aquecimento global de influência antropogénica tinham sido manipulados, suprimindo as vozes que os criticavam.

combatidas as emissões de CO₂ para reduzir o aquecimento global. A situação dramática e escandalosa destes milhões de seres humanos não tem nada a ver com as emissões”⁶³, sugerindo-se que o estabelecimento de relações deste tipo possa constituir um contra-factor na luta por melhores direitos para os migrantes.

É importante considerar que a maioria dos recortes de imprensa analisados providenciavam uma visão limitada sobre as possibilidades de agência humana face a alterações ambientais. Não obstante a evolução do conteúdo destes recortes, desde a identificação do problema, passando pelo seu estudo e pela procura de respostas (sobretudo ao nível político), podemos apreender desta amostra mediática uma visão algo parcial dos discursos produzidos sobre migrações e ambiente.

Estes discursos apontavam para a existência de “refugiados ambientais” em consequência de alterações ambientais e climáticas globais, sendo que este filtro da globalização significou, numa parte dos recortes recolhidos, a correspondência do risco ambiental à escala mundial sem grande exploração de diferentes impactos regionais. A esta generalização acrescentam-se os discursos sobre migrações massivas direccionadas ao hemisfério Norte e possibilidades de conflito, a legitimação científica resultante da apresentação de vários estudos e entrevistas a cientistas de renome internacional, e a legitimação política da generalidade das mensagens com a citação de representantes de organizações internacionais tais como a ONU e a Comissão Europeia (com destaque para representantes de nacionalidade portuguesa).

Refira-se, porém, que a parcialidade supra referida poderá relacionar-se com o imediatismo da produção dos recortes recolhidos (a maioria proveniente de jornais de publicação diária) e a não especialização nestes temas pelos órgãos de comunicação seleccionados. Devemos, também, considerar esta amostra ao nível do seu enquadramento temporal (2004-2010), quando a comunidade científica ainda não tinha alcançado uma plataforma consensual para abordar a complexidade das interações entre migrações e ambiente.

⁶³ “O escândalo do ‘Climategate’ e a Conferência de Copenhaga”, EX, 30/11/2009.

Os discursos produzidos e disseminados na amostra analisada devem, por isso, ser encarados com atenção. Atenção, por um lado, para a validade da criação de um “alerta mediático” em torno dos problemas associados às migrações e ao ambiente crescentemente construídos nos meios de comunicação social portugueses, promovendo o seu debate, a actualização da informação disponível para o público leigo e a literacia dos leitores para estas questões. Atenção, por outro lado, para o risco de se empolar determinadas mensagens de alerta ambiental que, ao serem associadas a questões sociais mais politizadas tal como as migrações e o asilo, possam resultar no reforço involuntário de discursos exclusivistas (ao exemplo dos discursos xenófobo, securitário e anti-migratório – Piguet, 2008).

Capítulo 5. Ambiente-natureza: questões ambientais e problemas do ambiente físico

Como resultado da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com migrantes e refugiados etíopes e eritreus e com migrantes cabo-verdianos, foram identificadas diferentes dimensões/categorias de interpretação do ambiente e dos problemas ambientais: problemas no ambiente físico; o ambiente como problema menor / não associado a migrações internacionais; problemas ambientais associados a questões políticas e económicas; problemas ambientais associados à fome e a problemas de saúde; problemas ambientais associados à intervenção humana; gestão territorial/ambiental; problemas ambientais de temporalidade lenta e rápida; ambiente e mudança social. Estas dimensões serão exploradas de maneira agregada nos próximos capítulos.

Começamos por um primeiro sentido atribuído às questões ambientais, possivelmente o sentido mais directo e globalmente reconhecível: o de problemas no ambiente físico, de importância relativa face a outros problemas identificados nos contextos de origem. Iniciamos o capítulo com um breve enquadramento sobre o conceito de ambiente e a emergência do problema social-ambiental.

5.1 Ambiente, natureza e emergência do problema social-ambiental

Partimos de um conceito de ambiente que produz socialmente e confere significados à natureza. Esta perspectiva de ambiente ultrapassa a ideia ilusória de espaço natural, antes propondo observar a construção do mundo natural no qual as sociedades humanas existem. Se o ambiente for considerado enquanto produção social do que é natural, evidencia-se uma dimensão interpessoal em que podemos salientar a presença, vivência e intervenção social no meio físico. A partir desta perspectiva é também possível considerar o impacto irrefutável dos seres humanos no ambiente e a sua reflexão como problema social.

Os problemas ambientais, por se referirem a uma realidade de um planeta único e de uma biosfera interconexa, tornam-se particularmente identificáveis em termos de globalização. O conceito de globalização refere-se, neste caso, tanto à compressão do mundo como à intensificação da consciência do mundo como um todo (Robertson in Yearley, 2009). Até ao final do séc. XX, a agenda ambientalista foi-se centrando em diversos problemas de matriz global, como a poluição, a protecção da biodiversidade, a depleção da camada de ozono e as alterações climáticas (protagonistas na viragem do século). Ao movimento social juntou-se um considerável programa de investigação e de intervenção política para a defesa do ambiente, que se queria global, ainda que se possa observar o domínio desta agenda essencialmente por instituições do hemisfério Norte (Yearley, 2009).

Sobre a globalização enquanto consciência do mundo como um todo, é interessante verificar que a emergência do movimento e das primeiras campanhas ambientalistas é contemporânea de uma das mais icónicas imagens captadas da Terra, *Blue Marble*, pela nave espacial Apollo 17 em 1972. Um planeta visualizado no seu todo e isolado do restante universo apela à constituição de uma cidadania global, que promova a protecção deste planeta limitado que é a casa comum da humanidade (Meadows et al., 1972; Yearley, 2009).

Seria limitador, porém, considerar que a preocupação com as questões ambientais emerge exclusivamente na segunda metade do séc. XX. Podemos, em fase anterior, identificar alguns sinais que vieram a permitir a emergência da consciência ecológica, designadamente através de mudanças na interpretação filosófica do mundo natural. Identifica-se, em primeiro lugar, a importância de uma interpretação racionalista, que sustentava a crença da supremacia humana sobre a *res extensa* (a realidade orgânica que Descartes distinguia da *res cogitans* da alma humana). Esta interpretação vai contrastar com outras visões importantes na transição para a modernidade. Por um lado, a filosofia romântica, sob a influência de Rousseau e do idealismo alemão, ajudou a reposicionar o ser humano como elemento da natureza: não se negava a sua excepcionalidade, porém admitindo a sujeição da humanidade ao papel normativo do natural e do divino. Por outro lado, a nova abordagem naturalista do séc. XIX potenciou a confluência de novas orientações: estéticas, destacando-se a

consagração da paisagem, cultuada designadamente através da viagem para visita; e científicas, onde a teoria evolucionista de Darwin assume particular relevo, acompanhada pelo desenvolvimento de um conjunto de disciplinas biológicas (a partir de Mela, Belloni e Davico, 2001: 34-45).

Considerando a literatura na área da ecologia, vejam-se, também, referências clássicas da filosofia e da história natural no dealbar do industrialismo, apelando a uma vida mais natural enquanto menos materialista e voltada ao desenvolvimento económico e tecnológico (ao exemplo de Thoreau, 2014 [1854]); ou da ecologia da natureza selvagem, escrita ao vento e não junto da lareira (Leopold, 2008 [1949]: 98), apelando ao respeito pela biodiversidade ao se pensar “como uma montanha” (idem, p. 128) e atribuindo ao ecólogo a missão de promover uma “ética da terra” (idem, p. 188). Podemos recuar mais ainda, designadamente à utopia⁶⁴ de Thomas More (1995 [1516]), onde se relativiza a distância entre ser humano e animal, subentendendo-se que a sociedade ideal se deve pautar por princípios éticos de respeito pela natureza e pelos animais humanos e não humanos.

Observando o surgimento do ambiente enquanto foco de organizações da sociedade civil, já no final do séc. XIX surgiram as primeiras associações que visavam a sensibilização pública para a conservação da natureza e a preservação da fauna e da flora ameaçadas de extinção pela acção humana, bem como foram criadas as primeiras áreas protegidas, designadamente no Reino Unido e nos Estados Unidos da América (Soromenho-Marques, 1998). Por outro lado, reflectindo sobre as consequências da industrialização e por efeito da divulgação científica, a sensibilização para as questões ambientais foi aumentando a par da preocupação humanista com as novas populações operárias urbanas, a pressão demográfica e a fome, designadamente na Europa (Schmidt, 1999).

Se pensarmos em termos de percepção “leiga” sobre o ambiente, campo que se liga à percepção sobre a paisagem, podemos também considerar a antiguidade dos modos de compreensão e acção sobre os elementos naturais pela sociedade em geral. As questões da percepção sobre o ambiente abarcam o modo em que se apreende,

⁶⁴ O termo *ecotopia*, referente a uma utopia ecológica, aparece mais tarde, associado à ficção utópica de Ernest Callenbach, de 1975.

processa informação e se age sobre os padrões percebidos no espaço e no tempo, aos níveis individual e intersubjectivo. Na relação entre ambiente e paisagem, e reflectindo sobre a sua polissemia, estas percepções podem estar mais associadas a uma vertente contemplativa, estético-naturalista e simbólica (paisagem como *landscape*) ou aos valores mais estruturais da paisagem, relacionados com as práticas das sociedades humanas nos espaços rurais e urbanos (paisagem como *paysage*) (Mela, Belloni e Davico, 2001: 149). Esta ideia de paisagem enquanto elaboração social do ambiente natural releva o seu carácter não objectivo e a sua dimensão territorial vivida pelos sujeitos sociais, os quais podem perceber o ambiente de maneira diferente uns dos outros, bem como num registo diferente entre o saber geral e o saber especializado. Estas percepções sobre o ambiente podem, por isso, ser interpretadas como algo que vai sendo produzido pela sociedade ao longo do tempo, nos vários contextos históricos de vida.

Porém, o que marca a assunção do ambiente como problema social, sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970, não são tanto a inovação filosófica, o optimismo utópico, as mobilizações conservacionistas e humanistas ou a emergência de uma percepção partilhada de “ambiente a proteger” na sociedade em geral. Das primeiras referências para a assunção da crise ambiental destaca-se Rachel Carson (2000 [1962]) com a sua aclamada reflexão sobre a primavera silenciosa, em que expõe a destruição da vida selvagem com o uso generalizado de pesticidas:

“The history of life on earth has been a history of interaction between living things and their surroundings. To a large extent, the physical form and the habits of the earth’s vegetation and its animal life has been moulded by the environment. Considering the whole span of earthly time, the opposite effect, in which life actually modifies its surroundings, has been relatively slight. Only within the moment of time represented by the present century has one species – man – acquired significant power to alter the nature of his world.” (Carson, 2000: 23)

O ponto de viragem para assumir o ambiente como problema social foi a constatação do inegável impacto humano sobre a natureza e da ameaça que este impacto poderia ter na própria sociedade, particularmente evidenciado com a bomba atómica e com catástrofes ambientais associadas à acção humana. A partir da década

de 1970, testemunha de uma grande crise energética (que evidenciou o perigo de esgotamento de recursos não renováveis) e da visível degradação da natureza por efeitos secundários do desenvolvimento industrial, o problema ambiental passou a ser mais associado ao modelo de desenvolvimento em vigor (Carvalho, 2007). A par da crescente presença sociopolítica e cultural dos movimentos ambientalistas, as mudanças nas condições ambientais e os seus reflexos sociais ganharam visibilidade, foram mediatizados e resultaram na gradual institucionalização do ambiente. A preocupação ambiental tornou-se visível, nomeadamente, nos processos de desenvolvimento de políticas e de debate nacional e internacional.

Por outro lado, a preocupação ambiental também se evidenciou ao nível da sua incorporação nas ciências sociais. Uma abordagem importante para compreender as questões ambientais, consideradas no impacto social de factores territoriais e da especificidade urbana nas populações, já tinha sido desenvolvida pelos autores da Escola de Chicago a partir da década de 1920. Porém, é sobretudo a partir da década de 1970 que se começa a pensar sobre um novo paradigma para abordar as questões ambientais.

De particular saliência para esta mudança de perspectiva, designadamente na sociologia, William Catton e Riley Dunlap (1978, 1980) reflectiram sobre o modo como as assunções da teoria social durante a “era da exuberância” estavam imbuídas de uma visão do mundo (*dominant western worldview*, de matriz ocidental dominante) que impedia reconhecer o significado societal dos problemas ecológicos. Procuraram, por isso, explicitar o paradigma da isenção humana (Dunlap e Catton, 1994), assunção de que o ser humano é isento das leis biofísicas que controlam as restantes espécies, implícito no pensamento sociológico, sugerindo um “novo paradigma ecológico” que permitisse compreender melhor a era pós-exuberante, a qual, segundo os autores, reflectia um novo movimento social (de base ideológica diferenciada dos restantes movimentos sociais). Para além de evidenciar a emergente reacção social às questões ambientais, este novo paradigma convidou a reorientar a investigação considerando a influência recíproca dos factores do meio físico e do meio social.

Desde a década de 1970 a construção do problema social-ambiental tem vindo a evoluir positivamente ao nível da sua crescente institucionalização e sensibilização

pública. Mas seria equívoco considerar que a sociedade em geral, no âmbito de uma compreensão leiga e não especializada das questões ambientais, define e enquadra as questões ambientais nos mesmos moldes da sua construção científica e política. Igualmente equívoco seria considerar que a sociedade em geral, mais afastada da literacia científica das definições ambientais, é desprovida de ideias sobre o ambiente, a natureza e diversos problemas sociais que se possam associar.

Finalizamos este ponto introdutório com alguns traços específicos dos sentidos “leigos” que podem ser conferidos à crise ambiental, ao ambiente e à natureza.

Pensando sobre a percepção subjectiva da crise ambiental, Soromenho-Marques (2005b) destaca a importância de se considerar o desfasamento, ou até contradição, entre os dados da consciência e os dados da experiência. Considere-se, por exemplo, o caso do desaparecimento objectivo de espécies piscícolas e a abundância mercantil destes recursos, caso que pode ser explicado pela globalização, com a possibilidade de externalizar e diferir no tempo e no espaço os efeitos negativos da destruição de recursos.

Segundo Kate Soper (1995: 156), a visão leiga mais generalizada sobre a natureza associa-a às características observáveis do mundo natural (animais, matérias-primas) em contraposição aos referentes urbanos e industriais, os quais se associam à destruição e à poluição ameaçadoras dessa mesma natureza. A autora destaca ainda a natureza da experiência imediata e da fruição estética, numa visão geral de natureza como “outra coisa” para lá do humano.

Já a visão leiga de ambiente, segundo Barbara Adam (1998: 31), acaba por se centrar mais nos humanos, com referências ao lugar e às redondezas dos espaços de vida, trabalho e lazer. Para este conceito de ambiente, tão importantes como os espaços são os modos de vida a eles relacionados. No estudo desta autora, pensando sobre o significado de ambiente, os leigos em ambiente urbano salientavam o impacto humano na natureza, associando questões ambientais à construção viária, poluição, destruição dos campos, desastres industriais, entre outros problemas sociais e ambientais. Já os leigos em ambiente rural agrícola, pensando sobre o sentido de ambiente, focavam-se nos trabalhos exigentes no campo, na sua intervenção no

cultivo, na manutenção dos campos e dos cursos de água, com envolvimento próximo e implicado destas questões ambientais na sua vida quotidiana.

Em jeito de síntese, a componente interactiva destas imagens e associações feitas por leigos (e não especialistas em questões ambientais) pode transformar o lugar num ambiente: um contexto que se constrói mutuamente no espaço, no tempo e nas interacções e modos de vida; um ambiente implícito, cenário de fundo da vida quotidiana (Adam, 1998).

5.2 Identificação dos principais problemas no ambiente físico

Na amostra considerada neste estudo, a importância conferida às questões ambientais foi menor que a importância conferida a outros tipos de factores motivadores da mobilidade (sobretudo económicos e políticos). Porém, uma das categorias em que foi observada maior redundância nas respostas foi a que diz respeito aos problemas do ambiente físico. Esta categoria, construída durante a análise de conteúdo pela agregação de subcategorias relacionadas, reflecte dois tipos de factores: os que se relacionam com a alteração ambiental lenta/progressiva (seca, quantidade e qualidade da água, erosão, qualidade dos solos); e os que se relacionam com desastres naturais abruptos/de temporalidade curta (inundações, erupções, parasitas, etc.).

Apesar de estes factores poderem ser analisados em relação a outras categorias (por exemplo, na medida em que a sua origem possa ser atribuída à intervenção humana, ou em que a sua possível solução remeta para questões relacionadas com a mudança social), é nesta dimensão de observação directa das condições do meio físico que eles ganham maior consenso neste conjunto de entrevistas.

Esta identificação foi feita, sobretudo, em relação a memórias de seca nos países de origem. Como refere PT18 sobre Cabo Verde:

“Cabo Verde é um país que, apesar de ter “verde” no nome, é um país tropical seco. E normalmente chove pouco. (...) O mais preocupante sempre foi a seca, e o facto de não chover naquele tempo com tanta regularidade.” PT18

Apresentamos, de seguida, extractos das entrevistas realizadas com elementos das comunidades etíope e cabo-verdiana que foram indicados por outros participantes no estudo como mais entendedores nestas matérias, confiando na sua capacidade explicativa face a problemas do meio físico sobre os quais a maioria dos respondentes concordou, sem porém avançar na sua descrição⁶⁵.

No primeiro tipo de factores, relacionados com problemas progressivos do ambiente físico em algumas regiões dos seus países de origem, a qualidade e quantidade de água e solo foram consideradas problemáticas sobretudo pelos entrevistados que tinham memórias concretas de experiência agrícola (em agricultura de subsistência, sobretudo entre os cabo-verdianos).

No caso de problemas ambientais progressivos na Etiópia, IT24 destacou a importância da irregularidade das chuvas para a produção alimentar, ao que se acrescenta o impacto da erosão fluvial (entre outros factores relacionados com questões políticas e económicas):

“Os problemas ambientais comuns na Etiópia são a falta de chuva, o tempo ou estações em que a chuva é esperada variam de tempos a tempos. Quando o tempo da chuva se atrasa, há um problema de escassez de comida, e um problema de mudança ambiental, e... esta situação, esta escassez de comida faz com que as pessoas migrem, vão para outros lugares.”

“[Sobre a erosão], a área em que o Nilo Azul tem origem é alta, na zona da montanha. Ele deteriora, ou erode, a terra fértil da Etiópia, e de ano em ano a fertilidade do solo nessa área vai diminuindo. Devido à erosão dos rios que se direccionam a outros países.” IT24

⁶⁵ Para salvaguardar o anonimato dos entrevistados, o seu perfil enquanto especialistas não será aprofundado; ambos tinham formação superior nas áreas da química e do ambiente.

No caso de Cabo Verde, PT2 considerou sobretudo o impacto da diminuição das chuvas e da seca na qualidade dos solos (entre outros factores relacionados com a intervenção humana no meio físico):

“O problema [dos solos] é que, com a diminuição das chuvas, dos regimes de chuvas, aquilo que acontece é que foi secando, foi-se tornando uma crosta extremamente difícil de trabalhar. Não é tanto um processo de erosão, é mais um processo de excavação do terreno, depois formam-se crostas muito duras, e depois então é que o processo de erosão pelo vento se instala. Porque não tem regimes de chuvas, aqueles solos estão demasiado secos e depois começa a haver um processo de erosão eólica em que as próprias partículas do solo vão contribuindo para o desaparecimento de azoto – isto depois é um processo em cadeia, em que as partículas ganham energia por causa do vento, depois vão batendo umas nas outras e vão fazendo levantar, e depois isto acaba por se tornar em nuvens de poeira, quase.” PT2

No segundo tipo de factores, relacionados com desastres naturais abruptos de ocorrência ocasional, apesar de menos destacados que os factores progressivos, mereceram especial atenção os problemas relacionados com inundações (sobretudo na sequência de secas), parasitas (na sequência de secas e inundações) e erupções vulcânicas (só em Cabo Verde – ver capítulo 7). Os entrevistados que identificaram estes desastres naturais abruptos associaram-nos sobretudo a deslocações de curto prazo, em detrimento de migrações com reinstalação duradoura noutros países.

Como se pode ler neste excerto da entrevista de IT24:

“Há alguns desastres naturais relacionados com inundações. Na Etiópia há rios grandes que, durante o inverno, inundam as margens e podem ameaçar as pessoas que vivem nas terras baixas. (...) É importante [para a deslocação temporária], mas não para a migração externa.” IT24

Já PT1 considerava que, apesar do impacto imediato dos desastres naturais que mais associa a Cabo Verde – as erupções vulcânicas –, o seu impacto a longo prazo poderia ser positivo para a produção agrícola, o que de algum modo secundarizava a importância destes desastres naturais face a outros tipos de problemas sociais relacionados com factores ambientais:

“Ali os problemas de desastres naturais acabam por ser as erupções do Fogo. Mas as erupções do Fogo não têm um impacto negativo em termos da produção agrícola, bem pelo contrário, quer dizer, têm aquele impacto naquele momento, mas depois a médio-longo prazo as próprias cinzas do vulcão são benéficas para a produção agrícola. Portanto não, desse ponto de vista [de desastres imediatos], não [são importantes].” PT1

5.3 Ambiente como “problema menor”, relativizado e naturalizado

Não se tratando de uma percepção generalizável a todos os entrevistados, importa reconhecer que alguns respondentes etíopes e eritreus consideraram as questões ambientais como um “problema menor”, lendo-as na intersecção entre clima e desastres naturais, e revelando a sua aceitação das condições naturais.

A situação ambiental foi considerada por alguns entrevistados na sua relação com questões climáticas (que estes respondentes consideraram mais estáveis e com menor amplitude térmica nos países de origem face ao país de chegada) e desastres naturais. Estas percepções devem ser contextualizadas no momento da realização das entrevistas, durante o evento sísmico que afectou a região da Emilia Romagna, incluindo Bolonha, em 2012; e pela incidência destas percepções por refugiados, cuja mobilidade se efectivou já durante o século XXI, ao contrário de fluxos anteriores de etíopes e eritreus que globalmente valorizaram mais o impacto de questões ambientais nos países de origem. Como pode ler-se das entrevistas de refugiados da Etiópia e da Eritreia:

“O ambiente é mau aqui, não lá! (*Risos*) Na Etiópia o tempo não é muito quente nem é muito frio... Não há... Chove durante dois meses. Aqui em Itália quando neva... (*risos*) Sabes, eu detesto, não gosto mesmo de viver aqui, prefiro a vida na Etiópia. Era tudo perfeito.” IT7

“O tempo... não é muito difícil o tempo de clima na Eritreia. Não tens muito frio nem muito calor... O tempo é sempre como Abril em Itália. 20º C, 24º C, muito bom. Lá é sempre assim. Há sol, dez meses, nove meses de sol, só há dois meses de inverno (...)” IT19

Destas citações podemos inferir uma percepção de “perfeição” do contexto de origem (numa visão ideal de sol, temperatura amena e inverno curto), possivelmente sintomática de uma leitura mais romantizada sobre um contexto que os refugiados foram forçados a abandonar. Importa também referir que alguns destes respondentes atribuíram outros sentidos às questões climáticas, designadamente como alvo já consolidado de investimento nos seus países de origem, através de iniciativas vocacionadas para as alterações climáticas (ver capítulo 8).

Uma outra leitura permite-nos perceber a aceitação das condições naturais, ainda que por vezes problemáticas e não permitindo tanta produtividade agrícola como noutras zonas do mundo. Sobre o caso cabo-verdiano, PT20 considerava que a seca, ou o dilema das chuvas, por surgir todos os anos, era um desafio transformado em característica:

“Todos os anos é sempre o mesmo dilema das chuvas, o facto de não chover, o facto de os produtos estarem mais caros... são aquelas lembranças que existem da altura e que ainda continuam. Cabo Verde é conhecido por ser um país seco, portanto é o que o caracteriza, uma das características do país.” PT20

Uma consideração semelhante foi feita por entrevistados etíopes:

“Os agricultores na minha família aceitam a chuva. Eles não produzem três vezes ao ano, não. Na Etiópia isso é muito difícil. Por causa do tempo. [Quando chove] é só uma ou duas vezes [por ano], em alguns sítios é duas vezes, porque o tempo é bom, noutros sítios é só uma vez, e mesmo essa não é muito boa. Isso é um problema.”

IT1

Esta segunda leitura leva-nos a ponderar a naturalização dos problemas ambientais. Ainda que se sugira que as questões ambientais possam ser problemáticas, elas são incorporadas com alguma normalidade face às condições de vida (e neste caso de produção agrícola) no país de origem. Daqui podemos também ponderar a adaptação dos agricultores de referência para os entrevistados a ritmos de produção agrícola menos frequentes, segundo sistemas de produção agrícola mais tradicionais, face à norma possivelmente percebida no contexto de chegada com vários ciclos de produção por ano (ou com a disponibilidade de recursos durante todo o ano, mesmo que não se trate de recursos de produção nacional).

Uma outra observação, importante para o tema das migrações ambientais, tem a ver com o facto de a maioria dos entrevistados (refugiados e migrantes etíopes, eritreus e cabo-verdianos) ter referido que os factores ambientais, apesar da sua importância e relação com problemas sociais nos países de origem, não estão directamente relacionados com as migrações internacionais nos períodos em que os próprios as realizaram⁶⁶ nem com os seus percursos de mobilidade.

Quando questionados sobre o motivo central que despoletou os seus percursos de mobilidade, apenas uma entrevistada cabo-verdiana considerou as questões ambientais como motivação importante para a sua mobilidade, um atributo que referiu partilhar com todos os migrantes cabo-verdianos, por considerar que as questões ambientais estão na raiz da dificuldade em viver no seu país de origem. Os restantes entrevistados focaram sobretudo motivações económicas e políticas, com uma parte dos migrantes a focar motivações relacionadas com a prossecução dos estudos ou com questões familiares.

Não obstante, no geral, os entrevistados cabo-verdianos consideraram que o ambiente contribuía para a motivação migratória, apesar da sua não centralidade nos seus próprios percursos. Alguns entrevistados cabo-verdianos referiram que os seus familiares desde as primeiras gerações de migrantes internacionais (que localizaram no início do séc. XX), que iam nas embarcações rumo aos EUA e à Holanda, poderão ter saído na consequência de crises ambientais que inviabilizavam a economia cabo-verdiana. Outros entrevistados cabo-verdianos relacionaram os eventos de seca ao êxodo rural, ao crescimento urbano de Cabo Verde e a migrações para fora do arquipélago, nomeadamente a partir da década de 1950:

“Conhece ou lembra-se de pessoas de S. Vicente que tenham saído de lá mesmo por causa dos problemas da terra? Mesmo noutras épocas. – Sim, eu dou o exemplo do meu pai. Foi precisamente por causa disso? – Sim, sim, porque na altura, quando ele saiu, havia sempre a necessidade. Por causa das secas constantes e... a escassez de trabalho, enfim... Então houve esta necessidade de emigrar. Por isso... esta é uma questão que se pode por na geração dele [anos 60].” PT1

⁶⁶ Refugiados etíopes e eritreus de 2002 a 2011, migrantes etíopes e eritreus de 1979 a 2011, migrantes cabo-verdianos de 1957 a 2013 (Anexo C).

“[A degradação ambiental dificultou a possibilidade de ter uma boa vida] se pensarmos na seca, sim. Acho que é um factor extremamente importante. Não que seja uma degradação que tenha sido – a meu ver – gradual, mas foi uma situação mais ou menos constante, desde sempre. E que, na minha opinião, terá motivado muitas pessoas a emigrar.” PT20

Entrevistados etíopes e eritreus com percursos de mobilidade em diferentes enquadramentos temporais referiram que os seus familiares de gerações anteriores, provenientes de meio rural, terão migrado para cidades do mesmo país (à data unificado na Etiópia) por motivações relacionadas com problemas ambientais que se evidenciavam em secas, falta de trabalho e de rendimentos e fome.

5.4 Ambiente físico, diferenciado e cenográfico

Exploremos agora esta primeira leitura dos problemas ambientais enquanto problemas do ambiente físico.

Por um lado, estes problemas do ambiente físico são considerados importantes pela globalidade dos entrevistados, muitos dos quais, porém, remetem a sua explicação para os especialistas das suas comunidades de referência. Este direccionamento para os especialistas, esta dificuldade em “dizer” o problema ambiental, pode revelar o carácter diferenciado do ambiente enquanto problema social, de definição marcadamente científica, potencialmente distante da definição do saber geral sobre problemas sociais. Porém, quando problemas relacionados com qualidade da água e dos solos, a seca, desastres súbitos e processos de degradação mais lenta do ambiente foram designados e sumariamente descritos pela entrevistadora durante as entrevistas, a maioria dos entrevistados confirmou a existência de uma parte desses problemas, remeteu o seu aprofundamento para conterrâneos considerados especialistas e considerou estes problemas importantes para quem vive nos seus países de origem. Interpretamos aqui o reconhecimento e a concordância com a existência de epifenómenos ambientais, ainda que de difícil

definição “leiga”, com uma leitura do ambiente próxima a um conceito de natureza tipo abstracto que condiciona as condições de vida do ser humano.

Por outro lado, apesar de estes problemas serem considerados importantes, foram considerados de importância menor, designadamente face a outros tipos de factores (sobretudo políticos e económicos). Como vimos, a globalidade dos respondentes considera que estas questões ambientais não foram as mais determinantes nas suas motivações migratórias. Vimos também que uma parte dos entrevistados naturalizou alguns problemas ambientais nos países de origem e considerou serem piores alguns problemas ambientais nos países de chegada.

Propomos, neste ponto, pensar sobre as questões de percepção sobre o ambiente na sua relação com o conceito de paisagem na sua dupla acepção, simbólica e estrutural. No que diz respeito a este estudo, importa recordar o carácter mediato e desfasado no tempo das percepções recolhidas, uma vez que as percepções sobre o ambiente de origem foram recolhidas já no território de chegada. Com a consciência deste intervalo espacial e temporal, sugerimos a interpretação de dois sentidos atribuídos ao ambiente pelos migrantes e refugiados entrevistados.

Por um lado, sugerimos um efeito de idealização, potencialmente relacionado com alguma nostalgia pelo afastamento do contexto de origem, nele projectando atributos mais idílicos e “estáveis” enquanto ambiente/paisagem cenográfica. Aqui, o ambiente é visto na sua dimensão física mas não necessariamente como foco de problemas ambientais.

Por outro lado, este efeito de idealização perde saliência quando se pondera o ambiente de forma mais estruturante, relacionado com problemas sociais respeitantes a questões económicas e políticas nos seus países de origem (a serem exploradas no próximo capítulo). É nessa dimensão político-económica que o ambiente é mais relacionado com problemas sociais, e não tanto nos problemas estritamente vistos no ambiente físico, observados mas pouco problemáticos nas memórias experienciais dos respondentes.

Capítulo 6. Ambiente-estrutura: problemas políticos e económicos com referência à questão ambiental

Nesta vertente mais estruturante do ambiente propõe-se ponderar em que medida os problemas ambientais são percebidos, além da modalidade mais auto-referencial (problemas do ambiente enquanto problemas do meio físico), com referência a outras questões de impacto social, designadamente aos níveis político e económico.

Neste capítulo, após um breve enquadramento sobre o ambiente como base dos recursos humanos, iremos apresentar as percepções dos entrevistados sobre o enquadramento político e económico dos seus países de origem, abordando a relação destes factores com problemas ambientais, designadamente através da sua associação a problemas de saúde e de fome, e na sua vertente de maior planeamento, enquanto objecto de gestão ambiental e territorial.

6.1 Ambiente como base dos recursos humanos

Regressamos ao conceito de ambiente, ponderando outros âmbitos da sua possível definição. Esta questão surge quando ponderamos o ambiente como base dos recursos humanos; se o ambiente for visto como um recurso deste tipo, ele é definido de forma centrada no ser humano: “deste modo, o ambiente é tudo aquilo que está em torno da espécie humana e que possibilita a sua continuação, sendo entendido em função da sobrevivência desta e das actividades que dela são expressão” (Mela, Belloni e Davico, 2001: 101). Esta visão de recurso utilizável pode ser considerada uma das leituras predominantes do ambiente, adquirida pelo senso comum e sustentada nas intervenções técnicas de apropriação e transformação da natureza. Outras abordagens sistémicas ao ambiente como recurso, mais focadas em sistemas não humanos, interpretam-no como o que é externo a esse sistema e que contribui utilmente para o seu funcionamento (Mela, Belloni e Davico, 2001: 102).

Acrescente-se que, nesta visão de ambiente “útil” para o ser humano, o recurso não tem necessariamente de ser directo (recurso natural); o ambiente pode antes ser visto como base para todos os recursos utilizáveis pelo ser humano. Esta dimensão de base confere ao ambiente um papel estrutural.

A partir desta visão do ambiente como recurso estrutural, a delimitação entre o que é ambiental, económico e político pode tornar-se mais complexa. Podem encontrar-se pontos de contacto entre as três dimensões – inclusivamente nas origens etimológicas do “oikos” da ecologia, “estudo da casa”, e da economia, “gestão da casa”, que se relacionam com a política através dos procedimentos necessários ao funcionamento da “polis” e de todos os territórios a governar.

A este respeito recordamos um dos contributos mais consensuais para a temática das migrações ambientais: tal como se refere no relatório Foresight (2011), isolar os factores ambientais de outros factores – económicos, políticos, sociais, demográficos – pode enviesar a compreensão dos fenómenos migratórios mais do que facilitar a sua análise. Por contraponto, propõe-se reforçar a compreensão dos factores ambientais na generalidade das questões sociais, particularmente no campo das migrações, onde as questões ambientais não têm sido tão estruturalmente integradas quanto as questões económicas e políticas (Black et al., 2011).

Pensando na vertente estrutural do ambiente, podemos individualizar duas dimensões centrais: (1) como fonte de energia, através de recursos renováveis (recursos que após a sua utilização conseguem renovar-se através dos ciclos naturais de água, florestas e outros recursos biológicos) e não renováveis (recursos existentes em forma de reservas terrestres, cuja utilização representa o seu progressivo esgotamento); (2) como ocupação do território e exploração dos solos, tanto para garantir a alimentação como para a localização das habitações e das actividades económicas e produtivas (a partir de Mela, Belloni e Davico, 2001: 102-103).

Estes recursos e opções de ocupação e exploração vão sendo política e economicamente geridos, designadamente com referência a dois aspectos potencialmente contrastantes: por um lado, as perspectivas de desenvolvimento de cada território; por outro lado, a consideração de limites face à capacidade de carga

(de dado ecossistema, território ou considerando globalmente o planeta) e aos impactos ambientais da acção humana.

Esta perspectiva de balizar a gestão de recursos e opções de intervenção face às consequências negativas da acção humana tem sido alvo de reflexão crescente desde a assunção do problema social ambiental (reflexão sobre a crise ambiental) na década de 1970. A sua origem, porém, é anterior, associando-se à industrialização e à mobilização de recursos energéticos em quantidades muito superiores face às necessidades pré-modernas, tanto para as máquinas industriais como para os transportes, a par do progressivo aumento da população humana.

6.2 Enquadramento político e económico nos países de origem

Apesar de nem sempre se tratar de percepções estritamente relacionadas com questões ambientais, que são o foco deste capítulo, consideramos necessário introduzir este subponto ao nível do enquadramento político e económico dos entrevistados nos seus países de origem.

A este respeito é importante recordar a situação divergente entre refugiados e migrantes e, no geral, entre os diferentes contextos de proveniência dos entrevistados. No caso dos cabo-verdianos, todos os entrevistados foram englobados na categoria de migrantes, ainda que em diferentes fluxos de mobilidade e contextos socioeconómicos de partida. No caso dos etíopes e eritreus, parte dos entrevistados foi considerada na categoria de refugiados, no âmbito do movimento de refugiados no Mediterrâneo desde o início do século XXI, e parte foi considerada na categoria de migrantes, que tal como os cabo-verdianos partiram de diferentes contextos e em diferentes fluxos de mobilidade. A distinção entre as duas categorias prende-se, sobretudo, com o modo de entrada e de integração administrativa nos países de chegada, tendo os refugiados apresentado requerimento de asilo/protecção internacional (a qual foi concedida a todos os entrevistados), e tendo os migrantes encetado outros tipos de percursos de entrada e integração nos países de chegada, não sujeitos a protecção jurídica internacional.

Ao nível de factores políticos, no que diz respeito a situações de guerra ou violência, os entrevistados cabo-verdianos referiram na sua maioria não ter enfrentado este tipo de problemas, à excepção do período de transição do colonialismo para a independência de Cabo Verde (conflitos que se deram, sobretudo, fora do arquipélago) e de algumas perturbações relacionadas com o partido único (1980-90)⁶⁷. Já os entrevistados eritreus e etíopes, ainda que de diferentes gerações, atribuíram globalmente bastante importância a estas questões. Aqui ressaltamos que os factores políticos foram os que a maioria destes entrevistados considerou serem os mais importantes para a decisão de sair dos seus países de origem, não obstante as possibilidades que tiveram para os seus percursos de mobilidade; os refugiados procuraram asilo político noutros países, enquanto que os migrantes referiram ter saído por razões semelhantes, mas aproveitando oportunidades para viajar dos países de origem aos de chegada de forma documentada (via reagrupamento familiar, bolsas de estudo ou serviço militar em Itália para os que tinham ascendentes italianos).

Para os entrevistados eritreus e etíopes que encetaram os seus percursos de mobilidade na década de 1980, as situações de violência mais referenciadas dizem respeito à vigência do regime militar *Derg* (o “terror vermelho”) e ao movimento de oposição (o “terror branco”) e pela independência da Eritreia. A Eritreia estava, à data, em federação com a Etiópia, o que nas palavras de alguns entrevistados eritreus ressaltou como uma ocupação ilegítima do seu território, que exigia intervenção:

“Voltas da escola e o teu vizinho foi morto. Dizem-te “o teu filho foi para a Frente⁶⁸”! Se saio, matam a minha mulher. Ou a minha mãe. Ou o meu pai. Vês coisas que... então tu dizes, temos de resolver este problema. Vamos para a Frente, vamos armar-nos, eliminar esta gente. Porque ali havia tudo, mas não podias viver!” IT21

Alguns entrevistados consideraram que o início em massa da migração eritreia e etíope nesta fase marcou a génese política dessa diáspora, que parece manter essa motivação inicial no presente, segundo IT31:

⁶⁷ No período entre 1980 e 1990, depois da autonomização da secção cabo-verdiana do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) com a constituição do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), até ser aprovada a introdução da democracia multipartidária.

⁶⁸ *Eritrean People's Liberation Front* (EPLF).

“Havia comida em todo o lado. Porque era verde, chovia, havia agricultura, etc. Só agricultura, e chega; não havia dinheiro. Mas as pessoas nem tinham a possibilidade de sair, porque não sabiam, não conheciam, não tinham ninguém fora. Portanto, esta “sede” não existia. Começou naquele momento, seja via administração interna seja externa, com um processo (de violência)... Portanto, foi aquilo, puramente político! Imigração política. Não é económica. A migração etíope e eritreia não é económica. Mesmo agora. Nós não enriquecemos.” IT31

Para os entrevistados eritreus e etíopes que saíram dos seus países de origem a partir do final da década de 1990, a violência reportada relacionava-se com a guerra decretada entre a Etiópia e a Eritreia (1998-2000) e com a prevalência de regimes belicistas e desrespeitadores dos direitos humanos. Os entrevistados desta geração, na sua quase totalidade refugiados, enfatizaram a conscrição permanente na Eritreia, a situação de um governo autoritário que não respeita o princípio de se tratar de um governo transitório (desde a independência da Eritreia, 1993) e a falta de direitos (agravada no caso das mulheres) e de paz que se vive nesse país. Como refere IT19:

“Estudantes, professores, a minha família, os meus amigos, assim, todos naquele tempo foram para militares... Depois voltei à escola e olhei para o meu futuro na Eritreia. Esperava-me futuro de militar. Saí da Eritreia um ano antes de acabar a escola. Porque quando acabas, espera-te ser militar. (...) Há gente 15 anos militar, 14 anos, desde 1995 até agora. (...) É mau, militar! Não quero ser militar... Porque é ditadura aquele governo, percebes? Pelo menos um governo bom, com toda a gente bem, situação na cidade, situação economia do país boa, pode ser, és militar... Mas é ditadura. Não há eleições. Por isso saí do país. (...)”

É mau na Eritreia. Tu vais para a prisão, até quando não se sabe, os teus pais, a tua família não te vê. Dois, três anos, quatro anos, tu na prisão (...) Por que motivo entraste? Não vais a tribunal! (...)”

No nosso país o problema é a paz. E chega. Quando há paz faz-se tudo.” IT19

Os entrevistados etíopes referiram situações de perseguição por orientação política, ideológica ou por pertença a alguns grupos étnicos na Etiópia, bem como a expulsão directa (ordem de repatriamento) ou afastamento mais indirecto (através da negação, por exemplo, do acesso a cuidados de saúde) de eritreus e descendentes de

eritreus. Foram ainda mencionados ataques a locais religiosos enquadráveis no radicalismo islâmico. Tal como no caso eritreu, na generalidade foram considerados problemas políticos, falta de direitos e de liberdade:

“Não há liberdade. Não há liberdade. Não há liberdade. (...) Os migrantes, do nosso país e de África, há tantos, tantos... 80 ou 90% são problemas de política. Não é economia. Economia... Quando se faz um trabalho, há dinheiro, muda a vida. Mas o problema é de política no nosso país.” IT6

No que diz respeito ao enquadramento económico, pensando sobre a situação do trabalho no contexto de origem, a maior parte dos entrevistados dos três países conferiu importância aos baixos rendimentos. No caso dos entrevistados etíopes e cabo-verdianos o desemprego e a indisponibilidade de trabalho também foram considerados importantes, relacionados com a falta de perspectivas laborais dos jovens e com a saída temporária de trabalhadores (em sectores como a construção). No caso eritreu a questão do trabalho foi colocada noutros moldes, uma vez que todo o trabalho foi considerado sob o controlo do governo, que tem a capacidade de colocar a totalidade da população (designadamente através da conscrição, dirigindo a população para diversos sectores na sequência do serviço militar) e que vai garantindo a distribuição regulada de recursos (designadamente recursos alimentares).

Ponderando a importância de factores económicos relacionados com recursos naturais, as respostas foram mais divididas entre os entrevistados cabo-verdianos e etíopes e eritreus. Houve maior consenso entre os entrevistados cabo-verdianos sobre a relação entre a seca e impactos económicos negativos:

“A seca está quase, digamos... nas opções de saída de Cabo Verde. (...) É mais por questões económicas, mas também está tudo ligado! A seca influencia questões económicas, portanto...” PT10

A maioria dos entrevistados etíopes e eritreus provém de meio urbano e não tem memória experiencial de produção agrícola ou pecuária; as suas representações sobre estas questões partiram de memórias familiares, de viagens pelos seus países de origem ou de informação transmitida pelos meios de comunicação social. Cerca de metade dos entrevistados considerou ser pouco importante a disponibilidade de terra para a agricultura e pecuária, sendo que no caso da Etiópia IT24 referiu que essa pouca

importância pode relacionar-se com o facto de apenas 1% da terra ser utilizada para esse fim. No caso eritreu, IT29 salientou que, apesar de na sua percepção haver falta de terra para produção alimentar, o discurso do governo aponta no sentido contrário.

As percepções recolhidas foram mais homogéneas quando se ponderou o impacto da degradação ambiental na qualidade de vida, ao que a maioria dos entrevistados conferiu importância. No caso cabo-verdiano a degradação ambiental foi associada à seca e às suas repercussões, com impacto sobretudo em meio rural, sendo também associada às opções de ordenamento do território. PT13 considerou que a degradação do ambiente se tornou política por se relacionar com a falta de trabalho e a insatisfação social.

No caso etíope a situação ambiental foi associada às alterações progressivas do ambiente (incluindo as alterações climáticas) e ao seu impacto na produção de bens alimentares, que encarecem sem que haja um aumento nos rendimentos familiares para os adquirir, podendo motivar migrações internas. No caso eritreu os entrevistados consideraram que a qualidade de vida poderá não depender tanto da degradação do ambiente, mas mais de questões administrativas relacionadas com o entendimento com o governo, que tem o poder de restringir ou facilitar o acesso aos recursos naturais.

6.3 Problemas ambientais associados à fome e a problemas de saúde

Feito este enquadramento, salientamos que neste conjunto de entrevistas se verificou uma associação generalizada entre questões ambientais e problemas sociais mais imediatamente observáveis, designadamente os que se relacionam com a fome e com problemas de saúde. Em ambos os casos, na sua maioria, estas observações relacionam-se com problemas de disponibilidade de água, associando-se à seca e às crises de produção alimentar, bem como à dificuldade em providenciar água potável e minorar a incidência de doenças transmitidas pela água ou por insectos. Na maioria dos casos estes problemas não foram identificados na experiência directa dos

entrevistados, mas sim através de memórias familiares do passado ou via meios de comunicação social.

Do passado de fome em Cabo Verde, PT2 destacou que:

“A qualidade da água já foi muito determinante, remetendo às grandes secas [dos] anos 40, anos 50, em que houve fomes que foram devastadoras em determinadas Ilhas, e forçaram à emigração.” PT2

Este cenário de seca, já referenciado no subponto anterior, foi considerado importante pela maioria dos entrevistados, sendo um dos aspectos comumente referidos nos contactos com família e amigos que permaneceram nos locais de origem (sobretudo no caso dos cabo-verdianos). Pensando em Cabo Verde, alguns entrevistados referiram que no presente ainda se deve considerar a associação entre seca, pobreza e fome. Outros ponderaram que, apesar do impacto da seca na produção agrícola e na balança comercial, implicando um aumento da importação, a seca já não deve ser vista tão agressiva como no passado, na medida em que não parece ser extrema ao ponto de gerar fome:

“Sofremos de seca, mas não é aquela seca agressiva. Por exemplo, 2014 foi um mau ano agrícola. Choveu pouco, mas não é uma seca ao ponto de... Sim, desequilibra a balança comercial, faz com que os alimentos fiquem muito mais caros – até porque Cabo Verde é um país muito deficitário, importa 80% daquilo que se consome – portanto é grave, e a seca só vem agravar essa realidade. Mas não é uma seca extrema, ao ponto de se gerar fome.” PT21

Pensando na Etiópia e na Eritreia, os entrevistados referiram que a seca vai sendo importante ao longo do tempo, mas particularmente na sequência de guerras, associada ao avanço da desflorestação e da destruição de outros recursos naturais. No caso etíope o aumento da importação também foi referenciado. Sobretudo no caso de Cabo Verde, o recurso importado que os entrevistados mais referiram foi a água.

Para que a aquisição deste tipo de recursos seja possível, vários entrevistados referiram que a ajuda externa é imprescindível. A este nível foi referenciada, por um lado, a ajuda ao desenvolvimento (ao nível mais macro da política internacional), associada a períodos mais críticos bem como a programas mais contínuos para fazer

face a situações de fragilidade económica. Por outro lado, e de forma mais consistente, foram referenciadas as remessas (ao nível mais micro do apoio familiar), consideradas da maior importância, na medida em que cabo-verdianos e etíopes residentes noutros países vão enviando verbas para as suas famílias nos países de origem e assim colaborando para melhores condições de vida à escala familiar. Nas palavras de um dos refugiados entrevistados:

“[Seca] não, está bem assim. O problema é de... Como dizer... Quando mandas uma ajuda para a tua família não, mas é preciso ajuda, percebes? (...) Se não pudeses mandar uma ajuda à família, não dá para comer e não dá para viver, percebes? Mas quando alguém ajuda para isto, há de qualidade, é bom.” IT4

Os entrevistados cabo-verdianos também destacaram a importância das remessas e uma visão geral de emigração para permitir às suas famílias uma melhor situação de vida:

“[A vinda para Portugal] a maior parte das vezes é na procura de uma vida melhor. A procura de trabalho, de ganharem mais dinheiro... Porque a maior parte dos que estão cá nessa situação, depois vão enviando dinheiro para Cabo Verde, para construírem a casa, para sustentarem a família que às vezes fica lá... Porque o país também, na situação em que está, não permite às pessoas terem condições para conseguirem viver minimamente... então procura-se sempre a emigração, nesse sentido.” PT18

É através desta possibilidade de, com o rendimento extra providenciado pelos migrantes e refugiados, adquirir água e bens alimentares encarecidos sobretudo em tempos de carestia, que vários entrevistados consideram ser possível já não estar à mercê das condições ambientais e dos seus impactos nos países de origem, designadamente da fome.

No caso eritreu esta questão pode ser mais complexa, uma vez que as remessas podem confundir-se com as contribuições obrigatórias e controladas pela diáspora eritreia em coordenação com o Estado eritreu. Apesar de representarem um recurso muito importante para a economia deste país, é mais difícil ponderar o seu efeito positivo à escala familiar (sendo que, segundo alguns entrevistados, a não contribuição dos migrantes e refugiados para as remessas à Eritreia podia ter repercussões junto

dos familiares residentes no país de origem), à excepção dos migrantes e refugiados que conseguem enviar remessas familiares para além das obrigatórias, e mesmo nesses casos o resultado prático dos investimentos pode ser escasso:

“Hoje, porém, há um problema de comida. Porque não há produção interna, não há trabalho, não há nada, por isso... Tudo, só os emigrantes, só esses é que mantêm isto em pé. As famílias dos emigrantes, só essas conseguem safar-se melhor. Os outros estão muito mal. Há quem morra pela fome. (...) É um problema recente, e muito ligado ao governo. Podíamos fazer investimentos, os eritreus que vivem fora fizeram investimentos, podia realizar-se mais... Ou seja, a seca em si não é um perigo. [O perigo] é não deixarem as pessoas trabalhar, não podem fazer nada.” IT31

Pensando nas questões de saúde, a ajuda ao desenvolvimento também foi identificada por alguns entrevistados pela sua importância, tanto ao nível da progressiva estruturação de um sistema de saúde (sobretudo na referência dos entrevistados cabo-verdianos) como ao nível da disponibilização de medicação.

Os entrevistados cabo-verdianos associaram problemas ambientais a problemas de saúde referindo patologias relacionadas com a falta de água, alimento, higiene e cuidados médicos, bem como doenças transmitidas por insectos e problemas relacionados com a má gestão de resíduos em contexto urbano. Alguns entrevistados especificaram casos de dengue, cólera, febre tifoide, malária, infecções bacterianas, diarreia, problemas reumáticos, cancro, tuberculose e subnutrição. A associação entre estes problemas e a migração foi dividida: por um lado, pensando na generalidade da população, a migração por motivos de saúde foi pouco ponderada; por outro lado, pensando nas famílias com maior conhecimento dos procedimentos necessários e com meios financeiros que facilitassem a migração, foram mencionadas situações de protecção especial de doentes evacuados para Portugal (designadamente entre os entrevistados) que, findos os tratamentos, continuaram a residir neste país.

Os entrevistados etíopes e eritreus, para além de reiterarem os problemas de saúde referenciados no caso cabo-verdiano, acrescentaram as consequências de saúde dos desastres associados às situações de guerra e violência: o surgimento de alguns tipos de cancro foi associado à utilização de gases de guerra, para além de se referirem problemas no âmbito da saúde mental e de comportamentos aditivos. Mencionaram

também a propagação e o agravamento de vários problemas de saúde devido à falta de estruturas de saneamento, higiene, medicamentos e terapias, bem como problemas na qualidade da água. No geral, estes problemas não foram associados à migração, excepção feita em alguns casos de familiares de pessoas que tivessem contraído doenças infecto-contagiosas. A associação entre problemas infecciosos e a dificuldade em providenciar água potável foi destacada:

“Sabes, há alguns esforços que o governo etíope está a fazer para resolver este problema [de desertificação]. Mas ainda há um grande problema em disponibilizar às pessoas água potável, um grande problema. Devido à falta de água potável nas zonas rurais, há crianças a morrer com malária e algumas doenças transmitidas pela água.” IT24

De referir, também, que as associações rápidas e acríticas estabelecidas entre os países de origem e problemas de fome, reveladas por exemplo em diálogos entre italianos e etíopes ou eritreus, foram criticadas pela sua pressão estigmatizante e consequente impacto na imagem destes refugiados e migrantes como estando em permanente necessidade de assistência, em detrimento de uma imagem de cidadãos integrados num novo país. Como expõe Gabriella Ghermandi, para além da referência na história de I. (11.1):

“O facto de ter ouvido tanta publicidade sobre Itália e depois perceber que aquilo que era dito não correspondia minimamente à realidade fez-me pensar no quanto me gozaram e como também eu tinha aceitado acreditar durante a infância que a Etiópia fosse um país inferior em relação a Itália; e, pelo contrário, tinha muitas coisas mais que este país. (...) E por isso, chegada àquele ponto, quis gritar “vocês não percebem nada, não sabem como correm as coisas, aqui não é tudo melhor... e eu não venho de um país de pedintes”.” Gabriella Ghermandi, documentário *Bello essere Habesha* (Anexo E), minutos 3 e 5

6.4 Gestão territorial/ambiental

Um outro conjunto de respostas diz respeito a causas indirectas de questões ambientais, designadamente relacionadas com o acesso e distribuição desiguais de

recursos naturais. De um modo geral, estas respostas sugerem uma maior ligação entre questões ambientais e determinantes estruturais e políticas, sobretudo a dois níveis: questões relacionadas com os regimes de propriedade e gestão das terras; e com o planeamento dos usos do solo e do acesso a recursos naturais. Por isso se propõe que estas questões apelam a uma visão do ambiente mais próxima à gestão do território e dos recursos naturais.

O primeiro nível aparece inicialmente relacionado com a memória dos regimes coloniais e ditatoriais em Cabo Verde, na Etiópia e na Eritreia. Como consequência da implantação de regimes coloniais e ditatoriais nestes países africanos, alguns dos entrevistados relacionaram a estrutura agrária e os regimes de posse de terra a sistemas desiguais de direitos.

No caso de Cabo Verde, alguns respondentes associaram conflitualidade à mudança de regimes, não só na transição para o regime colonial como também para os regimes consequentes, designadamente aquando da reforma agrária:

“A Ilha de Santo Antão [por exemplo] tem conflitos fundiários que geram alguns problemas. Nomeadamente depois da independência, a alteração do regime fundiário e as nacionalizações de terras, etc. (...) Basicamente, aquilo que era feito era em termos de rendeiros. Ou seja, as pessoas arrendavam parte da terra, cultivavam-na e pagavam em produção, portanto pagavam em género.” PT2

Das entrevistas depreende-se que as mudanças de regime, ao exemplo da que refere PT2, tiveram implicações na organização e disponibilidade de trabalho agrícola em Cabo Verde, nos seus rendimentos subsequentes e na coesão social.

No caso da Etiópia e da Eritreia, a sucessão de regimes pouco respeitadores dos direitos individuais terá tido, segundo o relato de alguns entrevistados (sobretudo refugiados), um impacto muito significativo ao nível de processos de expulsão de antigos agricultores e apropriação de terras pelo Estado. IT5, por exemplo, referiu que o governo etíope continuava a vender terras a investidores estrangeiros, enquanto menosprezava (mas continuando a denunciar e a solicitar apoio internacional) problemas em torno de questões ambientais e de produção agrícola.

O segundo nível de respostas, relacionado com o planeamento dos usos do solo e da gestão de recursos naturais, reflecte algumas consequências do que foi anteriormente exposto.

Por um lado surgem referências à dificuldade em aceder a recursos indispensáveis à sobrevivência, designadamente água e bens alimentares. Da Eritreia e da Etiópia, IT21 recordou que, durante a luta pela independência da Eritreia, os recursos naturais (em particular os bens alimentares) eram distribuídos de forma insuficiente e muito controlada pelo governo etíope. De Cabo Verde, PT22 recordou que era necessário percorrer longas distâncias entre os povoamentos e os locais onde se distribuía água, distribuição que se fazia sob pagamento (o que podia ser um bloqueio em épocas de menores rendimentos e menor pluviosidade).

Por outro lado foram identificados problemas de ordenamento do território que se tornavam visíveis tanto em meio rural como em meio urbano, designadamente com a má gestão da água da chuva e o seu impacto em inundações e com problemas infraestruturais e de salubridade observados na decorrência do crescimento urbano.

Alguns entrevistados reflectiram sobre a possibilidade de reverter as questões de planeamento, no sentido de uma resolução dos problemas ambientais, económicos e de segurança alimentar, e não no sentido do seu agravamento. Como refere IT24 para o caso etíope:

“Esta falta de comida não é porque a Etiópia é incapaz de produzir alimento para as pessoas que lá vivem, a Etiópia tem capacidade para o fazer. Mas não tem competência para o fazer. Tudo isto podia ser resolvido com governação: se houver uma boa governação, a política para uso das terras pode mudar, e a segurança alimentar pode ser resolvida! Porque (...) A Etiópia tem um grande potencial de terra arável (...) E a grande razão para as pessoas saírem é a falta de comida e o desemprego. E (...) a quantidade de pessoas com baixos rendimentos, e o custo de vida não é equilibrado.” IT24

6.5 Ambiente estrutural, recurso e território

Procedemos agora ao resumo do que foi exposto neste capítulo, para facilitar a discussão.

Para a averiguação dos sentidos atribuídos aos problemas ambientais na vertente mais estruturante do ambiente, partimos da caracterização feita pelos entrevistados sobre o enquadramento político e económico nos seus países de origem e a relação deste enquadramento com questões ambientais. Ao nível político, para além das diferenças de enquadramento dos migrantes e refugiados, os entrevistados etíopes e sobretudo eritreus, de diferentes gerações de mobilidade, identificaram os seus contextos de origem com situações de violência, guerra, perseguição, governação autoritária e desrespeito pelos direitos humanos.

Ao nível económico, a globalidade dos entrevistados salientou a importância de se auferirem rendimentos baixos nos seus países de origem, nos casos etíope e cabo-verdiano a par do desemprego, no caso eritreu condicionados pelo controlo governamental da colocação laboral e da distribuição de recursos. Nas questões económicas mais relacionadas com recursos naturais, os entrevistados (na sua maioria de origem urbana) concordaram sobre o impacto da degradação ambiental na qualidade de vida, associando a degradação ambiental a questões relacionadas com seca, alterações ambientais e climáticas, produção alimentar, opções de ordenamento do território e possibilidades gerais de acesso aos recursos naturais.

Este enquadramento leva-nos a considerar uma leitura mais estrutural do ambiente, entre a ideia de paisagem estrutural referida no capítulo anterior e a ideia de recurso, que como vimos se aproxima de uma definição antropocêntrica de ambiente (tudo o que rodeia o ser humano e torna possível a sua sobrevivência e as suas actividades). Trata-se de um sentido de ambiente com uma longa construção histórica e que foi sendo “absorvido” pelo senso comum, associado ao modo em que a natureza pode ser apropriada, transformada e utilizada em função das necessidades humanas. Neste sentido, os recursos naturais podem ser vistos como parte do que é

estrutural nos contextos de origem dos entrevistados, recursos que estão na base da situação económica e política que os respondentes caracterizam.

Por outro lado, e num nível de reflexão mais afastado das percepções directas dos entrevistados, consideramos pertinente separar esta visão do ambiente como recurso estrutural de leituras mais funcionalistas da questão ambiental em relação a outras questões sociais, designadamente em relação às migrações. Como advertem Castles, de Haas e Miller (2014: 28-29), as teorias funcionalistas das migrações incluem abordagens mais deterministas que consideram que factores demográficos, ambientais e económicos “causam” migrações, sem tomar em consideração outros factores e dinâmicas sociais que não implicam necessariamente a mobilidade humana (por exemplo, os efeitos da inovação tecnológica e a permanência em locais afectados por problemas ambientais). As perspectivas funcionalistas poderão induzir no risco de se considerar que o que é mais estrutural nas questões ambientais inviabiliza as condições de vida e conduz às migrações, leitura que pode dificultar mais do que auxiliar na compreensão de fenómenos relacionados com migrações e ambiente. Como temos procurado reflectir ao longo deste trabalho, estas questões podem ser mais complexas e os sentidos conferidos às questões ambientais não apontam necessariamente nesta direcção.

Neste capítulo também foram identificadas as associações que os entrevistados estabeleceram entre problemas ambientais e problemas sociais relacionados com a fome e com problemas de saúde. Estes problemas foram frequentemente enquadrados ao nível da disponibilidade de água, relacionando-se com a seca, crises de produção alimentar, falta de água potável e doenças transmitidas pela água ou por insectos. O nexos seca – pobreza – fome não foi consensual, com alguns entrevistados a salientar a importância da importação de recursos que evitam a fome, e associando a seca à desflorestação e a actividades belicistas. Dos contextos de origem em tempos de escassez e carestia, os entrevistados salientaram a importância da ajuda externa, através de programas de apoio ao desenvolvimento mas sobretudo ao nível de remessas familiares. O rendimento proveniente dos familiares migrantes e refugiados noutros países foi associado à superação das condições ambientais e dos seus impactos, sobretudo da fome. Ao nível das questões de saúde, para além das

associações já elencadas, a saúde como problema ambiental foi enquadrada nas consequências de problemas políticos relacionados com a violência e a guerra, bem como em contextos privados de estruturas de saneamento e de cuidados médicos. Ressalve-se, porém, a importância de não generalizar a imagem de privação, criticada pelo seu impacto estigmatizante destes grupos migrantes nas sociedades europeias.

As relações entre seca, fome e problemas económicos e sociais foram também exploradas em estudos focados em épocas de crise nos contextos de origem dos entrevistados. No caso etíope e eritreu, Webb, von Braun e Yohannes (1992), pensando nas fomes da década de 1980, consideraram a sua variação regional mas com razões subjacentes semelhantes: tendência a flutuações na produção alimentar, falta de oportunidades de emprego, recursos financeiros familiares limitados, isolamento dos maiores mercados, baixos níveis de tecnologia agrícola, mau saneamento e condições de saúde. Neste contexto, os sintomas da fome foram o resultado da interacção entre falhas políticas e factores socioeconómicos, ambientais e de saúde. Os autores consideraram que, por mais importante que fosse o contributo da seca e da guerra para a fome, o factor mais determinante para tornar a fome possível foi a pobreza, tornando necessário repensar questões económicas de longo prazo e a estruturação da acção pública para a mitigação da fome junto dos grupos mais vulneráveis.

No caso cabo-verdiano e numa perspectiva historicamente mais recuada no tempo, Correia da Silva (1996) recorda que a exploração agrícola foi associada à escravatura enquanto sector de exploração económica, que se complementava com o sector urbano e portuário. Em fases de expansão do sector portuário-urbano-mercantil, o sector agro-escravocrata do interior ganhava uma importância secundária (ex. séc. XVI) e vice-versa. Os anos mais difíceis foram os de co-ocorrência de crise rural-camponesa e de crise urbana-portuária-mercantil, alturas em que o êxodo rural correspondia a um aumento do desemprego urbano, ao empobrecimento e à fome mortífera (ex. crises de 1609-1611 e crise de 1900-1905 em São Vicente).

O problema das secas tem sido, como vimos, ponderado como problema económico que decorre das relações entre factores naturais e a conjuntura socioeconómica de cada época. Sugerimos, por isso, que este sentido conferido ao

ambiente como recurso seja enquadrado numa visão contextual de problemas económicos e políticos com referência à questão ambiental.

Neste subponto foram ainda reflectidas questões relacionadas com a gestão do território e dos recursos naturais. Ao nível das questões relacionadas com os regimes de propriedade e de gestão das terras destacaram-se a percepção de sistemas desiguais de direitos decorrentes de regimes coloniais e ditatoriais nos países de origem, bem como de conflitualidade e impacto no acesso a recursos, trabalho agrícola e rendimentos nas transições entre regimes políticos. Nos casos etíope e eritreu foi ainda referida a expulsão de agricultores com a apropriação de terras pelo Estado e a sua venda a investidores estrangeiros. Ao nível das questões relacionadas com o planeamento dos usos do solo e da gestão de recursos naturais salientamos, na decorrência da exposição anterior, a dificuldade em aceder a recursos indispensáveis à sobrevivência, nomeadamente produtos alimentares e água. Os entrevistados também referenciaram problemas de ordenamento do território relacionados com infraestruturas para a recolha de água e para o saneamento e com questões decorrentes do crescimento urbano. Porém, o ordenamento/planeamento do território também foi referido como sector potencial/sujeito a melhorias, de modo a ser possível reverter os problemas ambientais, económicos e de segurança alimentar.

Estas últimas percepções sugerem-nos uma aproximação entre os sentidos conferidos ao ambiente e ao território, particularmente numa direcção de construção de políticas sobre sustentabilidade, planeamento e coesão territorial. Aqui, mais do que aludir ao ambiente enquanto meio físico preexistente, pode sugerir-se a produção activa de novas condições ambientais. Esta dimensão de intervenção territorial planeável e ordenável convida a redimensionar os problemas ambientais enquanto (pelo menos parcialmente) algo a prevenir. Por outro lado, para além de se dimensionar o território ao nível dos seus recursos naturais, estes recursos são reflectidos enquanto parte de sistemas económicos e políticos de maior alcance – sistemas que podem ter um forte impacto na decisão migratória.

Esta reflexão pode aproximar-se da matriz política da coesão territorial e da sustentabilidade, quando se advoga que o desenvolvimento do território deve englobar simultaneamente as dimensões ambiental (equilíbrio ecológico,

disponibilidade de recursos naturais no presente e no futuro), social (bem-estar humano, redução de desigualdades sociais) e económica (produtividade económica e competitividade) (EEA, 2010). Porém, esta matriz, sendo um dos marcos da construção política europeia nos sécs. XX/XXI que esteve na base da crescente negociação mundial para as questões do ambiente e do território (Yearley, 2009), deve ser aqui ponderada com alguma cautela. Esta relativização relaciona-se com o facto de estarmos a pensar em sentidos conferidos ao ambiente e às questões ambientais, por entrevistados que na sua maioria não são especialistas nestes temas, e que provêm de origens geográficas e enquadramentos políticos e mediáticos não europeus, nos quais as referências e percepções sobre sustentabilidade e coesão territorial podem diferir da matriz europeia.

Uma outra perspectiva em que esta reflexão pode colocar-se, na qual se confere maior centralidade à crítica dos sistemas desiguais de enquadramento dos recursos (naturais, entre outros), é a ecologia política. Com pontes identificáveis às correntes ideológicas marxistas (correntes que foram marcantes nos contextos de origem dos entrevistados, designadamente nos períodos de descolonização e de fortalecimento da independência), a ecologia política toma como ponto de partida das questões ambientais os conflitos sobre a distribuição de recursos naturais (Martinez Alier, 1995), em detrimento de outras abordagens ao ambiente que podem ser mais associadas à prosperidade pós-materialista⁶⁹. Por outro lado, o posicionamento da ecologia política na proximidade dos meios de activismo social e ambiental, para além das pontes estabelecidas com o campo científico, pode facilitar a comunicação de conceitos e propostas resolutivas mais perceptíveis à compreensão leiga sobre questões ambientais. Nesta linha, pensar sobre questões ambientais com referência ao acesso a recursos, à expropriação de terras, aos usos do solo ou a questões de justiça no acesso a bens comuns em determinado território, pode ser uma das direcções de significação do ambiente.

⁶⁹ A questão dos valores pós-materialistas sobre o ambiente pode aludir, por exemplo, à conservação dos recursos naturais pelo seu valor ecológico intrínseco ou pela valorização de valores estéticos com referência às questões ambientais, entre outras perspectivas que ultrapassem uma visão de satisfação de necessidades básicas à sobrevivência material (a partir de Inglehart, 1977).

Capítulo 7. Ambiente-emergência: da água ao Fogo, desastres naturais e problemas estruturais

Explorámos anteriormente um conjunto de sentidos conferidos aos problemas ambientais, primeiro enquanto problemas do meio físico, mais distanciados do que alguns entrevistados percebem como sendo problemas sociais, e seguidamente enquanto problemas políticos e económicos com referência à questão ambiental. Desta segunda leitura destacámos as questões relacionadas com a seca e a fome, problemas trágicos e recorrentemente associados aos contextos de origem dos entrevistados. Trata-se de questões que vão sendo associadas à degradação ambiental lenta, progressiva, num problema que tende a ser considerado estrutural.

Procurando cruzar este sentido progressivo dos problemas ambientais com o debate em torno das migrações ambientais, recordamos a classificação pioneira de Robert Stojanov (2008) ao procurar sintetizar a literatura científica nesta matéria. O autor propunha a identificação de cinco grupos gerais de questões ambientais associadas à mobilidade humana⁷⁰. A seca e o stress hídrico foram englobados no grupo “cumulative (slow-onset) changes”, conjunto de processos naturais de progressão lenta agravados por actividades humanas, implicando factores sociais, e nos quais a associação entre factores ambientais e deslocação humana era considerada muito mais indirecta do que no grupo “natural disasters”, caracterizado pela evolução rápida e efeito devastador dos seus eventos em função da vulnerabilidade humana nos contextos afectados (Stojanov, 2008: 131).

Esta distinção entre alterações rápidas e lentas, entre problemas estruturais socioambientais e desastres/catástrofes naturais, não é necessariamente estanque. Tal não significa negar a validade destas categorias, designadamente no campo das migrações ambientais, onde o carácter catastrófico de problemas mais imediatos tem levado à mobilização de ajuda internacional, contribuindo para aliviar os seus efeitos

⁷⁰ Stojanov (2008) propõe os seguintes grupos agregadores das “principal causes for environment-induced migration”: (1) “natural disasters”; (2) “cumulative (slow-onset) changes”; (3) “involuntarily cause accidents and industrial accidents”; (4) “development projects”; e (5) “conflicts and warfare” (Stojanov, 2008: 130-134).

nas populações afectadas, mas também para a visibilidade destes problemas e a sua crescente incorporação em negociações políticas para o ambiente e o clima. Porém, as fronteiras entre o que é catástrofe súbita e o que são problemas estruturais podem esbater-se, designadamente quando os desastres naturais imediatos ocorrem em contextos comumente mais associados a problemas (ambientais) progressivos.

A escolha de Cabo Verde, Etiópia e Eritreia como contextos de proveniência dos participantes neste estudo, no que diz respeito às questões socioambientais, prendeu-se com o historial partilhado nestes três países em matéria de problemas hídricos e crises de seca e fome. Porém, face à erupção imprevista que ocorreu na Ilha do Fogo (2014/15), às 13 entrevistas com cabo-verdianos realizadas após o início da actividade vulcânica foram acrescentadas questões específicas sobre as suas percepções a propósito deste evento (nota 4 do Anexo A). Uma destas entrevistas, com uma migrante proveniente desta Ilha, foi mais extensa, dada a disponibilidade da entrevistada para partilhar brevemente a sua narrativa biográfica.

7.1 Das memórias da vida no Fogo até Lisboa: a história de T.

Antes de avançarmos na compreensão dos impactos e percepções em torno desta erupção vulcânica pelos entrevistados cabo-verdianos, provenientes de diferentes ilhas desse arquipélago, propomos contextualizar as memórias sobre a Ilha do Fogo a partir da história de T.

T. nasceu numa aldeia na Ilha do Fogo em 1971, onde viveu até aos 10 anos. Durante a década de 1970, para além de assistir à migração de alguns tios e primos para os EUA, assistiu à migração do seu pai para Portugal, onde trabalhou como pintor de construção civil. Até se mudar para Lisboa, T. viveu em Cabo Verde com a mãe e com a avó, vendedeiras de profissão, e com os seus irmãos.

Referiu que, tal como as restantes meninas cabo-verdianas que conheceu da sua geração, no tempo em que não estava na escola, T. trabalhava em casa, a cuidar dos irmãos, recolher água, tratar da terra e dos animais:

“As crianças, em Cabo Verde, trabalham (*riso*). Tudo, nós fazemos tudo! Por exemplo, posso dizer, eu tenho seis irmãos e fui eu que criei os meus irmãos todos. Em Cabo Verde é assim, a irmã mais velha trabalha. Eu, por exemplo... Não é como aqui, que uma criança de 10 anos se senta a ver televisão! Está à frente da televisão, computadores e assim – nós, não. Eu ia buscar água, tratava dos animais, ia buscar palha para dar aos animais... E quando iam semear, quando iam tratar da terra, nós também íamos, e por exemplo os meus avós e a minha mãe tratam da parte com a enxada, e nós é que íamos pôr os grãosinhos da sementeira. E fazia de tudo. Fazia... Cozinhava, cozinhava, tratava dos outros, daqueles miúdos que os pais deixavam na rua, como eu disse... Fazemos todos, as crianças em Cabo Verde trabalham. E até hoje em dia, até hoje em dia ainda trabalham. Mas... eu não tive uma infância, por exemplo, das crianças daqui. A brincar. Posso brincar, mas era muito pouco. Por exemplo, eu ia brincar e muitas vezes a minha avó ia-me buscar nas orelhas, “Vai para casa! Mas o que é isso, brincar?”, principalmente raparigas, rapazes não!”

Para além das grandes plantações de café e vinha (para vinho *manecom*) do Fogo, à escala familiar T. recorda a produção de mandioca, batata doce, milho, feijão, favas, abóbora e pepino. Esta era, segundo T., a produção possível dadas as condições que tinham: apenas uma parte da terra era da família, a restante era dos “grandes senhores” a quem arrendavam (que ficariam com uma parte da produção em troca do direito de uso), e havia pouca água acessível, sendo recorrente a memória de se rezar pela água. Quando chovia guardava-se em cisternas, mas nunca era suficiente, e as secas fazem parte das memórias mais recorrentes, por isso era necessário comprar água a quilómetros de casa e trazê-la em baldes:

“Seca é o que há mais em Cabo Verde. Eu, pequenina, nós tínhamos de andar quilómetros e quilómetros com uma lata para ir buscar água, à cabeça! Eu lembro-me que fiz isso várias vezes. E era água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, tudo, para irmos buscar... E tínhamos de pagar. Não me lembro se era dois ou três tostões cada lata de água, mas tínhamos de pagar. E não era perto, era longe, íamos descalços – andávamos sempre descalças, para ir buscar essa lata de água. Quando lá chegava, lembro-me que era uma fila enorme de latas, tínhamos de deixar a nossa lata na fila, muitas vezes voltávamos a casa e íamos novamente para ir buscar a lata. E quantas vezes tínhamos de fazer isso por dia...”

T. recorda a criação de animais, designadamente de cabras, porcos e galinhas, que eram cuidados pelas crianças e que estavam na base da subsistência alimentar da família (leite e carne). Tinham também um burro, para auxiliar no transporte. Os animais alimentavam-se de palha e restos da alimentação humana. Em alturas de maior escassez alguns animais passavam fome, dizia-se que tinham aprendido a alimentar-se com folhas de árvore e até de papel. Conversando com a família que continuou a residir no Fogo, T. percebeu que muitos animais morreram na última erupção vulcânica.

Para além dos animais que a família criava e da produção agrícola para subsistência, colhiam-se no topo do monte, junto ao vulcão, vários frutos – papaia, manga, coco, maçã, banana e café – que seriam depois vendidos pela mãe e pela avó noutras localidades do Fogo e noutras Ilhas de Cabo Verde. A descida do monte, com quilos de fruta em balaios sobre a cabeça, ficou marcada na sua memória:

“A minha mãe, o que fazia – a minha mãe e a maior parte das mulheres –, porque nós não éramos família rica... Então a minha mãe, o que fazia, como ela era vendedeira e mais a minha avó, as pessoas subiam até ao vulcão – a pé! – para ir buscar estas frutas. Lembro-me da minha mãe dizer, e ver, a minha mãe trazia à cabeça um balaio... cheio de frutas, que era preciso dois homens! para tirar aquilo da cabeça dela. Agora imagina, um balaio daqueles pesadões (...), imagina agora descer do vulcão para baixo, que são umas encostas que se a pessoa cai lá para baixo é morte certa. Conseguir descer aquilo (...), e muitas vezes com crianças ao colo... Muitas vezes com uma criança nas *costa* e outra na mão... (...) Porque as frutas, em geral, era tudo lá em cima. Como dizem que ao pé do vulcão é tudo mais fértil... Por isso é que as pessoas, entra em erupção, saem de lá e voltam novamente a Chã das Caldeiras... porque é muito mais fértil o terreno lá, em Chã das Caldeiras, por causa do vulcão.”

Não obstante todas as adversidades que recorda, T. considera que a sua família, com a mãe e a avó a trabalharem como vendedeiras (actividade mais frequente entre mulheres, nas memórias da entrevistada) e o pai a enviar remessas desde Portugal, estava numa situação de maior possibilidade de resposta face aos problemas que fossem surgindo. Ainda que as secas fossem recorrentes, com impactos na produção alimentar e na disponibilidade de água, não passavam fome. Porém, o

quadro geral de condições difíceis, em grande parte relacionadas com a seca, contribuiu para a decisão de a família emigrar. Daí que T. (ao contrário da maioria dos entrevistados neste trabalho) considere que o ambiente foi um dos motivos que levou à migração:

“Sim, [o ambiente foi um dos factores que levou à emigração]. Um ambiente hostil, portanto... de seca, essa história de ter que ir buscar água, para beber e para tudo! É mesmo seca, Cabo Verde parece um deserto. Depois é muito... A falta de condições. E eu me lembro que a minha mãe – nós até vivíamos mais ou menos, porque o meu pai estava cá em Portugal e enviava-nos dinheiro, mas havia lá muita gente a passar fome. Muita gente. Há uma coisa que... Quando há *as-água* – portanto quando há muito milho, feijão, favas – as pessoas metiam em bidões. E eu lembro-me que a minha avó tinha em casa dela muitos bidões, cheios, assim deitados, cheios de milho, de feijão, de tudo. Porque a minha avó... Nós tínhamos mais ou menos condições. Não éramos ricos, havia lá pessoas ricas, mas nós não, mais ou menos.”

No caso da sua família, a migração foi facilitada pelo facto de o pai já estar a trabalhar em Portugal e pela situação económica familiar estável. Noutros casos, T. pondera que os efeitos mais imediatos da seca sejam a pobreza e a fome, situações em que a migração só é provável se houver redes de apoio nos países de destino:

“O motivo ambiental que eu digo, na minha Ilha do Fogo, é mesmo só a seca. Porque a seca depois... É pobreza! Pronto, é a pobreza, a minha ilha é muito pobre... As outras ilhas também, mas a Ilha do Fogo é muito pobre. E é isso por causa da seca, é muita pobreza e fome. (E nessa situação as pessoas conseguem emigrar) mais se tiverem cá familiares, se tiverem filhos, familiares directos, é mais fácil. Agora, se não for directo, só se for com contrato de trabalho. Mas é mais difícil.”

Com o intuito de melhorarem o nível de vida e precedidos pelo pai, T., a sua mãe e os irmãos vieram para Portugal em 1981. Juntaram-se ao pai num bairro de casas autoconstruídas em Campolide (Quinta José Pinto), entretanto destruídas para conversão em espaço verde:

“Na zona de Campolide, agora destruíram e está lá um jardim. (...) Esse jardim eram as nossas casas. Eram casas clandestinas, cada um chegava e fazia casa, cada um chegava e fazia. E os meus tios já tinham lá casa, e o meu pai chegou e fez lá casa também. Vivemos lá muitos anos, muitos anos, até que... Até que a Câmara, a

Câmara de Lisboa depois deitou abaixo essas casas, e os meus pais vieram viver para o bairro Padre Cruz.”

As condições de habitabilidade, na casa autoconstruída em Campolide, eram precárias, fazendo T. recordar o contexto que deixara no seu país de origem:

“Não tínhamos condições, também, quando viemos para cá vivíamos naquelas barracas onde a maioria vivia. Também não tínhamos água, também não tínhamos água... A luz era, como é que eu hei-de dizer... Por exemplo, o meu pai tinha luz, nós pagávamos. Mas há muita gente que ia buscar luz (não sei se sabes, aquilo é ilegal), ia buscar luz do meu pai. Era um vizinho, era mais um vizinho, puxava um cabo para aqui, puxava outro cabo... E assim é que vivíamos. Casa de banho, não tínhamos. Tínhamos um... o meu pai depois fez uma sanita, só, a casa de banho era uma sanita, e depois pôs um chuveiro, e tomávamos banho assim num chuveiro, mas ele é que fez, e não era assim nada de especial... Eu lembro-me, ainda cá em Portugal, que íamos buscar água, à cabeça, havia um chafariz perto de casa e íamos buscar água à cabeça... E, pronto, a vida no início foi como se estivéssemos em Cabo Verde.”

Ao nível da inserção laboral da família em Portugal, o pai de T. era pintor de construção civil, com vários períodos fora de Lisboa. Trabalhava no Norte, regressando a casa em geral de 15 em 15 dias, conforme os ritmos ditados pela empresa. A mãe de T. (e a própria, que a acompanhava) trabalhou como empregada doméstica. O enquadramento laboral da mãe foi importante para que a entrevistada compreendesse a situação das trabalhadoras domésticas, em particular das imigrantes, com horários de trabalho extensos e rendimentos insuficientes para o custo de vida de uma família em Lisboa.

Quando saiu de casa dos pais, no bairro Padre Cruz, T. foi viver para Massamá/Queluz, na zona norte da Área Metropolitana de Lisboa. Referiu que, tal como os seus pais e irmãos, teve dificuldade em obter a cidadania portuguesa. Concluiu o ensino secundário, trabalhou na produção de eventos, esteve desempregada e mais tarde conciliou o trabalho em eventos com o sector da restauração.

Constituiu família, vivendo sempre na região de Lisboa. Teve dois filhos, sendo que pouco antes da entrevista (2015) o filho mais velho tinha viajado para os EUA,

onde estabeleceu residência e constituiu o seu núcleo familiar. Os filhos nasceram em Portugal e têm nacionalidade portuguesa; T. atribuiu a facilidade do filho mais velho viajar regularmente para os EUA ao facto de ser português, considerando que esse movimento é mais difícil para um cabo-verdiano, com possibilidades diferentes de aceder a um visto para a entrada regular nesse país.

Em Cabo Verde, T. recorda que a migração era (e continua a ser) contada como se fosse um paraíso, uma ilusão de riqueza, sendo mais fácil entrar no “paraíso português” do que no norte-americano:

“Nós achávamos que eles [emigrantes] estavam no paraíso! Achávamos – epá, foram para os Estados Unidos, foram para Portugal, pá... Até hoje, até hoje!, as pessoas em Cabo Verde acham que nós cá em Portugal somos ricos. Desde que estamos em Portugal, somos ricos. Eu lembro-me, quando fui a Cabo Verde com o meu marido, uma senhora virar-se para nós e dizer assim: “epá, vocês têm um terreno, todas as pessoas fazem aí grandes casas, vocês não fazem aqui porquê?” E não sei quê... E eu disse “Epá, é um bocadinho difícil, porque nós também, em Portugal, a nossa vida não é... a vida da minha mãe é complicada.” – “Ah, isso é mentira! Porque em Portugal as pessoas têm dinheiro que nem dá para contar! É tanto dinheiro que nem dá para contar!””

A ideia paradisíaca quebrava face a alguns comentários que se faziam sobre alegados hábitos dos portugueses, por exemplo sobre o recurso a lares de idosos ou manifestações de afecto em espaço público. Admitindo uma leitura geracional sobre estas questões, T. acrescentou sentir falta de outras dimensões da tradição cabo-verdiana e fogueense, da morna às histórias de transmissão oral, tradições que procurava alimentar em Portugal através do associativismo e de eventos de produção cultural, aos quais se dedicava numa fase de menor estabilidade laboral.

Procurando caracterizar a Ilha do Fogo e repensando o seu local de origem mais de 30 anos depois de residir em Portugal, T. apresentou o Fogo como uma ilha pequena, com um vulcão com mais de 2800 metros muito central na vida dos seus habitantes, considerado quase como uma entidade divina:

“[As pessoas da Ilha do Fogo] dizem: “o vulcão tirou, o vulcão vai voltar a dar”. Para eles é como um Deus, como os antigos pensavam que era um Deus, porque é

verdade... Para eles o vulcão é... Não sei, não sei como dizer, é tudo! Tirou? Não ficam chateados! Não ficam chateados por o vulcão ter entrado em erupção... Mas, tirou? Vai voltar a dar.”

Considerou ser uma ilha de beleza rara, com contraste entre o terreno verde e fértil no alto e a lava negra que desce o monte e se mistura nalguns areais, como o da praia de Fonte Bila, em S. Filipe. Para além da sua beleza, a ilha é considerada relativamente produtiva – ainda que a produção se concentre na zona mais perigosa:

“[A parte rural, com rendimento] é mais ao pé do vulcão. Porque da nossa parte, é quase toda... (...) Olhas para a Ilha do Fogo, é tudo seco. Tudo... quando eu falo em terrenos, é assim: quando chove, aquele terreno está todo verde; a maior parte das vezes, está tudo seco. Agora, onde é o terreno mesmo, é ao pé do vulcão. É lá em cima, ao pé da Chã das Caldeiras. Aí é que, sim, nós temos terreno fértil.”

7.2 Erupção vulcânica da Ilha do Fogo (2014/2015)

Concentremo-nos, agora, no evento que recentemente destruiu a zona mais produtiva da Ilha do Fogo.

O caso da erupção vulcânica da Ilha do Fogo, em Cabo Verde, com início a 23 de Novembro de 2014 e término a 7 de Fevereiro de 2015, será aqui explorado como exemplo da co-ocorrência entre desastres súbitos e problemas estruturais. Na imprensa internacional esta erupção foi rapidamente considerada uma “situação de catástrofe”⁷¹, citando as palavras do primeiro ministro cabo-verdiano José Maria das Neves.

Segundo o relatório de avaliação das necessidades pós-desastre (PDNA) elaborado pelo Governo de Cabo Verde (2015) em colaboração com os seus parceiros internacionais (designadamente várias agências das Nações Unidas, o Banco Mundial e a União Europeia), esta erupção de 88 dias de emissão contínua de magma destruiu

⁷¹ Ver, por exemplo, a notícia do Jornal Expresso de 30 de Novembro de 2014, “Erupções do vulcão do Fogo voltam a intensificar-se” (<http://expresso.sapo.pt/internacional/erupcoes-do-vulcao-do-fogo-voltam-a-intensificar-se=f900616>).

totalmente as habitações e infraestruturas sociais e económicas das localidades de Portela e Bengaeira, em Chã das Caldeiras, obrigando à evacuação e desalojamento de 964 pessoas.

O mesmo documento informa que o valor total dos efeitos da erupção foi estimado em 2.832,3 milhões de escudos cabo-verdianos (equivalentes, à data, a 28 milhões de dólares americanos), dos quais 75,5% correspondem a activos destruídos e 24,5% a alterações nos fluxos de produção de bens e serviços (Governo de Cabo Verde, 2015: 13). Considerando estes custos em termos de propriedade, o sector público sofreu efeitos de 22,6% do valor total, cabendo ao sector privado (que inclui indivíduos e empresas) 77,4% do total das perdas (Governo de Cabo Verde, 2015: 14).

Os sectores mais afectados pela erupção vulcânica foram a agricultura, habitação, agro-processamento, água e saneamento, agroindústria, ambiente, turismo e transportes, representando um impacto macroeconómico “considerável na actividade económica local da Ilha do Fogo, mas pequeno em termos da economia de Cabo Verde como um todo” (Governo de Cabo Verde, 2015: 16).

Neste relatório refere-se também que os dados oficiais para o município de Santa Catarina, a que pertence Chã das Caldeiras, indicam níveis de pobreza superiores aos da média nacional. Considerando os efeitos da erupção na agricultura e no turismo, principais sectores de actividade económica da população local, temia-se a redução provável nos níveis de rendimento, com potenciais efeitos ao nível da nutrição, saúde e educação, efeitos que se esperava contrariar com a deslocação da população afectada (Governo de Cabo Verde, 2015: 16).

7.3 Percepções sobre a Ilha, a erupção vulcânica e as suas consequências sociais

Os entrevistados cabo-verdianos referiram que a ilha era árida e pobre em algumas áreas, mas produtiva e verde noutras, sobretudo em áreas problemáticas pela sua localização no percurso das lavas vulcânicas, quando há erupção. Dos entrevistados, os antigos residentes ou familiares de residentes no Fogo salientaram a

produtividade da terra desde que chovesse e a sua importância para a produção agrícola de Cabo Verde:

“Fui lá imensos anos, que a minha mãe é do Fogo. E, na altura, a ideia com que fiquei – e se calhar porque os meus avós viviam numa zona rural – era de uma Ilha... onde se plantava, onde se faziam as colheitas (as *as-águas*, como se costuma dizer) (...) E era de onde eu trazia sempre – que levávamos de regresso para Santiago – o milho, o feijão... E de onde íamos recebendo todos os anos – sempre que a terra produzisse (...). O sítio de onde vinham os produtos da terra.” PT20

O vulcão, tal como foi referido no âmbito da história de T., foi considerado central na vida dos fogueiros.

Foram recordadas as casas de estilo colonial mas também as habitações mais frágeis em contexto rural, cujos habitantes, fora de tempos de *as-águas* (chuva e consequente colheita), estavam mais expostos aos efeitos das secas e das fomes.

A mais recente erupção vulcânica do Fogo foi descrita pelos entrevistados como uma das piores de que havia memória, felizmente sem perda de vidas humanas, mas com muitas perdas animais, de produção agrícola e com danos materiais, sobretudo em Chã das Caldeiras.

Pensando nas consequências desta erupção para as pessoas residentes na ilha, foram destacados o impacto ambiental e de saúde devido à libertação de enxofre, o impacto psicológico, social e económico relacionado com os desalojados (destruição de residências, escolas, plantações e estruturas de apoio à produção de vinho) e o impacto económico do prejuízo no sector turístico.

Os entrevistados problematizaram a dependência decorrente desta erupção, não só ao nível do alojamento como também ao nível do trabalho, tendo em conta que os desalojados também perderam as terras que produziam e, consequentemente, os seus meios de subsistência:

“[A erupção] afecta toda a vida de quem lá vive. As pessoas estão desalojadas, têm de ir para centros de acolhimento, depois tem de se pensar no seu realojamento. Aquilo que normalmente faziam, se se dedicavam à agricultura, deixam de poder fazer. As conquistas que fizeram ao longo de todos aqueles anos, numa questão de dias, desaparece tudo.” PT20

“Bem ou mal, houve a capacidade de criar os campos (...) de refugiados, chamemos-lhes assim, em que as pessoas viviam lá... Aliás, muitas ainda vivem, porque ainda não está em reconstrução. As pessoas vivem essencialmente de ajuda, neste momento. Ou é ajuda comunitária ou é ajuda familiar, mas vivem essencialmente de ajuda. Porque as pessoas das zonas pelas quais o vulcão passou perderam tudo, literalmente. Ficaram com o bem mais precioso, que é a vida, mas em termos materiais perderam tudo.” PT21

Esta situação foi associada ao aumento da pobreza, à necessidade de apoio externo e à falta de perspectivas futuras para a população afectada, que viram ser realojada numa lógica de emergência, em estruturas precárias, e não numa visão de longo prazo.

No que diz respeito às consequências para Cabo Verde, apesar de ter sido conferida maior atenção ao impacto localizado na Ilha do Fogo, os entrevistados consideraram os efeitos económicos relacionados com o aumento dos impostos (para apoiar a reconstrução) e com a produção agrícola (de vinho e café), que consideram ter impacto junto da população cabo-verdiana em geral. Mencionaram também a dificuldade de se assistir ao desespero dos fogueenses e de ser possível, em alguns casos, que os afectados pelo vulcão procurem melhores condições de vida noutras Ilhas, ou até noutros países, como veremos mais adiante.

7.4 Desastre ou problema recorrente? Percepções sobre responsabilidades, assistência e soluções para a população afectada

Os entrevistados referiram a imprevisibilidade relativa deste tipo de fenómenos naturais e dos seus impactos: apesar da incapacidade técnica de evitar este tipo de eventos, segundo alguns respondentes já teriam sido observados sinais de erupção vulcânica antes da sua plena manifestação, sendo de estranhar a escassa preparação:

“É um fenómeno natural, não é? Pode ser considerado imprevisível, tem as suas dificuldades de controle. Mas eu pessoalmente considero que era uma erupção que podia ter gerado muito menos danos. Que podia ter sido, neste caso... Não, não podíamos prevenir, não poderíamos evitar, mas podíamos ter-nos preparado muito

melhor para ela. (...) Até porque havia notícias, a erupção foi no dia 23 de Novembro e desde Março que havia notícias que a qualquer momento... Que o vulcão vinha a dar sinais e que a qualquer momento o vulcão poderia entrar em erupção. De Março a Novembro são mais do que seis meses, por isso acho que havia tempo mais do que suficiente para se preparar e para a prevenção. Não se pode evitar, mas pode-se preparar (para) a erupção, mesmo informar a população... Acho que houve uma certa negligência por parte das autoridades.” PT21

Uma das dimensões com melhoria possível, segundo vários entrevistados, era a do planeamento das construções e plantações na sequência de erupções passadas. Porém, a insistência na reconstrução (sobretudo) em Chã das Caldeiras foi relacionada com a centralidade do vulcão na vida dos habitantes do Fogo e com a fertilidade das terras nas suas imediações, ao contrário de outras zonas nessa Ilha. Por isso, este evento foi integrado num problema recorrente, que tanto favorece a produtividade dos terrenos como ameaça a estabilidade dos residentes – o risco de um evento pontual face ao risco de um problema mais permanente.

A identificação do evento como uma tragédia não foi consensual: alguns entrevistados sugeriram esta associação, salientando (num registo mais emocionado) a parecença entre os despojados pelo vulcão e os recentes fluxos de refugiados; bem como a necessidade de resposta, semelhante a outras situações de catástrofe:

“(A erupção) é uma catástrofe, digamos assim, porque implica várias manobras de realojamento, de reabastecimento às populações, é um factor com muito impacto na Ilha do Fogo – apesar de as pessoas terem uma relação muito especial com o vulcão, com a zona do vulcão, e de quererem regressar. Mas é uma erupção que causa sempre distúrbios e que implica dinâmicas várias para se responder às populações, quer a nível nacional, quer com pedidos de ajuda internacional. E o que se sente é que as pessoas – nós, que estamos fora – vemos as notícias todos os dias, estamos sempre a tentar saber (...) o que é que há de novo, como é a actividade nesse dia, se está mais calmo, se não... Sendo que lá em Cabo Verde a preocupação é muito maior. Fala-se todos os dias sobre o assunto e passa para os familiares e para os amigos que estão fora. Portanto é um fenómeno que acaba por atingir não só quem está directamente ligado, e quem vive lá na zona da Chã das Caldeiras, mas

todas as pessoas do país e além-fronteiras, que se vão solidarizando com as populações.” PT20

Outros entrevistados negaram a ideia de se tratar de uma tragédia, contrapondo a forte reacção local e internacional, bem como o já referido potencial de preparação para estes eventos cíclicos, que permitiria evitar que um evento se transformasse num desastre. Daí que se proponha o reforço do debate sobre questões de segurança e ambiente no país, em particular em torno de “desastres recorrentes”:

“Há aí premente uma discussão sobre questões de segurança e do meio ambiente, e desses desastres que acontecem com muita frequência. Mas eu penso que não está focalizado, de certa forma, sobre questões de grande urgência... (...) Não estou a dizer que é preciso que haja catástrofe para legislar, ou para ter uma atenção especial sobre determinadas matérias que não havia em Cabo Verde. Agora, como estamos a falar directamente sobre o vulcão do Fogo, eu penso que pode, de certa forma, elucidar consciências que também pode acontecer nas nossas Ilhas, não só o vulcão mas outras fragilidades a que temos de estar atentos e sempre vigilantes.”

PT10

Procurando identificar as entidades responsáveis neste tipo de eventos, a maioria dos entrevistados referiu entidades públicas tais como: governo e ministérios da administração interna, do ambiente, das infraestruturas e da segurança social; Presidente da República; câmaras municipais; comissões de apoio à saúde, ao alojamento e às questões sociais; protecção civil, bombeiros, polícia e apoio militar (também internacional). Foram ainda referenciadas entidades que podem auxiliar na assistência humanitária, tais como a UNICEF, a Cruz Vermelha e organizações civis.

A maioria dos entrevistados destacou a importância da ajuda internacional na sequência desta erupção. Por um lado, o associativismo migrante foi destacado ao nível da sensibilização internacional, da mobilização de recursos e da angariação de fundos e bens. Neste sentido foram destacados os apoios do associativismo em Portugal e nos EUA, neste evento bem como em situações anteriores (por exemplo, nas cheias em São Nicolau). Por outro lado, este apoio pode ser visto de uma maneira integrada nas remessas habituais da diáspora cabo-verdiana. Por fim, os entrevistados sugeriram integrar este apoio na ajuda internacional ao desenvolvimento que

consideram imprescindível na história recente de Cabo Verde. No caso concreto desta erupção vulcânica, a ajuda internacional foi considerada de diferentes formas: através de contribuição financeira, doação de materiais, medicamentos, bens alimentares, meios de transporte para os bens doados e apoio institucional. Um entrevistado referiu ter tido conhecimento da abertura de vistos especiais⁷² para facilitar a mobilidade do Fogo para os EUA, onde já residia uma grande comunidade desta Ilha.

Procurando identificar soluções de adaptação da população afectada pela actividade vulcânica, é de referir a consideração repetida por vários entrevistados de que o povo cabo-verdiano está habituado às intempéries, é sofredor e trabalhador, consegue adaptar-se bem não obstante os problemas que enfrente:

“Acho que isso [soluções de adaptação em situações como a erupção vulcânica do Fogo] vai muito ao encontro do que é a alma do povo cabo-verdiano. Normalmente não se deixam ficar, vão à luta. Dão a volta por cima. Apoiam-se nos familiares que muitas vezes vivem fora, apoiam-se nos familiares que estão nas outras Ilhas. Não é um povo de se sentar e deixar, “agora aconteceu, e vamos chorar, e não se faz nada” – não, tentam dar a volta à situação. Até porque muitos deles já tinham passado por isso em 95.” PT18

Para os que permaneceram nas proximidades de Chã das Caldeiras, os entrevistados consideraram a necessidade de recorrer a apoio familiar e comunitário, num sentido solidário de sobrevivência e acção colectiva em actividades prioritárias, tais como a limpeza dos locais afectados, o desentupimento das lojas e a preparação dos quintais. Foi também considerada a importância do alojamento temporário noutras zonas da Ilha, em casas de familiares ou soluções de habitação providenciadas publicamente aos desalojados. Porém, alguns entrevistados adiantaram existir uma certa tensão neste afastamento, dada a relação especial estabelecida com os antigos territórios de residência e, mais concretamente, com o vulcão. A distância parece, por isso, ser considerada como um intervalo, uma expectativa de regresso, esperando que a vida dos desalojados possa vir a ser refeita no mesmo local de onde tiveram de se afastar:

⁷² Não foi possível confirmar esta informação, porém mantemos a referência pelo interesse que pode ter para discutir as percepções sobre a mobilidade neste tipo de situações.

“Há uma relação muito especial com a Chã das Caldeiras, por exemplo com a produção do vinho. As pessoas dizem que é uma boa zona a nível agrícola, tem boas terras... Portanto continua a ser a zona onde têm a grande ligação e onde têm o cordão umbilical, e que se nota que ainda assim querem regressar. Acho que é uma relação bastante especial, bastante específica, incompreendida por muitos, acho que as pessoas gostariam que as suas vidas fossem recuperadas e resolvidas, e que continuassem a viver na mesma zona e recuperassem aquilo que tinham dantes – as mesmas vivências comunitárias, o mesmo ganha pão, as mesmas terras, a mesma produção agrícola... Como se tivesse havido ali um intervalo nas suas vidas, mas quisessem regressar àquilo que havia dantes.” PT20

Esta ideia de regresso ao mesmo local, percepcionada em relação aos fogueuses, não é considerada positiva pela maioria dos entrevistados. Após uma fase inicial de avaliação de riscos e criação de um perímetro de segurança, após se assistir a um conjunto de debates sobre os projectos de reconstrução e realojamento, pondera-se a necessidade de alterar as políticas do território afectado, por exemplo considerando a área protegida. Tal evitaria a reincidência deste tipo de impactos, ao mesmo tempo que se deveria providenciar o realojamento e a reposição da actividade agrícola em lugares considerados mais seguros. Não foi esta a realidade observada pelos entrevistados na sequência de uma erupção vulcânica anterior, em 1995.

Quais seriam, então, as perspectivas de mobilidade das pessoas afectadas por esta catástrofe natural? Os entrevistados revelaram não conhecer nenhum fogueuse que tivesse saído da Ilha após a erupção vulcânica; porém, alguns respondentes consideraram que a emigração poderia aumentar nestas situações.

Para que a mobilidade internacional acontecesse foram ponderados dois cenários. Por um lado, a mobilidade poderia ser facilitada pela emissão de vistos especiais direccionados às vítimas de desastres naturais, tal como um entrevistado referiu sobre a possível abertura de vistos dos EUA para as vítimas do Fogo:

“(A emigração) pode (aumentar numa situação destas), até porque houve uma proposta nos Estados Unidos para que houvesse facilidade na emissão de vistos para pessoas de Chã das Caldeiras. Portanto isso pode gerar aqui um aumento na emigração das pessoas da Ilha do Fogo e especialmente daquela zona. (...) Nos

Estados Unidos existe uma grande comunidade da Ilha do Fogo, é o primeiro destino para as pessoas da Ilha do Fogo, é o destino mais escolhido.” PT21

Por outro lado, sobretudo no caso dos EUA mas também de Portugal (indicados como destinos mais frequentes para os emigrantes do Fogo), a mobilidade poderia ser facilitada pelas redes familiares preexistentes nesses países de destino, quando possível através dos mecanismos existentes para o reagrupamento familiar e no geral com auxílio à presença temporária ou integração mais definitiva no novo país:

“Eu acredito que pode haver pessoas com familiares a viverem, maioritariamente, nos Estados Unidos, que se tiverem essa oportunidade (de emigrar após uma erupção vulcânica) não vão pensar duas vezes. Principalmente se tiverem tido esse tipo de perda de tudo. Vi pequenos vídeos de pessoas que ficaram mesmo sem nada, literalmente sem nada... Se tiverem essa oportunidade, acredito que sim, que o farão.” PT18

Porém, e sobretudo no parecer dos entrevistados em situação socioeconómica mais favorável, a migração internacional para reinstalação definitiva foi considerada improvável (a menos que essas pessoas já estivessem de algum modo a preparar a sua saída na procura de melhores condições de vida) se houvesse perda total de bens ou meios de subsistência, ou se do desastre natural se evoluísse para uma situação de fome. No caso de cabo-verdianos com propriedades na Ilha do Fogo, a previsão foi mais no sentido de regressarem à Ilha, de forma a garantirem que as mantêm:

“[Casos de emigração devido à erupção vulcânica] não, eu acho que há um movimento ao contrário, de pessoas que vão lá ver se conseguem alguma coisa... Ainda ontem estive a falar com pessoas da Ilha do Fogo, “eu vou lá porque tenho lá o meu terreno”, e há uma percepção de oportunidade e algumas pessoas da Ilha do Fogo querem voltar para ver se há alguma oportunidade nesse momento. E os que estão lá querem segurar realmente a parte deles... e se conseguirem sair, mas sair com os seus direitos assegurados, não é?” PT10

Um entrevistado acrescentou que, apesar da longa tradição migratória dos cabo-verdianos (designadamente na sequência de problemas tais como a seca e a fome), com o tempo tornou-se mais difícil sair de Cabo Verde, devido à evolução no controlo fronteiriço.

7.5 Ambiente emergente, desastres naturais e problemas estruturais

Consideremos inicialmente o contexto que a história de T. nos permite identificar. Não se pretende generalizar a discussão ao universo das famílias provenientes do Fogo, trabalho para o qual uma narrativa biográfica e familiar isolada é insuficiente. Pretende-se sim perceber o tipo de questões que podem ser suscitadas e debatidas a partir deste enquadramento.

A um nível mais geral destacamos a integração da história familiar de T. na diáspora cabo-verdiana em Portugal e nos EUA, a memória de diferentes gerações de migração (de Cabo Verde para Portugal, migração laboral masculina na década de 1970 e migração feminina e infantil para reagrupamento familiar na década de 1980; de Portugal para os EUA, migração juvenil na década de 2010) e os percursos de integração na região de Lisboa (dos bairros autoconstruídos na cidade para os bairros do crescimento metropolitano, a dificuldade em obter cidadania portuguesa, do trabalho em construção civil do pai ao maior investimento educativo da entrevistada, a qual contribuía activamente para a afirmação cultural relacionada com Cabo Verde).

No que diz respeito às memórias da vida de T. no Fogo realçamos o enquadramento rural, a situação arrendatária, a emigração da figura paterna e a consequente concentração nas mulheres e nas crianças dos vários papéis relacionados com o trabalho doméstico, a produção agrícola e pecuária para consumo familiar, a colheita, transporte e venda de fruta e a recolha de água.

Este enquadramento permite-nos ponderar várias dimensões, das quais começamos por referir uma mudança perceptível na construção da infância. T. faz-nos perceber que a sua foi “uma outra infância” face ao que observa em Portugal. Esta diferença (reflectida, também, em questões de género na mesma faixa etária e no mesmo contexto de origem) afasta-nos de concepções essencializadas da infância (e da infância no feminino) e aproxima-nos das formas em que as condições materiais podem moldar os modos de agir, pensar e interagir das crianças (Wells, 2018).

Já em Portugal, a continuidade do papel de T. no cuidado dos irmãos, na recolha de água e no auxílio ao trabalho doméstico da mãe, mais do que exprimir o prosseguimento das vivências em Cabo Verde, pode ser compreendido à luz das desigualdades que enquadraram a sua infância migrante de classe socioeconómica desfavorecida neste país de chegada. T. viveu numa casa lisboeta em que continuava a ser necessário recolher água em fontes externas; a reconfiguração do núcleo familiar com a imigração fez com que a única pessoa adulta disponível para os filhos fosse a mãe; e o escasso rendimento proveniente do trabalho doméstico beneficiava com o trabalho de mais elementos. Por isso, T. contribuía para todas essas actividades, para além de estudar – dever de uma “geração de infância” que também foi a sua.

Este lugar de transição de T. pode evidenciar duas das grandes mudanças da história moderna da infância: a passagem de crianças trabalhadoras para crianças escolarizadas; e de famílias numerosas para famílias mais concentradas (ao exemplo do núcleo que T. constituiu), mudanças ponderáveis à escala mundial ainda que com a necessidade de atender à posição de cada contexto na economia política global e em questões de classe nos vários contextos (Wells, 2018: 8).

Realçamos, por outro lado, a dimensão de género, que tem merecido atenção na produção académica sobre a migração cabo-verdiana (Grassi e Évora, 2007). A história familiar de T. inscreve-se no que António Carreira (1983 [1977]) descreveu, à época, como sendo o movimento tradicional da diáspora cabo-verdiana, associado à emigração masculina e à permanência das mulheres e crianças em Cabo Verde até que os homens reunissem as condições financeiras necessárias para reagrupar a família. Importa reconhecer que a migração cabo-verdiana multiplicou as suas formas, das quais se destaca a migração feminina, por exemplo direccionada a Itália. Apesar de ter funcionado como um factor importante para a sobrevivência familiar, a migração tem representado um custo social elevado para as mulheres e para as crianças cabo-verdianas (Rodrigues, 2007), como exemplifica a história de T..

Ampliando um pouco mais a reflexão sobre género e migração, esta história permite-nos ponderar os efeitos das questões ambientais nas mulheres e crianças em contexto de emigração masculina. Pensemos, a um primeiro nível, na extensão das tarefas das mulheres e crianças em contexto de reorganização dos papéis familiares

pós-migração. Estas tarefas incluem práticas intrinsecamente relacionadas com a disponibilidade ou viabilidade de produção de recursos alimentares, que para consumo familiar possivelmente já seriam da responsabilidade feminina e infantil, mas não necessariamente para comercialização.

Por outro lado, e face à memória de T. sobre a água sempre insuficiente, pela qual se rezava e que era necessário comprar e transportar em condições difíceis, as remessas eventualmente possibilitadas pela migração do pai poderiam funcionar como solução de recurso em situações de maior escassez hídrica e de quebras na produção agrícola. Nestas situações podemos ponderar um impacto diferente das questões ambientais nas famílias com e sem emigrantes.

Por fim, se pensarmos ao nível de propriedade, a situação arrendatária desta família poderá ter implicado uma gestão difícil entre a produção agrícola para consumo próprio e para “pagar” o arrendamento, bem como a não posse das terras em que produziam poderá ter facilitado a decisão de migração da mãe e dos filhos para reagrupamento com o pai previamente emigrante.

As restantes entrevistas, cujos resultados foram apresentados neste capítulo, permitem explorar outras componentes que contribuem para a reflexão sobre problemas estruturais e desastres naturais, enfocando directamente a última erupção vulcânica da Ilha do Fogo.

No geral, destaca-se o carácter descontínuo mas repetível deste tipo de eventos, que não têm resolução técnica enquanto problemas do meio físico, mas para os quais se equaciona a possível preparação que evitaria a transformação deste evento num desastre com o impacto social que foi observado. Este, entre outros eventos recentes, pode funcionar como lembrete para discutir segurança e ambiente em Cabo Verde.

O impacto da erupção vulcânica foi identificado ao nível da saúde física e psicológica, das estruturas sociais e económicas e da população da Ilha do Fogo mais do que de Cabo Verde em geral. Corroborando as linhas oficiais de definição desta catástrofe, os entrevistados revelaram-se preocupados com o possível agravamento da

pobreza num contexto muito dependente de actividades económicas relacionadas com o meio físico.

Daqui destacamos, por um lado, a percepção de imprevisibilidade do que é natural, que alguns entrevistados concretizam na incapacidade de domínio técnico absoluto sobre o que é natural.

A questão do domínio técnico sobre o natural remete-nos para diferentes interpretações da natureza que marcaram a modernidade. Por um lado, a interpretação racionalista, marcada pela distinção entre ser humano (com função intelectual) e natureza (abstracto da espacialidade, realidade mecânica transformável pela sociedade), possibilitou a decomposição das “partes naturais” e a sua recomposição consoante as finalidades humanas (Mela, Belloni e Davico, 2001: 34-36). Esta decomposição e recomposição permitiu o progresso da ciência e da técnica, possibilitando a intervenção sobre a natureza com o desenvolvimento de tecnologia que reorganiza os seus elementos. Esta interpretação mecanicista e instrumental da natureza tem tido uma influência importante e duradoura, designadamente através da crença de domínio tecnológico sobre o que é natural. É precisamente o domínio tecnológico que se vê posto em questão em eventos como uma erupção vulcânica: não se conhece, até à data, tecnologia capaz de deter o magma. Ao vulcão é atribuído um poder superior ao do ser humano e da tecnologia, um poder que parece divino, simultaneamente construtivo (por exemplo pela maior fertilidade dos solos) e destrutivo (pelo rasto de destruição após cada erupção), mais próximo a uma aceção romântica de natureza (a partir de Mela, Belloni e Davico, 2001: 37-39).

Por outro lado, não obstante a importância conferida ao elemento natural neste evento vulcânico, os entrevistados, a par de outras vozes da sociedade cabo-verdiana no arquipélago e na diáspora, transmitiram a sua preocupação pelo possível agravamento de problemas estruturais preexistentes, particularmente dos níveis de pobreza. Sugere-se que o elemento estrutural da pobreza contempla uma conjugação de factores naturais (risco de erupção, padrões de pluviosidade, qualidade dos solos) e económicos (concentração das actividades económicas em torno de recursos naturais susceptíveis aos efeitos de menos chuvas e de erupções, sobretudo ao nível da produção agrícola) agravada por questões sociais e políticas (transpareceu uma

percepção de isolamento social e político da Ilha do Fogo no arquipélago de Cabo Verde, com níveis de pobreza acima da média nacional e alguma dificuldade em garantir que os investimentos públicos subsequentes a desastres passados fossem realizados em zonas seguras e numa lógica preventiva). O impacto do desastre natural pode, deste modo, ser relacionado com outro tipo de problemas não acidentais e que se relacionam com os usos do solo e a gestão da presença humana no território.

Não obstante o pudessem ponderar mais como problema acidental ou problema estrutural, os entrevistados consideraram a necessidade de assistência humanitária e de resposta pública na sequência deste evento. É interessante observar que se apelou à responsabilidade pública da resposta à população afectada pela erupção vulcânica, não obstante a maioria dos danos ter ocorrido em propriedade privada. Por um lado, na sequência do que foi discutido anteriormente, este apelo público pode relevar a dimensão de território como um todo, planeável e a gerir pelo poder público, que é também chamado a intervir em caso de problemas como os que decorrem de uma erupção vulcânica. Por outro lado, esta visão colectiva pode eventualmente ser englobada na resposta solidária frequente em situações de desastre, particularmente numa primeira fase de reacção/resposta ao impacte, sustentada em princípios de solidariedade e em que se apela à mobilização colectiva dos recursos disponíveis (Mela et al., 2001: 185).

Por outro lado, foi salientada a importância da ajuda internacional, considerada permanente mas reforçada em situações de crise como a que foi despoletada por esta erupção. Da ajuda internacional foram destacados o associativismo imigrante (sobretudo de Portugal e dos EUA), as remessas da diáspora cabo-verdiana e a ajuda internacional ao desenvolvimento.

Pensando globalmente ao nível das necessidades de adaptação das pessoas afectadas pela actividade vulcânica, vários entrevistados destacaram uma visão do povo cabo-verdiano como sendo adaptável e habituado às intempéries, sofredor e trabalhador. Este juízo de valor enaltece o carácter atribuído ao povo cabo-verdiano e parece reforçar a ideia de naturalização dos problemas ambientais.

No que diz respeito à adaptação a longo prazo, os entrevistados indicaram sobretudo duas vias: a permanência dos desalojados perto de Chã das Caldeiras, com

apoio familiar e comunitário; e a mudança de local de residência, sobretudo através das soluções públicas de realojamento (consideradas precárias por alguns respondentes), ou em alguns casos às escalas nacional ou internacional.

No que diz respeito à permanência em proximidade, os entrevistados manifestaram o seu receio pela tensão sentida junto dos desalojados, no sentido de quererem regressar à zona de maior perigo, sugerindo que a proximidade ao vulcão possa ser considerada um marco identitário, não obstante a sua ameaça à segurança das populações.

Neste contexto, a mobilidade foi vista como a solução mais segura, sugerindo-nos tratar-se de processos de deslocação forçada por uma alteração abrupta no meio físico, que poderia não ter tido este impacto caso houvesse preparação no meio social. A escala mais sugerida para esta mobilidade foi a intra-insular; a migração para outras ilhas de Cabo Verde ou mesmo para outros países (sobretudo EUA e Portugal) foi mais ponderada para quem já tivesse o projecto de mudar de vida, ou na eventualidade de serem criadas condições especiais para as vítimas deste desastre natural (por exemplo, vistos especialmente direccionados para esta situação).

Capítulo 8. Mudança social e reenquadramento do ambiente e das mobilidades

Um último conjunto de respostas parte de problemas ambientais associados à intervenção humana e ao crescimento urbano, convidando-nos a relacionar as questões ambientais a um contexto de mudança social, particularmente através de percepções relacionadas com a educação e a mobilidade (espacial e social). Propomos introduzir este capítulo com um enquadramento da mudança social desde a assunção da crise ambiental até um conjunto de perspectivas de resposta projectadas para o futuro, designadamente as questões da sustentabilidade, da modernização ecológica e do enfoque nas alterações climáticas.

8.1 Da crise ambiental às perspectivas para o futuro

Introduzimos, anteriormente, a constatação do impacto irrefutável da humanidade no ambiente como base para a assunção da crise ambiental. Esta assunção é reveladora da reflexividade sobre alguns aspectos da mudança social decorrente da modernidade, particularmente os que se relacionam com a dominação tecnológica dos sistemas naturais e os impactos sociais e ambientais daí decorrentes. Neste capítulo partimos desta dimensão *a priori*, procurando igualmente reflectir sobre a mudança social *a posteriori*, consequente à constatação da crise ambiental e designadora de caminhos possíveis para a superar.

Um debate importante para enquadrar a mudança de sistemas de prática social desde a sociedade industrial é o da modernidade reflexiva. Para este debate destaca-se o contributo de Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash (2000) ao discutirem a sociedade pós-industrial numa nova fase de modernidade, nas palavras dos autores, reflexiva. Esta reflexividade, segundo Lash, salientando as dimensões comunicativa e estética, resulta das alterações produzidas pelos meios de comunicação e pela informação nas sociedades modernas, distanciando-se das comunidades tradicionais e revalorizando a cultura enquanto conjunto de práticas comunitárias que estruturam o

desenvolvimento individual. Segundo Giddens, esta reflexividade diz respeito à avaliação permanente que é feita sobre as práticas sociais, em confronto com novas informações sobre estas práticas, o que conduz à sua alteração reflexiva; esta dinâmica é particularmente observável ao nível institucional, sobretudo nos Estados-nação, que se afastam da tradição em favor da monitorização reflexiva. Beck identifica a reflexividade com a constatação das ameaças da sociedade industrial, o que o leva a conceptualizar a sociedade de risco, em que um dos questionamentos chave deriva precisamente da crise ambiental. Para compreender a sociedade de risco é importante reflectir sobre a relação entre as mudanças ao nível da produção e distribuição e o impacto ambiental da economia globalizada, baseada no conhecimento científico e na tecnologia, categorias que se tornam centrais para a organização social e para compreender conflitos emergentes.

A crise ambiental, segundo Viriato Soromenho-Marques (2005a: 175), decorre da mudança radical na relação entre a cultura humana e o mundo natural, com a passagem da cultura como subsistema frágil e ameaçado da biosfera para a biosfera como subsistema efémero da cultura, considerando o poder adquirido pela cultura humana. Tal cultura de dominação pode definir-se como tecnosfera, como projecto de apropriação do mundo natural e de construção de um novo mundo para responder às crescentes necessidades humanas. A construção da tecnosfera conta já cerca de 400 anos, remontando aos contributos de Bacon e Descartes, e tem-se estruturado através dos vectores Estado (com a sua afirmação hegemónica, designadamente ao nível militar) e mercado (com o impulso forte da expansão mercantil para a ocupação global). Considerando o impacto criado pela cultura humana ameaçando o seu futuro e a sobrevivência de muitas outras formas de vida (habitats, espécies animais e vegetais), a crise do ambiente pode ser considerada uma crise global e radical da identidade humana e da nossa capacidade para habitar o planeta Terra (Soromenho-Marques, 2005a).

Por outro lado, a crise ambiental é demonstrativa da complexidade inerente ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, outrora vistas como resposta para os problemas humanos, e hoje vistas como potencial origem de riscos face aos quais não se consegue providenciar as necessárias soluções. A par da consciencialização

ambientalista, nas décadas de 1960 e 1970 reforça-se a consciência da não neutralidade da ciência e da tecnologia e da sua ligação com o poder, partindo de exemplos tais como o desenvolvimento da bomba atómica. Destaca-se, para esta reflexão, a validade do princípio da plenitude tecnológica (Martins, 2011), reflexo da procura de domínio ilimitado sobre a natureza por via tecnológica. Neste contexto, a natureza é tomada como fonte de recursos sem necessidade de reservas éticas ou, até, em vias de substituição por uma ciência que venha a construir uma nova e melhorada versão de natureza (e de ser pós-humano), entre dilemas presentes e futuros do desenvolvimento tecnológico (Martins e Garcia, 2003).

A origem etimológica do conceito de crise abarca dois sentidos que se revelam úteis para a compreensão da crise ambiental e dos caminhos construídos a partir dela. O primeiro sentido de crise relaciona-se com a constatação de esgotamento de um caminho e modo de operar; o segundo sentido designa o desafio e imperativo de decidir por novas vias e métodos (Soromenho-Marques, 2005b: 19).

Que problemas ambientais, em concreto, são reveladores do esgotamento do caminho antecedente? Podemos designar, com particular destaque, as questões relacionadas com o consumo energético (de crescimento exponencial, sustentado sobretudo em fontes não renováveis de energia, ou em ritmo tão acentuado que ameaça a sua renovação natural, e deixando em aberto a resolução de alguns tipos de “lixo energético”, ao exemplo do que decorre da energia nuclear) e com a evolução acelerada da tecnociência não obstante os seus impactos nos sistemas naturais, com importantes efeitos locais (poluição e contaminação química) mas também globais (depleção da camada do ozono, alterações climáticas, ameaça da biodiversidade, degradação da atmosfera, diminuição de recursos hídricos, degradação de solos aráveis) (a partir de Soromenho-Marques, 2005b). Face a este enquadramento, o crescente campo da “segurança ambiental” vai advertindo para alguns riscos sociais que podem associar-se a problemas ambientais – desde a ameaça de guerras futuras pelo conflito sobre recursos naturais, passando por “migrações massivas” indutíveis por factores ambientais e climáticos (ver capítulo 4), entre outros riscos.

Quais os novos caminhos que podem ser percorridos numa lógica de superação dos efeitos da crise ambiental? As respostas podem ser tão variadas quanto os

posicionamentos possíveis face à causa ambiental. Não obstante, podemos designar um dos percursos mais identificáveis nas últimas décadas de reflexão sobre esta crise: o percurso que se estrutura em torno do objectivo da sustentabilidade. Aqui propomos, porém, uma tríade operativa em detrimento de um objectivo isolado: relacionados com a meta da sustentabilidade, o discurso de modernização ecológica e o processo de negociação internacional através da diplomacia ambiental e climática. Esta tríade, para conseguir o consenso de campos tão divergentes quanto mercado, órgãos políticos nacionais e supranacionais, e (pelo menos em parte) movimentos ambientalistas, tem vindo a sustentar-se num paradigma fundamentado mas (de)limitado, tendencialmente reformista e afastado da reivindicação militante, favorecedor da diplomacia internacional (a partir de Soromenho-Marques, 1998b). Revemos, de seguida, a estruturação deste campo e a sua evolução desde as relativamente recentes políticas públicas e internacionais em torno da temática ambiental, que podem ser identificadas sobretudo a partir das conferências internacionais promovidas pela ONU (em Estocolmo, em 1972, sobre ambiente humano; no Rio de Janeiro, em 1992, sobre ambiente e desenvolvimento).

O Clube de Roma, em 1972, produziu um estudo pioneiro sobre os limites do crescimento (Meadows et al, 1972), contemporâneo da conferência da ONU sobre ambiente humano, na qual se salientou a importância de reconciliar o desenvolvimento económico com uma utilização mais eficiente de recursos. Esta reflexão foi mobilizada para a conceptualização de sustentabilidade no relatório Brundtland, em 1987 (World Commission on Environment and Development, 1987), concebendo um projecto de desenvolvimento que respondesse às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras virem a responder às suas necessidades. Os 27 princípios do desenvolvimento sustentável foram construídos aquando da conferência da ONU Rio Earth Summit de 1992 e mobilizados para o Tratado de Amesterdão, que incluía o desenvolvimento sustentável como parte integral dos objectivos da UE.

Segundo Giddens (2015: 59-61), a introdução desta expressão teve o efeito importante de aproximar duas comunidades previamente discrepantes: ambientalistas e conservacionistas, por um lado, e por outro posicionamentos mais pró-mercado. Os

primeiros tendem a sustentar uma política de decrescimento no mundo industrializado e a apoiar um projecto de justiça social global, que solicita a oportunidade de desenvolvimento (económico) dos países mais pobres. Os segundos passam a incorporar uma agenda industrialista que ultrapassa objectivos a curto prazo, abrindo a hipótese de negociação política. Os posicionamentos manterão, porém, ângulos diferenciados, com ambientalistas e conservacionistas a enfocarem a sustentabilidade e (pelo menos em parte) o decrescimento, e governos e mercado a preferirem o foco do desenvolvimento, numa expressão que por vezes mais se assemelha a uma justaposição de conceitos, tornada slogan, que a um conceito com validade analítica.

Da negociação política pela sustentabilidade resultou o discurso e projecto da modernização ecológica, dominante na conceptualização de problemas ambientais a partir da década de 1980, que pretendia conciliar o desenvolvimento económico e a sustentabilidade ambiental. Ao salientar as oportunidades de desenvolvimento da política ambiental para a modernização da economia e para o estímulo à inovação tecnológica, a abordagem da modernização ecológica apresentou-se como substituta válida aos debates antagonistas precedentes, transformando-se num projecto político de reforma institucional visível, designadamente, no desenho de políticas ambientais da União Europeia. Este projecto distancia-se da politização do ambiente observável em grande parte dos movimentos ambientalistas. Propõe institucionalizar o ambiente através de um quadro de acção política moderada com quatro linhas estratégicas: cognitiva (informação e educação para veicular uma interpretação do problema ambiental), comportamental (estímulos à participação e à mudança de comportamentos, por exemplo reciclagem e mudanças no consumo), regulatória (quadros normativos de prevenção e reparação) e de inovação tecnológica (chave para resolver, evitar e prevenir problemas ambientais) (Hajer, 1995).

Os projectos de modernização ecológica e de desenvolvimento sustentável podem ser englobados no princípio de desenvolvimento duradouro, conceito dúbio devido à amplitude de usos que dele são feitos, mas que diz respeito, essencialmente, à satisfação contemporânea de critérios de desenvolvimento humano e de uma pegada ecológica sustentável (Latouche, 2012: 21). A proposta do decrescimento é muitas vezes incluída neste mesmo âmbito de desenvolvimento duradouro, inclusão

criticada por Latouche (2012) que recorda que o termo “decrecimento”⁷³ foi proposto, precisamente, para denunciar as confusões e apropriações indevidas de expressões tão englobantes, afastando-se do termo “desenvolvimento” tão associado à ideia de crescimento económico.

O projecto de desenvolvimento sustentável e duradouro tem sido fundamental para a promoção de políticas de protecção ambiental, tanto à escala nacional como internacional, não obstante as críticas endereçadas e o facto de, se comparado com outras propostas (por exemplo, do decrecimento e do movimento pela justiça ambiental), não ser tão profundo (resgatando o contributo da ecologia profunda de Arne Næss, 1973, ao qual estas perspectivas acrescentam uma dimensão materialista focada nas desigualdades sociais de acesso a bens económicos/ecológicos). Ao longo dos últimos anos o desenvolvimento sustentável afirmou-se como um importante sector de pesquisa e actualização do conhecimento, com influência na lógica produtiva (veja-se a expansão da “economia verde”) e na multiplicação de organizações e projectos que incorporam na sua agenda os princípios da sustentabilidade. Destaca-se, ainda, com a incorporação progressiva do projecto de desenvolvimento sustentável, a crescente institucionalização legislativa, parlamentar e governamental das questões ambientais, designadamente no caso português (Carvalho, 2007; Teixeira, 2011).

Este discurso da sustentabilidade, sintetizador dos novos valores ecológicos preconizados por Catton e Dunlap (1978, 1980), é uma chave importante para

⁷³ Segundo Latouche, o decrecimento não pretende ser uma inversão mecânica do crescimento, mas sim a construção de uma sociedade autónoma e mais equilibrada nos seus padrões de produção e consumo, alcançável com oito “R”: reavaliar, reconceptualizar, reestruturar, redistribuir, relocalizar, reduzir, reutilizar e reciclar (Latouche, 2012: 49-63). O decrecimento aproxima-se mais do movimento pela justiça ambiental, se considerarmos como principais correntes actuais na defesa do ambiente o conservacionismo, a eco-eficiência (conceito aproximado de modernização ecológica) e a justiça ambiental (Martínez Alier et al., 2014: 47). O movimento pela justiça ambiental importa conceitos e propostas operativas do ambientalismo *grassroots* (ambientalismo popular, dos pobres, da classe operária, ecofeminismo materialista e decrecimento), das abordagens centradas em conflitos ambientais (conflitos sobre usos do solo e sobre a exploração da biomassa, desertos verdes, soberania alimentar, agrotóxicos, expropriação de terras, extractivismo, direito de vida salubre e de acesso a serviços ambientais na cidade) e do campo da justiça (climática, ambiental, urbana, hídrica, dívida ecológica e climática, racismo ambiental, biopirataria, ecocídio e defesa dos comuns) (Martínez Alier et al., 2014).

compreender a construção de uma matriz global de resposta aos desafios socioambientais do século XXI. No âmbito da crescente diplomacia ambiental, ao contrário da diplomacia clássica em que a acção é protagonizada pelo Estado nacional, pode observar-se uma “constelação de actores” que intervêm na política internacional (governos locais e regionais; organizações políticas internacionais; tratados e convenções internacionais; organizações sindicais e patronais; ONG ligadas à protecção do ambiente, promoção do desenvolvimento e defesa dos consumidores; comunidade científica; meios de comunicação social; partidos com ideário ambiental e ecologista, ou de configuração tradicional mas com propostas para a reforma ambiental da sociedade; sectores empresariais nas novas áreas de “mercado verde”). Esta necessidade plural resulta da crise do Estado e da pouca semelhança entre a escala dos problemas ambientais e a escala de actuação dos Estados nacionais (Soromenho-Marques, 1998b).

Estes processos de negociação internacional em prol do ambiente, para além do importante impulso político-institucional que representam, têm importantes impactos indirectos: educação ambiental da opinião pública, influência positiva na criação de instrumentos e organismos, tanto ao nível das políticas públicas nacionais (como a já referida criação de órgãos governamentais para o ambiente em dezenas de países, incluindo Portugal) como ao nível das estruturas internacionais preexistentes (por exemplo com a alteração dos critérios de avaliação de projectos elegíveis para financiamento FMI/Banco Mundial). Porém, o consenso entre Estados foi até recentemente sobretudo teórico, e os resultados institucionais decisivos das cimeiras só serão melhor observados a médio e longo prazo. Por outro lado, importa considerar cautelosamente a ponderação das negociações face às clivagens entre os hemisférios Norte e Sul, bem como face aos custos económicos implicados em cada acordo (Soromenho-Marques, 1998b).

Um olhar atento e crítico sobre o real impacto deste tipo de negociações globais foi sugerido por Beck (2015), ao advertir sobre a perda de credibilidade das instituições de controlo, que se deparam com a necessidade de alargar o desenho político (em questões ambientais, entre outras) para regimes de governação global. Estes regimes que, como vimos, unem Estados, organizações não governamentais e

comunidades de conhecimento, arriscam converter-se num “não sistema de autocontrolo global” (Beck, 2015: 339) para cuja análise Beck apela a um olhar metodológico cosmopolita e atento a desigualdades à escala global.

Apesar de todas as limitações da diplomacia ambiental e de outras formas de tornar pública a preocupação ambiental, importa reter que têm vindo a observar-se resultados de maior visibilidade das questões ambientais junto da população em geral. A partir do inquérito *International Social Survey Programme* (ISSP) realizado no ano 2000 foi possível identificar diferentes cenários de preocupação em relação ao ambiente e de consideração do desenvolvimento sustentável tomando o ambiente como vector fundamental, identificando-se uma sensibilização ambiental generalizada em quase todos os países em que o inquérito foi aplicado, mas sem assunção de compromissos (Schmidt e Valente, 2004). Da análise dos resultados de 2010 do mesmo inquérito ressalta a diminuição generalizada dos níveis de preocupação ambiental em quase todos os países estudados, em contraste com o aumento das emissões carbónicas e dos estudos realizados e mediatizados sobre alterações climáticas e ambientais (Franzen e Vogl, 2013).

A politização deste tema – particularmente no contexto norte-americano, em que o cepticismo dos republicanos se contrapunha à mensagem do democrata Al Gore, galardoado com um óscar pelo documentário *An inconvenient truth* sobre aquecimento global e alterações climáticas, que o levou a partilhar com o IPCC o prémio Nobel da paz de 2007 –, imediatamente seguida pela sua relativização face a uma crise financeira e económica global que passou a dominar a preocupação pública, poderá explicar uma parte desta dessensibilização. Esta transição apresenta, porém, um enfoque importante que não perdeu preponderância nas prioridades científicas e políticas desde 2007: as alterações climáticas, “vencedoras” do acordo mais global até à data (o já referido Acordo de Paris, resultante da COP 21 da UNFCCC, 2015).

Em 2007, aquando da publicação do seu quarto relatório, o IPCC considerou existir consenso científico sobre a rapidez e o carácter ameaçador das alterações climáticas induzidas por pressão humana⁷⁴. Falamos de alterações climáticas

⁷⁴ Não estamos a falar de variações naturais do clima no planeta Terra, derivadas do movimento das placas tectónicas, da constituição e erosão de montanhas ou de alterações nas correntes oceânicas,

relacionadas com emissões antropogénicas de dióxido de carbono (pela queima de combustíveis fósseis e alterações nos usos do solo, que implicam desflorestação), metano (produção agrícola e pecuária), óxido nitroso (actividades agrícolas e industriais), clorofluorcarbonetos e hidrofluorcarbonetos (actividades industriais), aumentando significativamente a concentração atmosférica destes gases com efeito de estufa e perturbando o equilíbrio das radiações na atmosfera, com sequelas ao nível do aquecimento global (IPCC, 2013; Santos, 2007).

Perante os cenários previstos⁷⁵, Urry (2011) identificou dois direccionamentos da ciência climática mundial: o gradualista e o catastrofista. No gradualista encontramos propostas de resposta económica e social que poderão manter o aumento de temperatura apontado como máximo (debates recentes apontam o limite da subida em 2°C, apesar de não haver uma previsão clara sobre impactos e adaptações possíveis a partir desse nível). No catastrofista salienta-se o “precipício” representado pelas alterações climáticas, face a um nível de emissão de gases com

alterações induzidas por forças astronómicas que resultam de ligeiras variações na excentricidade da órbita da Terra à volta do Sol (Santos, 2007). Também não nos referimos à presença normal de gases com efeito de estufa na atmosfera, responsáveis pelo equilíbrio das radiações e pela consequente manutenção da temperatura média global troposférica (a troposfera corresponde à porção mais baixa da atmosfera terrestre) nos 15°C, o que permite o surgimento, desenvolvimento e permanência de formas de vida na Terra (Santos, 2007).

⁷⁵ Sintetizando a informação providenciada pelo IPCC (2013) sobre alterações climáticas na sua dimensão física, salienta-se o carácter inequívoco das alterações climáticas desde 1950 e a influência humana observada ao nível de aquecimento da atmosfera e do oceano, alterações do ciclo global da água, redução de neve e gelo (sobretudo na Gronelândia, no Ártico e no Antártico), subida do nível médio das águas do mar e alterações em eventos climáticos extremos. Até ao final do séc. XXI: é virtualmente certa a maior frequência e temperatura de dias quentes e a diminuição de dias frios; é muito provável aumentar a frequência e a intensidade de eventos de precipitação (em média latitude e regiões tropicais húmidas), de ondas de calor e a subida do nível médio das águas do mar; e é provável aumentar a intensidade e a duração de secas e a actividade de ciclones tropicais. As concentrações de dióxido de carbono aumentaram 40% desde a época pré-industrial, e estima-se que o oceano tenha absorvido cerca de 30% das emissões de origem antropogénica, o que causou a sua acidificação. Considerando que as alterações climáticas têm um impacto global mas não uniforme, é necessário atender a alterações divergentes e particularmente críticas em algumas zonas do planeta, designadamente ao nível da temperatura e dos ciclos de água. O abrandamento das alterações climáticas irá requerer reduções substanciais e sustentadas das emissões de gases com efeito de estufa, mas mesmo que estas emissões sejam interrompidas, os efeitos das alterações climáticas tenderão a persistir durante séculos.

efeito de estufa e de aquecimento global que poderá desviar o sistema planetário do seu ponto de equilíbrio.

Equacionando as perspectivas existentes sobre os motivos subjacentes às actividades humanas geradoras deste problema, Urry (2011) considerou que a generalidade da ciência que o procura explicar tende a ser bastante parcial. Veja-se, por exemplo, a preponderância da análise económica enquanto perspectiva de referência das ciências sociais na investigação sobre alterações climáticas (como leitura destacada, Stern, 2007). Urry (2011) propunha que se dedicasse maior atenção a aspectos de organização da vida colectiva, particularmente nas sociedades em que as emissões carbónicas cresceram muito e rapidamente. Em detrimento de considerar as práticas mais emissoras (ao exemplo do uso de automóveis) como preferências, consumos e comportamentos individuais, o autor considerava-as parte de sistemas históricos de prática social, estabelecidos e sustentados através de um “metabolismo carbónico” com a natureza (Urry, 2011: 35). Este metabolismo deu origem a padrões de vida muito generalizados e que estão na base do que o ser humano é, pode e aspira a fazer. Reverter estes hábitos e sistemas, particularmente através do apelo à mudança de comportamentos individuais, poderá ser um desafio incrivelmente ambicioso.

Em situação de degradação ambiental, alterações climáticas e inovação tecnológica, uma perspectiva menos alarmista e potencialmente mais consensual decorre do já referido discurso sobre a modernização ecológica. Esta última, ao propor conter, prevenir ou transformar a ameaça ecológica a partir do desenvolvimento inovador da tecnologia, demarca-se dos discursos que acoplam o risco ambiental e a aposta tecnológica, denunciadores de consequências desconhecidas ou improváveis mas de fortíssimo impacte (Beck, 2015).

Ao incluir uma componente de sensibilização da sociedade para as questões ambientais, a proposta de modernização ecológica pode realizar-se mais plenamente, promovendo contemporaneamente uma reforma tecnológica da ecologia e uma transição pró-ambiental da vida social (Hajer, 1995). O optimismo daqui resultante desencadeia importantes consensos institucionais (particularmente nas esferas governamental e industrial) em torno da meta da sustentabilidade, ao mesmo tempo

que se demarca de vozes mais críticas ou radicais e incorpora a facção mais moderada do movimento ambientalista.

Esta perspectiva tem permitido uma crescente construção de respostas sociais às questões ambientais à escala global – ressaltando, porém, que “global” pode corresponder a situações e classificações desiguais entre diferentes pontos do mundo.

8.2 Problemas ambientais associados à intervenção humana e ao crescimento urbano

Regressamos às entrevistas realizadas neste estudo para considerar alguns problemas ambientais pertinentes para reflectir sobre mudanças sociais, os quais podem relacionar-se mas não se resumem às questões trabalhadas nos capítulos anteriores.

Na entrevista com PT2 foi sugerida a categoria das “catástrofes antropogénicas”, alusiva a problemas socioambientais associados à intervenção humana. O entrevistado referia-se ao crescimento da

“cidade da Praia, o facto de a cidade ter vindo a ser construída pela drenagem daquilo que antigamente eram pântanos (...), mais exteriores à cidade (e isto tem a ver com a própria génese histórica da cidade da Praia), acaba por criar situações em que há acumulação de lixos, acumulação de água, depois aparecimento de pragas de insectos, o mosquito da dengue mais recentemente, e portanto... Aí são situações mais complicadas, que eu não diria de catástrofes naturais, mas de “catástrofes antropogénicas”. São geradas mesmo pela própria dinâmica de utilização dos espaços.” PT2

Os restantes entrevistados, de perfis menos diferenciados para a análise de questões ambientais, não se referiram com tal nomenclatura a estes problemas. Porém, é de registar que em vários relatos recolhidos se verificou uma associação entre determinados problemas ambientais e causas de intervenção humana, sobretudo no que diz respeito à desflorestação.

Pensando sobre a desflorestação crescente na Etiópia, IT24 referiu que

“Na Etiópia temos visto que a desflorestação aumenta ao longo do tempo. Antigamente a cobertura florestal da Etiópia era de mais de 30%, mas agora não chega aos 4 ou 5%. Por causa disto, a desertificação está a aumentar. E os problemas ambientais devidos a isto... o país tem-se tornado mais e mais quente, especialmente na parte oriental da Etiópia.” IT24

Os motivos atribuídos à desflorestação podem dizer respeito não só a objectivos de desenvolvimento através de novas construções (alterações no uso do solo sobretudo para construção de estruturas de mobilidade, projectos industriais e habitacionais) como também a períodos de guerra (com efeitos directos derivados da desflorestação generalizada para evitar emboscadas, como estratégia de guerra para diminuição dos recursos naturais disponíveis em determinada região, como consequência de bombardeamentos, ou reflectindo a falta de disponibilidade de mão-de-obra para os sectores agrícola e florestal em contextos nos quais a maioria da população presta serviço militar).

Alguns entrevistados, na sua maioria cabo-verdianos, referiram a memória da desflorestação associada a períodos mais intensos de crescimento urbano, a par da sobre-exploração de outros recursos (nomeadamente areia).

Por outro lado, a questão do crescimento urbano foi ponderada enquanto problema contemporâneo de crescimento populacional e má gestão de recursos necessários à qualidade de vida nas cidades, ao exemplo da capital etíope, Adis Abeba:

“Em Adis Abeba o problema... não há... uma boa gestão. Por este motivo não tens uma boa... gestão de recursos. Nem sequer... distribuição, não é boa. Água, recursos, não é... Demasiada gente, demasiada população e a distribuição não é boa. É água... e luz! A luz é um problema em Adis Abeba. E muitos problemas em... habitação. *Que tipo de problemas?* Hmm... Muita gente, mas não tens muitas casas, e são casas pequenas, a maioria das pessoas dorme assim... É um problema, um problema de habitação e um grande problema em Adis Abeba.” IT1

No conjunto de perguntas sobre a importância das questões ambientais para as migrações, muitos dos entrevistados consideraram que os projectos de construção, apesar do seu impacto na deslocação humana, têm um impacto global positivo. Por

outras palavras, vários migrantes e refugiados consideraram que, na maioria dos casos, o que leva à migração é a falta de estruturas e não tanto a sua construção.

As construções foram consideradas como potenciais para a fixação da população, podendo destruir habitats naturais mas contribuindo para a melhoria das condições de habitabilidade para os residentes. Daí que a maioria dos entrevistados proponha que os projectos de construção (para fins habitacionais e turísticos, de estruturas para a mobilidade, para a produção e armazenamento de energia e água, para fins industriais, entre outros) não devem ser vistos como problema de impacto ambiental, mas sim como via de desenvolvimento, relacionados com mudanças na gestão territorial e resultantes do investimento na urbanização.

Tal não corresponde, porém, à inexistência de problemas relacionados com a vida nas cidades. Por um lado, tal como referido anteriormente, identificam-se problemas relacionados com o planeamento urbano, sobretudo no que diz respeito à gestão de resíduos e aos vários sectores necessários para a qualidade de vida das populações na cidade. Por outro lado, assinala-se a substituição de habitantes (ou de tipo de ocupantes, em casos de transformação turística dos territórios) decorrente de novas construções: da Eritreia IT30 recordou o afastamento de antigos residentes devido às novas construções para o desenvolvimento urbano de Massawa, e de Cabo Verde PT1 recordou o caso de antigos residentes na Ilha da Boa Vista afastados pela construção hoteleira.

8.3 Educação, mobilidade e ambiente

Na transição entre as questões urbanas e educativas, a urbanização crescente e a evolução da educação, sobretudo nas sociedades etíope e cabo-verdiana, foram relacionadas à mobilidade e a uma menor dependência directa do ambiente enquanto meio agrícola, de trabalho e subsistência.

Observando o conjunto das entrevistas foi possível inferir uma percepção geral de correspondência entre formação técnica ou superior e a possibilidade de viver com maior independência e liberdade face a problemas ambientais, uma vez que o trabalho

dos mais escolarizados podia divergir do trabalho agrícola e de produção animal, mais susceptível aos problemas de foro ambiental:

“[As questões ambientais] também [contribuíram para a decisão de sair]. Porque é assim, em Cabo Verde quem não tem estudos não tem emprego, está a perceber? Quem não estuda, normalmente está a trabalhar no campo. E se não chove, o campo não proporciona grandes oportunidades, não é?” PT17

A continuidade dos percursos educativos foi também referenciada como solução possível para o afastamento regular do país de origem em contexto de problemas políticos – a migração para continuidade do percurso educativo funcionou, em alguns casos, como alternativa à conscrição militar, sobretudo na Eritreia:

"Se tu voltasses agora para a Eritreia, serias obrigada a entrar no serviço militar? Sim, porque sou... em teoria, tenho a suspensão temporária. Porque no final do ensino secundário é suposto começares a vida militar, e eu assinei para continuar os estudos, digamos assim. Por isso, em teoria, sim, depois do secundário temos de ir todos." IT30

No caso de Cabo Verde, a falta de disponibilidade de escolas foi relacionada com a mobilidade de muitos migrantes que procuravam o ensino técnico e superior, que até recentemente era escasso ou inexistente no arquipélago. A mobilidade relacionada com a procura de continuar os seus percursos educativos permite perceber uma certa divisão de classe social entre os migrantes cabo-verdianos em diáspora, designadamente em Portugal; na sua maioria, e particularmente até à independência de Cabo Verde, os que saíam para estudar partiam de uma posição socioeconómica familiar mais vantajosa.

Tal como se pode ler nas seguintes palavras de um migrante cabo-verdiano, a migração permitiu que mais cabo-verdianos acessem a níveis educativos diferentes dos que eram ministrados no seu país; esta abertura, por sua vez, terá levado a mais saídas do campo para a cidade e à reorganização da vida camponesa e familiar, também em reacção a tempos de maior escassez de água e outros recursos naturais:

“Com a imigração começou a desenvolver a educação, ao nível do ensino, e então já não se limitava mais a trabalhos de campo, mas sim... Os alunos começaram a estudar, não tinha pessoas suficientes para tratarem desse trabalho, portanto... As

famílias começaram a reduzir nesta situação, e também muitos deslocaram para as cidades, para as vilas, daí também a impossibilidade de estar a criar os animais em casas assim, prédios e isso... (...) Diminuição da agricultura também, porque (...) a chuva também não havia com abundância, daí reduz também a possibilidade de fazer hortas, para quem fazia... A acumulação de água era insuficiente.” PT4

No caso da Etiópia e da Eritreia, a existência de bolsas de estudo foi apontada como oportunidade para sair regularmente dos países de origem, mesmo em épocas em que a migração em geral era desencorajada ou mesmo proibida. Também neste caso foi possível aferir uma certa divisão de classe social, influenciada pela frequência do ensino superior, diferenciadora das possibilidades de trabalho consequente, e pelo enquadramento familiar que permitia que os jovens prosseguissem a senda educativa. A partir de alguns relatos foi possível depreender que nos contextos etíope e eritreu, apesar da garantia de instrução básica durante e a partir do regime militarista *Derg*, a educação acabou por ter pouco efeito de encaminhamento dos jovens para diferentes actividades. O motivo apontado por alguns entrevistados foi o direccionamento massivo da população para o serviço militar, sendo que a partir desta conscrição quase universal, sobretudo no caso eritreu, os militares eram colocados em diferentes sectores de trabalho geridos pelo Estado. Assim, quem desejasse seguir outro tipo de percurso via-se geralmente na necessidade de sair do país.

Os refugiados etíopes e eritreus entrevistados destacaram, na sequência do que foi anteriormente referido, um contexto geral de falta de futuro para os jovens nos seus países de origem, que se veem na necessidade de sair:

“E depois, agora, todos os jovens, acaba a escola, não há trabalho. Mesmo, o problema é esse. Acabam todos a escola, todos os jovens, 23/24 anos, sempre com a família, não é possível, não há tanto dinheiro... Isto é um problema, tanto entre os jovens. E este problema existe mesmo agora. Todos querem sair, os que estão na Etiópia, percebes?” IT14

“Eu saí do meu país porque não tinha futuro. (...) Escolhi sair, mas... isto é... é uma coisa que é obrigatória, sair do meu país. Eu gosto do meu país, gosto de estar com os meus parentes, de estar em minha casa, com a nossa cultura, mas há uma coisa que é mais forte, que é sermos obrigados a sair.” IT22

No caso dos entrevistados, que eram predominantemente de origem urbana, esta saída deu-se directamente das cidades em que residiam na Etiópia e na Eritreia para outros países. Porém, vários dos refugiados entrevistados referiram que as gerações familiares que os antecederam provinham de meio rural, tendo os seus pais e avós vivenciado a mobilidade dos campos para as cidades nos seus países de origem:

"As pessoas que vivem fora da cidade, se tiverem problemas, vêm para a cidade. Eles não saem logo da Etiópia. Sem dinheiro, como é que podes ir? (...) Muitos das nossas famílias vêm dos campos, sabes? Eles vêm do campo e vão viver na cidade. Na Etiópia, Adis Abeba não é... Ninguém nasceu lá [por muitas gerações], os nossos pais vêm do campo. Vêm para a cidade... Em todas as famílias, também dos meus amigos, as famílias deles, todas as famílias são de fora e depois vêm para a cidade Adis Abeba.

Porque achas que vêm? Eles pensam em viver uma vida melhor." IT7

Em comum para os contextos cabo-verdiano, etíope e eritreu, vários entrevistados referiram ter esperança nas gerações que puderam internacionalizar os seus percursos e investir mais ao nível de qualificações académicas. Esta esperança cruza-se com uma crença na modernização ecológica, no desenvolvimento tecnológico que permita resolver os problemas ambientais e as questões hídricas:

"Em África, a um certo ponto, se houvesse as tecnologias que há aqui, não haveria aquele problema [de falta de água]. No sentido em que há água, por isso podiam fazer-se irrigações para resolver o problema. Mas as pessoas ainda esperam... (...)

As pessoas, tradicionalmente habituadas a esperar os meses de chuva, a fazer a apanha e tudo o resto, mas se não chove... o que fazes? Então, aquelas coisas poderiam combater-se com tecnologia. Com irrigação, com outros [meios]. Mas também este é um problema que precisa de dinheiro, de organização, e... mais dia menos dia chegamos lá. " IT20

Por outro lado, e em particular no caso eritreu, também se considerou importante (o que aqui interpretamos como) a educação não formal para as questões ambientais, no sentido da reversão de comportamentos pouco sustentáveis, sobretudo em relação à conservação das árvores. Uma das abordagens, segundo IT21 de iniciativa governamental, foi a atribuição de nomes de pessoas falecidas a árvores:

“Encontraram uma justificação certa ao dedicar o nome e o apelido de uma pessoa morta a cada árvore, assim ninguém lhe toca. (...) Há ignorância. E a ignorância, são precisos anos e anos para a eliminar. Por isso tenho de encontrar um modo de fazer-te perceber que algumas coisas não se fazem.” IT21

Por fim, a evolução da educação (no geral e, em particular, nas componentes de sensibilização ambiental) nos países de origem e através dos cidadãos residentes no estrangeiro foi referenciada como factor central para o número crescente de investimentos públicos e privados nas áreas climática e de protecção ambiental nos países de origem.

8.4 Ambiente, mobilidade e desenvolvimento

Como vimos ao longo deste capítulo, as entrevistas realizadas indicaram um conjunto de aspectos que nos permitem reflectir sobre as questões ambientais (relacionadas com a mobilidade) numa dupla perspectiva face à mudança social: por um lado, a partir dos impactos sociais e ambientais relacionados com mudanças no uso dos solos (sobretudo com o crescimento urbano); por outro lado, como reflexo das possibilidades abertas pela evolução da educação e da mobilidade (às escalas interna e internacional) para responder aos problemas ambientais existentes nos contextos de origem.

Pensando na primeira perspectiva, os participantes neste estudo aludiram às “catástrofes antropogénicas” que podem decorrer da intervenção humana sobre os sistemas naturais, designadamente a partir do crescimento urbano e do aumento da deflorestação. Estas alterações no uso dos solos podem reflectir factores percebidos como positivos, ao exemplo de novos projectos de construção que potenciam a fixação da população e podem repercutir-se em novas vias de desenvolvimento. Podem, também, evidenciar questões percebidas como negativas, designadamente na sequência de períodos de guerra, e num âmbito mais geral de problemas decorrentes da vida nas cidades (problemas na gestão de resíduos

e de outros sectores importantes para a qualidade de vida dos habitantes, substituição dos ocupantes das cidades).

Pensando na segunda perspectiva, a transição para meio urbano e a evolução dos níveis educativos (considerando as possibilidades que podem advir da educação em termos de trabalho e de resposta às questões ambientais) foram relacionadas com a mobilidade internacional (sobretudo para a classe social mais alta) e com uma maior independência face ao ambiente (enquanto meio agrícola, de trabalho e subsistência) e a factores políticos nos países de origem. Por outro lado, o êxodo rural foi associado a uma mudança progressiva nas perspectivas de mobilidade, conduzindo a uma reorganização da vida camponesa e das expectativas familiares. A este movimento dos campos para as cidades, atribuído sobretudo às gerações antecedentes das famílias dos entrevistados, sucedeu-se um movimento das cidades dos seus países de origem para outros países, permitindo interpretar uma lógica intergeracional de mobilidade para responder a diferentes desafios (entre eles os ambientais) e potenciar um futuro melhor, em particular para os jovens. Salientamos, por fim, a importância atribuída aos resultados da migração e dos crescentes níveis educativos para responder aos efeitos da crise ambiental: através do desenvolvimento tecnológico (em particular para as questões hídricas); e através de investimentos públicos e privados para a protecção ambiental e para a resposta às alterações climáticas.

Face a estas perspectivas, propomos reflectir as questões relacionadas com o ambiente e com a mobilidade numa perspectiva de mudança e desenvolvimento. Vimos anteriormente que as percepções leigas sobre as questões ambientais não correspondem necessariamente aos termos em que se constroem científica e politicamente estas mesmas questões. Não obstante, é interessante verificar as pontes existentes entre os processos políticos de resposta à crise ambiental e as percepções sociais mais vastas sobre questões ambientais.

A este respeito, salientamos o exemplo da relativização dos impactos ambientais de novas construções em prol das suas possíveis vantagens ao nível do desenvolvimento e das condições de vida das populações humanas – exemplo que podemos associar à crítica sobre os diferentes pesos que os compromissos para a protecção ambiental global podem representar em diferentes pontos do mundo.

Por outro lado, este conjunto de entrevistas denota o reconhecimento da importância conferida às questões ambientais e climáticas, tanto ao nível privado como ao nível das iniciativas públicas/governamentais, reconhecimento que não se deve distanciar da construção paulatina e global de novas referências para a protecção colectiva do ambiente e dos recursos naturais.

Salientamos, por fim, o cruzamento que se pode verificar nas percepções sobre questões ambientais e urbanas. Por um lado, os entrevistados reflectiram sobre problemas ambientais decorrentes do crescimento urbano. Por outro lado, a cidade foi considerada como meio em que as questões ambientais (sobretudo quando relacionadas com a produção alimentar) se tornam menos impactantes nas condições e possibilidades de vida das populações. A cidade (em contexto de evolução positiva dos níveis educativos e tipologias de trabalho) pode assim ser interpretada como espaço de mediação, de multiplicação das possibilidades laborais e de rendimentos, o que permite contornar eventuais períodos de escassez em que os bens alimentares e hídricos podem ser adquiridos, em detrimento de uma visão de dependência directa da produção destes bens para subsistência.

Síntese – Parte 2

Na **parte 2: Dos sentidos conferidos às questões ambientais em tempo de mobilidades**, o capítulo 4. “Refugiados ambientais” e migrações ambientais – partiu da revisão de literatura sobre as questões relacionadas com migrações induzidas por factores ambientais, considerando a constituição desta área temática ao nível da pesquisa científica e do desenvolvimento de políticas públicas. No que diz respeito à investigação, destacaram-se perspectivas preditivas (programas de pesquisa mais ligados às instituições que tutelam as respostas políticas a questões relacionadas com ambiente e migrações) e perspectivas críticas (mais focadas na construção discursiva deste tema, importantes para a reflexão nesta tese). Finalizou com uma análise das primeiras notícias produzidas sobre “refugiados ambientais” na imprensa escrita portuguesa (resultados entre 2004 e 2010), etapa importante para o início da pesquisa doutoral, na procura de perceber de que forma este problema socioambiental ganhava forma mediática e, conseqüentemente, visibilidade social.

O capítulo 5. Ambiente-natureza: questões ambientais e problemas do ambiente físico – inicia a análise das entrevistas a refugiados e migrantes etíopes e eritreus e a migrantes cabo-verdianos. Neste capítulo, após enquadramento teórico-conceptual sobre ambiente, natureza e emergência do problema social-ambiental, são interpretados os resultados sobre as percepções do ambiente nas suas dimensões (mais directas) de ambiente enquanto meio físico. A partir das percepções recolhidas reflecte-se sobre o efeito de distanciamento leigo da compreensão de epifenómenos ambientais (considerados domínio de especialidade), da menor importância atribuída aos problemas ambientais face a outros problemas sociais enquanto indutores das migrações, e da projecção de atributos cenográficos e diferenciadores do ambiente memorizado dos contextos de origem, cujos problemas ambientais são naturalizados.

No capítulo 6. Ambiente-estrutura: problemas políticos e económicos com referência à questão ambiental – um segundo nível de interpretação relaciona-se com a compreensão mais estrutural dos problemas ambientais, na sua relação com questões políticas e económicas nos países de referência. Após um breve

enquadramento do ambiente como base dos recursos humanos, contextualizaram-se as questões políticas e económicas (que interagem com factores ambientais e que são apontadas como razões explicativas dos fluxos migratórios) nos países de origem a partir do testemunho dos entrevistados. Procedeu com a análise de aspectos destacados desta leitura mais estrutural dos problemas ambientais: a sua associação à fome e a problemas de saúde e questões relacionadas com a gestão de recursos e do território.

No capítulo 7. Ambiente-emergência: da água ao Fogo, desastres naturais e problemas estruturais – foram apresentados resultados das entrevistas realizadas com migrantes cabo-verdianos após a erupção vulcânica da Ilha do Fogo (2014/15), a partir de um conjunto de questões acrescentadas ao guião de entrevista inicial. Reconstruiu-se brevemente a narrativa biográfica de uma migrante fogueuse residente em Lisboa, destacando memórias de infância onde se caracteriza a sua experiência de vida quotidiana em contexto rural. Apresentou-se uma síntese das percepções dos entrevistados sobre a Ilha, a erupção vulcânica e as suas consequências sociais, bem como sobre as responsabilidades, a assistência prestada e possíveis soluções para a população afectada (incluindo soluções de mobilidade/migração). Discutiui-se a ambivalência apontada pelos entrevistados sobre esta erupção: ela deve ser interpretada como um desastre natural ou como um problema cíclico e estrutural?

A parte 2 desta tese terminou com o capítulo 8. Mudança social e reenquadramento do ambiente e das mobilidades – que, em detrimento de se centrar no ambiente como problema, partiu das percepções dos entrevistados sobre soluções em curso e formas de adaptação em relação a questões ambientais, as quais podem em parte passar por estratégias de mobilidade. Estas soluções e formas de adaptação foram identificadas na sequência de mudanças sociais em relação ao passado nos seus países de origem. Tais mudanças dizem respeito, sobretudo, à crescente urbanização (não obstante os seus impactos ao nível do ambiente físico e da deslocação de populações), às oportunidades que abre – a par da evolução dos níveis educativos – em termos de inserção laboral e obtenção de rendimentos com menor dependência directa das condições do ambiente físico, e às potencialidades das redes migratórias

para a superação de problemas ambientais e para o desenvolvimento dos contextos de origem.

Destacamos, por fim, uma súmula da informação apresentada (Figura 3) que nos permite acrescentar a visualização dos factores macro – com destaque para os factores ambientais – como parte do enquadramento multicausal das motivações para a decisão migratória da amostra considerada.

Figura 3: Modelo de análise/ súmula Parte 2



PARTE III: DO AMBIENTE DE ORIGEM AO TERRITÓRIO DE CHEGADA

Na segunda parte da tese percorremos a recolha empírica tendo como foco as questões ambientais, particularmente através das representações dos migrantes e refugiados entrevistados sobre o ambiente e as formas em que o seu papel pode ser ponderado nas motivações para a mobilidade. As questões ambientais foram interpretadas de forma auto-referencial e enquadradas face a outras macro-dimensões políticas, económicas e sociais.

Na terceira e última parte da tese propomos regressar às dimensões meso relacionadas com os facilitadores e obstáculos à mobilidade dos entrevistados, bem como a uma reflexão sobre questões relacionadas com a sua integração nos contextos de chegada. Nesse sentido, inicia com um capítulo de enquadramento sobre mobilidades, migrações e as trajectórias dos entrevistados. Procede com um capítulo se contextualizam as memórias coloniais e projecções da Europa pelos que migram e pelos seus familiares que permaneceram nos contextos de origem. Segue-se um capítulo sobre a actual situação dos refugiados, do Mediterrâneo à Europa. Termina um capítulo de reflexão sobre a integração “das cidades e dos migrantes”, considerando a situação de refugiados e migrantes etíopes e eritreus em Bolonha e de migrantes cabo-verdianos em Lisboa.

Capítulo 9. Mobilidades, migrações e trajectórias

9.1 Paradigma de mobilidades

O enquadramento global em contexto de modernidade, evidenciado previamente na construção social do ambiente, é também revelador de um novo dimensionamento das mobilidades. Referimo-nos aqui ao conceito de mobilidades enquanto produção social e atribuição de significados ao movimento, o qual resulta da espacialização do tempo e da temporalização do espaço (a partir de Cresswell, 2006; Salazar, 2016). Esta produção social inscreve-se na construção moderna dos dois eixos que Kant considerava fundamentais para a estruturação da vida: tempo e espaço, formas mais básicas de classificação e simultaneamente contexto e produto do movimento. A modernidade acentuou a divisão do mundo em espaços funcionais (através do mapeamento, do planeamento territorial e da classificação como propriedade) e em tempos estruturados (tempo regulado e estandardizado em horas e horários), levando à retirada do espaço e do tempo face ao mundo da natureza e da experiência imediata, colocando-os no mundo da abstracção (Cresswell, 2006).

Historicamente, um dos grandes marcos para a produção social das mobilidades no cruzamento do tempo e do espaço diz respeito ao desenvolvimento dos caminhos de ferro (Cresswell, 2006; Urry, 2007). A invenção e o rápido alastramento da rede ferroviária por todo o globo levaram a uma reconsideração fundamental do espaço, encurtando as distâncias e permitindo o crescimento de alguns territórios como resultado da separação funcional dos espaços (de trabalho e de residência, entre outros). Por outro lado, emergiu uma nova percepção panorâmica do espaço (um contínuo desfocado em movimento) e diminuiu o carácter distinto dos lugares (as suas “auras”) com a transformação dos seus produtos únicos em bens de consumo transaccionáveis e com a possibilidade de visitar os lugares enquanto espaços de turismo.

Um efeito fundamental do estabelecimento ferroviário foi o fim dos tempos locais: com a construção dos caminhos de ferro foi necessário estabelecer fusos

horários partilhados, o que foi feito ao longo do séc. XIX (cobrindo todo o globo e considerando Greenwich como primeiro meridiano). A racionalização, a mecanização e o controlo do tempo foram cada vez mais inscritos na vida quotidiana, vulgarizando-se, por exemplo, a emissão de bilhetes e o uso de relógios (Cresswell, 2006; Urry, 2007).

Este novo regime de tempo implicou um afastamento progressivo do tempo “caiológico” (“kairological time”, Gault in Urry, 2007: 98), mais intuitivo para a identificação do tempo certo para determinada acção, bem como do tempo natural (Lefebvre in Urry, 2007), visível e inscrito no espaço, experienciável na e através da natureza. Urry (2007) acrescenta um outro importante efeito do movimento mecanizado do comboio: a estimulação da velocidade, precursora do sistema de auto-mobilidade (que deslocará a tónica da velocidade para a conveniência).

Urry (2007) também frisa a importância do desenvolvimento ferroviário para as sociabilidades. Por um lado, o comboio passa a ligar lugares distintos e a permitir a organização de percursos e redes sociais a longa distância. Por outro lado, o transporte colectivo em carruagens significa novos contextos de sociabilidade, ainda que estratificada pelo sistema de classes emergente com o capitalismo industrial, e observável neste meio de transporte. Salienta-se, porém, a importância das estações de comboio, novos lugares de passagem e interacção entre números massivos de desconhecidos, que constituíram um novo tipo de espaço público e de edificado pensado segundo a complexidade funcional e a escala das mobilidades humanas. As estações de comboio desempenharam um papel crucial na reorganização do espaço, levando ao crescimento urbano dos lugares de passagem entre linhas (ao exemplo de Chicago, nos EUA, mas também em pontos geográficos tão distintos quanto Vladivostok na Sibéria e Nairobi no Quénia), ao crescimento das periferias em que muitas estações se localizavam e à estruturação de ligações entre estes e outros meios de mobilidade.

A mobilidade tem, por isso, consequências incontestáveis no desenvolvimento urbano do mundo moderno, com forte impacto tanto nos campos como nas cidades em crescimento. Este crescimento urbano, conforme pode ser observado desde o final do séc. XIX/início do séc. XX, pode ser lido sobretudo através de dois tipos de movimento que se interligam. Por um lado, o movimento de antigos camponeses

rumo às cidades, com a reconversão dos seus perfis profissionais, o esvaziamento progressivo dos campos e a alteração do número e da composição populacional das cidades e do espaço que as rodeia. Por outro lado, observa-se a expansão territorial das áreas funcionais da cidade, que (particularmente no contexto europeu) cresce em matriz suburbana absorvendo antigos lugares rurais (sobretudo, como foi referido, devido ao desenvolvimento dos meios e das vias de mobilidade).

Apesar de, neste processo, se observar a produção de um modo de vida urbano (Wirth, 1938) que se distancia dos modos de vida anteriores, designadamente em meio rural, a continuidade do crescimento urbano e das mobilidades nos sécs. XX e XXI veio convidar a um olhar mais esbatido entre contextos rurais e urbanos, considerando o continuum rural-urbano da orla das cidades (Pahl, 1965) e a partilha de processos de reordenação do território (segundo lógicas de mercado), de mobilidade e de reconversões identitárias, ou seja, uma dimensão urbana partilhada nos campos e nas cidades (Baptista, 2012).

Feita esta precaução, regressemos ao novo modo de vida urbano da cidade moderna. Resgatando o contributo clássico de Simmel (1903), a cidade moderna, e ainda mais a metrópole, evidenciam a necessidade de racionalizar as relações sociais e potenciar a diferenciação individual face à grande concentração demográfica e à multiplicação de estímulos sensoriais, sendo possível identificar um novo tipo de personalidade metropolitana mais reservada e desligada, denotando uma atitude *blasé* (incapaz de reagir a sensações novas com um nível apropriado de energia). A criação de um novo modo de vida urbano, decorrente de novas composições populacionais bem como de mudanças na estrutura física e nas características funcionais da cidade (diferenciando a cidade antiga da cidade nova, em expansão metropolitana), esteve na base do desenvolvimento de uma leitura ecológica do urbanismo (Wirth, 1938).

Com Tönnies (1887), o novo modo de vida urbano permite-nos observar o surgimento de relações mais instrumentais, características de uma tipologia de organização social mais próxima à sociedade (*Gesellschaft*) do que à comunidade (*Gemeinschaft*), uma vez que a visão de comunidade tende a ser associada a relações mais coesas, afinidades e sentimentos de pertença possíveis em grupos pequenos.

Porém, deste enfoque na sociedade não deve inferir-se a instrumentalização máxima das relações ou o total anonimato em meio urbano (ver, pela reflexão pioneira, Willmott e Young, 1957). O próprio conceito de comunidade tem sido reequacionado e ponderado, por exemplo, face à sua apropriação como ideário positivo, definido de acordo com ideias subjectivas de comunidade entendida como “vida boa” (Newby, 1980: 12), ideia tantas vezes apelada num imaginário urbano sobre o mundo rural.

Resumidamente, é possível identificar um novo modo de vida na cidade moderna, onde a racionalização da vida quotidiana (espacial e temporalmente ordenada) gera tensão num contexto de mobilidade crescente. Esta tensão evidencia a liberdade e a aceleração do espírito metropolitano, num contexto de crescente mobilidade tecnológica e humana à escala global.

É neste enquadramento que se propõe a emergência de uma “metafísica da mobilidade” (Cresswell, 2006: 16), um modo de pensar o social em termos de mobilidade, na aparente auto-evidência da modernidade ocidental. Esta tónica difere dos modos de pensar precedentes, particularmente da “metafísica sedentária” (Malkki, 1997: 31) na qual as pessoas em mobilidade são pensadas face à primazia da fixação no espaço, o que ganha um impacto forte nas concepções enraizadas de cultura e identidade. A perspectiva sedentária, mais focada na fixação territorial, toma como garantidas as correspondências entre populações, lugares e culturas (Salazar, 2016); remete a mobilidade para um plano moral e ideologicamente suspeito, como produto secundário de um mundo organizado através da ordem espacial, ordem esta que é associada a uma existência autêntica e centro de significado/pertença; conseqüentemente, a mobilidade é vista como ameaça, como algo disfuncional (Cresswell, 2006).

Esta perspectiva sedentária vê-se reforçada pelo próprio contexto de emergência disciplinar da análise social, particularmente da sociologia, numa época contemporânea à afirmação do Estado-nação. O Estado-nação, desde o final do séc. XVIII e da revolução francesa, tinha como princípio de organização e de legitimidade a coincidência entre povo (colectividade histórica, etnia, etc.) e organização política (Gellner in Mazzela, 2014: 19). Neste contexto, entre as estratégias para criar a nação destacam-se a imposição de uma língua comum, a criação e difusão de uma história

nacional através da escola e das instituições académicas, e o entretenimento baseado numa memória colectiva através de rituais (Schnapper in Mazzella, 2014: 19). A análise social encontrou, nesta época, um enraizamento forte em conceitos como nação, sociedade nacional, etnicidade, comunidade e Estado, considerados os mais pertinentes para pensar os lugares sociais. Estes conceitos categoriais potencialmente estáticos passaram a ser encarados de forma diferente em contexto de emergência de um paradigma de mobilidades (Sheller e Urry, 2006; Urry, 2007) e de afirmação do transnacionalismo (Mazzella, 2014) como reflexo de várias mudanças sociais impressas pela modernidade.

Simmel é considerado uma referência pioneira para o desenvolvimento de um paradigma de mobilidades (particularmente por Urry, 2007), tendo contribuído para a reflexão sobre a organização e as consequências das mobilidades na vida social. Simmel analisou os efeitos do crescimento da cidade e das mobilidades na sociedade moderna (Simmel, 1903) bem como a importância das estruturas de mobilidade e a natureza de fluxo decorrente da nova filosofia e psicologia do dinheiro (Simmel, 2015). No âmbito da sua “sociologia do espaço” (Frisby e Featherstone, 1997: 137-170), Simmel ponderou um conjunto de caracteres da forma espacial que estruturam a vida social: exclusividade do espaço, fronteiras, fixação de conteúdos, influência dos sentidos na proximidade e na distância, e relação entre configurações espaciais e mobilidade, tanto ao nível dos grupos que se movem (no destaque do autor, nómadas e migrantes) como dos seus efeitos no grupo sedentário. Considerou, também, o estrangeiro como forma de sociação, emergente figura de alteridade (Simmel, 2005).

Um outro contributo considerado pioneiro é o de Michel Bassand quando, a partir do seu trabalho na década de 1970, conceptualiza a mobilidade como facto social total, envolvendo toda a sociedade, as suas instituições e componentes secretas/escondidas. Segundo esta abordagem, a compreensão das mobilidades requer um olhar interdisciplinar, o reconhecimento de diferentes níveis de análise (micro e macro), a consideração de fluxos de mobilidade e suas consequências, e a importância de considerar o contexto de cada mobilidade (Bassand e Brülhardt, 1980). Este enquadramento da mobilidade como facto social total reflecte sobre a criação de

espaços, formas espaciais e suas dinâmicas intrínsecas, podendo ser considerado um aprofundamento do contributo da Escola de Chicago.

Uma outra leitura importante, a partir da década de 1980, diz respeito à ponderação de uma condição pós-moderna (Harvey, 1989) na procura de compreender a insuficiência dos termos da modernidade para captar as mudanças sociais, entre outras abordagens metafóricas que procuravam descrever as alterações percebidas nos movimentos espaciais e temporais. Destacamos, pelo seu contributo na teoria social e no carácter mais público de comunicação, Zygmunt Bauman (2000) e a sua proposta sobre a modernidade líquida, apelando à fluidez e à mobilidade características da transformação social nas últimas décadas, sob efeitos de aceleração e de esbatimento das antigas formas de socialidade.

Sheller e Urry (2006; posteriormente desenvolvido em Urry, 2007) propõem uma nova perspectiva que tanto se dissocia das teorias do sedentarismo como encara criticamente as perspectivas de fluidez e desterritorialização. Os autores destacam que o “mobility turn” nas ciências sociais, onde se percepção uma mudança decorrente da crescente importância de várias formas de movimento, pode ser constituído como um novo paradigma de mobilidades. Este paradigma incorpora novas formas de teorizar os modos em que pessoas, objectos e ideias se movem, e de observar os fenómenos sociais através da lente do movimento.

Urry (2007) defende que o carácter complexo da vida social deriva de uma dialéctica de mobilidade e imobilidade, sistematização e personalização. Para esta complexidade foi imprescindível o desenvolvimento de diferentes sistemas de mobilidade: pedonal, na prática distintiva das sociedades modernas em que se passa a caminhar por prazer entre diferentes mundos físicos e sociais; ferroviário, sistema exemplar de mobilidade pública, com um papel fulcral na construção social moderna do tempo e do espaço; rodoviário, que o autor destaca pelo paradigma de auto-mobilidade que viabiliza; e aéreo, expressivo da complexidade dos sistemas interdependentes que possibilitam a globalização. No âmbito das transformações excepcionais potenciadas por esta transição para a mobilidade, o destaque deve ser feito não só ao nível dos transportes como também da comunicação. A comunicação

permite, particularmente com a produção e disseminação de imagens, ultrapassar a distância e os sentidos de imobilidade e de ausência.

As experiências de mobilidade são estruturadas, em grande medida, por sistemas e plataformas imóveis (transmissores, estradas, estações, cidades aeroportuárias, etc.), sendo difícil pensar todas as orquestrações modernas de fluidez sem sistemas extensivos de imobilidade. Todos estes sistemas dinâmicos e interdependentes têm profundas consequências nas práticas sociais, influenciando padrões de exclusão socioespacial emergentes, bem como a estruturação de redes sociais, lugares e pontos (personalizáveis) de co-presença (Urry, 2007).

Por todas as razões apresentadas, as mobilidades são consideradas processos sociais chave da modernidade, bem enquadradas no contexto actual de capitalismo e globalização. Não devemos, também, ignorar o próprio efeito do capitalismo e da globalização na produção de ideias/imagens sobre este paradigma. Considerar a mobilidade cada vez mais como uma “tendência natural” na sociedade leva a naturalizá-la factualmente e como princípio geral que dispensa justificação, fazendo com que a norma percebida seja o capital de mobilidade e o cosmopolitismo (Salazar, 2016). Estas duas normas merecem ser reflectidas, no sentido de se compreender como surgem e se interligam discursos e práticas, num tempo emergente de mobilidades que suscitam importantes questões de desigualdade e cidadania (ver capítulo 10).

Encarando a motilidade (mobilidade potencial) como um tipo de capital relativamente autónomo de outras formas de capital, Kaufmann et al. (2004) exploram o intervalo entre mobilidade potencial e mobilidade manifesta, relacionando o modo como o acesso aos meios necessários, as competências e o conhecimento interferem na vontade de se movimentar e constituem uma vantagem comparativa. Esta é uma das perspectivas que permite perscrutar o vazio das categorias de movimento físico enfatizadas em leituras estreitas de fluidez e nomadismo; não focar o movimento em si, mas sim procurar compreender o que torna possível o movimento observável, permite enquadrar melhor os significados da mobilidade na vida social. Esta leitura, particularmente útil para compreender as mobilidades nos sécs. XX e XXI, permite-nos

considerar a sua globalização enquanto generalização desigual da possibilidade de mobilidade (Baptista, 2012; Kaufmann et al., 2004; Mazzella, 2014; Urry, 2007).

Importa identificar, a este ponto, as mobilidades que preveem a reinstalação das pessoas que se movem⁷⁶. Falamos, aqui, do ponto de confluência entre mobilidades e migrações internacionais, onde a era moderna das mobilidades (Cresswell, 2006) se funde com a era das migrações (Castles, de Haas e Miller, 2014), colocando questões importantes, designadamente, ao nível da cidadania e da organização dos territórios (de origem, trânsito e chegada).

O cruzamento entre migrações e mobilidades tem sido alvo de importantes debates na academia internacional. A estruturação de um campo de pesquisa focado nas mobilidades é mais recente, não obstante a antiguidade do seu substracto. Como vimos, a disseminação do enfoque nas mobilidades tem beneficiado do desenvolvimento de diversos sistemas de transporte e comunicação, mas também da complexificação dos fenómenos migratórios, designadamente com as novas formas dos mercados de trabalho (com circulação de trabalhadores) e a diferenciação dos fluxos migratórios (com crescentes fluxos e corredores entre áreas geográficas e países menos paradigmáticos na história migratória, por exemplo Índia-Bangladesh e Rússia-Ucrânia, para além dos fluxos migratórios do hemisfério Sul para o hemisfério Norte e no corredor México-EUA).

O novo enquadramento das mobilidades em contexto de globalização levou a que as fronteiras se tornassem cada vez menos importantes para a circulação de capital económico; porém, o mesmo não se passou com a circulação de pessoas, sobretudo no caso das migrações internacionais. Observa-se uma divergência geral no carácter processual das – e nos discursos produzidos sobre as – migrações e mobilidades; pensando, por exemplo, na UE, foram desenvolvidos sistemas sociais e legais que colocam muitas restrições e limitações à migração (sobretudo forçada e/ou indocumentada) e às possibilidades de permanência no território. Face a esta dualidade, o conceito de (i)migrante apela à imagem de uma experiência social mais

⁷⁶ Apesar de não ser este o tipo de mobilidades mais significativo face ao número de pessoas que se movem, considerando o protagonismo crescente do turismo como prática massificada (Urry, 1995).

identificável, enquanto o conceito de (pessoas em) mobilidade, mais ubíquo, pode ser lido com menor capacidade descritiva sobre o seu significado social.

De destacar, porém, que a ponderação analítica simultânea de mobilidades e migrações tem possibilitado avanços importantes na perspectiva do paradigma de mobilidades. Um exemplo ilustrativo é o trabalho de Mimi Sheller (2003) sobre as mobilidades múltiplas e intersectadas nas Caraíbas ao longo de vários séculos. As Caraíbas, vistas, comunicadas e turisticamente consumidas como ilhas paradisíacas “imutáveis”, reflectem a multiplicidade das suas origens com diferentes tipos de migrações e mobilidades (ocupação colonial, escravatura e afrodescendência, locais de disputa política internacional, de viagem das antigas elites europeias até ao actual turismo mais generalizado, mas também locais de habitação e de estruturação de serviços para quem viaja), com uma forte pluralidade em várias dimensões culturais, bem como geram novas formas diaspóricas.

9.2 Breve enquadramento das migrações europeias

Considerando que a presente tese versa sobre a experiência social de migrantes e refugiados, consideramos oportuno afunilar este enquadramento das mobilidades para as questões relacionadas com as migrações internacionais, designadamente para o enquadramento das migrações europeias.

Duas anotações por o enfoque migratório não ser o enquadramento teórico-conceptual principal. Em primeiro lugar, por se ter considerado positivo pensar a dimensão espacial/territorial da mobilidade, as percepções de migrantes e refugiados sobre os seus percursos, e as interacções percebidas entre questões territoriais e questões ambientais. Não sendo este um prisma exclusivo do paradigma de mobilidades (pensemos, por exemplo, nas perspectivas de sistemas e de territórios migratórios), foi a abordagem que mais motivou a construção teórico-conceptual deste trabalho. Em segundo lugar, por esta tese ser contemporânea ao momento em que na Europa se acentuaram discursos conflituantes sobre migrações e refugiados, entre motivações económicas ditas voluntárias e motivações políticas vistas como forçadas, com necessidades de resposta diferenciadas. Reconhecendo que nem as

categorias voluntário/forçado são lineares, nem estes discursos emergem politicamente isentos, e que as experiências sociais de migrantes e refugiados podem ser muito diferentes, apelamos ao carácter amplo do conceito de mobilidades tornando-o agregador dos dois grupos de mobilidade considerados.

A modernidade permitiu observar um crescimento notável das migrações internacionais, enquadradas no crescimento geral das mobilidades. Porém, elas podem ser consideradas um dado permanente, verificadas desde a expansão do *Homo erectus*, há dois milhões de anos, e a colonização quase global do *Homo sapiens*, desde há 200.000 anos (Castles, de Haas e Miller, 2014: 84). Ao longo da história, as migrações vão ocorrendo em resposta a alterações demográficas, situações de guerra, conquista e formação de nações, ao desenvolvimento da produção e do comércio, tanto na forma de migrações voluntárias como forçadas. Entre o fim da idade média e o desenvolvimento dos estados europeus, envolvendo a sua imposição imperial e colonial sobre o resto do mundo, um novo ímpeto foi conferido às migrações internacionais (Castles, de Haas e Miller, 2014).

Na Europa ocidental considera-se que a migração teve um impacto importante e duradouro na vida social e na economia política sobretudo a partir de 1650, desempenhando um papel vital na modernização e na industrialização (Castles, de Haas e Miller, 2014). Foi no período do advento do capitalismo industrial, com protagonismo das cidades industriais e da liberdade de mão-de-obra, que a vocação urbana para a concentração de fluxos migratórios por motivação laboral se tornou mais explícita. Neste contexto, o imaginário construído em torno da liberdade urbana (almejada desde a Idade Média como aparente solução para a opressão feudal) e da concentração de oportunidades (sociais e económicas) na cidade atingiu o seu auge (Portes, 2006). Para este crescimento europeu ser possível foram mobilizados e capitalizados recursos naturais com origem na exploração colonial europeia (Castles, de Haas e Miller, 2014). Acresce o impacto da exploração escravagista assente no sistema colonial europeu (formalmente abolida no século XIX) ao que se seguiram importantes fluxos de “indentured labour”, trabalho mal pago e com muito poucas condições laborais, ao serviço das administrações coloniais (King et al., 2010).

Uma primeira fase do crescimento urbano em diversos países europeus associou-se à mobilidade interna da população desses mesmos países (conforme pode ser visto, por exemplo, no caso português). Porém, e particularmente entre os sécs. XIX e XX, as migrações internacionais de origem europeia também começaram a adquirir uma proporção considerável. Aquela que foi apelidada de “Great Migration”, entre 1815 e 1914, foi o maior fluxo de migrações internacionais livres de sempre: levou à saída de mais de 50 milhões de europeus para os EUA, cerca de 5 milhões para a Argentina, um número semelhante para o Brasil e entre 1 e 2 milhões para a Austrália e a Nova Zelândia. Só de Itália, entre 1870 e 1970 terão saído cerca de 26 milhões de pessoas (direccionadas à travessia atlântica mas também a outros países europeus, à Austrália e à África do Sul). Os motivos subjacentes a estas migrações eram variados, desde situações de desemprego e pobreza decorrentes de crises agroambientais, até aspirações de uma nova vida no horizonte de oportunidades representado pelo continente americano. Estas migrações internacionais provocaram, por sua vez, importantes migrações internas da população dos EUA, em direcção ao leste californiano (“Gold Rush”) e em direcção ao norte à procura de trabalho industrial e a fugir à perseguição racial do sul rural (King et al., 2010: 28-31).

Após o final da II Guerra Mundial a relação entre migrações laborais e desenvolvimento industrial tornou-se muito notória, evidenciando padrões de desigualdade entre países e dentro dos mesmos países e regiões. No caso das migrações internacionais, os principais países de destino localizavam-se na Europa centro/ocidental e na América do norte. A partir da década de 1970 observou-se uma mudança nestes padrões migratórios: por um lado, face à crise do petróleo, muitos migrantes optaram por regressar aos seus países de origem; por outro lado, muitos optaram por permanecer nos novos territórios, procurando reunir as suas famílias e, deste modo, provocando uma mudança de migrações temporárias/laborais/singulares para migrações com instalação familiar, as quais despoletaram novas necessidades de resposta política nos países de chegada (King et al., 2010; Genovese e Vieira, 2016).

É precisamente neste período entre o pós-guerra e a década de 1980 que a Europa se afirma como contexto de entrada de migrantes, provenientes de outros países europeus bem como de outras geografias mundiais. Do final do séc. XX para o

início do séc. XXI este fenómeno alarga-se no continente europeu, não se verificando apenas nos países com maior desenvolvimento económico. A passagem de um perfil de saída para um perfil de entrada migratória teve impacto nos mercados de trabalho e na economia dos novos países de destino, nas suas estruturas demográficas e sociais e nas suas instituições políticas, bem como desempenhou um papel importante para a sua redefinição cultural. São vários os motivos que conduzem a este aumento da imigração na Europa, designadamente: a descolonização; o crescimento económico com procura laboral contínua; a expansão da União Europeia (UE); políticas económicas neoliberais e internacionalização da produção, da distribuição e do investimento; fim da Guerra Fria e colapso do bloco soviético; aumento da migração Este – Oeste; e integração crescente de países de Leste nos sistemas migratórios europeus (Castles, de Haas e Miller, 2014).

Destaca-se que este carácter estrutural de crescente imigração ao longo das últimas cinco décadas apresenta claros ciclos de aumento e diminuição das taxas migratórias, ciclos que se relacionam com factores políticos e económicos e mudanças na estrutura do mercado de trabalho. De destacar, a este respeito, o impacto do rápido crescimento económico e da mudança política nas décadas de 1980/90 decorrentes da expansão da Comunidade Económica Europeia aos países do Sul europeu, da queda dos regimes comunistas e da criação do espaço Schengen, conduzindo a taxas imigratórias sem precedentes; verificou-se um abrandamento destas taxas na década de 1990 e a sua recuperação após 2000 com a expansão da UE para Leste (Castles, de Haas e Miller, 2014).

Globalmente, os migrantes internacionais correspondem a 3,4% da população mundial: 258 milhões de pessoas em 2017 (UN DESA, 2017; face a 3%, 214 milhões em 2010; 2,9%, 175 milhões em 2000; e 2,3%, 75 milhões em 1965 – King et al., 2010: 40-41). Em 2016, os refugiados (no geral, contemplados pela ACNUR/UNHCR , e palestinianos, contemplados pela UNRWA⁷⁷) correspondiam apenas a 10% dos

⁷⁷ UNHCR: *The UN Refugee Agency/ United Nations High Commissioner for Refugees* (<http://www.unhcr.org>); UNRWA: *The United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East* (<https://www.unrwa.org>).

migrantes internacionais, ou seja, a 0,3% do total populacional (25 milhões face ao total populacional de 7,55 biliões – UN DESA, 2017).

Importa observar, ao nível das novas composições populacionais na Europa⁷⁸, que em 2010 muitos países europeus demonstravam percentagens migratórias semelhantes às dos EUA (historicamente o país com fluxos migratórios mais consideráveis); no conjunto de países europeus da OCDE, os cidadãos de origem estrangeira representavam 7,2% (face a 7% nos EUA) e outros residentes de origem estrangeira representavam 10,3% da população total (face a 12,9% nos EUA) (Castles, de Haas e Miller, 2014: 120-21).

Face ao prévio enquadramento breve das migrações, com enfoque nos contextos ocidental e europeu, concluímos com a constatação de uma dupla emergência das mobilidades.

Por um lado, como paradigma, observamos que as mobilidades acompanharam e originaram importantes mudanças sociais afirmadas na modernidade. Estas mudanças atribuíram novos significados ao espaço e ao tempo, repercutindo-se na multiplicação e integração de sistemas de mobilidade complexos e na globalização desigual da mobilidade.

Por outro lado, no cruzamento das mobilidades com questões de cidadania e residência, verificamos que percentualmente as migrações internacionais se mantêm relativamente estáveis nas últimas décadas, não obstante os seus impactos sociais-territoriais e a produção e disseminação de imagens influentes na percepção pública e na acção política sobre estes tipos de mobilidades. Ou seja, neste segundo caso, apesar dos inegáveis desafios políticos para a gestão de novas dinâmicas populacionais em contextos como o europeu, a emergência não é tanto das mobilidades de facto, mas antes da sua intensidade, dos discursos sobre elas produzidos e da necessidade percebida de encontrar estratégias globais para a gestão destas mobilidades.

⁷⁸ Para uma visão geral das migrações noutras geografias, designadamente no continente americano, na região Ásia-Pacífico, em África e no Médio Oriente, ver Castles, de Haas e Miller (2014).

Neste contexto, a aceitação consensual na ONU da Declaração de Nova Iorque para os Refugiados e Migrantes (2016) constitui um marco importante, particularmente ao nível do horizonte político da protecção de direitos dos migrantes e refugiados e da partilha de responsabilidades à escala global⁷⁹. Porém, apesar do desenvolvimento do domínio das políticas globais para a migração e o asilo (através de comissões, fóruns mundiais e processos de consulta internacionais), bem como de acordos regionais para o controlo de fronteiras), a criação de um regime efectivamente global para as mobilidades entra em conflito com a gestão territorial e fronteiriça do modelo de estado-nação (Mazzella, 2014).

9.3 Trajectórias de mobilidade dos entrevistados cabo-verdianos

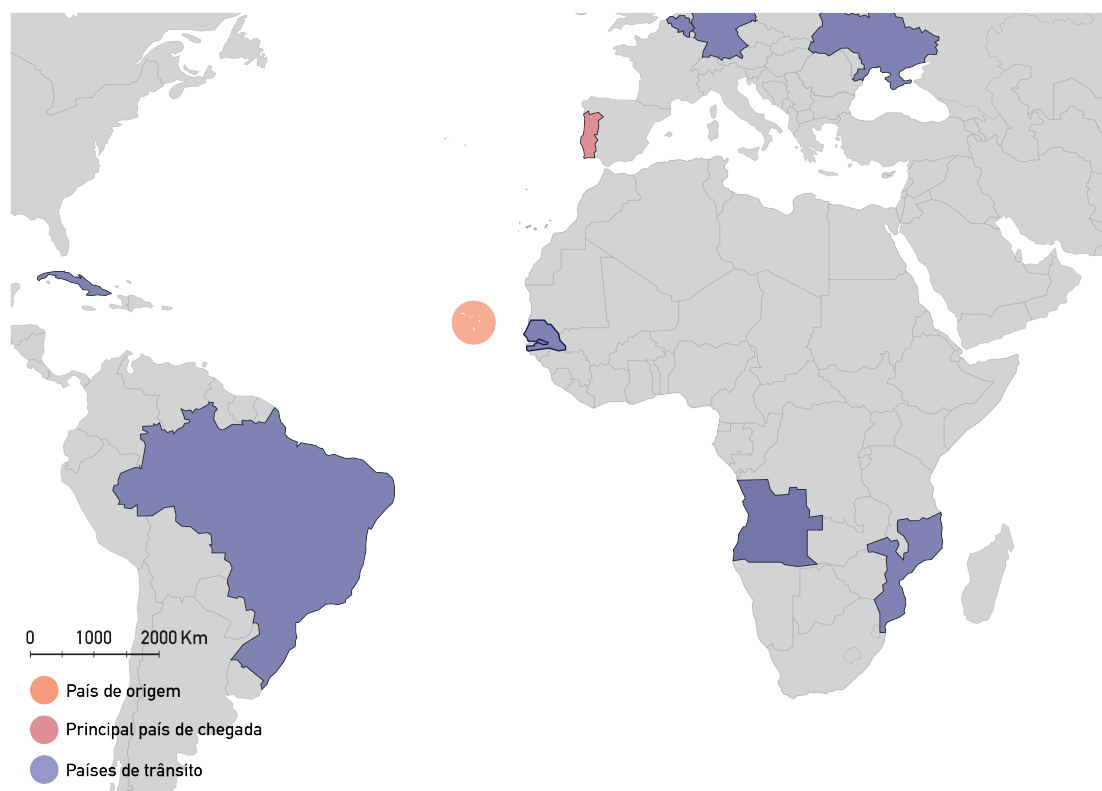
Para abordar as trajectórias de mobilidade dos migrantes entrevistados recordamos o contributo de Grafmeyer (1995): a mobilidade ganha sentido através da ideia de trajectória, que nos permite explicar o cruzamento das lógicas dos actores sociais com as determinantes estruturais. A trajectória é, por isso, uma dimensão fulcral do que nesta tese consideramos como experiência social de mobilidade: não se trata exclusivamente de abordar um percurso enquanto ligação entre diferentes pontos geográficos, mas sim do enquadramento deste percurso individual e colectivo, designadamente ao nível das redes que o facilitam, dos meios de mobilidade que o possibilitam e do risco em que possam estar imbuídos, de questões relacionadas com a política europeia e nacional (dos países de chegada) em matéria de migração e asilo, entre outras dimensões experienciais e significantes da mobilidade. Este e o próximo subcapítulos aprofundam algumas dimensões de trajectória apresentadas em 3.3.

Começamos por apresentar as trajectórias dos entrevistados cabo-verdianos, remetendo para a Figura 4. Nos percursos desde o arquipélago de Cabo Verde, país de origem, até Portugal, principal país de chegada considerado nesta tese, em vários casos os entrevistados residiram noutros países. Refira-se, porém, que esta mobilidade

⁷⁹ À data da conclusão desta tese, a aceitação do “Pacto da Migração” associado à Declaração de Nova Iorque para os Refugiados e Migrantes (ONU, 2016) encontrou muitos obstáculos, sobretudo entre os países em que a extrema direita conquistou mais poder.

anterior à residência em Portugal foi mais frequentemente referida entre os entrevistados enquadráveis num estatuto socioeconómico mais diferenciado (elite).

Figura 4: Percursos individuais dos migrantes cabo-verdianos



No que diz respeito aos migrantes com estatuto socioeconómico menos diferenciado, apenas num caso uma entrevistada referiu ter vivido em Angola (enquanto era criança, na década de 1990, devido a missões de serviço do pai) e um entrevistado referiu ter passado pelo Senegal como etapa necessária para poder reunir-se com a sua família em Portugal (também na década de 1990, enquanto menor de idade, recorrendo a uma pessoa que garantia, sob pagamento, a viagem de crianças entre Cabo Verde e Portugal); os restantes viajaram directamente para Portugal.

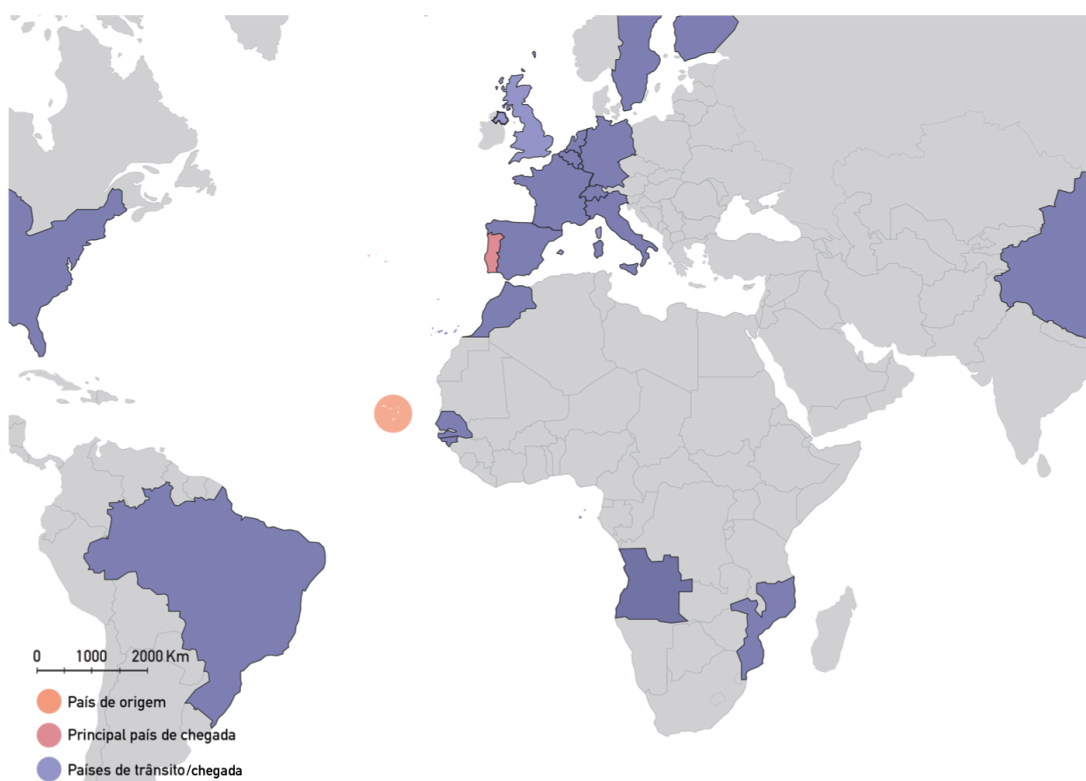
No caso dos entrevistados enquadráveis no segmento mais diferenciado, vários (com uma ou duas frequências para cada país) relataram escalas em Angola e Moçambique (enquanto menores e maiores de idade, mas antes da independência dos territórios colonizados por Portugal), Brasil, Cuba, Rússia, Ucrânia, Bélgica e Alemanha. Estas escalas foram associadas a missões de serviço e à colocação profissional dos próprios ou dos cônjuges (em época colonial, profissões relacionadas com educação,

medicina, direito e economia), e em menos casos em formação no ensino superior. Em vários casos cumulativamente a estas viagens, e pensando apenas no subgrupo de elite, as viagens para Portugal foram directas: apenas num caso o “retorno” a Portugal se deu através de Moçambique, nos restantes casos as viagens foram directamente de Cabo Verde (com quatro frequências de entrevistados provenientes das Ilhas de Santiago e São Vicente, três de São Nicolau e duas de Santo Antão).

No que diz respeito aos percursos de familiares e outras pessoas das redes de referência dos entrevistados, podemos visualizar na Figura 5 que Portugal continua a ser o mais frequente país de chegada (com mais de 20 frequências). Porém, outros países foram identificados como destinos importantes, e relacionados com a fase em que a migração ocorreu, a condição socioprofissional do migrante e a sua Ilha de origem em Cabo Verde.

Em fase anterior à independência de Cabo Verde, no contexto europeu, Holanda (cinco frequências), França (cinco) e Itália (uma) foram considerados os principais destinos para quem procurava trabalho partindo de uma situação não qualificada, à semelhança da mobilidade para os EUA. De destacar que, no caso da Holanda e dos EUA (nove frequências), os tipos de trabalho mais referenciados diziam respeito aos barcos, numa migração prevalentemente masculina, no caso do destino holandês com proveniência sobretudo da Ilha de São Vicente, e no caso dos EUA sobretudo das Ilhas Brava e do Fogo. No caso de Itália, a migração era marcadamente feminina, proveniente de Santo Antão e destinada a trabalhos domésticos. As referências a outros destinos migratórios na Europa é mais frequente a partir da década de 1980: Espanha (duas frequências), Suíça (duas), Áustria (uma).

Figura 5: Percursos de familiares e conhecidos dos entrevistados cabo-verdianos



No caso de familiares e conhecidos dos entrevistados que já tivessem formação qualificada antes da independência de Cabo Verde, foram referenciados destinos no espaço imperial tais como Angola (cinco frequências), Moçambique (uma), Guiné (uma) e São Tomé (uma). Em vários casos, este enquadramento foi vivenciado pelos entrevistados enquanto filhos (menores de idade) de funcionários públicos ao serviço do império português. Estes entrevistados encontram-se, hoje, no segmento socioeconómico mais elevado da amostra considerada. Outros destinos referenciados para migrantes qualificados foram o Brasil, China e Macau.

Da contextualização das trajectórias de mobilidade dos entrevistados cabo-verdianos e das suas redes de referência destacamos ainda alguns aspectos.

Em primeiro lugar, refira-se que a quase totalidade dos entrevistados efectuou as viagens entre Cabo Verde e Portugal (bem como, nos casos em que se aplica, entre outros territórios) em condições de segurança, com algum tempo de preparação e com redes de apoio (na origem e na chegada) que facilitaram a viagem e o seu processo de integração. Apenas um entrevistado referenciou ter viajado de forma irregular, com

recurso a um facilitador cujo papel se assemelhava aos *smugglers*/passadores mais conhecidos no caso dos refugiados (ao exemplo dos refugiados etíopes e eritreus entrevistados).

Podemos também observar cruzamentos interessantes entre percursos de mobilidade espacial e posição social, indicadores de posições de classe social que podem ser influentes nas experiências de mobilidade.

Em fase anterior à independência de Cabo Verde, considerem-se os percursos assinalados pelos entrevistados como habituais em determinados perfis em que se cruzavam locais de origem e de destino, género e trabalho não qualificado (mulheres de Santo Antão para o trabalho doméstico em Itália, homens de São Vicente para os barcos holandeses e do Fogo e da Brava para os barcos norte-americanos, homens de Santiago para trabalhos de construção civil em Portugal). Por outro lado, os entrevistados mais qualificados, designadamente os descendentes de famílias integradas (ou que estivessem eles mesmos integrados) no funcionalismo público de Portugal colonial, não obstante a Ilha de proveniência dirigiam-se sobretudo para outros territórios do império português, e desempenhavam funções compatíveis com a sua qualificação.

No caso dos entrevistados, seus familiares e conhecidos que saíram de Cabo Verde depois da independência, houve na generalidade dois padrões identificados. Por um lado, foram referidas migrações através de redes familiares ou de interconhecimento já estabelecidas em Portugal, com inserção em mercados de trabalho não necessariamente qualificados. Por outro lado, a existência de programas bilaterais e de outras formas de cooperação entre Portugal e Cabo Verde (nomeadamente nas áreas da educação e da saúde) foi apontada como factor facilitador para este percurso. Destaca-se, com o aumento da frequência do ensino formal, a mobilidade para Portugal e para outros países com o objectivo de frequentar o ensino superior (inexistente até há poucos anos em Cabo Verde) e de encontrar colocação profissional equivalente a essa formação. Neste segundo caso, apesar de se reiterar a importância das redes de apoio para a integração em Portugal, vários entrevistados mais novos referiram que a sua mobilidade foi facilitada por programas bilaterais para a frequência do ensino superior em Portugal.

Em comum com os fluxos migratórios anteriores e posteriores à independência de Cabo Verde, Portugal foi identificado como um importante ponto intermédio/plataforma para outros contextos de destino, tanto para os entrevistados como para as suas redes de referência.

Uma última questão que aqui importa ressaltar diz respeito à cidadania. A classificação geral de *migrantes* aplicada aos vários entrevistados pode suscitar dúvidas, mas tal como foi explicado anteriormente, esta categoria é aqui mobilizada referindo-se a pessoas que efectuaram um movimento internacional e que residem no local de chegada (neste caso, em Portugal), não obstante a situação administrativa do seu local de origem (sob governo colonial ou já independente) aquando da migração. Tal classificação, no caso destes entrevistados, abarca diferentes situações tais como: (1) cabo-verdianos com cidadania portuguesa anterior à independência de Cabo Verde, (2) imigrantes cujos familiares residiam em Portugal ou que, mesmo que residissem noutros contextos, tinham cidadania portuguesa, a qual foi estendida aos entrevistados por ascendência, e (3) imigrantes com percursos de mobilidade posteriores à independência, mas cuja cidadania portuguesa (nos casos em que foi atribuída) só foi reconhecida mais tarde (através dos trâmites processuais de autorização de residência, permanência e atribuição de cidadania). Não obstante, todos os entrevistados se auto-percepcionavam como cabo-verdianos, todos indicaram ter essa naturalidade, e alguns referiram ter a cidadania portuguesa (e conjunto de direitos a ela associados). Nenhum dos entrevistados enfatizou problemas actuais relacionados com a sua situação de documentação e cidadania⁸⁰; o mesmo não se aplica, porém, a alguns dos seus familiares, designadamente aos que chegaram a Lisboa nas décadas de 1970/80.

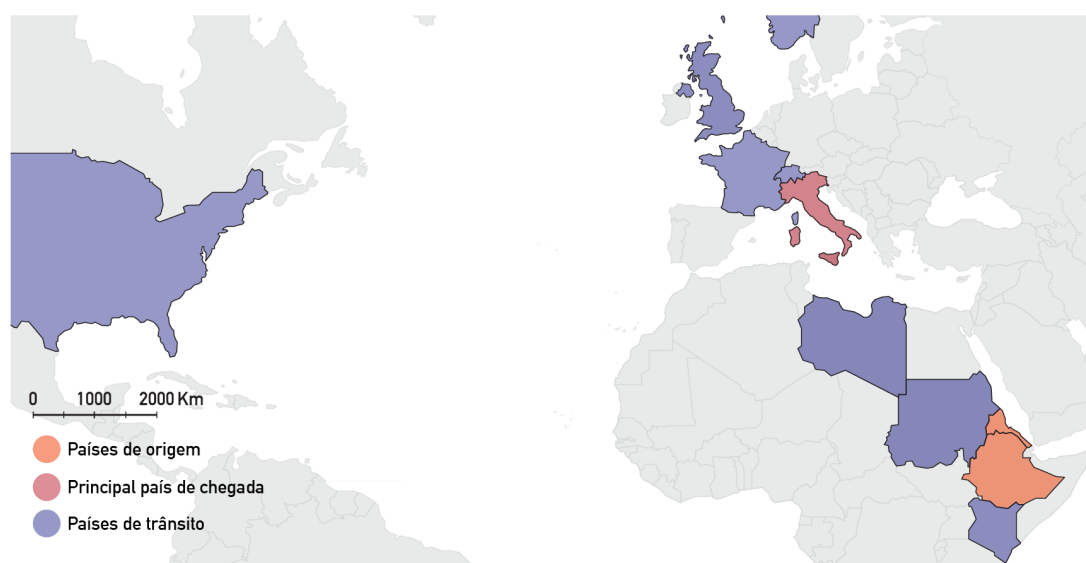
⁸⁰ Os entrevistados mais críticos em matéria de direitos dos imigrantes e situação de cidadania, em lugares de representação associativa dos migrantes cabo-verdianos em Portugal, teceram críticas aos diminutos direitos políticos dos imigrantes sem cidadania portuguesa (ver capítulo 11).

9.4 Trajectórias de mobilidade dos entrevistados etíopes e eritreus

No caso dos entrevistados etíopes e eritreus, as trajectórias de mobilidade de refugiados e de outros migrantes serão apresentadas separadamente, dadas as diferenças assinaláveis nas experiências de mobilidade consideradas. Apresentamos, inicialmente, as trajectórias de refugiados, dos seus familiares e redes de referência.

Conforme é possível observar na Figura 6, a quase totalidade dos refugiados entrevistados efectuou a travessia intra-africana Etiópia/Eritreia – Sudão – Líbia – Itália. Este longo percurso significou que decorressem, em geral, entre seis meses e três anos até à sua conclusão. Alguns destes refugiados já tinham efectuado previamente percursos de mobilidade entre a Etiópia e a Eritreia, por questões familiares.

Figura 6: Percursos individuais dos refugiados etíopes e eritreus entrevistados



Neste grupo de entrevistados verificaram-se três excepções ao percurso intra-africano anteriormente referido. A primeira diz respeito à trajectória de um eritreu que desembarcou e ficou um ano num centro de detenção em Malta após permanência na Líbia, num percurso que durou dois anos até se restabelecer em Itália. A segunda, de menor duração, diz respeito a um etíope que, ainda em menoridade, se deslocou até ao Quênia, onde permaneceu num campo de refugiados do ACNUR até

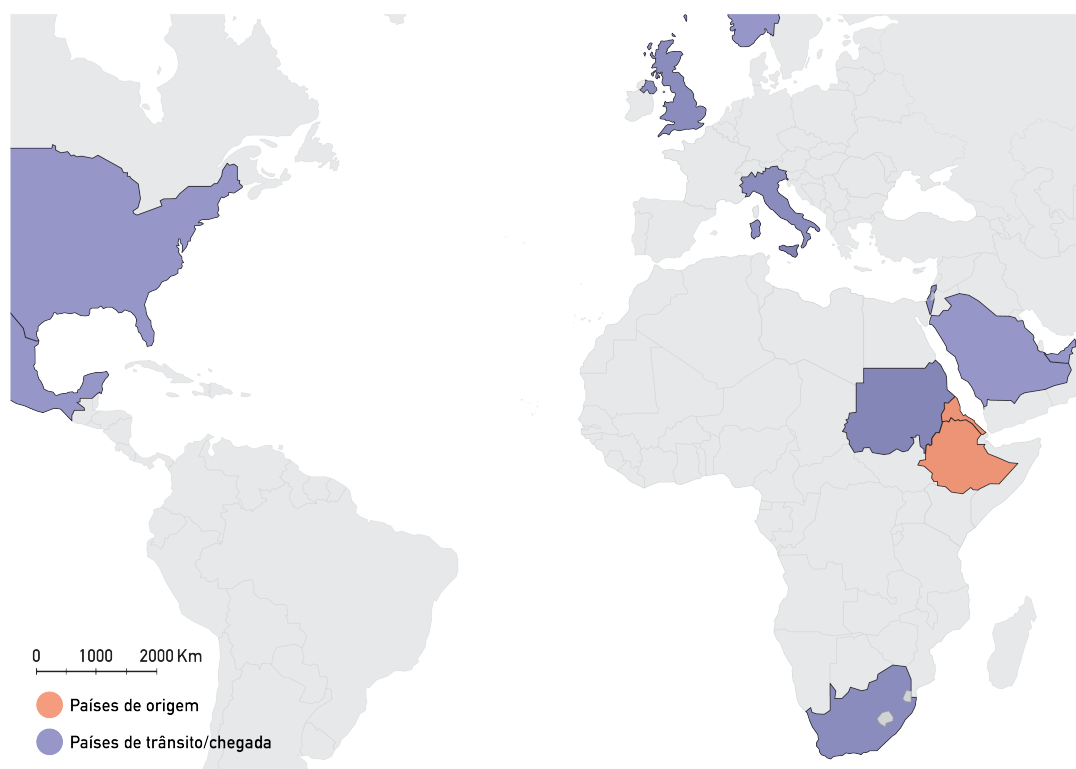
ter recolocação autorizada em Itália, onde já vivia a sua irmã. A terceira resultou da fuga de um etíope após residência regular num país europeu durante um ano, onde trabalhou numa companhia de artes itinerante, e com a qual não regressou ao país natal.

Todos os refugiados entrevistados que entraram em Itália via Lampedusa tiveram de permanecer em centros de identificação e expulsão (CIE) entre 45 dias e cinco meses e/ou em centros de acolhimento para requerentes de asilo (CARA) entre dois e três meses. As etapas mais referenciadas entre Lampedusa e Bolonha foram Caltanissetta na Sicília, Brindisi, Bari e Foggia na Puglia, Crotona na Calábria, e Roma, após saída dos centros CIE e CARA com documentação como refugiados ou sob outras formas de protecção humanitária.

Considerando o facto de Itália ser considerada pela maioria dos entrevistados como um país de chegada mas não o seu país de destino, vários refugiados têm procurado continuar os seus percursos de mobilidade. Neste grupo de entrevistados foram referenciadas quatro tentativas de travessia de França até alcançar o Reino Unido, uma tentativa de instalação em França, outra na Noruega e outra na Suíça; todas resultaram no regresso forçado a Itália, enquadrado no regime de Dublin (UE, 2013a). Dois dos refugiados entrevistados conseguiram, com sucesso, transferir-se para países onde continuam residentes à data da conclusão desta tese: um para os EUA, onde se juntou a um amigo conterrâneo, e outro para a Noruega, acompanhado da sua mãe, que viajou para Itália por reagrupamento familiar.

No que diz respeito aos percursos de mobilidade previamente realizados por familiares dos refugiados entrevistados (Figura 7), é de referir, com frequência superior a trinta percursos mencionados, a dominância de trajectórias entre a Etiópia e a Eritreia. A um segundo nível, entre quatro e seis percursos referenciados, encontramos redes previamente estabelecidas em Itália e no Sudão. A um terceiro nível, entre um e dois percursos referidos nas entrevistas, identificam-se redes em África com o Sudão e a África do Sul, na Ásia Ocidental com os Emirados Árabes Unidos, a Arábia Saudita e Israel, na Europa com o Reino Unido e a Noruega, e no continente americano com os EUA.

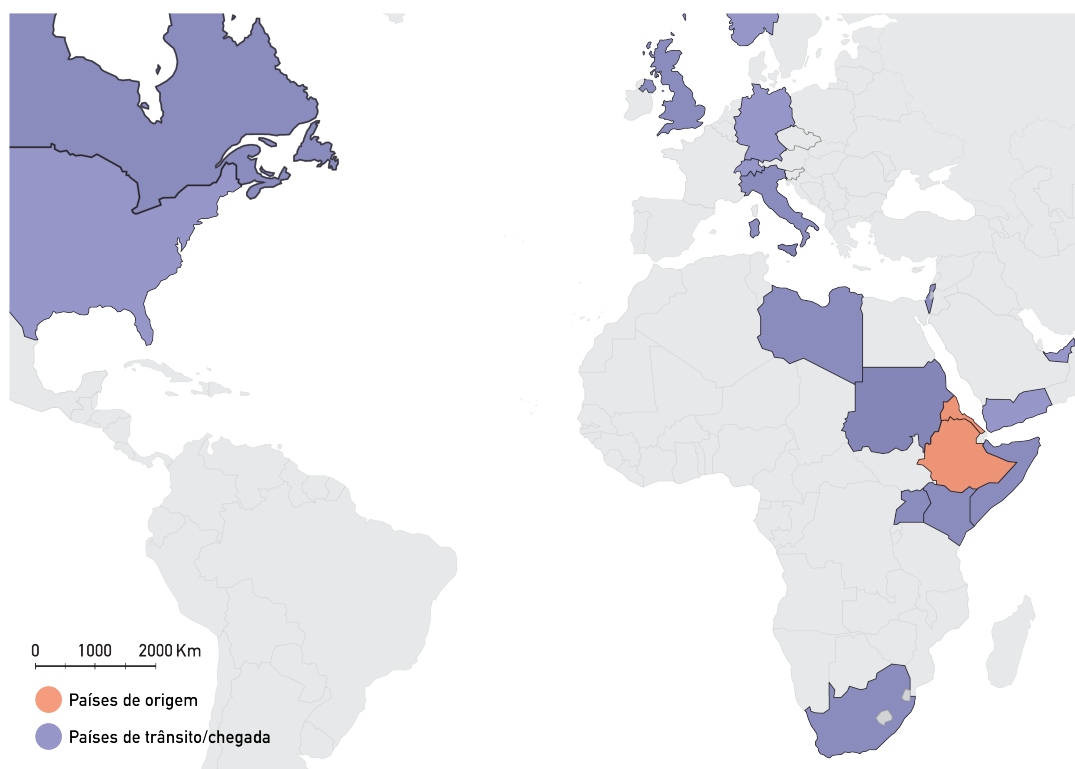
Figura 7: Percursos dos familiares dos refugiados etíopes e eritreus entrevistados



É importante considerar um efeito geracional nestes percursos: entre a Etiópia e a Eritreia, com o Sudão, Israel, os EUA, Itália e o Reino Unido, as redes foram estabelecidas sobretudo por pais ou tios dos entrevistados, há algumas décadas atrás e onde hoje existem comunidades numerosas de etíopes, eritreus e seus descendentes; as restantes redes foram estabelecidas por irmãos ou primos, num tempo mais próximo.

Pensando sobre os percursos de mobilidade de outros conterrâneos conhecidos dos refugiados entrevistados (Figura 8), o efeito geracional acaba por ficar mais próximo da geração destes jovens adultos. A um primeiro nível de frequência, com 10 ocorrências, encontramos percursos até ao Sudão e até Itália. A um segundo nível, com quatro ocorrências, encontramos o Quênia. A um terceiro nível, entre uma e duas ocorrências, encontramos a Somália, a África do Sul, a Líbia, o Uganda, o Iêmen, os Emirados Árabes Unidos, Israel, o Reino Unido, a Suíça, a Alemanha, a Noruega, os EUA e o Canadá.

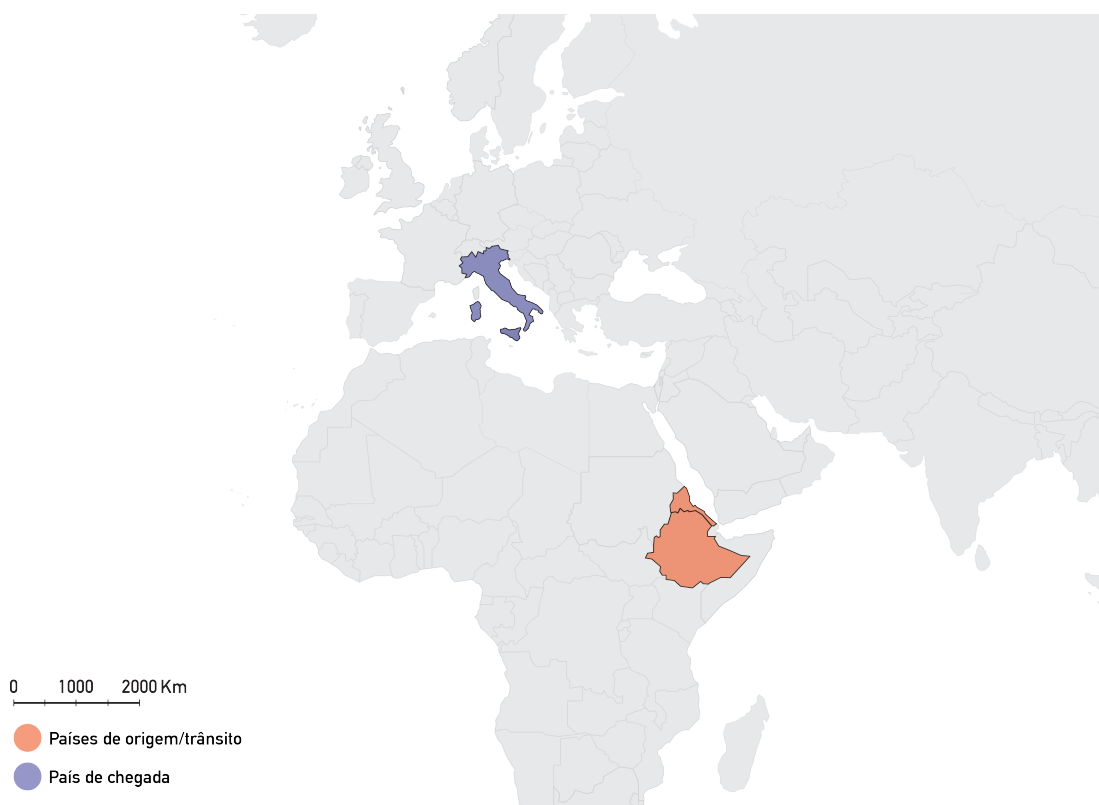
Figura 8: Percursos dos familiares dos refugiados etíopes e eritreus entrevistados



Refira-se, por fim, que a maioria dos refugiados entrevistados acrescentou percursos de mobilidade familiar dentro das fronteiras nacionais dos seus países de origem, sobretudo em direcção às capitais Adis Abeba e Asmara e em gerações anteriores à sua. Do conjunto de refugiados entrevistados, dois eritreus e cinco etíopes referiram ter sido os primeiros elementos das suas famílias a sair do contexto de origem.

No que diz respeito aos restantes migrantes etíopes e eritreus entrevistados, conforme pode ser visualizado na Figura 9, todos efectuaram viagem directa das capitais da Etiópia e da Eritreia (Adis Abeba e Asmara) para Itália. Os migrantes entrevistados referenciaram a necessidade de viajar desde outras localidades destes países, ou de viajar entre os dois países, antes de viajarem para Itália.

Figura 9: Percursos individuais dos migrantes etíopes e eritreus entrevistados



Para efectivarem estas trajectórias, sobretudo os entrevistados em situação actual de maior vantagem socioeconómica referiram ter encontrado janelas de oportunidade para viajar de forma rápida, regular e segura. Uma das soluções apontadas passava pela repatriação de prófugos nos períodos declarados de guerra na Etiópia e na Eritreia, outra pelo pedido para realizar o serviço militar em Itália; ambas as situações foram reportadas para percursos efectuados na década de 1980 por migrantes com cidadania italiana conferida pela sua ascendência familiar (filhos de italianos que residiam na Eritreia e na Etiópia desde a ocupação colonial). Uma outra solução reportada, tanto para migrantes que viajaram para Itália na década de 1980 como nas décadas de 2000/2010, diz respeito a acordos especiais para o ensino superior, designadamente bolsas de estudo, protocolos de mobilidade entre instituições de ensino superior etíopes e italianas, e facilitação para inscrever alunos da escola italiana de Asmara (legado do período colonial) em universidades italianas.

À excepção de um dos entrevistados, que pretendia regressar à Etiópia, os restantes que viajaram através de tais janelas de oportunidade optaram por continuar

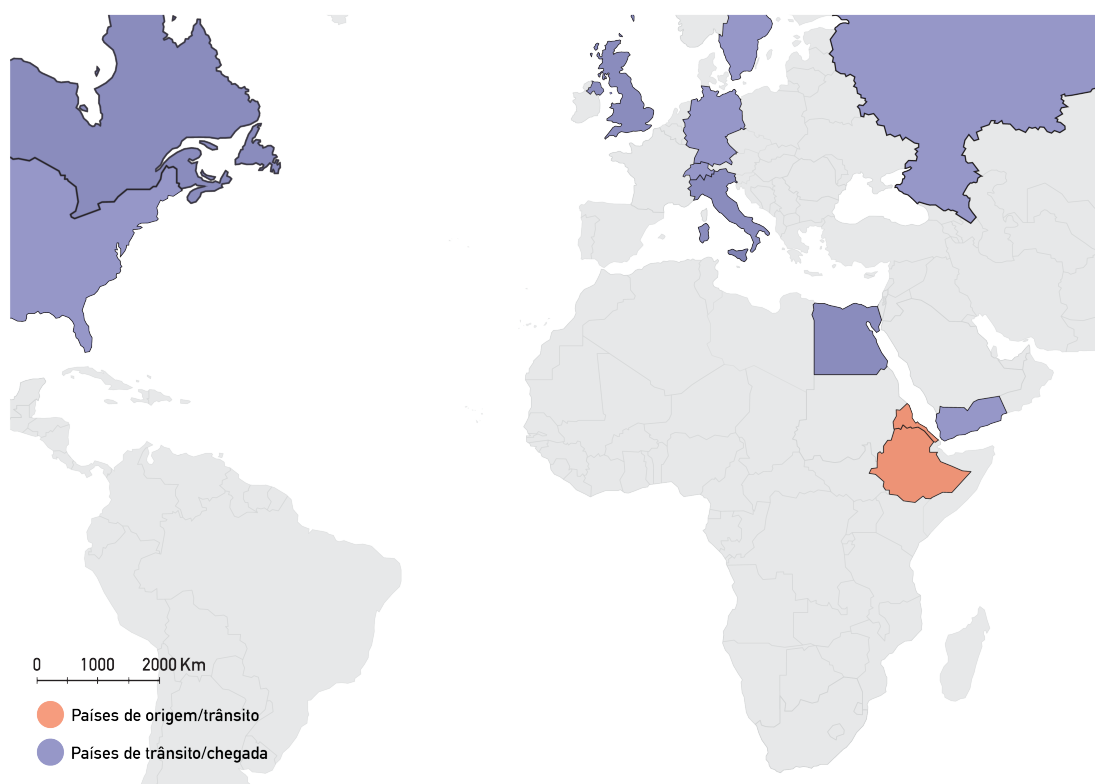
a viver em Itália, mesmo nos casos em que o motivo inicial da mobilidade não foi totalmente alcançado (sobretudo em caso de desistência dos programas de estudo).

Uma observação interessante diz respeito às percepções partilhadas por estes migrantes em matéria de indutores da migração: ainda que, num primeiro momento, as justificações para a sua mobilidade fossem “ter cidadania italiana” ou “frequentar o ensino superior”, com o aprofundamento da entrevista foram atribuindo muita importância a outros factores, designadamente a questões políticas e económicas, e alguma importância a factores ambientais. Deste modo, as suas respostas a propósito do que motiva a migração confluíram nas dos restantes entrevistados, ainda que as experiências concretas de mobilidade fossem bastante diferentes.

Esta diferenciação relaciona-se com o modo de saída dos países de origem e de entrada e integração em Itália, e com a maior facilidade de colocação em sectores de trabalho mais favorecidos em Itália, quando comparados com os restantes migrantes entrevistados. No caso dos descendentes de italianos, questões raciais podem ser colocadas como hipótese de factor favorecedor da sua integração no país de chegada. No caso dos migrantes que frequentaram o ensino superior em Itália, dois terminaram os programas a que se candidataram mas apenas um trabalhava nessa área; os restantes, ainda que tenham mudado de área de trabalho, possivelmente pelo domínio da língua italiana foi-lhes possível um percurso mais diferenciado, ao nível socioeconómico, face aos percursos da maioria dos seus conterrâneos naquele país.

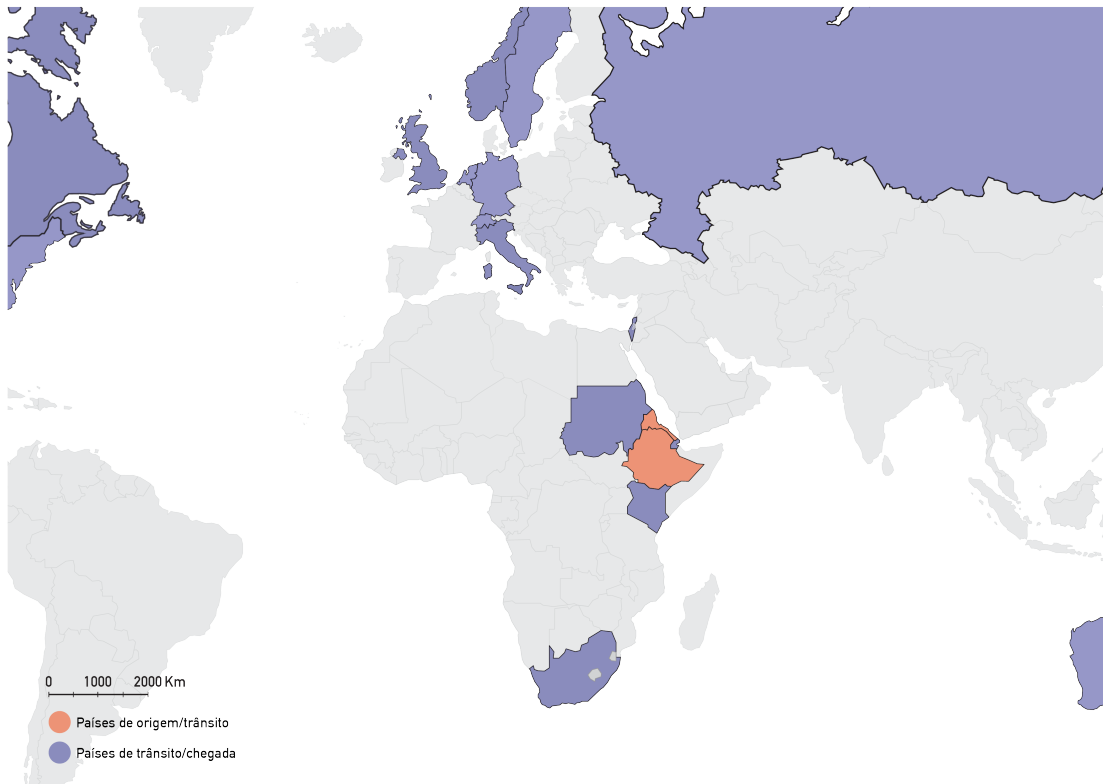
Na figura 10 são apresentados os percursos de familiares dos migrantes etíopes e eritreus entrevistados. Em gerações mais recuadas salientamos três referências à migração passada dos familiares dos entrevistados de Itália para a Eritreia e a Etiópia, e nove referências no sentido inverso. Em percursos de gerações anteriores mas também das mesmas gerações dos entrevistados destaca-se o destino norte-americano (quatro nos EUA e três no Canadá) e, no continente europeu, para além de Itália, Suécia, Suíça e Alemanha (com uma ou duas frequências). Rússia e Reino Unido são referenciados a respeito de familiares dos entrevistados socioeconomicamente diferenciados, Egipto e Líbano num segmento menos diferenciado e vistos como etapas para outros destinos (nomeadamente, no caso do Egipto, para Itália).

Figura 10: Percursos de familiares dos migrantes etíopes e eritreus entrevistados



Nos percursos de conhecidos dos migrantes etíopes e eritreus entrevistados (Figura 11) reiteram-se os percursos previamente referenciados no caso dos familiares, podendo acrescentar-se outros percursos mais actuais, de proximidade ou de continuidade no contexto europeu. Para além de uma clara dominância de percursos direccionados à América do Norte (13 frequências) e Reino Unido (sete frequências), sobretudo no subgrupo menos diferenciado e entre os eritreus, destacam-se viagens recentes (entre duas e quatro frequências) para o Quênia, o Djibuti, e o Sudão como etapa para Itália.

Figura 11: Percursos de conhecidos dos migrantes etíopes e eritreus entrevistados



Estes percursos no continente africano podem ser mais identificáveis com a experiência de refugiados. A estes acrescentam diferentes percursos na Europa (Holanda, Alemanha, Suíça, Suécia) cuja etapa anterior é Itália. O subgrupo de elite acrescenta alguns contextos de chegada com menos frequências repetidas nesta amostra (uma frequência cada país), mas que se inserem noutras dinâmicas de mobilidade das comunidades de origem etíope e eritreia: por exemplo, outros destinos europeus tais como a Noruega, e outros destinos mundiais tais como África do Sul, Austrália, Médio Oriente e Ásia.

Capítulo 10. Entre os contextos de origem e de chegada

Este capítulo deriva do objectivo de, nesta tese, procurarmos aprofundar a compreensão de sistemas de mobilidade em contexto pós-colonial, com atenção aos territórios de origem, trânsito e chegada. Nesse sentido, perscrutamos os significados possíveis do conceito de pós-colonial através dos percursos de mobilidade observados e dos temas em discussão nesta tese. Depois de uma breve introdução ao capítulo pensando a colonização e a construção do mundo moderno, propomos ponderar as memórias coloniais invocadas pelos migrantes e refugiados entrevistados, provenientes de dois casos diferentes de imperialismo e colonialismo europeu em África (a colonização atlântica de Cabo Verde por Portugal, sécs. XV – XX, e a experiência colonial de Itália na Eritreia e na Etiópia na idade do imperialismo, sécs. XIX – XX). Com um salto para memórias mais recentes, finalizamos com a observação de sentidos e experiências associados à mobilidade (e aos contextos de origem e de chegada), pelos migrantes e refugiados entrevistados e na sua relação com os que permaneceram nos contextos de origem.

10.1 Da colonização na construção do mundo moderno

Intensificou-se, nos últimos anos, a referência a “pós-colonial” e “pós-colonialidade”, situação e condição cujos conceitos com frequência estão imbuídos de carga ideológica, emancipatória na referência aos povos que foram subjugados em regimes coloniais, e consciencializadora sobre o dano infligido pelos ex-colonizadores. Esta referência crescente deve ser inscrita na visibilidade potenciada pelos movimentos sociais de luta anti-racista e de defesa dos direitos de migrantes, grupos racializados e marginalizados.

Particularmente em países com histórias de expansão e colonialismo, como é o caso de Portugal, esta crescente importância também se reflecte no diálogo entre a sociedade civil, os meios de comunicação social e a vertente académica mais direccionada para a “ciência em sociedade”. Multiplicam-se artigos de opinião,

discussões e acções públicas sobre temas que desafiam as ordens da memória, nomeadamente o racismo institucional (à escala nacional, com o debate sobre a inclusão de dados étnicos nos censos) e a memória da dominação e da escravatura (em Lisboa, com a oposição a um futuro “Museu dos descobrimentos” e a proposta de construção de um memorial às vítimas da escravatura). Aprofunda-se o debate sobre racismo e a sua relação com o passado colonial, nomeadamente através da construção da branquitude enquanto estatuto de superioridade que implicou a inferiorização de outros grupos através da divisão racial (ver, por exemplo, Almeida, 2018).

Pensar a colonização ajuda a aproximar-nos de algumas dimensões da construção do mundo moderno, nomeadamente no que diz respeito ao contexto em que se verificaram novas distribuições populacionais e novas ideias sobre ambiente.

A exploração escravocrata é anterior à emergência da modernidade (se considerarmos a modernidade aquando da revolução industrial dos sécs. XVIII e XIX no mundo ocidental) e a histórias de colonização enquadráveis nessa época. Porém, ela não deve deixar de ser mencionada enquanto dimensão associada ao colonialismo, em particular ao colonialismo inscrito noutras épocas de expansão imperial.

O comércio escravagista do sistema colonial europeu levou à mais trágica, brutal e numerosa migração forçada da história da humanidade. Estima-se que entre os sécs. XVI e XIX (quando a escravatura foi formalmente abolida) cerca de 11 milhões de africanos escravizados terão sido levados para a América do Norte e do Sul e para as Caraíbas, 84% dos quais entre os anos 1700 e 1850, e entre 4 e 5 milhões terão sido conduzidos através do Sahara e da costa leste para o Golfo Persa, o Mar Vermelho e os impérios árabe e otomano (King et al., 2010: 24-25). Após o final formal da escravatura, importantes fluxos de “indentured labour” providenciaram trabalho pago, mas de baixo custo e com muito poucas condições, direccionado para as administrações coloniais. Estas migrações contribuíram para a estratificação racial e para a pluralidade cultural nos países e cidades de destino (King et al., 2010: 27).

Para além da exploração do trabalho e da mercantilização de vidas humanas através do comércio de escravos, a riqueza acumulada através da exploração colonial europeia providenciou uma parte substancial do capital necessário para a revolução industrial dos séculos XVIII e XIX no mundo ocidental (Castles, de Haas e Miller, 2014).

Porém, para tornar o projecto colonial possível foi necessário o movimento de saída de milhões de pessoas dos países europeus, o que representou um impacto importante na sua composição populacional, para além do indiscutível impacto nos países de destino. Só de Portugal estima-se que, desde o séc. XVI, cerca de 150 000 pessoas tenham migrado para Angola, 80 000 para Moçambique e 20 000 para os territórios sob domínio português na Índia. Por seu lado, o fim do imperialismo europeu provocou o regresso de portugueses residentes nas ex-colónias; entre 1974 e 1979 cerca de 800.000 retornados terão migrado para Portugal (King et al., 2010: 35).

Destaca-se que, a montante da acumulação desta riqueza, e através de uma combinação complexa de política, poder e conhecimento, de utilitarismo económico e de ciência, esteve o projecto de descrição do mundo natural ultramarino. A renovação naturalista das ciências exactas e naturais, enquadrável nas doutrinas iluministas, esteve estreitamente ligada ao projecto de não só identificar elementos naturais que despertassem a curiosidade científica, como também de identificar riquezas passíveis de serem exploradas e que pudessem ser economicamente vantajosas para os rendimentos locais e das potências imperiais (Torrão, 2012).

No âmbito desta emergência de um “mundo a catalogar”, para lá dos objectivos de enriquecimento imperial, podemos pensar na catalogação e na conservação da memória do mundo natural (museus de história natural, jardins botânicos e jardins zoológicos). Podemos relacionar este novo impulso para o preservacionismo naturalista com uma nova cultura de memória, que surge na modernidade, e através da qual se passa a atribuir valor social ao passado, o que releva o passado como construção social (Peralta, 2008: 145). Por outro lado, o transporte de toda esta memória natural para o centro imperial dificilmente pode ser ponderado num quadro que não preveja o domínio (e a exibição desse domínio) dessa Metrópole face aos territórios “catalogados” (ou confiscados)⁸¹.

⁸¹ A título de curiosidade, para se compreender o enquadramento de alguma pesquisa científica e a preparação da I Exposição Colonial (Porto, Junho de 1934) portuguesa, convida-se à leitura do boletim Ultramar, dirigido por Henrique Galvão. N.º 6, artigos “Ciência e colonização”, Prof. Dr. Luís de Pina, p.1, e “O grande cortejo do Portugal ‘pequeno’”, Mimoso Moreira, p.8. Disponível na Hemeroteca Digital da Câmara Municipal de Lisboa (http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Ultramar/N06/N06_master/Ultramar_N06_15Abr1934.pdf), consulta 11/10/2018

Este “catálogo moderno” também pode ser reflectido face à estratificação da sociedade colonial, na qual se construíram socialmente e se hierarquizaram diferentes “raças” humanas, nomeadamente através de enquadramentos e estatutos jurídicos diferenciados (no caso do império português, com o estatuto do indígena, o qual era diferenciado de brancos/cidadãos e de indígenas assimilados).

Para além destes impactos mais históricos, a colonização teve impactos aos níveis social e ambiental que perduraram no tempo. Um dos contributos importantes para a sua compreensão advém do campo da ecologia política, que, como vimos (6.5), confere centralidade à crítica dos sistemas desiguais de enquadramento dos recursos. A dimensão colonial desta questão pode ser reflectida através da observação de desigualdades estruturais entre os hemisférios Sul e Norte, entre regiões e países em situações socioeconómicas muito diferenciadas e relações históricas assimétricas.

Considere-se, por exemplo, o impacto da colonização na apropriação de recursos naturais de países colonizados por países colonizadores e as consequências de tal apropriação nas possibilidades de desenvolvimento de cada contexto. Por um lado, estes recursos naturais e a sua comercialização e transformação beneficiaram as economias europeias, tendo por exemplo sido mobilizados para a construção das suas cidades. Por outro lado, os contextos expropriados sofreram os impactos da perda e, por vezes, da destruição de terras e outros recursos naturais, com repercussões de longa data em assimetrias socioeconómicas globais. Uma das propostas de diagnóstico e resposta a esta questão, no âmbito da ecologia política, diz respeito à dívida ecológica — tal como pode ser considerada aos países do hemisfério Norte face a todas as exportações insuficientemente pagas (ou mesmo expropriadas a custo zero) e todos os serviços ambientais gratuitos de países do hemisfério Sul, gerando o dever de se perdoar a dívida externa destes últimos (Martínez Alier, 2003).

Destaque-se também a implicação destas desigualdades estruturais ao longo do tempo, com efeitos ainda visíveis, por exemplo, nas modalidades produtivas extractivas e seus impactos diferenciais nas várias regiões do mundo. Atente-se, por exemplo, à reprimarização das economias latino-americanas (sobretudo no séc. XXI e a par de novos países importadores, com particular destaque para a China), com o aumento na exportação de produtos agrícolas (sobretudo soja) e minerais (cobre e

ferro) (Svampa, 2012). Este renovado padrão extractivista leva à sobre-exploração de recursos naturais (sobretudo não renováveis) e à expansão das suas fronteiras na busca permanente de novos territórios que permitam actividades extractivas mais típicas (mineração, hidrocarbonetos) e mais recentes (agronegócios, produção de combustíveis). Trata-se de modelos tendencialmente de monoprodução, com impactos desestruturantes nos territórios e na biodiversidade, aprofundando processos de usurpação de terras, de perda de soberania alimentar e gerando novas formas de dependência e dominação (Svampa, 2012).

Observam-se, então, importantes paralelos entre as modalidades de produção e os seus impactos nas estruturas sociais e nas crises ambientais, com dinâmicas que parecem ter subsistido mesmo após o fim formal da colonização. Observa-se também o direccionamento para países com níveis de rendimento económico mais elevados (e, no caso da presente tese, países colonizadores) dos movimentos migratórios que foram acompanhando os processos de globalização, bem como de uma parte (minoritária) dos refugiados provenientes de contextos em que pode ser difícil distinguir factores políticos e económicos actuais da reverberação de estruturas económicas, políticas e sociais desiguais desde os capítulos históricos coloniais.

10.2 Histórias e memórias coloniais dos entrevistados

Antes de ponderarmos as memórias coloniais invocadas pelos migrantes e refugiados entrevistados, salientamos que os enquadramentos coloniais considerados dizem respeito a dois casos diferentes de imperialismo e colonialismo europeu em África.

No âmbito da colonização atlântica de Cabo Verde por Portugal, o povoamento deste arquipélago é atribuído à colonização do território pelos portugueses no século XV⁸². Quando, a partir de 1460, Cabo Verde começou a ser colonizado, o arquipélago

⁸² Note-se, porém, que no actual contexto de multiplicação de referências culturais à África Negra, designadamente na Área Metropolitana de Lisboa, podem escutar-se discursos que ponderam o

podia ser visto como uma extensão atlântica ligada sobretudo à Península Ibérica; nas décadas seguintes, Cabo Verde afirmou-se como escala para as carreiras marítimas de travessia africana, de acesso à Índia e de acesso à América central, ponto nevrálgico para a articulação dos dois impérios ultramarinos e para a formação do “mundo atlântico” (Cabral et al., 2001: 2).

No arquipélago cabo-verdiano, a administração portuguesa experimentou diferentes possibilidades de ordenação e controlo de território longínquo, de povoamento recente e com um importante porto comercial intercontinental. Aqui surgiu o primeiro centro urbano colonial, a vila/cidade de Ribeira Grande, bem como a sociedade crioula, entre os mundos europeu e africano. Tal construção deu-se, porém, sobre uma base dicotómica muito acentuada: os europeus correspondiam ao estrato dos senhores e os africanos ao estrato dos escravos, trazidos compulsivamente da costa africana. A sociedade insular mudou com o esbatimento dos contrastes sociais potenciado pela mestiçagem, particularmente a partir do séc. XVII, em contexto de secas e de decadência do comércio externo (Cabral et al., 2001).

A presença de Itália na África oriental, por sua vez, deve ser considerada a partir de um outro enquadramento imperialista. Falamos da “idade do imperialismo” (Labanca, 2002: 60), considerada aproximadamente entre a Conferência de Berlim (1885) e o início da Primeira Grande Guerra (1914). Na sequência da guerra anglo-bóer, os maiores impérios coloniais em África aumentaram as suas acções para o estabelecimento e a consolidação da sua presença em territórios cujas fronteiras já tinham sido estabelecidas ou reciprocamente reconhecidas em fase anterior. Apesar de, nos anos que anteciparam a I Guerra Mundial, terem ocorrido controvérsias diplomáticas influentes nos territórios ultramarinos, estas controvérsias não estavam tão relacionadas com guerras de expansão ou de conquista. A excepção a este ritmo geral de expansão europeia foi, precisamente, a entrada de Itália (Labanca, 2002).

O argumento de que Itália já teria precursores fortes para justificar a sua entrada em África no final do séc. XIX tem sido refutado. Recém-saído do processo de

primeiro povoamento de Cabo Verde por africanos e não por europeus, englobando o arquipélago na região da Guiné, do Senegal e da Gâmbia, à época do império de Mali unificado por Sundiata Keita no séc. XIII (anotação de entrevistas informais com cabo-verdianos).

unificação, o Estado italiano tinha outras prioridades (organização do novo modelo territorial, divisão entre norte e sul, insegurança na fronteira a leste, crises económicas recorrentes, isolamento diplomático), pelo que a hipótese de encetar um percurso imperialista em África não seria a mais apelativa para a classe política. Também não o terá sido para a classe trabalhadora nem para a burguesia industrial. O interesse em avançar para África restringia-se a um pequeno número de estudiosos, viajantes, navegadores/armadores, missionários católicos e políticos descontentes com o rumo nacional. Segundo Angelo del Boca (2012), a qualificação destes elementos desagregados como precursores, glorificados não obstante a sua acção, serviu para conferir fundamentos sólidos e origens antigas à filosofia da expansão italiana.

Uma nota: como se verá de seguida, para além da memória colonial italiana, os entrevistados etíopes e (sobretudo) eritreus cruzaram as memórias de colonialismo com as do protectorado britânico após a saída de Itália e do domínio etíope sobre a Eritreia. Não se tratando de processos historicamente comparáveis, deixamos esta referência, que pode relevar uma atribuição de sentido semelhante a diferentes situações de dominação e de desigualdades estruturais.

Das histórias e memórias coloniais dos entrevistados podemos destacar diferentes dimensões que emergiram da análise da informação recolhida, e que no geral (não obstante as diferenças nos tipos e temporalidades de presença colonial) se cruzam entre histórias e memórias de cabo-verdianos, etíopes e eritreus. Abordamos, de seguida, cada uma destas dimensões.

Pensando nas Províncias e na Metrópole enquanto territórios conectados e diferenciáveis em contexto imperial, os entrevistados cabo-verdianos do segmento de elite, com memórias anteriores à independência de Cabo Verde, salientaram uma percepção de continuidade no percurso (“tudo era Portugal”), o que se cruzava com o tipo de organização dos territórios ultramarinos e com o caso específico de Cabo Verde em termos de colonização. No que diz respeito à memória sobre a presença italiana nos territórios etíope e eritreu, alguns dos entrevistados consideraram o impacto das investidas coloniais italianas no sentido de terem provocado a separação entre esses territórios, tendo-se cedido a Eritreia ao colono italiano como forma de

conter a ocupação da Etiópia. Por outro lado, a presença dos colonos nos países de origem dos entrevistados também foi associada a diferentes situações familiares, no caso cabo-verdiano com particular influência nas famílias de antigos funcionários ao serviço do império português, e no caso eritreu as famílias de Ascari, guardiões autóctones que apoiavam oficiais italianos. Estas famílias conseguiram uma situação de vantagem face aos seus conterrâneos, com impacto até às gerações dos entrevistados.

No que diz respeito à relação entre migração e império imaginado, como veremos também em 10.3, a projecção sobre o antigo país colonizador figurava-o como um “postal”, com uma ideia progressista de Portugal no caso dos cabo-verdianos (entre outras histórias contadas também sobre o restante território ultramarino e os EUA); como destino de luxo, com uma ideia positivamente diferenciada dos demais países; e como modelo industrial, afirmando a qualidade do que é fabricado em Itália, no caso dos etíopes e eritreus (ver documentário *Bello essere Habesha*, minutos 3/4, Anexo E).

A percepção de comunalidade dos povos, sobretudo no caso de Cabo Verde e Portugal, deriva da semelhança que foi identificada nos atributos identitários, em particular no facto de haver uma língua em comum, mas também outras questões culturais e relativas a modos de vida. No caso dos entrevistados enquadráveis na elite cabo-verdiana, é interessante pensar as poucas memórias de distinção entre “povo cabo-verdiano” e “povo português”, bem como os diferentes lugares que foram ocupando no ex-império e em Portugal. Importa, numa escala mais recente, pensar o “hibridismo” cultural e o seu papel na integração de imigrantes.

Portugal e Itália foram considerados como escalas facilitadas para a mobilidade, como pontos de passagem, e só em alguns casos como destino final (que pode não ser a primeira escolha). Estes países foram considerados destino relativamente facilitado ao nível administrativo, sobretudo na existência de protocolos bilaterais que facilitem a mobilidade documentada (no caso de Itália estes protocolos foram considerados mais restritos no tempo, identificando apenas a década de 1980). Por outro lado, destaca-se a importância de redes preexistentes nestes países, redes que em parte remontam à época colonial (e que, não obstante a fase migratória dos entrevistados,

facilitam a integração, sobretudo através de redes familiares). Por fim, e sobretudo no caso dos entrevistados cabo-verdianos, Portugal também foi considerado um destino (ou ponto de passagem) mais fácil do ponto de vista financeiro.

Reflectindo sobre a educação nos seus países de origem e a visão da história que lhe estava associada, foram feitas diversas observações interessantes. No caso dos cabo-verdianos cuja escolaridade foi realizada antes da independência de Cabo Verde, referiu-se que o conhecimento da história e geografia de Portugal estava integrado no currículo escolar geral, no sentido em que a história portuguesa substituíra uma visão histórica mais centrada em Cabo Verde. No caso dos eritreus com escolaridade feita anteriormente à independência da Eritreia, foi referida a necessidade de aprenderem a história segundo o currículo etíope, bem como na língua maioritária etíope (amárico), à excepção de quem (inclusive de gerações mais recentes) pôde estudar na escola italiana de Asmara (capital da Eritreia), que terá sido mantida desde os tempos do colonialismo, e onde se colocava mais ênfase (em comparação com as restantes escolas) na história italiana e na história colonial (numa versão suavizada da história colonial, segundo IT30). Das memórias familiares, alguns entrevistados recordavam as histórias dos seus avós sobre a separação entre escolas italiana e *habesha*, no sentido geral de separação entre colonos e colonizados. Reflectindo sobre a experiência mais recente de protectorado britânico, apesar de ter sido diferenciado da opressão mais objectiva do colonialismo italiano, IT31 salientou a importância da alteração de materiais históricos e de formação no sentido de progressivamente se ir apagando a memória de Itália e reforçando as referências anglófonas.

As memórias coloniais também foram associadas às construções e ao edificado nos países de origem dos entrevistados (não só mas sobretudo nas cidades). No caso de Cabo Verde, dada a sua génese colonial, a maior parte das estruturas existentes até à saída dos entrevistados dos seus países de origem tinha sido construída sob o ordenamento português, com traços identificáveis e comparáveis com os que os entrevistados encontraram em Portugal. Em meio rural, destaca-se a referência aos *sobrados*, na Ilha do Fogo, antigas casas senhoriais de portugueses que recentemente têm sido convertidas para o turismo, segundo PT22. No caso da Eritreia, alguns refugiados, em momentos de conversa informal, partilharam vídeos sobre Asmara, a

“pequena Roma”, com o cinema Impero e a arquitectura dos edifícios com traços reconhecíveis face ao modelo italiano. IT31 recordou, durante o protectorado britânico, a destruição de estruturas de mobilidade, nomeadamente de caminhos de ferro que tinham sido construídos durante o colonialismo italiano. No caso da Etiópia, e passando o enfoque às construções preexistentes à chegada de italianos que foram apropriadas pelos colonos, IT1 destacou a importância do retorno do obelisco de Axum à Etiópia (que tinha sido confiscado em época colonial e remontado na praça de Porta Capena, em Roma, em frente à sede do antigo Ministério da África Italiana), num processo longo inserível nos actos de reparação pós-colonial, que, para o entrevistado, representava a resistência e a vitória etíope face ao colonialismo italiano.

Vários dos aspectos anteriormente referidos podem ser inseridos num movimento geral de oposição aos colonos, ao colonialismo e à sua memória. Podemos ainda acrescentar as referências a uma visão depreciativa dos colonos e detentores de poder, no caso de Cabo Verde apelidados (num termo extensível aos portugueses) de “mandrongs”⁸³, e no caso da Etiópia generalizando o termo “sicilianos” para pessoas em situação de vida difícil⁸⁴. Refira-se, ainda, a memória dos movimentos de luta anti-colonial e a passagem, entre gerações, de histórias e memórias desse período.

Salientamos, por fim, a relação entre o colonialismo e a migração feminina para Itália e Portugal. Apesar de não ter sido possível entrevistar formalmente as protagonistas destes percursos migratórios, foram entrevistados os seus descendentes (netos, no caso de cabo-verdianas que puderam constituir família em Portugal, e irmãos, no caso de eritreias que viviam em regime de serventia 24/24h, 6 dias por semana). Os entrevistados referiram ter tido os seus percursos (regulares) facilitados por esta presença inicial nos territórios português e italiano. Em ambos os casos, as migrantes em questão já trabalhavam com famílias portuguesas em Cabo Verde e italianas na Eritreia; quando a presença das comunidades anteriormente colonizadoras

⁸³ Segundo o dicionário Priberam, “mandrongo” é um termo depreciativo utilizado, por exemplo no Brasil, para se referir uma pessoa feia ou disforme, suja ou desmazelada, preguiçosa, portuguesa.

⁸⁴ Segundo os entrevistados, este termo reflectia a memória das circunstâncias de vida de soldados italianos do tempo da ocupação colonial, que saíam do seu país de origem em situação miserável.

se tornou mais difícil nesses territórios, elas acompanharam o percurso para Portugal e Itália, mantendo o tipo de trabalho doméstico que já faziam nos seus países de origem.

Destas dimensões destacamos a sua associação a diferentes níveis de desigualdade nas sociedades de origem e entre os grupos cabo-verdianos em Portugal e etíopes e eritreus em Itália. Por um lado, falamos de desigualdades a um nível mais geral e estrutural, da dominação de colonos sobre colonizados, ponderáveis em todos os contextos coloniais. Por outro lado, as desigualdades podem reflectir-se em diferenças dentro dos grupos ex-colonizados, com efeitos nomeadamente em termos de classe social. Estas diferenças possibilitam mais vantagens para determinados elementos e seus descendentes, por exemplo em relação à proximidade das administrações coloniais, ao domínio da língua dos ex-colonizadores e ao estabelecimento de redes que facilitam a mobilidade. Porém, se pensarmos ao nível de desigualdades nos contextos de chegada, a equação pode tornar-se ainda mais complexa. Pensando nos casos de migração feminina aqui reportados, se por um lado a situação de dominação colonial facilitou a mobilidade das próprias e de alguns dos seus descendentes, por outro lado ela pode repercutir-se numa continuidade ou mesmo no agravamento de uma posição social desvantajosa, com a entrada numa situação laboral extremamente precária nos países europeus.

10.3 Sentidos da mobilidade para os que vão e para os que ficam

Propomos agora regressar às trajectórias de mobilidade dos migrantes e refugiados entrevistados, considerando-as enquanto percursos no espaço imbuídos de significados. Estas trajectórias não estão necessariamente marcadas pelos significados/memórias coloniais anteriormente referenciados; porém, essa dimensão estrutural de relação desigual entre os países de origem e de chegada não deve ser esquecida. Propomos que se pense, agora, na dialética entre mobilidade e imobilidade; nos sentidos que a mobilidade pode adquirir para quem a vivenciou nos seus movimentos espaciais e para quem permaneceu nos territórios de origem.

Começamos por perspectivar esta relação entre mobilidade e imobilidade a partir das narrativas dos refugiados entrevistados.

Os refugiados que compuseram esta amostra revelaram a centralidade da ajuda da família e dos amigos para o sucesso das suas trajectórias de mobilidade. Nove refugiados referiram como principal rede de apoio durante o percurso a família e/ou os amigos na Etiópia ou na Eritreia, dois referiram família e/ou amigos em Itália, outros dois família e/ou amigos residentes noutros países, e cinco referiram amigos conhecidos durante o percurso. Doze dos dezanove entrevistados acrescentaram a importância dos passadores/*smugglers*. Os papéis de uns e outros diferem e são, por vezes, complementares. A família e os amigos ajudam no apoio durante os capítulos mais difíceis da jornada e na integração no contexto de chegada. À família (e a alguns amigos mais próximos) é reconhecido o imprescindível apoio financeiro que permite o pagamento aos passadores/*smugglers*, para além de cobrir outros custos de uma viagem longa no espaço e no tempo.

É importante enquadrar cada percurso de mobilidade numa dimensão colectiva mesmo em fase anterior à “mobilidade percorrida”. Como se o percurso de mobilidade começasse quando o destino é imaginado, quando a instalação noutra contexto de vida começa a ser projectada, ainda que esta imagem mais tarde possa vir a ser considerada pelos refugiados como uma projecção falsa:

“Algumas pessoas querem ver, ir lá para fora, elas querem ver como é a vida na Europa, na América. Não é muita gente, mas eles querem sair. Sabes, quando nós vemos filmes, filmes americanos, tu vêes uma vida melhor que... era tudo... (*risos*) Tu vêes, tu sonhas: um dia vou estar a viver esta vida... Mas esta vida... (*risos*) Esta vida não existe. Só nos filmes. Eu vim para cá (*risos*)... Como é que posso explicar... Mesmo que eu vá para a América, ou Austrália, qualquer país melhor, eu não posso viver ali como na Etiópia. (...) Eu tinha um sonho quando tinha 10, 15 [anos]... Ainda tenho sonhos em relação à América... (*risos*) Mas não é muito, não é como dantes. Porque eu sei como é que é, porque eu vejo em Itália.” IT7

Para estes refugiados, a “utopia europeia” começa a desconstruir-se rapidamente após a travessia do Mediterrâneo. Porém, apesar de constatarem que as condições de vida divergem das do destino imaginado, esta tomada de consciência não

é necessariamente acompanhada pela família que permaneceu no contexto de origem:

“Sabes, na Etiópia, todas as pessoas pensam que nós estamos a viver uma vida boa... Por exemplo, se eu for à Etiópia, a minha mãe está na Etiópia, e não sei... A minha mãe esperava demasiadas coisas de... sabes, viver na Europa, tens tudo, tens um carro... (*risos*) Mas nós não temos tudo. (...) Todas as pessoas, os meus amigos se quiserem voltar lá, que lhes sobra algum dinheiro... Sem dinheiro nem sequer se pode olhar para a família, porque a família pensa... Pensa diferente, têm dinheiro. Não é o que nós pensamos. A minha família sabe, eu ligo-lhes e digo “é muito difícil, a vida é difícil”... Não, eles dizem “Graças a Deus”, porque eles não acreditam nisto.”

IT7

Apesar da memória de histórias sobre a migração contadas nas famílias de vários dos refugiados entrevistados, algumas das quais incluindo capítulos sobre trabalho desqualificado e dificuldades na vida quotidiana, não são estas as histórias que prevalecem no imaginário das famílias “investidoras” destes refugiados. Não obstante o traço geral de movimentos forçados que nos induz à construção desta categoria de mobilidade, os percursos destes refugiados foram, em vários casos, preparados com algum tempo (até 2/3 anos) – exceção feita aos que fugiram de prisões ou hospitais, que saíram sem margem temporal nem rede de apoio (Vieira, 2018). Apesar da preparação silenciosa da maioria, que vê com perigo a possibilidade de envolver família e amigos antes da viagem, uma das dimensões centrais a prever é a componente financeira. Ainda que o custo total seja sempre imprevisível, há um investimento que vai sendo solicitado ao longo do percurso que, segundo os entrevistados, regra geral é garantido pela família, considerando que na sua generalidade estes percursos são feitos por jovens adultos imediatamente após a frequência do ensino secundário (sobretudo no caso dos eritreus, sendo este o momento em que iniciam o serviço militar obrigatório), quando a maioria ainda não trabalha e não é autónoma ao nível financeiro. Estes custos vão-se multiplicando durante a viagem, sendo muitas vezes necessário pedir ajuda a outros familiares já estabelecidos após os seus próprios percursos de mobilidade:

“Estive na Líbia um ano, mandou dinheiro o meu irmão de Inglaterra. A minha família também ajudou para comer na Líbia... Quando estive na Líbia sem trabalho

[fui] ajudado pelos meus pais, tudo, dinheiro... Para comer, para dormir... é, sempre [ajuda] de família.” IT6

Em família, considerando a situação política e a falta de perspectivas económicas nos países de origem, investe-se num destino europeu que não corresponde à classe (média) baixa percepcionada na vida quotidiana dos refugiados. Em muitos casos (excepção feita quando, por perseguição política ou étnica, os familiares foram presos ou assassinados) estabelece-se uma espécie de teia relacional entre familiares em mobilidade e familiares que permanecem nos contextos de origem. Esta teia, em parte, assemelha-se ao enquadramento diaspórico de várias comunidades imigrantes, no qual a família providencia um investimento inicial para a saída do migrante, e o migrante mais tarde ajuda a família, desde o seu novo contexto de residência, com o envio de remessas. Porém, esta teia específica que é construída com a mobilidade de refugiados difere de outras redes diaspóricas pela componente de risco acumulado nas famílias de origem:

“Na Eritreia a família tem problemas porque eu saí.” IT15

“Para os meus pais, sempre pensar medo do governo. (...) Estão sempre a perguntar-te “Onde está o teu filho? Porque é que saiu assim?”” IT6

A proibição de saída regular dos países de origem tem um significado importante tanto para o percurso indocumentado dos refugiados como para as condições de vida consequentes das suas famílias de origem. As represálias referenciadas dizem respeito, sobretudo, ao aprisionamento ou perseguição dos familiares até que o destino dos refugiados seja revelado. Em alguns casos, a perseguição permanece até que esta deslocação se reverta em remessas para organizações políticas do contexto de origem. Estas situações tornam-se particularmente críticas no caso de famílias mais isoladas, por exemplo famílias residentes em meio rural.

Este acaba por ser um factor de motivação para que alguns dos refugiados entrevistados queiram ajudar (financeiramente e com contactos) outros familiares (sobretudo irmãos) a encetar percursos semelhantes aos seus, não obstante as más memórias acumuladas sobre eles. Porém, sempre que possível, os refugiados

procuram mecanismos tais como o reagrupamento familiar para garantir percursos mais seguros aos seus familiares (sobretudo quando tentam trazer para Itália familiares mais velhos).

Apesar de, na medida do possível, quase todos os entrevistados apoiarem as suas famílias no contexto de origem, e apesar da falta que muitos revelam sentir do enquadramento familiar, tradicional e de classe social nos locais de proveniência, é possível observar alguma renitência no que diz respeito às perspectivas de retorno. Seis dos refugiados entrevistados não tencionam regressar aos países de origem. Os restantes ponderam eventualmente fazê-lo, caso venha a ser possível legalmente, após autorização de residência permanente e estabilização da situação de vida em Itália, e desde que haja paz e mudança governamental nos países de origem. Dos que ponderam o retorno salienta-se a preocupação de que o regresso implica a melhoria da situação económica dos que migraram, sobretudo pela necessidade sentida de o demonstrar à família.

Os migrantes etíopes e eritreus entrevistados também salientaram questões interessantes sobre a relação mobilidade – imobilidade, nomeadamente a respeito dos tipos de ajuda que receberam e que prestaram posteriormente para a mobilidade de outros conterrâneos.

Foi destacado, por um lado, o apoio oficial, sobretudo através da embaixada e do governo italianos, no caso de eritreus e etíopes com ascendência italiana (que foram para Itália para o serviço militar ou como retornados em tempo de guerra na Eritreia e na Etiópia). Para os que foram estudar em Itália, o apoio das universidades também foi salientado.

Por outro lado, e de forma mais generalizada, foi referenciado o apoio familiar. Muitos dos entrevistados consideraram o apoio de irmãos, sobretudo os que já tinham viajado mais cedo para Itália (entre as décadas de 60 e 80), que apoiaram na organização da viagem e, particularmente, na legalização das suas situações. Alguns dos entrevistados também ajudaram, nos mesmos moldes, os seus irmãos que vieram posteriormente para a Europa. Também se referiu o apoio das famílias nos países de

origem e dos irmãos migrantes noutros países no sentido de ajudarem a pagar a viagem até Itália.

Depois de estabelecidos em Itália, os migrantes entrevistados referiram apoiar economicamente quem permaneceu nos contextos de origem. Este apoio, em forma de remessas, tinha como finalidade ajudar as suas famílias.

No caso dos eritreus, o colector em Bolonha das contribuições mensais de 2% dos rendimentos dos eritreus em diáspora salientou a importância deste apoio para os objectivos de desenvolvimento do seu país. Outros entrevistados referiram que, caso essa contribuição de algum elemento da diáspora não seja paga, o próprio e a sua família na Eritreia podem sofrer ameaças e represálias⁸⁵.

Um outro nível de apoio dizia respeito à integração de novos migrantes e refugiados através do associativismo, ou de outras formas de mobilização da sociedade civil (sem envolvimento governamental), no contexto de chegada.

Refira-se, por fim, a ajuda à saída de outras pessoas (não familiares) dos contextos de origem, sobretudo no caso da Eritreia. A este respeito, e cruzando com questões de risco e meios de mobilidade, importa observar como algumas narrativas se cruzam com as questões previamente referenciadas na maioria dos percursos dos refugiados. Destaca-se, em particular, a narrativa de um migrante eritreu que foi passador na Eritreia durante a guerra com a Etiópia, vivendo ainda hoje em situação privilegiada quando comparado aos seus conterrâneos residentes em Bolonha:

“Eu fiz fugir muita gente durante a guerra. Eu, como sou mecânico... A Etiópia mandava na Eritreia. Então eu fazia fugir, primeiro foram sete pessoas, de um lado. De outro lado foram cinco pessoas. Levei-as em direcção a Keren. Os outros, fiz com que fugissem por Massawa. Dois foram para a guerra com a Etiópia. Então, eu, que sou preguiçoso, voltei ao país, tive um bocado de sorte (...) fugi para a capital. Como fugi para a capital, encontrei-os todos, aqueles que tinham fugido por Keren e

⁸⁵ Esta situação foi amplamente divulgada e levou a que o governo holandês realizasse um estudo sobre esta contribuição obrigatória dos eritreus na Europa (DSP, 2017). Os resultados deste estudo indicam que a forma de recolher esta taxa em vários países europeus desafia os limites da legalidade, havendo recurso a intimidação e coerção, funcionando como um mecanismo de controlo através do qual se esbatem as diferenças entre o partido no governo e as embaixadas/representações diplomáticas, para além dos fundos resultantes não terem aplicação comprovada na Eritreia.

Massawa. E diziam “Ah, conheces-me? Meu amigo?”, eh, conheciam-me todos! Então, assim que chegam, um entra sem uma perna, um amigo. Outro entra que vê mal, não pode conduzir. Eu, com o carro levei-os... Eu, em Asmara, vivo bem. Não tenho problemas. Graças a Deus, aqui também.

Fui (...) [aos militares]. “Queríamos matar-te!” – Eu fui com aquele [amigo] cego (...). Sabes o que comprei? (...) Um relógio. Dei-o [a um militar] e ele ficou contente. Ao general, comprei-lhe uma camisa. Estivemos juntos, bebemos... Sabes o que me fez? Falámos de tudo, e depois... (...) Fomos para casa de ambulância! (*risos*) (...) Ele chamou a ambulância “para o meu amigo, que está mal”, mas... (*risos*) Ele disse-te assim, e quando ele diz, é assim. No dia seguinte cheguei a casa com dois militares, ao meio dia, bela memória. Eu tinha medo, obviamente. Levou-me para a rua. Fomos a um [outro] amigo meu, fomos comer fora, tornámo-nos amigos... “Olha que nós queríamos matar-te, mas tiveste sorte!” IT29

Esta situação alerta-nos, por um lado, para diferentes posições na teia de relações que pode estar implicada em percursos de mobilidade irregulares envolvendo migrantes, passadores e autoridades. No caso dos passadores, é de referir que o seu perfil laboral é significativo: no caso de IT29, sendo mecânico automóvel não só pôde manter o seu trabalho em contexto de guerra, como dispunha de várias viaturas automóveis e da autorização para viajar entre cidades e (antes da independência) da Eritreia para a Etiópia. Noutros casos mais recentes, nomeadamente no percurso intra-africano para a travessia do deserto do Saara, é identificada a reconversão de perfis profissionais que implicassem o conhecimento do território e das possibilidades de nele se mover (por exemplo, no rescaldo das insurreições regionais que inviabilizaram a actividade turística, a reconversão de antigos guias turísticos em passadores – Kingsley, 2016: 36).

Por outro lado, podemos a partir deste caso perceber, nas décadas de 1980/1990, a existência de situações semelhantes aos modos de saída dos países de origem dos actuais refugiados, apesar de a visibilidade pública deste fenómeno ser mais recente e das evoluções temporais no seu enquadramento legal na Europa (ver 1.4). As situações de deserção e saída em contexto de emigração proibida podem ter resultado em migrações internas (tal como é sugerido no relato de IT29, que reencontra alguns desses migrantes) e internacionais (em países próximos ou mais

afastados, consoante as possibilidades encontradas na prossecução dos percursos). Porém, tal não foi o caso desta amostra: apesar de alguns episódios relatados no sentido das dificuldades sentidas na viagem e na reinstalação à chegada a Itália, os migrantes entrevistados referiram ter efectuado percursos directos entre Eritreia/Etiópia e Itália, sem a duração dos percursos dos refugiados entrevistados, e em meios de mobilidade com mais condições de segurança.

Consideremos, por fim, a ideia de retorno à Etiópia e à Eritreia, que suscitou reacções bastante diferentes entre os entrevistados. Se, no caso da maioria dos migrantes consideráveis num subgrupo de elite, foi manifestada a vontade de regressar, em alguns casos definitivamente e noutros como reporte de regressos frequentes ou com a finalidade de viajar, no caso da maioria dos refugiados foi manifestada a recusa absoluta de voltar à Eritreia e à Etiópia. Num ponto intermédio, alguns entrevistados referiram ter vontade de voltar, mas sem concretizar essa vontade por diversos motivos – dada a situação actual da Eritreia, por não terem dinheiro (e ser essa a expectativa das famílias) e pelas diferenças entre o tempo de partida e o contexto actual, contexto em que poderiam encontrar-se novamente na situação de estrangeiros:

"Queria voltar, mas não é fácil. É como migrar outra vez. [Mudou tudo a nível] político, social... Já não é a Etiópia que eu conheci." IT3

"Pensamos sempre em voltar, mais tarde ou mais cedo, e esta é a única coisa que nos dá mais... Percebes? Estar perto de quem pensa como eu. A vida aqui tornou-se muito mais difícil por diversos motivos, seja pelo trabalho, seja por outras coisas. Mas se eu voltar para o meu país agora, que sou adulto, sou visto como um estrangeiro, porque não sei bem como é a vida ali, porque não cresci lá, cresci aqui!" Dereje Haile, documentário *Bello essere Habesha* (Anexo E), minuto 20

No caso dos migrantes cabo-verdianos as referências que nos permitem reflectir sobre a relação mobilidade – imobilidade são mais coesas e revelam uma relação menos disruptiva entre os contextos de origem e de chegada.

Uma primeira referência diz respeito ao facto de a quase totalidade dos entrevistados já ter familiares e amigos em Portugal antes de se mudarem para este país, não obstante as gerações/as fases de mobilidade em que se inserem e a sua situação socioeconómica nos contextos de origem e de destino.

A excepção a esta regra encontra-se em casos de migração para continuar os percursos de estudo, sobretudo num passado mais recente. Nestes casos, salienta-se o apoio de agentes educativos em Cabo Verde e em Portugal.

A maioria dos cabo-verdianos entrevistados referiu o apoio dos seus familiares e conhecidos, em Cabo Verde e em Portugal, para organizar as viagens e apoiar a integração no novo contexto de residência. Muitos tinham familiares e conhecidos especificamente na zona de Lisboa. Os que migraram já em idade adulta e em situação socioeconómica mais favorável organizaram eles próprios a sua viagem. No geral, as viagens foram preparadas com tempo de antecipação e não em situação de urgência – à excepção de necessidades de apoio familiar em Portugal por motivos de saúde.

Os entrevistados também referiram, uma vez estabelecidos em Portugal, terem ajudado outras pessoas a viajar de Cabo Verde e integrar-se em Portugal (Lisboa e outras localidades em que foram residindo). PT21 referiu que esta interajuda pode ser considerada como parte de uma "cultura de ajudar quem precisa". Esta ajuda assumiu diferentes contornos: do apoio aos procedimentos mais administrativos ao acompanhamento de novos estudantes, do planeamento da viagem ao acolhimento local, da obtenção de vistos à partilha de residência.

Os entrevistados referenciaram, na sua maioria, a intenção de regressar a Cabo Verde. Assinalam-se duas excepções: num caso, por gostar de estar em Portugal; noutro, porque os seus filhos residem na Europa e prefere continuar mais próximo, para além de confiar mais no sistema de saúde português.

Para os entrevistados que planeiam regressar a Cabo Verde, o retorno é planeado tanto em idade activa (considerando que podem existir oportunidades de emprego em áreas em que os migrantes se formaram e especializaram em Portugal)

como em projecto de reforma (através da recuperação de casas de família, com o plano de ali passar uma parte do ano).

Destaca-se a percepção repetida de saídas e regressos, numa “cultura cabo-verdiana” de viajar sem perder a raiz:

“O cabo-verdiano tem um sonho: é viajar. Porque é um país insular, estamos virados para o estrangeiro. Apesar de agora... a coisa está mal aqui [em Portugal], está toda a gente a voltar.” PT19

Tal não significa que Portugal não seja considerado como um país ao qual pertencem ou no qual se integram; porém, e sobretudo nos casos em que há mais elementos da família a residir em Cabo Verde, onde têm propriedades familiares, essa fonte de naturalidade é considerada o lugar ao qual regressar assim que seja possível, quer as condições mudem quer não mudem.

Não obstante, esta ligação próxima entre Cabo Verde e Portugal e a vontade de regresso não implica que as vivências dos migrantes no contexto português sejam necessariamente as mesmas que são projectadas na imaginação dos destinos europeus/ocidentais. Nas palavras de jovens imigrantes em Portugal:

“[Nas histórias sobre a emigração] era tudo um mar de rosas! Eu até pensei que não havia moscas, vê lá! *[risos]* Sim, tinha essa ideia de que aqui não havia pobres, não havia pessoas com dificuldades económicas. (...) Porque há aquela coisa, quando se vê uma emigrante, ela está toda bem vestida, está toda bem... a imagem que passa, leva presentes quando chega lá... Mas agora que eu estou aqui é que sinto que é uma ilusão, as pessoas estão aqui, trabalham e juntam dinheiro para quando chegar a hora de voltar, para quando chegar a hora de ir de férias. Mas, no fundo, o que mostram lá... não é o que vivem cá.” PT17

“Os meus avós, a família do lado da minha mãe estava nos EUA, do meu pai estava na Holanda. E depois para nós... A migração para nós era tipo um postal: era tudo bonito, era tudo verde – quando Cabo Verde é um país seco, não tinha água, e quando a gente via o contraste verde, com o rio, com a água... Quer dizer, isto era um paraíso. Portanto, o que se passa mesmo na nossa imaginação, digamos, é a imigração-postal. (...) Um mundo imaginário.” PT10

A projecção de Portugal e de Itália como contextos europeus “de destino” (que temos designado como contextos de chegada, já que em muitos casos outros destinos não são possíveis) pode então denotar uma idealização – quase utopia – de quem está nos contextos de origem, que muitas vezes contrasta com as vivências de migrantes e refugiados nas suas viagens e nos novos contextos de residência.

Capítulo 11. Do Mediterrâneo à Europa, situação dos refugiados do séc. XXI

A situação dos refugiados pode ser reflectida enquanto tipologia diferenciada de trajectória face aos restantes grupos em mobilidade. Nesta experiência social de mobilidade salientam-se dimensões de desigualdade agravadas por percursos particularmente morosos, perigosos, nos quais os direitos mais básicos são fortemente ameaçados, e em que mesmo nas situações de sucesso (resposta positiva aos pedidos de protecção internacional) a consequente situação de cidadania não é equivalente à da maioria da restante população.

Este capítulo tem o intuito de contribuir para a compreensão do problema social dos refugiados⁸⁶ na Europa, que se assumiu como um dos problemas centrais no dealbar do século XXI. Neste capítulo apresentamos uma narrativa de mobilidade de um refugiado etíope-eritreu, procedemos com uma reflexão sobre a situação actual dos refugiados face aos impactos do regime de Dublin e finalizamos com os resultados de uma análise à imprensa italiana (publicada originalmente em Vieira, 2016) sobre a evolução do problema dos refugiados no Mediterrâneo.

Uma das hipóteses condutoras deste capítulo é de que a visualização de refugiados no Mediterrâneo (através de fotografias e vídeos amplamente disseminados, reportando cenas chocantes dos percursos dos refugiados rumo à Europa, bem como de narrativas verbais e visuais reportadas na amostra mediática, que associam este problema a entidades políticas tais como a UE e a ONU) teve um importante efeito na construção deste problema social. O fluxo de refugiados que procuravam alcançar a Europa através do Mediterrâneo já existia antes de 2013-2015; é possível verificá-lo em diferentes publicações, em entrevistas biográficas e reportagens mediáticas realizadas com refugiados e requerentes de asilo, e como foco

⁸⁶ A expressão “problema social” é preferida a “crise de refugiados”, considerando que a segunda poderia contribuir para contextualizar em demasia o fenómeno e responder-lhe numa lógica urgente de excepção, tomando os refugiados como foco do problema, em detrimento de explorar questões políticas pertinentes para a compreensão deste problema e cuja intervenção permitiria uma integração mais efectiva dos refugiados nos países europeus.

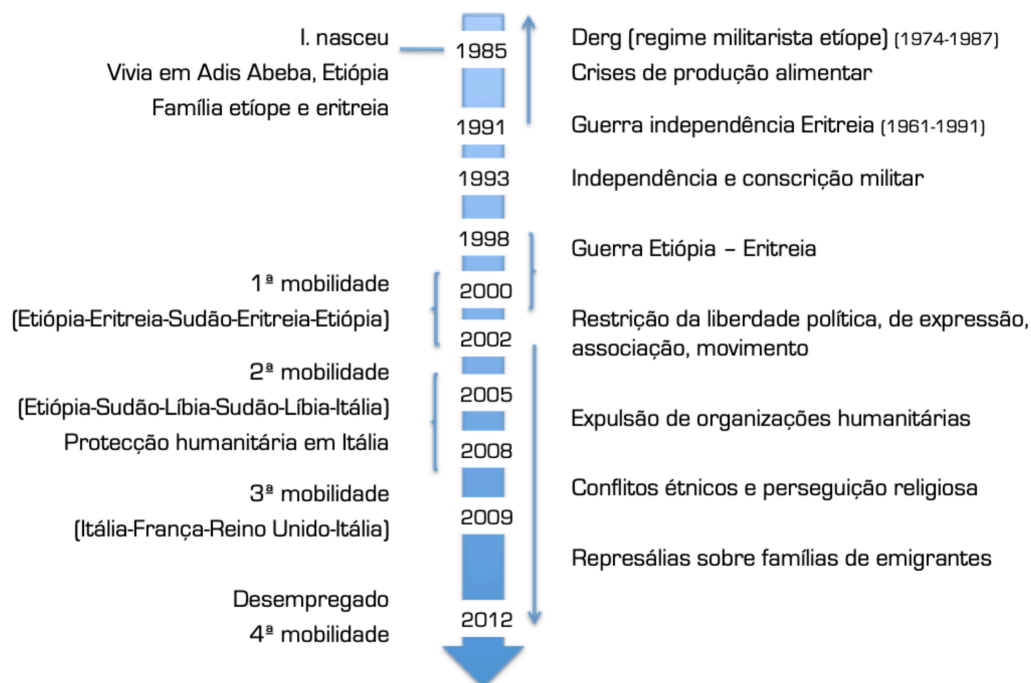
de debates e manifestações promovidos por movimentos sociais (relacionados com a promoção da diversidade social/cultural e com a reflexão pós-colonial sobre questões tais como o racismo e a ilegalização do ser humano). Porém, este tópico não era percebido como um problema para a maioria da opinião pública, nem era assumido como prioridade para a agenda política internacional. A situação mudou nos últimos anos – para a Europa, incluindo Portugal, sobretudo a partir de 2015, e para Itália alguns anos mais cedo, mas de modo mais pronunciado desde 2013.

Os refugiados que foram entrevistados no âmbito desta tese efectuaram os seus percursos de mobilidade em fase anterior a este agravamento do número de travessias e mortes no Mediterrâneo e de aumento do número de requerentes de asilo na Europa. Porém, as suas narrativas de mobilidade denotam várias experiências e condicionantes que já se verificavam nos percursos de refugiados antes de 2013 e que nos poderão ajudar a compreender melhor as suas situações de vida. A história de I. é um desses casos.

11.1 Narrativa de um refugiado: um caso exemplar

I. tinha 27 anos à data das entrevistas, nasceu durante o regime Derg (Figura 12). Tal como a maioria dos conterrâneos entrevistados, I. tem familiares etíopes e eritreus. A sua infância foi contemporânea à época final da luta independentista eritreia (1961-1991), anteriormente federada à Etiópia. I. era ainda criança quando, em Abril de 1993, se realizou o referendo sobre a independência da Eritreia, sob observação de uma missão das Nações Unidas (UNOVER). Segundo a African Elections Database (AED, 2011) 98.5% dos eritreus votaram no referendo, 99.83% dos quais apoiaram a independência. Em 1997, com a adopção da nova constituição, foi formada a Assembleia Nacional Transitória (composta por elementos do comité central do partido revolucionário, da assembleia constituinte e representantes dos eritreus em diáspora), corpo legislativo que se previa vigente até à realização de eleições para a Assembleia Nacional; tais eleições, marcadas para Dezembro de 2001, foram adiadas indefinidamente (AED, 2011).

Figura 12: Percurso de mobilidade de I. e seu enquadramento na história da Etiópia e da Eritreia



Numa história que é recontada por vários dos entrevistados, o facto de I. ter família etíope e eritreia criou-lhe vários problemas após a independência da Eritreia, relacionados a atribuição de nacionalidade eritreia (e deveres daí decorrentes) a pessoas de identidade etíope:

“A minha mãe é eritreia, meia eritreia. Por isso é que consegui ser refugiado cá. Mas eu não sou eritreu, sou etíope. O meu coração diz “tu és etíope”, e o meu cérebro também. Eu aprendi a língua etíope, vivi na Etiópia, conheço bem o país, não a Eritreia.”

Apesar das dificuldades de validação dos poucos censos realizados na Eritreia (com particular destaque, *Eritrea Demographics and Health Survey – EDHS 1995 e 2002*, seguido do *Eritrea Population and Health Survey – EPHS 2010*, National Statistics Office), a contagem da população é já bastante antiga no território, tanto pelo poder oficial como pelas diferentes forças de guerrilha, com o objectivo de encaminhar a população para as frentes de combate (Getahun, 2007). Após a independência da Eritreia, e particularmente na sequência da guerra entre a Eritreia e a Etiópia (1998-

2000), segundo I., a contagem da população implicou a definição de quem era eritreu e de quem era etíope, sendo criada uma categoria ambígua de novos eritreus, por laços de sangue (descendentes de pessoas nascidas em território eritreu), não obstante percursos de vida e identidade etíope. Foi neste contexto que I. se deslocou com a família à Eritreia entre 2000 e 2002, ainda menor de idade, e a partir de 2002 permaneceu na Etiópia, evitando ser mobilizado para o exército eritreu quando completasse 18 anos.

As condições em que se pratica a conscrição militar na Eritreia são consideradas um dos problemas estruturais deste país, de denúncia recorrente nos relatórios anuais do Human Rights Watch (ver, por exemplo, HRW, 2016). Considerando esta entre outras denúncias, o Conselho para os Direitos Humanos da ONU instituiu uma Comissão de Inquérito para os Direitos Humanos na Eritreia. Esta Comissão considerou a Eritreia um Estado autoritário, sem poder judicial independente, assembleia nacional ou outras instituições democráticas, o que gerou um clima de impunidade para vários crimes contra a humanidade praticados nos últimos 25 anos. A Comissão considerou criminosa a prática militar não pelo teor construtivo em si, mas sim por se tratar de uma prática de duração indefinida, geralmente excedendo os 18 meses decretados, muitas vezes por mais de uma década; pela mobilização dos conscritos (ao serviço militar e ao serviço nacional) para trabalhos forçados em diferentes actividades económicas, públicas e privadas; e pelas condições desumanas em que os militares são tratados nos campos de treino, com denúncias repetidas de tortura e outras formas de violação dos direitos humanos (COIE, 2016).

A Etiópia também é observada por problemas de falta de liberdade política, de expressão e associação, com denúncias de tortura, detenção arbitrária e deslocação forçada devido a projectos de desenvolvimento (HRW, 2016), mas num perfil diferente das condições mais extremas da Eritreia. Tome-se em consideração que a Etiópia tem desempenhado papéis importantes, que contribuem para que se situe este país com uma certa capitalidade no continente africano. I. destaca a vitória etíope ao conseguir que a subjugação do seu território ao projecto colonial europeu fosse a menos extensa (de 1936 a 1941, sob custo da plena ocupação do território eritreu a partir de 1882),

facto de que I. se orgulha e associa à vitória simbólica das cores da bandeira etíope e a sua adaptação para a maioria das bandeiras africanas pós-independência. Actualmente a Etiópia continua a ocupar uma posição de destaque na política internacional: é a sede da União Africana (já em 1963 Adis Abeba tinha sido a cidade em que os então 32 Estados independentes do continente tinham acordado estabelecer a Organização da União Africana⁸⁷), afirma o seu papel regional estratégico em programas da ONU para a paz, a segurança e a ajuda internacional, acolhe centenas de milhares de refugiados do Sudão do Sul, da Somália e da Eritreia e constitui um exemplo africano no que toca ao progresso em indicadores de desenvolvimento (HRW, 2016). No que diz respeito ao campo das negociações internacionais para o ambiente e as alterações climáticas, de 2016 a 2018 foi a Etiópia a presidir ao Vulnerable 20 (V20) Group of Finance Ministers⁸⁸.

Tendo saído do país em idade jovem, é importante considerar que parte das decisões que ditaram o percurso de mobilidade de I. foram influenciadas pela memória da sua família no que toca ao seu próprio enquadramento político. Os pais de I. nasceram nas décadas de 1940/1950, tendo por isso assistido à guerra de libertação da Eritreia (regime Derg, 1961-1991) e mais tarde entre estes dois países independentes (1998-2000), à guerra civil na Etiópia (1974-1991), à guerra entre a Etiópia e a Somália (1977-1978; 1982), a vários conflitos internos na Etiópia (a partir da independência eritreia) e a conflitos da Eritreia com o Sudão (recorrentes, com acusação de apoio eritreu às forças rebeldes nos países vizinhos), com o Líbano (1995, pela soberania sobre as ilhas Hanish), mais tarde com o Djibouti (2008) e a tensão permanente na fronteira da Eritreia com a Etiópia. Esta pressão permanente com mobilização para o combate, no país de nascimento da mãe tal como no país em que a família se estabeleceu, levou a que, dos oito filhos que os pais de I. tiveram, apenas

⁸⁷ Página da União Africana: <http://www.au.int/en/> (04/12/2016).

⁸⁸ O Vulnerable 20 (V20) Group of Finance Ministers, do Climate Vulnerable Forum (CVF), foi constituído em 2015 no rescaldo do Acordo de Paris e conta actualmente com mais de 40 países membros. Procura celebrar o compromisso do limite do aumento da temperatura em 1.5°C através de soluções de financiamento à adaptação e mitigação climática dos países mais vulneráveis. Página do V20: <http://www.v-20.org> (27/12/2016).

três filhos tenham sido declarados ao Estado etíope, na estratégia possível de evitar que os restantes fossem chamados para o serviço militar.

I. nasceu em 1985, ano de uma crise de produção alimentar que ficou gravada na memória internacional (destacando-se a realização do megaevento musical *Live Aid*) – memória que o exaspera a cada vez que escuta algum europeu identificar a Etiópia como o país da fome:

“Uma vez, cá [em Itália], um gajo italiano estava a falar inglês muito bem, e disse-me “De onde és?”, “Sou da Etiópia”, “Oh!!! Aquele país da fome!” Mesmo assim, e o meu cérebro parou, sabes? Daquela vez fiquei chateado, mesmo muito chateado.”

Esta imagem não corresponde absolutamente à ideia que I. retém e quer ver transmitida sobre o seu país de origem. Viveu toda a infância na capital etíope, onde não tem memória da fome – apesar desta memória ser mencionada em relatos da família sobre o tempo anterior à migração para a capital (geração dos pais de I.).

I. cresceu na Etiópia, em Adis Abeba – foi aí que estudou até completar o ensino secundário, era estudante até sair do país. Recorda Adis Abeba como uma cidade em crescimento urbano exponencial, com problemas de desenvolvimento daí decorrentes: problemas de habitação, fornecimento de energia e falta de estruturas de saneamento.

O seu pai, que em 2012 teria 70-75 anos, trabalhava num banco, e a sua mãe, de 60-65 anos⁸⁹, numa transportadora. O enquadramento familiar de I. esteve na base da sua necessidade de fuga. Na sequência da guerra entre a Etiópia e a Eritreia, a mãe de I. (eritreia) foi chamada para regressar ao seu país de nascença, mas procurou sempre regressar à Etiópia; e por problemas políticos consequentes o pai de I. (etíope) foi preso, estando desde essa altura desaparecido:

“O meu problema é política. Sabes porquê? A minha mãe é eritreia, o meu pai é da Etiópia, sim, e por este motivo fez-se um grande problema. A minha família tem a vida estragada. Porque a Etiópia e a Eritreia entraram em guerra (...) e com esta

⁸⁹ As idades reportadas neste texto tomam como referência o ano 2012; a incerteza sobre a idade dos pais do entrevistado deve-se, possivelmente, à não correspondência entre o calendário gregoriano e o etíope – em Setembro de 2012 do calendário gregoriano celebrou-se a entrada no ano etíope de 2005.

guerra a minha família... A minha mãe foi mandada para a Eritreia e depois o meu pai para a prisão. E depois eu... A minha vida é... (...) Eu quero procurar a minha mãe, a minha família... Fui para o Sudão, mas depois regresso a Adis Abeba (...) Para o governo da Eritreia eu era um “problema de segurança”, por isso eu... (...) fui embora.”

A família de I. era bastante tradicional e religiosa. A mãe ensinou-lhe o calendário de jejuns segundo a igreja cristã ortodoxa Tewahedo etíope. Referiu que os pais punem as crianças que não respeitam o jejum. Em Itália, I. já só faz 3 dos 13 períodos previstos no seu calendário de jejuns; em conversa de grupo referiu-se que é difícil compatibilizar a tradição de jejum com o tipo e os horários de trabalho. Pelas contas de I., tradicionalmente há cerca de 220 dias por ano de jejum (no ano etíope de 2004 o maior período de jejum foi a Páscoa, 55 dias, havendo outros períodos de 31, 30, 16 e 3 dias). O jejum implica não consumir qualquer produto "de sangue" (animais e derivados), não consumir bebidas alcoólicas e respeitar os horários de abstinência total de comida e bebida (em geral, durante a noite).

No seio da família assistiu a diversos eventos marcantes, destacando-se a morte do seu irmão mais velho. Por um lado, pelo funeral tradicional: conforme partilhado numa conversa em grupo, segundo a tradição etíope o funeral é uma celebração com movimentos relativamente encenados, as mulheres batem no peito e ululam, todos se vestem de preto, levam os braços ao céu e ao chão e seguem o caixão; no fim, partilham uma refeição com os familiares e amigos presentes. Por outro lado, para I. foi muito marcante a reacção da mãe: 10/11 anos depois ainda se veste de preto, contrariando a tradição de luto durante um ano.

Segundo a tradição familiar, os irmãos mais velhos devem preocupar-se com os mais novos, o que por um lado se tornou um problema quando o irmão mais velho morreu, mas que por outro lado não significa centralizar a responsabilidade em I., por ser o benjamim da família. No entanto, preocupa-se com a geração que o sucede: tem já dez sobrinhos, dois do irmão que morreu e oito da irmã mais velha (sendo o sobrinho mais velho da mesma idade de I., cresceram juntos). Alguns dos seus sobrinhos já estão na faculdade.

Dos sete irmãos, dois saíram do país – I. e uma das suas irmãs, que fugiu para o Dubai, onde trabalha como cabeleireira. Os restantes estão na Etiópia, numa pequena cidade a sul da capital que, para quem é de Adis Abeba, é quase como se fosse do mundo rural.

I. sente que ainda não fez nada pelos pais, que diz terem feito muito por todos eles; não consegue sequer telefonar à mãe. Esporadicamente pergunta aos irmãos e sobrinhos se está tudo bem, contactam-se via *facebook*. Para saber mais quer ir visitar a mãe; mas não o pode fazer de mãos vazias, precisa de dinheiro.

Sente falta da comida etíope, ainda que em Itália a preparem, mas para I. não é a mesma coisa; faltam os preparados de *basô* (farinha de trigo tostado), de *shiro* (farinha de leguminosas com malaguetas), de galinha, falta a cerveja etíope e a celebração religiosa mais tradicional, mais fiel ao ritmo *zema*.

O percurso de I. não foi directo nem linear, sendo marcado por diferentes fases de mobilidade. A saída do contexto de origem foi considerada necessária, mas o destino italiano não foi intencional:

“Eu não escolhi Itália. É óbvio que eu não escolhi Itália. (...) Eu queria viver neste mundo, no primeiro mundo, por isso a minha questão era: eu não quero país nenhum, quero terra segura. Para me proteger. Depois disso, sabes, vim para Itália... mas no meu cérebro eu não penso em viver cá. Nem sonho em viver na Europa.”

Como se referiu anteriormente, a primeira mobilidade de I. consistiu em viagens entre a Etiópia e a Eritreia, com passagem pelo Sudão e regresso à terra natal. Nestas viagens, entre 2000 e 2002, I. ainda era menor de idade. Deste percurso, o que mais salienta é a oportunidade que constituiu para viajar e conhecer melhor a história e a diversidade do seu país. Viagens como estas permitiram-lhe conhecer centros históricos e religiosos, meios rurais e outras etnias, numa multiplicidade de referências que o fascinam e que são, para si, o verdadeiro reflexo da Etiópia.

Das imagens que I. recolheu sobre a Etiópia destacam-se a importância que confere à história do seu país, à religião, à diversidade humana, das cidades, dos tipos de construção e do trabalho tradicional – sendo que as oportunidades de mobilidade

na adolescência foram importantes para reforçar esta consciência. Destacou três cidades, de visita marcante nessa fase, e particularmente importantes para o conjunto do património mundial: Gondar e o seu complexo de Fasiladas; Lalibela e as suas igrejas escavadas na rocha; Axum, antiga capital do império Axumita, para I. particularmente importante pela recente recuperação do obelisco/estela confiscado por Itália (reiterando o carácter limitado do projecto colonial italiano na Etiópia) e pela referência religiosa e cultural à tradição *rastafari*.

Podemos observar que o primeiro percurso reflecte um tipo de viagem de exploração dos contextos de origem – da mãe por necessidade, do próprio país com interesse histórico e patriótico. Já o segundo percurso foi o que levou I. a sair da Etiópia, atravessar o Sudão até à Líbia, daí ser recolocado no Sudão e repetir caminho, até conseguir atravessar o Mediterrâneo e instalar-se em Itália. I. iniciou este percurso com 20 anos, em 2005, e concluiu-o três anos depois.

As histórias desta travessia são fortes, e I. tem a percepção de que o problema tenderá a acentuar-se, pelo que gostaria de realizar um filme/documentário sobre a experiência do contexto de viagem de quem atravessa o Sudão, a Líbia e o Mediterrâneo:

“Daqui a dez anos, a minha história vai ser a história de toda a gente. (...) Quero dá-la a conhecer a todo o mundo.”

Nesta história, I. refere que cada um vive o seu pesadelo: para ele foi mais difícil o deserto, para muitos outros a memória mais marcante é a do mar. O deserto e o mar funcionam como que súmulas das condições de vida de um indocumentado no percurso do Leste de África até à costa sul do Mar Mediterrâneo. Trata-se de capítulos de vida que reforçam um sentido de partilha entre os que se encontram na viagem, que muitas vezes se acompanham durante grande parte do longo percurso (no caso de I., durante três anos):

“Eu vim com pessoas desde o Sudão. Porque eles eram como eu, com problemas [semelhantes]. E viemos juntos, atravessámos o deserto... e o mar. Estivemos juntos durante três anos.”

Foi no Sudão que I. conheceu a sua companheira, também ela refugiada; partilharam mais de dois anos em viagem e cinco anos em Itália. Uma parte substancial dos etíopes e eritreus que frequentavam a loja bolonhesa (ver 12.2) conheceram-se na viagem, ora no Sudão ora na Líbia, raramente nos países de origem. Quem planeia uma saída em grupo num contexto de emigração proibida corre mais risco de fuga de informação, o que dificultaria ainda mais a mobilidade. Porém, como a viagem rumo à Europa é na maioria dos casos muito demorada e perigosa para ser feita isoladamente, sobretudo a partir do momento em que é ultrapassada a fronteira, as pessoas privilegiam circular acompanhadas.

O primeiro país a atravessar, saindo da Etiópia ou da Eritreia, é o Sudão. Para I. o Sudão foi um contexto difícil tanto na primeira como na segunda fases de mobilidade. A dificuldade relacionou-se inicialmente com a tensão política entre o Sudão e a Eritreia, dados os acordos de cooperação vigentes no sentido de controlar o número de pessoas em fuga da Eritreia:

“O Sudão tem alguns problemas políticos (...) com o governo eritreu, sabes, porque muita gente foge da Eritreia... A polícia eritreia vai procurar em Cartum, no Sudão, e os que são apanhados são levados de novo para a Eritreia... À força. Eu entrei num desses grupos eritreus, da polícia, e estive preso no Sudão durante sete dias, eu... Aquelas prisões más...”

Na sequência de ser incluído no grupo dos eritreus, I. foi reenviado para a fronteira do Sudão com a Eritreia e foi preso durante uma semana. Os retrocessos no caminho e a experiência da prisão fazem parte dos relatos de vários entrevistados. Neste contexto é preciso ir negociando com as autoridades locais (ou conseguir fugir dos hospitais, esquadras ou prisões) e com diversos condutores/passadores que dominem os territórios desconhecidos pelos refugiados.

Por outro lado, encontrar companheiros de viagem provenientes da mesma região de origem (neste caso identificáveis através do uso das línguas amárico e tigrínia, entre outros recursos que marcam a pertença *habesha*), para além da percepção de segurança decorrente do acompanhamento recíproco, permite partilhar um conjunto significativo de referências que facilitam a “adaptação sincrética” de algumas práticas. Aqui podemos mencionar, por exemplo, a questão religiosa, uma vez

que uma parte muito significativa dos refugiados etíopes e eritreus que procuram a Europa são cristãos ortodoxos, encontrando bloqueios significativos à sua prática religiosa (que é muito valorizada por I. e pela quase totalidade dos entrevistados) ao se cruzarem com algumas franjas extremas do islamismo:

“Há problemas, problemas religiosos, porque sou cristão... os líbios não querem pessoas cristãs... E isso é um grande problema. (...) Se eu quis passar na Líbia, uma vez mudei a minha religião, por causa de situações difíceis tive de mudar a minha religião. Não foi no meu coração... (...) Porque nessa altura, se eu dissesse “sou cristão”, se calhar tinha morrido. (...) Demasiados problemas na Líbia.”

O necessário sincretismo nos contextos de trânsito pode implicar a ocultação de marcadores religiosos, designadamente as populares cruces cristãs ortodoxas etíopes e eritreias. Estas chegam a ser consideradas a fonte mais importante de protecção física e espiritual, funcionando como um marcador importante da identidade individual e colectiva de praticantes desta religião; são utilizadas numa multiplicidade de situações, desde rituais religiosos até às interacções sociais quotidianas; e podem estar localizadas com legitimidade num templo religioso, numa habitação, ou inscritas na pele como tatuagem ou incisão (na testa, na mão, no braço, no peito) (Evangelatou, 2013). No caso de I. a supressão de adereços e a escolha de indumentária mais neutra foram suficientes, mas em muitos outros casos (inclusive de outros residentes em Bolonha) a inscrição de símbolos religiosos no corpo gerou problemas durante a viagem.

Um outro reflexo da vivência em contextos islâmicos⁹⁰, mais duradouro e de teor aparentemente não conflituoso, relaciona-se com opções de consumo alimentar e com a valorização de práticas culturais/religiosas islâmicas. Destaca-se o conhecimento do calendário de celebrações religiosas e dos alimentos Halal/considerados de consumo lícito por esta religião, para além da compreensão básica da língua árabe, reflexo geral de um período de vida nestes territórios. I. e a sua companheira eram clientes habituais de um talho Halal em Bolonha, próximo da loja

⁹⁰ Nota: Na Etiópia e na Eritreia há percentagens consideráveis de população que professa o islamismo; porém, dado o enquadramento de I. e da maioria dos entrevistados em famílias e círculos de proximidade cristãos ortodoxos Tewahedo, ponderamos que este conhecimento advenha do período de vida no Sudão e na Líbia, países maioritariamente islâmicos.

etíope; conheciam o talhante, elogiavam os seus períodos de celebração (durante a observação participante, foi possível assistir à sua saudação pelo final do Ramadão, em Agosto de 2012) e confiavam na qualidade dos produtos aí adquiridos, que cumpriam regras semelhantes às requeridas pela igreja cristã ortodoxa Tewahedo (por exemplo, não consumir carne suína).

Comum ao Sudão e à Líbia (e ainda Egipto, Chade, Níger, Mali, Mauritânia, Sahara Ocidental, Marrocos, Argélia e Tunísia) surge a experiência do Sahara. É difícil comparar a travessia deste deserto (de área total superior a 9 milhões de km²) à travessia de contextos com estruturas de mobilidade mais solidamente construídas (estradas, pontes, etc.). Aqui, mais do que nas fases anteriores do percurso, o recurso a condutores/passadores é imprescindível. A escolha de uma direcção em detrimento de outra, na difícil orientação em paisagem areal imensa e de forma impermanente, pode marcar a diferença entre prosseguir para as seguintes etapas de mar e continente europeu ou sucumbir a um dos maiores cemitérios deste percurso.

O conhecimento efectivo do território pelo condutor/passador, a possibilidade de tempestades de areia (que podem soterrar carrinhas e camiões, ou contribuir para a perda de pontos de referência, em meios de transporte com combustível e água em quantidade limitada e sem muitos locais possíveis para reabastecimento) e o risco de cruzamento com jihadistas, passadores rivais e ladrões oportunistas, são alguns dos perigos mais referidos em narrativas de mobilidade sobre a travessia do deserto (Kingsley, 2016).

A estes perigos podem acrescer outros, decorrentes da condição indocumentada de refugiados como I., tais como o risco de encontrarem condutores/passadores que procuram extorquir o máximo de dinheiro possível, por vezes multiplicando as trajectórias necessárias, despoletando conflitos com e entre refugiados, ou ainda entregando-os às autoridades sudanesas ou líbias. Após a primeira travessia do Sudão e entrada na Líbia, I. voltou a ser encaminhado para o Sudão, voltou a atravessar o deserto rumo à Líbia e aí viveu três meses, passando novamente pela experiência da prisão (devido à sua situação indocumentada):

“Fui para a prisão, vivi em desertos durante três meses, vivi no Sahara. É uma situação má, muito má. E... o governo líbio não é bom, eles não aceita imigrantes,

porque... As pessoas querem dinheiro. Todos os dias, sempre com conflitos, os líbios.”

Foi marcante a percepção de violência quotidiana, de não aceitação das pessoas em mobilidade e de corrupção generalizada. O relato de I. cruza-se com o de outros entrevistados, entre percursos de camião e percursos pedestres, seguindo o rasto dos que não ultrapassaram esta etapa, e investindo o caminho de uma crença religiosa forte (escondida por sobrevivência) como interpretação acessível da resiliência neste contexto.

Desde a saída de Adis Abeba até à conclusão desta etapa passaram cerca de dois anos, no caso de I.. Para além dos períodos passados em trânsito, no impasse das fronteiras e no deserto, houve uma longa permanência nas capitais deste percurso: Cartum e Trípoli. Estas cidades funcionam como polos agregadores: são local de permanência temporária de milhares de pessoas em mobilidade, oferecem mais oportunidades de trabalho (na economia paralela, dada a situação indocumentada dos refugiados) e de reposição de rendimentos para o necessário financiamento de todas as passagens. Dada a agregação nestes locais, vão-se constituindo vários grupos e multiplicam-se os passadores que os conduzem entre cada etapa.

No caso de I., em Cartum trabalhou num restaurante, em condições que considerou serem muito difíceis. O resto da viagem foi financiada com o dinheiro que já trazia da Etiópia e com a ajuda de um amigo residente nos EUA. Apesar de não o ter vivido directamente, I. apresentou-me outros companheiros de viagem que, em Trípoli, nos vários trabalhos que foram tendo, recebiam frequentes visitas da polícia líbia, que resultavam em episódios de agressão, aprisionamento ou indiferença para os homens no caso de haver mulheres presentes no local, que invariavelmente desapareciam. Foi em Trípoli que I. juntou o grupo que conhecia desde o Sudão a novos conhecidos etíopes e eritreus que se preparavam para a travessia marítima.

I. destacou a história de um amigo que já tinha tentado atravessar o Mediterrâneo cinco vezes antes de o conseguir, ao lado de I. e da sua companheira. O problema do mar foi mais notório para ele, e a sua história foi-me contada como uma sucessão de etapas que se repetiam antes de uma travessia bem sucedida – neste caso, uma travessia a partir de Trípoli, entre 36h e 38h.

Chegaram a Lampedusa, onde ficaram durante algumas semanas, e daí foram conduzidos para a Sicília (Centro de Identificação e Expulsão/CIE de Caltanissetta) e depois para Itália continental (Centro de Acolhimento para Requerentes de Asilo/CARA de Brindisi) durante o processo administrativo de pedido de asilo. Este processo demorou cerca de quatro meses e é uma fase pouco referenciada nos vários relatos recolhidos. I., como outros entrevistados, elogiou os pescadores de Lampedusa pelo seu auxílio solidário na sua chegada à ilha. Com o início do processo administrativo lamentam a multiplicação e a duração das entrevistas⁹¹ e referem que a parte positiva foi a possibilidade de terem alimentação e alojamento básico garantidos nos primeiros tempos. O pedido de asilo de I. foi aceite em Itália, não pelo reconhecimento directo do estatuto de refugiado, mas sim pela abertura de um processo de admissão humanitária de eritreus em Itália⁹².

Tanto I. como o amigo com quem fez a travessia marítima referiram que ainda estavam em viagem: a sua meta eram os EUA. O amigo já tinha tentado o percurso pelo México, sem sucesso. I. já tinha tentado duas vezes o percurso indirecto via Reino Unido e nas duas vezes foi forçado a regressar a Itália. Voltarão a tentar.

Como foi referido anteriormente, Itália não era o objectivo final de I.; foi a etapa possível de um percurso longo e sinuoso, a entrada no que via como “primeiro mundo, terra segura”. Porém, foram várias as suas desilusões desde que começou a residir neste país, começando pelo seu enquadramento administrativo, pela política de asilo europeia e crescendo as dificuldades de viver num contexto laboral e habitacional precário:

“Mas eu vim para Itália e eles fizeram a minha impressão digital. Depois fui para Inglaterra, mas não podia viver lá, [fizeram-me] voltar por causa da impressão digital

⁹¹ Chegou a ser referido que algumas pessoas recebiam participar neste projecto precisamente pelo método da entrevista, não querendo repetir o que tinham sido obrigados a dizer à entrada e receando que a sua identidade fosse divulgada junto das autoridades dos respectivos países de origem.

⁹² “Beneficiaries of Humanitarian Admission are granted short-term residence in receiving countries, with the expectation of reviewing the ongoing need for protection in the future. As a complement to States’ traditional resettlement programmes, Humanitarian Admission may be used for an identified refugee population in an extremely insecure or vulnerable situation and in need of urgent protection. It is an expedited process that can enable large numbers of refugees to depart quickly.” – European Resettlement Network, 10/12/2016 (<http://www.resettlement.eu/page/resettlement-relocation-or-humanitarian-admission-we-explain-terminology>)

aqui. Uma pessoa, na União Europeia, não pode ter outro [país de] asilo depois disto. (...) Este é o meu problema principal na minha vida italiana. Porque em Itália tu podes ter uma via boa, e as pessoas são boas. Eu já conhecia a cultura italiana antes. Mas não é... Tu não tens uma oportunidade em Itália. (...) Estou a viver em Itália há quase cinco anos e não tenho casa, não tenho trabalho e mesmo quando trabalho o governo não protege esse trabalho... (...) Por isso em Itália a vida é um risco, a minha vida é um risco. (...) E eu vou embora outra vez, porque eu não tenho nada aqui e estou à procura de alguma coisa.”

Tentou continuar a viagem em 2009 e novamente em 2012 via França e Reino Unido. Em ambas as viagens foi obrigado a regressar a Itália por restrições legais: a protecção humanitária em que está abrangido enquanto asilado foi assegurada por Itália, pelo que este é o único país em que pode residir e trabalhar. No entanto, aproveitou para conhecer melhor estes países. Percorreu Inglaterra e Escócia e em França viajou do sul ao norte, tendo permanecido algum tempo em Calais.

Esteve em Calais o tempo necessário até conseguir entrar em Dover, o que implicou várias tentativas. Contou algumas aventuras e desventuras nos camiões de transporte. Nessa altura tinha o cabelo maior e escondia nele uma faca/canivete, para possíveis emergências. Particularmente nessa viagem foi acompanhado de outros refugiados (sobretudo etíopes) mais inexperientes, pelo que, de algum modo, liderou o grupo. Numa certa ocasião estavam num camião de transporte de papel/cartão que parou por mais tempo que o habitual. I. rasgou uma parte da tela para tentar ver o que se passava. Estavam dezenas de camiões parados, era o fim da viagem e ninguém os tirava dali. Foram encontrados pelas autoridades, ao fim de horas a gritar por socorro, e remetidos a França. De outra vez, tentou o percurso "via floresta". Contou que este percurso era tranquilo e relativamente seguro, desde que se pagasse 400€ aos "senhores da floresta". Contou também que os camiões em que os refugiados são transportados são todos trancados por fora (daí o drama de os deixarem presos no destino) e variam de características. Referiu que os mais seguros para se chegar ao destino sem problemas com as autoridades são as câmaras frigoríficas de transporte de carne e peixe, que nunca mandam parar para fiscalização; pareceria imponderável que naquele frigorífico se levassem dezenas de imigrantes em busca de outro país e de uma vida melhor. I. deu sempre preferência a outros tipos de camião; se fosse de

transporte de alimentos, só aceitava camiões de fruta e legumes. Talvez por isso tenha demorado tanto tempo a chegar a Inglaterra, de onde o enviaram de novo a Itália por respeito ao regime de Dublin (UE, 2013a) – no relato de I. e de muitos outros refugiados simbolizadas pela “fingerprint”, a impressão digital que vincula o asilado ao país em que apresentou requerimento de asilo, geralmente o país de entrada na União Europeia.

Referiu que assim que conseguisse ter dinheiro novamente, a prioridade seria viajar. Ainda não sabia se sozinho ou com a companheira, se ficaria em Inglaterra ou se regressaria a Itália. Para além da família, I. guardava boa memória particularmente de um amigo, que migrou antes dele rumo aos EUA. Foi este amigo que, durante a longa travessia da Líbia e do Sudão, o foi apoiando. Em 2014 I. viajou sozinho e conseguiu, finalmente, realizar o sonho de se juntar ao amigo nos EUA, onde reside até à data.

11.2 Consequências do regime de Dublin

A história de vida e de mobilidade de I. é bastante ilustrativa e significativa no conjunto de entrevistas realizadas junto de refugiados etíopes e eritreus. No seu conjunto, as entrevistas reforçaram várias componentes percecionáveis nesta história e noutras referências que foram sendo feitas ao longo desta tese a respeito da experiência social dos refugiados. Refiram-se, em jeito de síntese, situações que dizem respeito ao risco acrescido da saída dos seus países de origem (em contexto de proibição da emigração) e da travessia dos países de trânsito (com recurso a passadores/smugglers, custos financeiros avultados e necessidade de trabalhar em condições incontroláveis para responder a esses custos, em condições particularmente perigosas para as mulheres, travessias em meios de mobilidade inseguros, entre territórios desconhecidos e tão perigosos quanto o deserto do Sahara e o Mar Mediterrâneo) até à chegada à Europa.

Chegados a Itália, os entrevistados passaram alguns meses entre centros CIE, onde foram identificados, e CARA, onde avançaram nos seus requerimentos de asilo, nas ilhas e no continente italiano. A conclusão deste tempo de espera marcou o

regresso à sua regularidade administrativa. Porém, para muitas outras pessoas este período fica marcado pela rejeição dos seus pedidos de protecção internacional, recebendo a indicação de dever ausentar-se do país. Esta situação contribui para o aumento das bolsas de indocumentados em Itália e, de maneira geral, na Europa.

Aos refugiados entrevistados foi reconhecido o asilo político que tinham requerido ou, em vários casos, foi autorizada a sua permanência em território italiano sob protecção humanitária. Alguns refugiados referiram que, à saída dos CARA, lhes foi explicado que estavam documentados por protecção humanitária durante 3 anos, tendo posteriormente de renovar a autorização de permanência e podendo regressar ao país de origem quando a situação política-humanitária melhorasse.

Enquanto permaneceram temporariamente nos centros CIE e CARA tiveram direito a alojamento, alimentação, roupa e algumas possibilidades de consumo por lazer (televisão, campo de futebol, em alguns casos autorização de saída para passeio na cidade). No final deste tempo propuseram-lhes recomeçar o seu percurso em algumas cidades italianas, tendo os entrevistados mencionado as sugestões de Roma, Milão e Bolonha. Apenas um entrevistado referiu ter ficado mais alguns meses na cidade onde tinha aguardado pela documentação, onde já tinha conhecido algumas organizações de apoio social, conseguindo alojamento e algum trabalho. Os restantes entrevistados referiram ter seguido caminho para Roma e para Bolonha.

Parte dos refugiados que se encaminharam directamente para Bolonha já estavam em contacto com redes de familiares e conhecidos estabelecidas na cidade, que lhes deram um apoio inicial enquanto se estabeleciam. Outros, porém, foram para Bolonha sem conhecimentos prévios, sem saberem falar italiano e sem facilitação de soluções de trabalho e residência. Daí que uma parte destes refugiados refira que a primeira memória de Bolonha é a de aí viverem como sem-abrigo, durante os primeiros meses, até encontrarem trabalho remunerado que lhes permitisse pagar alojamento:

“Em Itália, nunca [tinha estado, não conhecia ninguém]. Simplesmente, chegar a Bolonha, sem encontrar alguém para me ajudar. Dormi na rua três meses, em Bolonha, depois encontrei trabalho – transportes e montagens – e ainda estou assim... Não mudou a vida, mas graças a Deus, há casa, há trabalho...” IT4

Uma outra refugiada entrevistada referiu que a solução possível para esse período inicial de instalação é o recurso a instituições de solidariedade. No seu caso, IT26 foi acolhida na Caritas, situação que reconhece ter sido importante, mas que não lhe agradou: considera que um refugiado deve ser acolhido como tal, e não como uma pessoa doente ou idosa.

Na generalidade todos os refugiados entrevistados conseguiram encontrar soluções de residência, trabalho e subsistência dos novos núcleos familiares. Porém, estas soluções não correspondem à situação de vida que tinham projectado quando decidiram investir numa viagem rumo à Europa: desempenham profissões geralmente desqualificadas e mal remuneradas, veem que o mercado de arrendamento é mais difícil para refugiados e imigrantes, testemunham manifestações discriminatórias e agressões por racismo, para além dos problemas burocráticos que sentem multiplicar-se em Itália. A estes motivos acresce a recente crise económica, que afectou particularmente países do sul europeu tal como Itália.

Apesar de estas condições não serem apresentadas como piores do que as que encontraram nos percursos intra-africanos enquanto indocumentados, trata-se de um conjunto de razões que não são respondidas no âmbito da sua situação de regularidade administrativa em Itália. Por outras palavras, para os refugiados é importante estar em situação regular, mas essa situação não garante a sua integração no país de chegada, as suas condições de vida e o seu potencial de realização pessoal e familiar em Itália. Por isso, muitos querem seguir viagem, se possível até ao continente americano, senão para outros países da União Europeia e/ou do espaço Schengen que lhes possibilitem melhores condições. Porém, não podem fazê-lo, dado o seu enquadramento administrativo:

“A União Europeia já fez um acordo: quando há um imigrante que chega primeiro a Itália (ou Malta, ou Portugal) (...) fazes entrevista e depois dão-te documento... e não se pode [ir para] outros países! De férias, sim, mas deves ficar, deves trabalhar, deves procurar tudo aqui [no país a que chegas] *Fingerprint*. Quando noutra país encontram *fingerprint* em Itália, deves voltar aqui. E isso é muito, muito, muito um problema, para nós! Como se pode mudar a vida? Eu não quero, mas tenho de ficar aqui. Mas neste momento é (...) muito difícil a vida, é preciso mudar para outro país,

mas por esse motivo não se pode. Isso é muito difícil, a lei da Europa. (...) E é muito, muito, muito perigoso para nós. (...) Não está bem essa lei.” IT6

A lei a que IT6 se refere (tal como muitos outros entrevistados) diz respeito a regime de Dublin (UE, 2013a), que compreende a convenção de 1990, as regulamentações de 2003 e 2013, e estabelece os critérios e mecanismos para determinar qual o estado-membro da UE responsável pelo seguimento de um pedido de asilo. Ao se identificar um estado-membro responsável por cada pedido evita-se analisar mais do que um pedido de asilo por pessoa requerente em diferentes países, facilitando a situação administrativa, e desencoraja-se o trânsito intra-europeu de pessoas em situação indocumentada. Porém, este regime não foi desenhado para responder a uma crise política como a que foi desencadeada pela chegada de um número muito elevado de requerentes de asilo ao espaço europeu, sobretudo a partir de 2015.

A partilha de responsabilidades entre estados-membros nesta matéria torna-se particularmente insustentável: o princípio central do regime de Dublin é a atribuição da responsabilidade de acompanhamento do pedido de asilo ao Estado-membro mais envolvido na gestão da entrada desse requerente na UE, o que geralmente corresponde ao país de entrada na UE. Este regime proíbe que os requerentes escolham o país no qual querem apresentar o seu pedido de asilo.

Esta situação tem sido contestada tanto pelos principais países de entrada de requerentes de asilo na UE (Espanha, Itália e Grécia) como pelos próprios requerentes. Os países de entrada denunciam a pressão inoportável que é colocada nos seus sistemas de asilo em comparação com outros estados-membros. Os requerentes, apesar de estarem enquadrados por uma convenção europeia que deveria significar a igualdade de tratamento dos refugiados em todos os países da UE, percebem que há países que oferecem melhores condições de recepção e sistemas de asilo do que o país no qual o seu pedido de asilo foi reconhecido.

O regime de Dublin foi colocado em questão, sobretudo a partir do pico de 2015 de entradas de refugiados na Europa. Porém, a gestão prática dos processos de

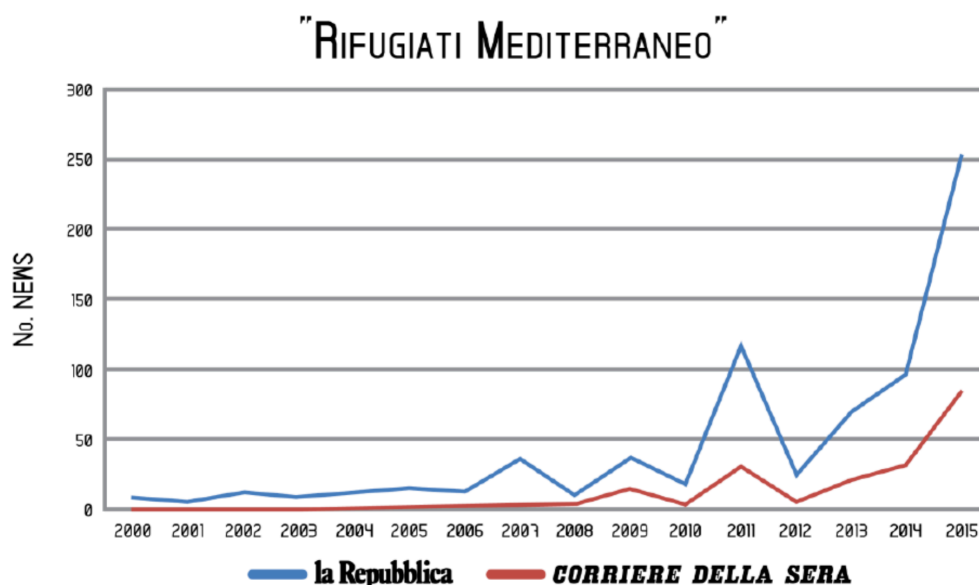
asilos na Europa ainda não foi tão alterada quanto podia ser expectável. Foram criados programas especiais de recolocação de refugiados noutros estados-membros (UE, 2015), visando aliviar o impacto nos principais países de chegada. Porém, estes programas foram essencialmente excepcionais, não se efectivando o princípio de mobilidade intraeuropeia para os refugiados.

O projecto político europeu, particularmente no que diz respeito à política de mobilidade interna possibilitada pelo Acordo de Schengen e à constituição da União Europeia, é simultaneamente paradigmático e paradoxal para a estruturação de territórios políticos de mobilidade. No mesmo espaço em que se postula a cooperação regional e a liberdade de circulação interna, observa-se um percurso moroso até à assunção da responsabilidade europeia sobre problemas relacionados com a resposta política ao acolhimento de refugiados na Europa.

11.3 Evolução temporal do problema dos refugiados no Mediterrâneo

Para enquadrarmos a evolução deste problema social procurámos perceber, através da imprensa italiana (plataformas digitais dos jornais *La Repubblica* e *Corriere della Sera*), a evolução no número de notícias por conceitos relacionados com o tema. A expressão considerada central foi “rifugiati Mediterraneo” (Figura 13), tendo a sua pesquisa sido contextualizada por pesquisas aos termos “rifugiati” (refugiados), “profughi” (prófugos ou deslocados), “profughi Mediterraneo” e “migranti Mediterraneo” (migrantes). Uma observação geral aos resultados desta pesquisa permite-nos iniciar esta reflexão com três pontos que começam por enquadrar a construção deste problema social.

Figura 13: Número de notícias sobre refugiados no Mediterrâneo nos websites de dois jornais italianos, 2000-2015



Fonte: Websites dos jornais *La Repubblica* e *Corriere della Sera* (in Vieira, 2016: 7)

Em primeiro lugar, o número de notícias por jornal é consideravelmente diferente, sendo que até 2010 apenas o jornal *La Repubblica* considerou consistentemente os tópicos relacionados com migrantes e refugiados. Notícias sobre refugiados no Mediterrâneo eram, até esta data, praticamente inexistentes.

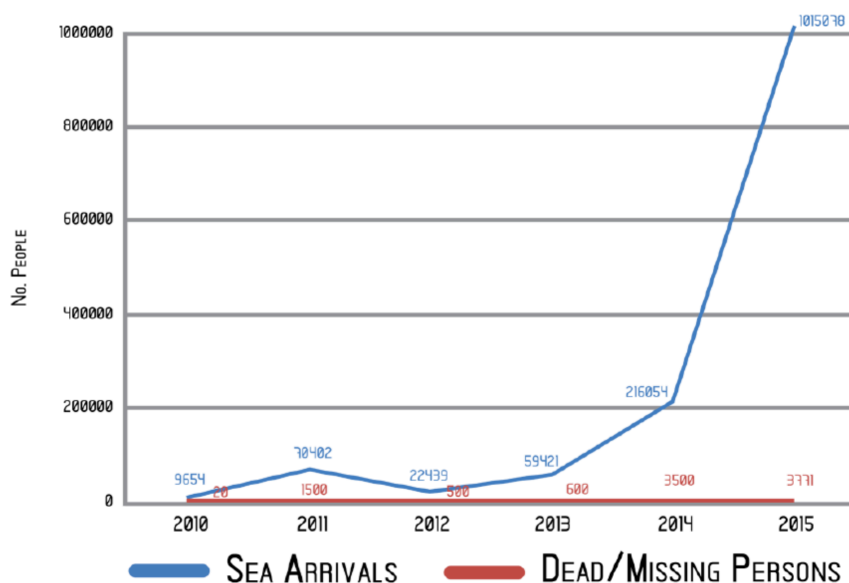
Em segundo lugar, o problema emergiu como foco de maior interesse a partir de 2011. Nesse ano podemos identificar um primeiro pico de notícias para todas as categorias e em ambos os jornais. Este pico corresponde a um maior número de notícias sobre a chegada de migrantes e sobre as relações entre Itália e Líbia, desde as medidas de *refoulement* possibilitadas pelas negociações entre Silvio Berlusconi e Muammar Kadafi, passando pelas crescentes discussões sobre a necessidade de partilhar o peso representado pela chegada de migrantes e requerentes de asilo ao espaço Schengen, até à afirmação da primavera árabe na Líbia. Após a morte de Kadafi (Outubro de 2011) e a redução dos fluxos populacionais em chegada a Itália, o número de notícias diminuiu consistentemente.

Em terceiro lugar, este tópico teve um desenvolvimento progressivo e contínuo (com diferentes volumes mas tendências idênticas nos dois jornais) em ambos os

jornais de 2012 a 2014, com um pico de notícias sem precedentes em 2015. A atenção mediática intensificou-se sobretudo a partir do acidente mais mortífero, em Abril de 2015, e foi reforçada pelos fluxos constantes de chegadas até se alcançar o marcante número de um milhão de pessoas que procuraram entrar na Europa através da travessia do Mediterrâneo num só ano.

Se enquadrarmos o intervalo 2010-2015 ao nível de estatísticas sobre a progressão de entradas e número de mortos/desaparecidos no mar Mediterrâneo (Gráfico 2), podemos observar que o número de mortos tem aumentado nos últimos anos, ainda que não de maneira proporcional ao número de entradas. Para enquadrarmos historicamente um pico de entradas semelhante ao de 2015 temos de recuar aos tempos da II Guerra Mundial e da Guerra Fria, pico a partir do qual se constituiu um importante conjunto de construções jurídicas para a consideração dos refugiados (em particular a Convenção de Genebra de 1951).

Figura 14: Progressão de entradas e do número de mortos/desaparecidos no mar Mediterrâneo (2010-2015)



Fonte: UNHCR, 2016 (in Vieira, 2016: 8)

A recente e rápida progressão do número de chegadas e do número de mortos/desaparecidos motivou a identificação do mar Mediterrâneo enquanto fronteira mais perigosa do mundo (de Lucas, 2016; IOM, 2016). O crescimento

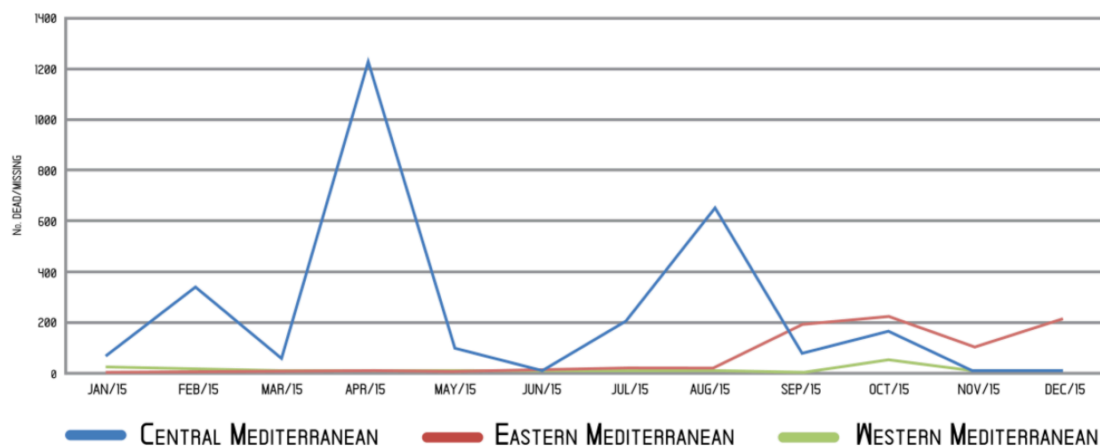
contínuo do número de entradas pode primeiramente ser relacionado com as fortes disparidades demográficas e económicas nas duas margens do Mediterrâneo, com uma proporção inversa dos níveis do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para uma região e das taxas de crescimento demográfico para a outra (de Lucas, 2016). Nos últimos anos este número tem crescido de maneira desproporcional, associando-se a um conjunto de outros factores propulsores nos países de origem (ao exemplo do agravamento dos conflitos na Síria) e o fortalecimento das possibilidades de mobilidade (apesar dos seus traços perigosos) entre diferentes países de origem e a União Europeia. A IOM acrescenta que a Europa é o destino mais perigoso do mundo para migrantes em situação irregular, considerando que só no Mediterrâneo perderam a vida 3770 pessoas, de um total de 5400 mortes em travessias nesse ano em todo o mundo (IOM, 2016)⁹³.

Um outro dado pertinente para enquadramento empírico diz respeito às diferentes rotas através das quais os refugiados atravessaram a fronteira mediterrânica. Se observarmos a informação disponibilizada sobre a progressão do número de mortos por rota mediterrânica em 2015 (Figura 15) podemos perceber que, a partir de Setembro desse ano, aquele que era até à data um problema predominante do Mediterrâneo central, implicando sobretudo o espaço de chegada a Itália, foi redefinido como um problema também do Mediterrâneo oriental, com um número crescente de mortos às portas da Grécia. Esta transição ajuda-nos a explicar o

⁹³ Estes números, bem como os números reportados pela ACNUR e apresentados no Gráfico Progressão – mar Mediterrâneo, devem ser considerados como estimativas mínimas face aos números reais atribuíveis a estes fenómenos (sobretudo os números relativos aos mortos e desaparecidos), uma vez que o seu cálculo decorre dos números reportados por entidades governamentais, dos *media*, da ONU e de diversas ONGs operantes nos territórios considerados. É possível obter dados mais precisos nas estatísticas da ACNUR sobre refugiados, requerentes de asilo, deslocados internos (IDPs), refugiados retornados, apátridas e outras situações preocupantes, associando o número de chegadas a situações de reconhecimento jurídico e a contextos de instalação (<http://popstats.unhcr.org>); ou nas estatísticas que reportam o número de apreensões fronteiriças, ao exemplo dos relatórios de risco anuais da agência Frontex (<http://frontex.europa.eu/publications>). Os dados sobre busca e salvamento, providenciados por organizações de assistência humanitária e sumarizados em gráficos sintéticos pelo ACNUR e pela IOM, reflectem possivelmente os dados menos consistentes, sendo porém as estatísticas mais citadas durante e imediatamente após cada evento crítico, designadamente na amostra de recortes de imprensa aqui analisada.

redirecionamento do foco de atenção de Itália para a Grécia desde o último quadrante de 2015.

Figura 15: Evolução do número de mortos nas três rotas do mar Mediterrâneo (2015)



Fonte: IOM, 2016b (in Vieira, 2016: 9)

Secundo a ACNUR (2015), no final de 2014 era possível identificar 142 628 pessoas em situação preocupante (refugiados e situações equiparáveis, requerentes de asilo, deslocados internos e apátridas) em Itália. A agência de controlo fronteiriço Frontex (2016a) considerou que a rota central mediterrânica continuou sob intensa pressão migratória em 2015, apesar do número total de pessoas em chegada a Itália ter diminuído. As principais razões com que a Frontex explicou essa diminuição foram a mudança dos sírios para a rota oriental mediterrânica e a diminuição dos barcos disponíveis para *smuggling* na última parte do ano. Porém, estas redes permaneceram instaladas na Líbia, onde muitas pessoas se concentram para tentativas de travessia. No percurso central a Frontex identificou, sobretudo, pessoas originárias da Eritreia, da Nigéria e da Somália. No que diz respeito à rota oriental, segundo as estatísticas dos primeiros seis meses de 2015 da ACNUR (2015), identificaram-se 37 602 pessoas em situação preocupante na Grécia. A pressão sobre esta rota aumentou sobretudo na segunda metade do ano, tal como informa a Frontex (2016b), quando no final de 2015 identifica cerca de 885 000 entradas na UE através da rota oriental, num número cinco vezes superior ao registado em 2014, que por si só já tinha sido considerado um ano

record. A maioria das pessoas que percorreram esta rota entraram através das ilhas gregas, sobretudo Lesbos, provindas da Síria, do Afeganistão e da Somália, para além de um número crescente de originários da África Subsahariana. A maioria destas pessoas continuou o seu percurso em direcção ao norte, saindo da Grécia através da fronteira com a República Jugoslava da Macedónia.

11.4 Evolução temática do problema a partir da imprensa italiana (2013-2015)

Na Tabela 11 apresentamos uma síntese da análise de imprensa, onde se procura enquadrar a evolução temática deste problema social através da categorização desta amostra de notícias nos principais *frames* de leitura das notícias⁹⁴.

De seguida iremos reportar a análise mais detalhada de 5% das notícias, reflectindo mais pormenorizadamente sobre o principal *frame* identificado em cada ano, considerado ângulo representativo para a observação e a construção deste problema social. O primeiro *frame* diz respeito à apresentação do desastre (2013, Tabela 12, letra A), o segundo enquadra o problema desencadeado pela instalação de milhares de pessoas em Itália (2014, Tabela 13, letra E) e o terceiro reposiciona o problema ao nível do debate europeu para a reinstalação de refugiados (2015, Tabela 14, letra G).

⁹⁴ Na coluna mais à esquerda em cada tabela, a letra indicada corresponde às categorias que foram integradas para a construção de cada um dos frames indicados na tabela síntese. A cada recorte noticioso foi atribuído um só frame / categoria (evento crítico ou tópico principal inferido da leitura da notícia).

Tabela 11: Síntese dos principais frames das notícias recolhidas com os termos de pesquisa “rifugiati Mediterraneo” nas plataformas digitais dos jornais italianos *La Repubblica* e *Corriere della Sera*

Frame		2013		2014		2015		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%	N	%
A	Naufrágios/desastres	30	40,5%	15	12,8%	33	11,7%	78	16,5%
B	Terrorismo, guerra e refugiados	13	17,6%	13	11,1%	19	6,7%	45	9,5%
C	Apoio civil a refugiados (sociedade civil, igreja, actividades culturais)	11	14,9%	5	4,3%	38	13,4%	54	11,4%
D	Centros de detenção e campos de refugiados (Europa e África)	4	5,4%	5	4,3%	3	1,1%	12	2,5%
E	(Re)instalação de refugiados	2	2,7%	28	23,9%	28	9,9%	58	12,2%
F	Responsabilidade e operações italianas Vs europeias	4	5,4%	19	16,2%	30	10,6%	53	11,2%
G	Enquadramento legal e plano da UE (quotas, <i>smugglers</i> , barcos)	0	-	7	6%	51	18%	58	12,2%
H	Controlo de fronteiras e muros	1	1,4%	2	1,7%	18	6,4%	21	4,4%
I	Estatísticas e estudos	0	-	5	4,3%	14	4,9%	19	4%
J	Política global (ONU, NATO, AfroMed, prioridades globais)	5	6,8%	4	3,4%	26	9,2%	35	7,4%
K	Política italiana (leis, partidos, prioridades)	0	-	3	2,6%	10	3,5%	13	2,7%
L	Biografias de refugiados e dias de memória	4	5,4%	11	9,4%	13	4,6%	28	5,9%
TOTAL		74	100%	117	100%	283	100%	474	100%

No que diz respeito aos actores sociais citados como fontes relevantes de informação, verifica-se uma incidência de políticos italianos e internacionais (sobretudo da UE, da Comissão Europeia – CE – e da ONU), do terceiro sector (organizações não governamentais – ONG – e outras organizações da sociedade civil com iniciativas de utilidade pública) e da igreja católica. Aumentou, durante o período

considerado, o número de notícias que reportavam estudos publicados por organizações internacionais de monitorização e controlo (Frontex, ACNUR, IOM), entidades de aconselhamento político e ONGs (tais como o Conselho Italiano para os Refugiados e a Amnistia Internacional).

2013

Passando a uma análise mais detalhada por ano, em 2013, considerando esta amostra de notícias da imprensa italiana (Tabela 12) observou-se a construção de um problema humanitário e político contextualizado em Itália – envolvendo barcos provenientes da Líbia, acidentes e naufrágios nos espaços marítimos italiano e líbio, com operações de busca e salvamento italianas e a citação predominante de actores sociais italianos (de habitantes de Lampedusa a representantes governamentais) apelando à sensibilização europeia. Uma leitura global das notícias permitiu identificar um contexto geral de violência na área afro-mediterrânica, com particular atenção para a guerra e as ameaças terroristas na Líbia e na Síria e a sua repercussão no aumento do tráfico humano e do número de migrantes indocumentados. Neste conjunto de notícias identificam-se três escalas contextuais com influência nas condições sociais dos refugiados: contextos de origem (migrações forçadas, guerra e terrorismo), de trânsito (naufrágios e outros acidentes, *smuggling* criminal e tráfico humano) e de chegada (legislação restritiva e práticas de detenção).

O evento crítico que mais detonou a atenção pública (reflectindo-se no maior número de notícias) foi o naufrágio de 3 de Outubro de 2013, em Lampedusa, que provocou a morte a mais de 500 pessoas. O naufrágio/desastre está na base do primeiro *frame* (categoria privilegiada de observação) que nos ilustra os primeiros passos da construção deste problema, apresentado como moralmente criticável pela sua ameaça à dignidade humana.

Tabela 12: Eventos críticos e focos privilegiados de leitura das notícias recolhidas nas plataformas digitais dos jornais italianos *La Repubblica* e *Corriere della Sera* (2013)

	Evento crítico/foco de leitura 2013	Nº notícias	Mês
A	Naufrágio de 3 de Outubro (e lei do asilo) (e lei Bossi-Fini) (e centros de detenção de imigrantes) (e <i>smugglers</i>)	29 (15) (13) (2) (2)	10, 11
B	Guerra na Síria (e vítimas)	9 (6)	06, 08, 09, 11
C	Papa e Lampedusa	6	07, 12
C	Acções culturais de apoio aos refugiados	5	06, 07, 11, 12
J	Boldrini ACNUR – Câmara Italiana	3	03
L	Percurso e biografias de refugiados	3	06, 08, 10
D	Centro de Detenção de Lampedusa	3	12
F	Eleições políticas	2	01
J	Primavera árabe e migrações	2	04, 05
E	Reinstalação de refugiados/regime Dublin	2	05, 07
F	Mediterrâneo e responsabilidade IT/UE	2	08
B	Ameaça terrorista – países AfroMed	1	01
D	Campo de refugiados no Sudão	1	01
L	Dia Internacional do Refugiado	1	06
B	Refugiados líbios 2011	1	06
H	Desembarques marítimos permitidos/proibidos	1	08
A	Naufrágio no Egipto	1	10
B	Países de origem dos refugiados	1	11
B	Guerra no Mali	1	12

Fonte: Plataformas digitais dos jornais *La Repubblica* e *Corriere della Sera*, codificação da autora

As notícias foram apresentadas sobretudo nas secções “Solidariedade” e “Crónicas” em ambos os jornais, acompanhadas de fotografias alusivas a um cenário mortífero (operações de emergência, corpos cobertos, barcos sobrelotados e com apelos de ajuda). Ao nível de figuras retóricas, este naufrágio foi apresentado como uma tragédia humana, com a mobilização de vocabulário alusivo a desastre, trauma, vergonha e crise. Ao nível da argumentação e da atribuição de responsabilidades, constata-se a incapacidade de Itália para controlar a situação mediterrânica, acrescentando-se críticas a opções passadas do estado italiano que implicaram movimentos de *refoulement* para a Líbia e legislação que criminalizava migrantes indocumentados, ajudantes de percurso e socorristas. Por seu lado, a Europa foi aqui acusada pelas suas políticas de asilo (regime de Dublin e peso acrescido para o estado

através do qual o requerente de asilo entra na União Europeia) e operações marítimas (que não davam prioridade a busca e salvamento), estabelecendo-se um paradoxo entre uma identidade europeia supostamente baseada em valores universais de dignidade humana, liberdade, equidade e solidariedade, e a falta de compromisso europeu face ao “fardo” do Mediterrâneo. Considerando a projecção do problema “visualizado” a partir deste evento crítico, o conseqüente aumento do número de notícias e o seu crescente direccionamento político considerando a proximidade de uma cimeira europeia, o naufrágio de 3 de Outubro de 2013 pode ser visto, nesta amostra da imprensa italiana, como o ponto de viragem para o debate.

2014

Em 2014 o problema foi consolidado, dando conta da crescente chegada de refugiados, com conseqüências ao nível da reinstalação de um número cada vez maior de pessoas (principal *frame*), mantendo a atenção a novos naufrágios e progressivamente considerando os percursos dos refugiados após alcançarem o território italiano. Este foi o mote para discussões sobre centros de detenção, práticas de instalação e “guetorização” dos refugiados. Estas notícias foram recorrentemente associadas a outros tópicos de atenção emergente, sobretudo ao nível da lei do asilo e de hipóteses europeias para lidar com o número crescente de entradas.

Tabela 13: Eventos críticos e focos privilegiados de leitura das notícias recolhidas nas plataformas digitais dos jornais italianos *La Repubblica* e *Corriere della Sera* (2013)

	Evento crítico/foco de leitura 2014	Nº notícias	Mês
E	Milhares de entradas (e lei do asilo) (e ocupação de edifícios abandonados)	21 (6) (5)	01, 03, 06, 07, 08, 09, 11
A	Naufrágios (diferentes datas)	15	05, 06, 07, 08, 09, 10
B	Guerra/terror/caos (Líbia) (Síria) (Líbano)	8 (5) (2) (1)	06, 08, 09, 10
F	Mare Nostrum (Vs Frontex)	8 (6)	07, 08, 09, 10, 11

F	Responsabilidade italiana Vs europeia	6	05, 06, 07
G	Lei do asilo	6	05, 06, 08, 09
E	Reassentamento voluntário de refugiados	6	03, 06, 08, 09
F	Itália sobrecarregada e falta de compromisso da UE	5	04, 06
C	Ações culturais de apoio aos refugiados	5	03, 06, 07, 09
L	Percursos e biografias de refugiados	5	01, 05, 08, 09, 12
L	Crianças refugiadas	4	05, 06, 10
I	Publicação de estudo/relatório	3	06, 08
K	Esquerda e direita em Itália	3	06, 12
D	Prisão Vs migração (Chipre e Egipto)	2	04
D	Centros de detenção (privado, máfia)	2	05, 12
J	Visitas/testemunhos ACNUR	2	06, 09
B	Países de origem dos refugiados – causas	2	10, 11
I	Record de mortes 2014: 3419 pessoas	2	12
B	Ameaça terrorista AfroMed	1	01
L	Dia Mundial dos Migrantes e Refugiados	1	03
J	Migrações induzidas pelo clima	1	03
H	Muro na Turquia	1	05
E	Líbano sobrecarregado de refugiados	1	05
J	Marinha italiana treina soldados líbios	1	06
H	Controlo fronteiriço	1	07
D	Custos associados aos refugiados (residência, saúde)	1	07
B	Activistas italianos raptados na Síria	1	08
G	Regressos provocados pelo “fingerprint”	1	09
B	Freiras italianas assassinadas no Burundi	1	09
L	Redes para organizar as viagens	1	11

Fonte: Plataformas digitais dos jornais *La Repubblica* e *Corriere della Sera*, codificação da autora

Em Itália (ao contrário de outros contextos europeus) multiplicaram-se os argumentos de contextualização desse país enquanto entrada e não destino dos requerentes de asilo, explicando a excepcional suspensão do regime de Dublin em algumas regiões italianas e intensificando a discussão sobre as limitações da operação italiana de busca e salvamento *Mare Nostrum* até ao seu encerramento no final do ano, o que forçou a sua substituição por uma operação europeia. *Triton*, operação europeia de controlo militar fronteiriço, foi a alternativa, bastante criticada pela mudança de tipologia de missão, pelo parco financiamento e pela diminuição da área abrangida.

Neste período o discurso teve como principal *frame* o aumento das entradas e o impacto caótico da instalação de refugiados em Itália. Face à capacidade limitada de

uma ilha como Lampedusa para acolher milhares de refugiados, multiplicaram-se soluções temporárias em cidades como Roma, em que prédios e escolas abandonados foram apropriados como habitação por centenas de refugiados que aguardavam os desenvolvimentos do debate à escala europeia. Foi possível visualizar uma segunda fase da situação de emergência: condições desumanas, falta de estruturas de assistência, tempos exagerados de espera para normalização burocrática e a pressão de continuar uma viagem que, na grande maioria dos casos, não era previsto terminar em Itália. Praticamente consensual foi a pressão argumentativa no sentido de considerar este problema à escala europeia, designadamente através de um plano de reinstalação europeu. A metáfora predominante foi a de uma “onda de refugiados” os quais, após sobreviverem à difícil viagem até Lampedusa (*smugglers*, deserto, centros de detenção na Líbia, travessia marítima), se viam acumulados em “bairros-gueto” e “cidades-barraca” em Itália e, cada vez mais, noutros países europeus.

2015

Para o período considerado nesta análise, 2015 foi apresentado como ano *record*, com mais de 1 milhão de pessoas a entrar na Europa e mais de 3700 mortes em naufrágios (incluindo o acidente mais mortífero, em Abril, e o mais “visualizado”, em Setembro), destacando-se o reforço da rota de leste (via Grécia) para além da rota central mediterrânica (via Itália). O debate em torno das operações *Triton/Mare Nostrum* continuou, abrandando com o aumento do financiamento das operações da agência europeia Frontex, apesar da permanência de um discurso mais focado no controlo das fronteiras e da criminalidade (avançando a hipótese de resolver o problema ao afundar os barcos e perseguir *smugglers*) em detrimento de operações de busca e salvamento. Um ganho político percebido foi a “queda do muro de Dublin”, nas palavras de Angelino Alfano, com a aceitação de um plano de reinstalação europeu e a abertura de portas da Alemanha. Esta atitude de abertura foi reforçada por diversos projectos de grupos da sociedade civil, apesar de uma das marcas mais fortes deste ano ser a construção de muros e cercas em alguns dos países de trânsito mais pressionados.

Tabela 14: Eventos críticos e focos privilegiados de leitura das notícias recolhidas nas plataformas digitais dos jornais italianos *La Repubblica* e *Corriere della Sera* (2015)

	Evento crítico/foco de leitura 2015	Nº notícias	Mês
A	Naufrágios/acidentes de barco	32	02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12
G	Plano de reinstalação de refugiados UE	24	05, 09, 10, 11
C	Acções culturais de apoio aos refugiados	20	03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12
G	Plano anti- <i>smugglers</i> UE	14	04, 05, 06, 07, 08, 09
I	Publicação de estudo/relatório	14	03, 04, 05, 06, 07, 08, 11, 12
E	Época das migrações massivas/milhares de entradas	13	01, 03, 04, 06, 08, 09
B	Terrorismo (e migrações)	12 (8)	04, 05
C	Acções da sociedade civil para os refugiados	12	04, 05, 06, 09, 11
E	Debates sobre a reinstalação de refugiados	10	03, 04, 05, 06
F	Operações Mare Nostrum/Frontex	10	02, 04
F	Responsabilidade Itália/UE	8	06, 11, 12
H	Muros nas fronteiras europeias	8	01, 06, 09, 10, 12
K	Esquerda e direita em Itália	8	05, 06, 07, 09
H	Controlo de fronteiras reforçado	7	06, 09, 10, 12
J	Intervenções políticas em países AfroMed	7	02, 04, 06, 09
L	Percursos e biografias de refugiados	6	05, 06, 07, 09, 11
G	Plano de destruição de barcos	5	04, 05, 06
F	Identidade europeia e atitude de acolhimento	5	04, 08, 09
L	Crianças refugiadas (inclui Aylan Kurdi)	5	06, 09, 11
E	Pressão terrestre (caos/camiões)	5	08, 09
J	Migrantes em países AfroMed	4	03, 05
G	Lei do asilo	4	05, 08, 11
J	Migrações induzidas pelo clima	4	06, 08, 10, 11
B	Países de origem dos refugiados	4	06, 07, 09, 12
G	Mudança no acolhimento da Alemanha	4	09
J	NATO e outros encontros políticos em Itália	4	10, 11
J	Cooperação para a gestão de fluxos migratórios (sobretudo África e Europa)	3	10, 11
H	Medo dos migrantes e consequências políticas	3	08, 09, 12
C	Jovens italianos e a situação do Mediterrâneo	3	06, 10, 12
B	Ataque de Paris (reivindicações anti-migratórias)	3	11
F	Busca e salvamento + corredores legais	3	04, 09
F	Revisão política/Amnistia Internacional	2	02

D	Lucros na gestão da crise AfroMed	2	02, 06
L	Manifestações de migrantes e refugiados	2	04, 06
F	Reenquadrar o problema, medidas e operações	2	02, 08
C	Acolhimento de refugiados pela igreja católica	2	08
K	Prioridade italiana AfroMed na Líbia	2	09, 11
J	Filippo Grandi ACNUR	2	11
J	ONU “3rd Pledging Conference for Syria”	1	03
D	Campo de refugiados em Beirut	1	07
J	Área interdita	1	07
C	Papa contra <i>refoulement</i>	1	08
A	Desembarque/naufrágio como símbolo do ano	1	12

Fonte: Plataformas digitais dos jornais *La Repubblica* e *Corriere della Sera*, codificação da autora

Assumindo a centralidade dos planos da UE (principal *frame*), a reinstalação europeia foi considerada a chave para a resolução do problema social dos refugiados. Após o enfoque na actividade criminal de *smuggling* e do seu meio de transporte prioritário (barcos), a atenção foi direccionada para o desenho de um sistema de quotas para distribuir os refugiados entre os países europeus, num processo não consensual entre países do sul, do leste e do centro da Europa. As notícias passaram a ser apresentadas sobretudo na secção “Internacional/Relações externas” em ambos os jornais. Identificou-se um terceiro cenário de emergência após o forte impacto visual do acidente de Setembro (com a fotografia de Aylan Kurdi): a vulnerabilidade associada ao naufrágio tornou-se imperativa, o problema passou a ser associado a pessoas com traços somáticos mais próximos aos da maioria dominante europeia, gerou uma reacção emotiva espelhada na forte solidariedade civil e ganhou momento político. O vocabulário de crise passou a estar associado a um vocabulário de colapso, particularmente em relação ao contexto grego. O Mediterrâneo foi associado à imagem de um cemitério, marcado pela memória do corpo de uma criança, e a Europa continental foi caracterizada como destino inseguro para os sobreviventes, para os quais se multiplicaram as fronteiras erigidas à possibilidade de uma vida digna, com respeito pelos direitos básicos de cidadania.

Capítulo 12. Cidades de chegada

Chegamos, por fim, às cidades que os entrevistados *vivenciavam* à data da recolha empírica deste trabalho doutoral: Bolonha, capital da região da Emilia Romagna, em Itália, e Lisboa, capital portuguesa. O verbo *vivenciar* permite captar um desvio ao sentido mais corrente de nos referirmos às cidades como lugares de residência. Efectivamente, nem todos os entrevistados residiam nestas cidades (sobretudo no caso de Lisboa), mas todos frequentavam e viviam a cidade diariamente, entre usos práticos e lúdicos. Este desvio também nos permite introduzir uma diferença entre Bolonha e Lisboa no que diz respeito à escala e visibilidade da presença de migrantes: como vimos no Capítulo 3, no caso italiano a escala é sobretudo ao nível do município, enquanto que no caso português a escala é ao nível da área metropolitana. Apresentamos, de seguida, a presença e integração dos grupos etíopes, eritreus e cabo-verdianos nestas duas cidades, procurando reflectir sobre a forma como a presença migrante integra a mudança urbana em curso.

12.1 Bolonha, eixo de mobilidades e transformação à escala do município

A cidade de Bolonha, com uma longa história urbana, localiza-se no planalto entre dois vales dos Apeninos, com montanhas de um lado e planície do outro. Esta era uma área privilegiada do território, onde mais tarde os romanos estabeleceriam Bononia, os Galli Boi o lugar fortificado de Bonomia, os etruscos Felsina, reflectindo uma presença humana precoce, contínua e intensa em Bolonha. A designação de Bononia indicia a qualidade do meio natural de toda a região em que a cidade se insere; a região em torno de Bolonha tinha muitos recursos naturais (madeira, produtos agrícolas, animais) que ao longo do tempo providenciaram alimentação e materiais para a construção e o artesanato (Renzi, 1960).

Desde o tempo dos romanos que a cidade faz parte de um conjunto integrado de estruturas com finalidades civis. O seu desenvolvimento ocorre a partir da Via

Emilia, o *hub* mais antigo desta região para a comunicação e o estabelecimento humano, articulando Bolonha com os campos em seu redor (Ricci, 1980).

Na segunda metade do séc. XIX a intensidade do processo capitalista e a consequente pressão externa sobre a cidade levaram à sua adaptação a novas funções, redesenhando a forma urbana medieval e adicionando novas componentes. Salienta-se, a este respeito, a introdução de *trams* e de estruturas ferroviárias, áreas industriais, áreas militares e novos bairros fora das muralhas da cidade. Foram desenvolvidos os primeiros planos reguladores e o mapeamento da cidade passou a evidenciar maior intencionalidade ideológica, com a criação de novos espaços e ruas e com mudanças toponímicas (Ricci, 1980).

Durante o período fascista algumas das ruas mais centrais foram reabilitadas, as áreas universitárias foram aumentadas e as ligações à estação de comboios e às vias rápidas periféricas foram desenvolvidas. Esta altura corresponde ao processo de transformação mais desorganizado deste centro urbano, sem grande controlo ou orientações específicas. No contexto pós-guerra foi necessário reconstruir parte do tecido edificado bolonhês, reagindo à destruição bélica verificada um pouco por toda a região da Emilia Romagna. A partir da década de 1960 foi desenvolvido um novo plano, na procura de evitar o agigantamento da periferia, a degradação e o desenvolvimento especulativo do centro (Ricci, 1980).

Nas últimas décadas tem-se verificado uma alteração na organização do espaço do centro histórico de Bolonha (Bergamaschi, Castrignanò e De Rubertis, 2014: par. 22-24): se inicialmente este espaço reflectia, em grande medida, os grupos sociais que aí viviam, ganhando uma conotação simbólica associada à sua vida quotidiana, mais recentemente os projectos de renovação urbana têm reprojectado uma imagem que em parte se distancia das vivências destes grupos no/do centro histórico (particularmente dos grupos mais pobres). Pensando no efeito desta renovação sobretudo junto dos sem-abrigo, Bergamaschi, Castrignanò e De Rubertis (2014) consideram que, por o centro da cidade se ter transformado num espaço de afirmada fruição, a visibilidade dos grupos mais pobres tornou-se um problema e conduziu a uma reorganização socioespacial que enfraqueceu o tecido social. Porém, dadas as características particulares da “cidade vermelha”, os efeitos da exclusão dos sem-

abrigo do espaço público renovado poderão eventualmente ser menos fortes que noutras cidades. As peculiaridades de Bolonha podem ser identificadas a quatro níveis: (1) ao nível físico, pela densidade dos pórticos; (2) ao nível político, por se tratar de um contexto muito marcado por ideologias liberais; (3) ao nível cultural, por se basear numa cultura de bem-estar com grande abertura para os grupos marginais; e (4) ao nível social, por se verificar uma correspondência entre a universidade mais antiga da Europa, receber números significativos de estudantes e desenvolver um certo tipo de organização social (Bergamaschi, Castrignanò e De Rubertis, 2014: par. 24).

Por outro lado, tem-se apostado na renovação das antigas zonas industriais de Bolonha, particularmente do *quartiere* Navile, para onde se procurou deslocar o centro político e económico da cidade, com a construção de uma Câmara Municipal moderna e de novos ou renovados edifícios destinados ao comércio e ao sector dos serviços. Porém, estas construções e renovações não foram acompanhadas de uma transformação da representação social dos bolonheses sobre o centro da sua cidade, que parece continuar a ser associado ao centro histórico (Manella, s/data). O *quartiere* Navile, e particularmente a zona Bolognina, continuam associados a um outro tipo de uso e usuários da cidade, relacionados com as populações migrantes internas e de origem estrangeira e com os seus descendentes (Scandurra, 2016).

Vimos, em 3.1, que do ponto de vista estatístico, Bolonha (tal como Milão e Roma) concentra a quase totalidade dos estrangeiros residentes na área do município, não podendo ser comparada ao efeito metropolitano necessário na abordagem a Lisboa (ver Capítulo 13). Tendo este percurso de investigação decorrido nos espaços urbanos de Bolonha e Lisboa, esta característica da cidade italiana facilitou a visibilidade dos grupos migrantes, nomeadamente dos grupos eritreus e etíopes, dos seus pontos de referência e das suas vivências colectivas no território.

12.2 Bolonha e os refugiados e migrantes etíopes e eritreus

Bolonha é muito associada, por várias gerações de migrantes e refugiados, ao Festival Eritreu (Figura 17) que começou a ser realizado nesta cidade italiana. Entre

1961 e 1991, a organização “Eritreans for Liberation in Europe” (EFLE), de militantes do partido Eritrean People’s Liberation Front na Europa, desenvolveu uma estratégia de representação política e cultural da comunidade eritreia em diáspora. Agostino Tabacco e Nicoletta Poidimani (2001) organizaram uma importante memória deste festival, com material de todos os congressos realizados e entrevistas a alguns dos seus protagonistas.

As iniciativas da EFLE foram acolhidas pelo município bolonhês, e o Festival, a par ou em intervalos face ao Congresso político, realizaram-se nesta cidade todos os verões entre 1974 e 1991. Estes eventos incluíam conferências políticas lideradas pela organização “em exílio” que representava uma das forças de maior apoio à independência da Eritreia, mas também incluía um conjunto de actividades culturais, desportivas e de convívio.

Figura 16: Comemoração do 40º aniversário do Festival Eritreu de Bolonha



Fonte: <http://www.eritrea-chat.com/program-of-40th-anniversary-of-eritrean-festival-in-bologna/> (16/10/2017)

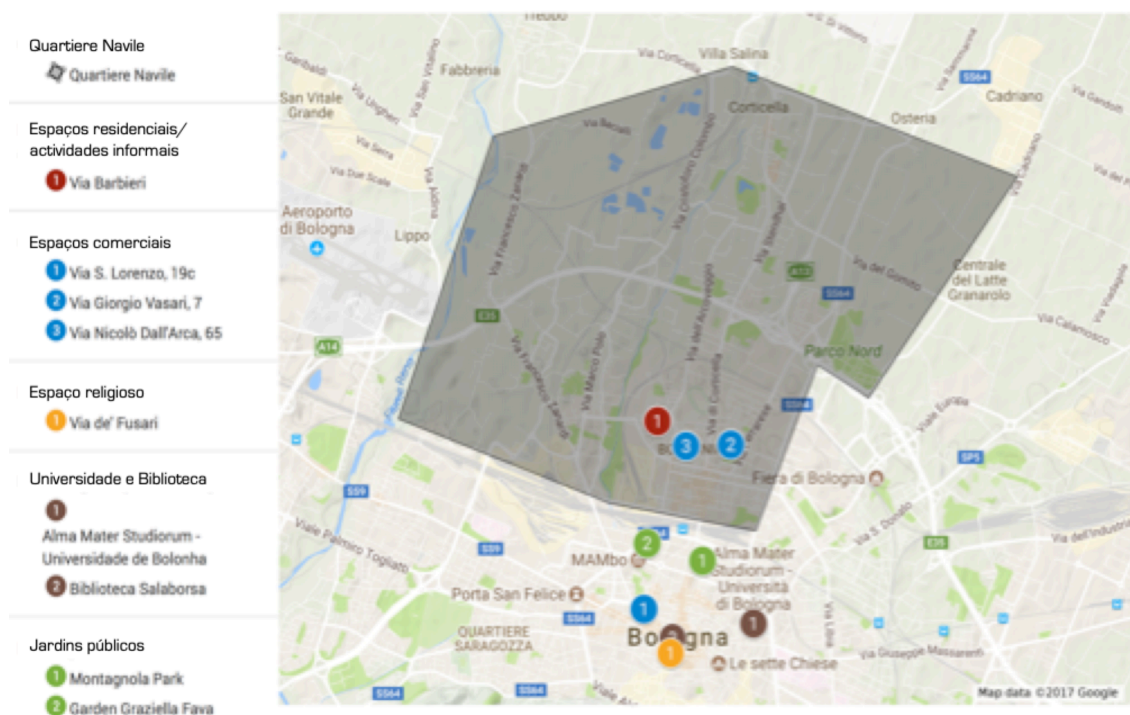
O Festival Eritreu de Bolonha foi descrito pelos entrevistados eritreus (bem como por alguns etíopes) como um evento histórico, onde se reuniam milhares de pessoas de diferentes grupos em diáspora; uma ocasião sobretudo de encontro, apesar da agenda política que estava na sua base:

“[A importância de Bolonha] é histórica. Um festival que... Digamos, sendo uma cidade de esquerda, todos os eritreus, todos os anos, de todo o mundo, encontravam-se no mês de Agosto para fazer um Festival Eritreu. 17 anos. A Câmara de Bolonha oferecia espaço, gás, estruturas, meios eléctricos, tudo, e em Agosto tu vias estas cabeças vermelhas todas aqui. (...) A nível afectivo, Bolonha (a cidade de Bolonha e o povo de Bolonha) é um ponto de referência muito importante, que nos esteve próximo no período da luta, no período difícil, etc. Por isso, para nós... Foram as férias mais bonitas, as que fizemos aqui. Todos os eritreus. (...) Toda esta coisa, é uma história muito profunda, ao nível mesmo da sociedade da Eritreia, muito importante. (...) Claramente o partido tinha o seu fim económico, o lado político, tudo isso, mas as pessoas... Vinham não tanto pela política (...) [Fazia-se nos parques], espaços enormes, verdes! [Faziam-se] danças, comida, reuniões, e desporto (...) Todos os eritreus, enfim. E aprendia-se a língua! Também havia esta proposta, ensinar a língua [amárica] a quem não a soubesse. Era um curso gratuito denso, intensivo...” IT31

A maioria dos entrevistados considerou que, mais recentemente, o espírito deste Festival esvaneceu. A sua organização continua a estar associada à “Comunidade Eritreia”, herdeira do movimento de libertação que entretanto passou a estar sob a alçada do governo eritreu de Isaias Afeworki, que tem promovido um regime unipartidário autoritário na Eritreia.

Para lá desta memória (política, convivial e afectiva, mas restrita aos migrantes de presença mais antiga na cidade), diferentes tipos de espaços foram identificados na procura de perceber a inscrição dos entrevistados etíopes e eritreus no território bolonhês (ver Figura 18).

Figura 17: Mapa com os pontos de referência dos entrevistados etíopes e eritreus em Bolonha



Fonte: Google, legendagem da autora

A maioria dos entrevistados tomaram conhecimento do presente projecto de investigação na loja Abyssinia Gift Shop (ponto 1 de cor azul), localizada no centro de Bolonha. Tratava-se de uma loja alusiva ao antigo império abissino, com produtos sobretudo da África de Leste, onde muitos refugiados e migrantes destes países se encontravam, não só para fazer compras mas sobretudo para passarem tempo juntos (ver documentário *Bello essere Habesha*, minutos 14/15, Anexo E). O dono da loja, migrante etíope em Itália desde a década de 1990, era um dos mais importantes mediadores informais dos grupos etíopes e eritreus na cidade, nomeadamente entre as gerações mais antigas e mais novas, e entre os seus conterrâneos e as autoridades locais. Lamentavelmente, por problemas de inviabilidade financeira, a loja teve de ser encerrada em 2013, e este importante mediador passou a realizar venda ambulante nas ruas de Bolonha.

Outros entrevistados, sobretudo eritreus, tomaram conhecimento deste projecto de investigação no bar East Afro (ponto 3, cor azul), que abriu em 2012 durante a realização do trabalho empírico mobilizado para a presente tese. Este

espaço foi associado a uma voz crítica sobre as condições de vida dos eritreus no seu país de origem e sobre a “Comunidade Eritreia” apoiada pelo governo, com muito poder junto daquela comunidade em diáspora. Devido à presença repetida da investigadora neste espaço, esta tese foi associada à mesma voz crítica, pelo que vários eritreus foram aconselhados a não aceitarem ser entrevistados. Por exemplo, procurou-se a confiança de etíopes e eritreus de presença mais antiga na cidade, designadamente através da frequente visita à Igreja Ortodoxa Eritreia (ponto 1, cor amarela), sem sucesso e com explicações associadas à presença no bar EastAfro.

Este bar localiza-se na zona onde reside a maior percentagem de estrangeiros na cidade – Bolognina, parte do *quartiere* Navile. Neste bairro, os entrevistados atribuíram particular importância à Via Barbieri, onde a maioria já tinha residido em alguma parte do seu percurso em Bolonha (sobretudo na fase inicial), onde o sub-arrendimento é mais fácil entre co-nacionais, e onde muitos serviços informais eram providenciados entre eritreus e etíopes (por exemplo, venda do pão *injera*, cabeleireiro, entre outros).

Nesta área, desde 1990 existe um restaurante africano, Adal (ponto 2, cor azul), liderado por um imigrante eritreu. Muitos eritreus e etíopes o mencionam como ponto de encontro, e sobretudo para os eritreus tratava-se de um ponto muito importante sobretudo antes da abertura de outros bares de co-nacionais na mesma zona.

Outros locais importantes para estas entrevistas foram jardins públicos, por exemplo o jardim de Montagnola (ponto 1, cor verde) e o jardim Fava (ponto 2, cor verde), onde se organizavam festas que permitiam juntar mais pessoas do que era possível nas casas de dimensão reduzida em que a maioria dos entrevistados residia. Para os refugiados etíopes e eritreus de presença mais recente em Itália, e sobretudo para os que não tinham redes familiares em Bolonha, estes parques também foram os locais em que dormiram enquanto viveram sem-abrigo, nos primeiros meses nesta cidade, na falta de outras soluções de alojamento.

Para uma pequena parte dos entrevistados, nomeadamente para os que tiveram percursos de estudo mais longos, a Universidade de Bolonha (ponto um, cor castanha) e a Sala Borsa, principal biblioteca pública da cidade (ponto dois, cor azul)

foram referidos como lugares importantes, e escolhidos como os locais em que queriam ser entrevistados.

Considerando a falta de espaços fixos para o encontro, ao exemplo de instalações associativas, muitas actividades foram desenvolvidas em espaços partilhados (por exemplo, no Centro Intercultural Zonarelli, perto de Bolognina) ou em locais emprestados ou alugados nos limites geográficos da cidade.

A visualização do documentário “Bello esse Habesha” (Anexo E) permite percorrer grande parte dos espaços referenciados, bem como as histórias de vários grupos e pessoas que estiveram envolvidos neste trabalho de pesquisa.

Apresentamos, agora, uma síntese das principais questões de integração que surgiram da análise das entrevistas com etíopes e eritreus em Bolonha.

De uma forma mais generalizada à escala do país, Itália foi considerada na sua passagem de plataforma de mobilidade a local de residência. O percurso através de Itália foi considerado uma das poucas hipóteses para a saída dos países de origem no passado, sendo referida como plataforma para a mobilidade em direcção a outros contextos de destino (EUA, Canadá, Europa Central e do Norte). As redes antigas de co-nacionais ajudaram a um aumento na vinda destes grupos, passando a considerar Itália como contexto voluntário de chegada; o mesmo não se pode dizer da maioria dos refugiados entrevistados, que chegaram a este país não necessariamente por escolha, mas por ter sido o destino possível. Deixando de ser ponto de passagem, novas necessidades chegaram com a residência permanente, para estes grupos mas também para os restantes grupos migrantes no país. Com o dimensionamento familiar foi necessário criar novas políticas e respostas institucionais direccionadas ao trabalho, alojamento, serviços sociais (sobretudo educação e saúde) e questões culturais e religiosas (Genovese e Vieira, 2016).

No que diz respeito à situação económica e laboral em Bolonha, a maioria dos entrevistados lamentou a falta de oportunidades de trabalho, situação que piorou com a crise económica, e referiram que os seus rendimentos eram insuficientes face ao custo de vida local. Muitos criticaram a forma como se viam dirigidos para actividades

laborais pouco qualificadas e mal pagas (referidas como “trabalhos de imigrante”: para os homens, trabalho de armazém, transporte e montagem; para as mulheres, baby-sitting, acompanhamento de idosos e limpezas), contra o seu projecto de alcançar posições de trabalho melhores que as que estavam disponíveis nos seus contextos de origem.

Por outro lado, os entrevistados também referiram alguns problemas burocráticos relacionados com a sua situação administrativa. Por exemplo, e apesar da dimensão de Bolonha, foi referida a necessidade de recorrer a serviços públicos noutras cidades italianas (como Milão), o que pode ter implicações nas suas situações laborais, por incompatibilidade de horários para tal deslocação. Tanto no caso dos refugiados, a propósito da renovação dos seus documentos de asilo, como no caso dos migrantes mais recentes, com necessidade de renovar a sua autorização de residência, as questões burocráticas foram mencionadas.

A habitação também foi considerada entre as experiências críticas, com diversos níveis possíveis face às redes dos migrantes e refugiados e face à sua posição socioeconómica. Tal como referimos anteriormente, sobretudo a geração mais recente de refugiados, com redes familiares ou de amizade menos firmadas no território, reportou ter passado por uma fase inicial como sem-abrigo na cidade, ou em abrigos cedidos em estruturas de solidariedade, caridade e (nos casos em que possa aplicar-se) alojamento familiar. Um outro passo repetidamente referenciado foi o sub-arrrendamento entre co-nacionais: alugar pequenas partes de uma casa partilhada (por exemplo a cave e a entrada/cozinha) até conseguirem o dinheiro e o conhecimento suficientes para encontrar uma situação melhor na cidade. Porém, alguns entrevistados referiram que no mercado de habitação formal tendem a sentir-se tratados como estrangeiros que se querem evitar naqueles locais.

Este evitamento do estrangeiro conduz-nos às questões raciais mencionadas por alguns entrevistados, que vão justamente desde a diferenciação social de estrangeiros até episódios de ataques físicos por motivos de racismo. A percepção de diferenciação social devido ao duplo facto de se ser estrangeiro e sujeito racializado foi generalizada, não obstante as diferentes posições de classe dos entrevistados, e com efeitos possíveis na discriminação laboral. No caso dos refugiados, podemos

considerar uma situação de maior exposição e vulnerabilidade, particularmente nesta amostra; nas entrevistas foram relatados diversos episódios de racismo, incluindo de ataques físicos racistas no espaço público do centro de Bolonha.

Por fim, importa referir, no cruzamento de várias questões já aqui mencionadas, a importância das questões linguísticas. Para os etíopes e eritreus entrevistados que já falavam italiano, e para os que tiveram a oportunidade de aprender a língua do país de chegada com mais profundidade, este domínio linguístico transformou-se num factor de integração. Nos restantes casos, salientamos a importância da mediação linguística, papel desempenhado por co-nacionais de permanência mais antiga em Itália (tradução de documentos, acompanhamento às autoridades, etc.). Salientamos, por fim, a importância das comunidades linguísticas de origem, junto das quais é passada uma parte importante da vida colectiva dos entrevistados, o que facilita a sua integração (pelo menos, ao nível do seu grupo).

12.3 Lisboa e os migrantes cabo-verdianos

Ao contrário da abordagem desenvolvida em Bolonha, em que a observação participante foi necessária para conseguir a confiança dos migrantes e refugiados a entrevistar, e onde os grupos nacionais de referência (eritreus e etíopes) eram de número e percentagem muito menor que o grupo cabo-verdiano em Lisboa, na capital portuguesa as entrevistas decorreram, sobretudo, em duas associações de imigrantes cabo-verdianos. Nestes locais, a observação participante foi mais breve, o registo visual desencorajado e a aceitação para a realização de entrevistas foi quase imediata. Um conjunto de entrevistas foi também realizado na proximidade de um centro de apoio a imigrantes, no qual não se fez observação participante, dada a natureza diferente desse local face aos meios predominantemente de uso lúdico e/ou associativo (ambientes maioritários durante o desenvolvimento desta investigação).

O contacto através da Associação Cabo-Verdiana (ACV) permitiu alcançar participantes que, para além de estarem envolvidos em alguns eventos dessa

associação, também estavam ou tinham estado envolvidos noutras organizações da sociedade civil na área metropolitana de Lisboa. Alguns elementos da ACV também estavam em ligação ou envolvidos com a outra organização que acolheu esta investigação, a Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde (AAAESCV). Em ambas as associações me foram apresentados diversos elementos e foi dada abertura para que as entrevistas pudessem ser realizadas nas suas sedes, convite que facilitou o processo de captar entrevistados e desenvolver as entrevistas. Por outro lado, considerando que a entrevista tinha sido considerada o método central neste projecto de investigação, e agravado pelo facto de ser difícil capturar “uma” comum inscrição territorial de cabo-verdianos na Lisboa de hoje, esta parte do estudo carece de uma componente mais vívida das dinâmicas territoriais deste grupo migrante.

Numa última fase de desenvolvimento de entrevistas, considerando a necessidade de captar mais percepções de gerações mais novas e menos englobáveis num segmento de elite, esse apelo foi dirigido aos interlocutores cabo-verdianos entretanto conhecidos e foi possível entrevistar um conjunto de migrantes que trabalhavam em Lisboa e que tinham experiência de vida e associativismo desde diferentes partes da Área Metropolitana de Lisboa.

Através de convites cruzados entre os dirigentes de várias associações cabo-verdianas, foi ainda possível participar em eventos em que se enquadravam e debatiam questões críticas que envolviam diversos grupos no âmbito da comunidade cabo-verdiana.

Não obstante, há que destacar que esta amostra de entrevistados, apesar de incluir migrantes com percursos de vida e situações socioeconómicas diferentes, não incluiu migrantes em situações de vida mais vulneráveis, situações que podem ser associadas a contextos de vida mais periféricos (e, neste caso, à escala metropolitana, escala que não foi prevista em fase de desenvolvimento das entrevistas).

Pensando nos desafios de integração dos grupos cabo-verdianos em Lisboa, reiteramos a referência a situações de vida diferenciáveis entre os vários territórios na

cidade e na metrópole. PT21, quando questionada sobre quais os “territórios cabo-verdianos” na Grande Lisboa, responde:

“A Grande Lisboa está recheadinha [*risos*], está recheadinha de cabo-verdianos! Mas eu diria essencialmente o concelho da Amadora e de Sintra. Sobretudo na Amadora, temos bairros, os bairros de lata, e também bairros sociais. Os bairros de lata, nomeadamente a Cova da Moura, o 6 de Maio, o Santa Filomena (houve aquela questão mais publicitada, mas continua a existir, ainda vivem lá pessoas), e depois os bairros sociais temos o Casal da Mira, o Casal da Boba, vamos tendo alguns. Em Sintra não temos tantos bairros, neste momento não há bairros de lata, pelo menos do que me recordo, sociais temos o bairro de São José em Algueirão-Mem Martins, e que me ocorra mais algum, não... Mas temos pessoas com casa própria ou casas alugadas em toda a extensão do concelho de Sintra. Eu ficaria por esses dois [concelhos], os outros também têm, mas nestes a concentração é maior.” PT21

Já no caso da cidade de Lisboa, a sua percepção é diferente:

“[Lisboa-cidade] tem [cabo-verdianos] mas a imagem que eu tenho de Lisboa-cidade é: estudantes, porque estão mais próximos das universidades; ou, digamos, aquele cabo-verdiano que... migrou há muitos anos; ou também aquele cabo-verdiano que tem alguma origem portuguesa, que não é 100% cabo-verdiano, digamos assim. É a ideia que eu tenho. [*As condições de vida serão semelhantes?*] Não, é considerada até a elite. Portanto, tendo em conta o rótulo [*risos*], as condições serão outras... Digamos que, se calhar, são os que melhor vivem.” PT21

Esta divergência na percepção de quem e como se vive, na cidade e nos vários tipos de bairro na área metropolitana, é reveladora de um conjunto de aspectos que foram sendo sugeridos (de forma mais dispersa) em várias entrevistas, e permite-nos pensar em vários desafios de integração. Como denominador comum perpassa um filtro de classe social entre os grupos cabo-verdianos na capital portuguesa.

Este filtro pode ser associado, numa vertente mais directa, ao trabalho e à situação económica, através da integração dos cabo-verdianos em diferentes sectores e actividades económicas (com influência, também, ao nível das gerações de migrantes). Por outro lado, o filtro da classe social pode ser associado aos territórios/às partes da cidade que são utilizadas por determinados grupos e não por

outros: a cidade da elite; e a área metropolitana com casas e bairros de diferentes géneses, habitados pelos restantes cabo-verdianos, em diferentes situações de vida.

No que diz respeito à habitação, as percepções de vários entrevistados aproximam-se de uma visão de “eticização da pobreza”, identificando nos subúrbios bairros com condições de habitabilidade degradadas, onde se concentram grupos populacionais com desvantagem socioeconómica, concentração esta que tem repercussões nos percursos destes habitantes. Por outro lado, alguns entrevistados identificaram um certo estigma associado a estes bairros, bem como a experiências de discriminação em que podem cruzar-se residência e questões raciais. Outras reflexões associadas diziam respeito à violência institucional, mas também ao debate crescente (de Lisboa para Portugal) destas questões.

Ao nível linguístico, destaca-se a importância da língua portuguesa partilhada, elemento facilitador da integração de migrantes em Portugal. Por outro lado, o *Crioulo* cabo-verdiano foi associado a finalidades diferentes: por um lado, à partilha entre cabo-verdianos, sobretudo em momentos de convívio e lazer; por outro lado, como língua de comunicação mais quotidiana, e em alguns momentos como oposição à língua maioritária dos portugueses.

Destacamos, também, questões de integração que se relacionam com cidadania e documentação. Alguns entrevistados referiram que, no caso das migrações efectivadas nas décadas de 1970/80, havia uma menor regulação de entradas indocumentadas. Na sua consequência, foram recordados programas de regularização que, apesar de algumas limitações quando postos em prática, foram considerados positivos por facilitarem a obtenção da cidadania portuguesa. Por outro lado, foi referenciada a necessidade de integrar também através agilização da questão documental, dando apoio às necessárias mudanças de estatuto quando se verificarem migrações que eram imprevistas (por exemplo, de visto de estudante, ou de evacuado por motivos de saúde, para migrante laboral).

Por fim, destacamos a integração ao nível político:

“Há uma questão de fundo aqui, que eu penso que é uma questão essencial, que é a integração política. A integração política, digamos, onde se decide, o centro de decisão. E nós não podemos contornar a questão política e falar sobre uma

integração positiva – há um falhanço enorme na integração política, que é visível e notório. Nós podemos fazer aqui uma análise da participação dos imigrantes na vida política – podemos fazer uma fotografia mental do parlamento, do governo, de todos os centros de decisão e de poder –, não existe. Isto é um falhanço, não há culpados!, mas é um falhanço, redondamente, da integração dos imigrantes aqui em Portugal.” PT10

12.4 Lisboa metrópole e diversidade populacional/cultural

A ideia de metrópole associa-se ao carácter globalizado e expansível das sociedades, destaca a relação da cidade com o seu entorno e ecoa as fronteiras estabelecidas aos níveis físico, territorial e social. Ao se propor que a metrópole significa mobilidade (Vieira e Baptista, 2016) alude-se a uma leitura da construção de territórios metropolitanos através de mudanças no uso do espaço (com densificação e alargamento da área construída para habitação, edificação de vias, estruturas de mobilidade e novos equipamentos comerciais e industriais, competição entre metrópoles e apelo turístico) e da sua apropriação num contexto de mobilidade crescente (circulação entre diferentes áreas da metrópole e coexistência de populações provenientes de lugares cada vez mais distantes, com renovados processos de instalação e mobilidade) (Baptista e Nunes, 2004).

A metrópole é um contexto particularmente interessante para observar dinâmicas de inclusão – exclusão e, no geral, para observar a diversidade populacional. Ela estimula sentimentos mistos, num contexto de coexistência de grupos diferenciados onde o ambiente próprio da metrópole possibilita a afirmação das suas identidades, mas onde também se produzem sentimentos de insegurança face à diferença e de incompreensão face às mudanças colectivas (Bauman, 2006; Baptista e Nunes, 2004).

O crescimento metropolitano em contexto português apresenta algumas especificidades. Destaca-se a dominação demográfica da área metropolitana de Lisboa e da região metropolitana do Porto, que no final do séc. XX concentravam metade da população de Portugal continental, a que acrescia 15% da população portuguesa no

corredor entre as duas regiões mencionadas e 35% da população dispersa no restante território português, entre cidades e campos (Baptista, 2012: 22-3). A concentração populacional nas regiões de Lisboa e Porto, ainda que em ritmo mais lento, tem vindo a ser a tendência do séc. XXI, o que reflecte um conjunto de mudanças em contexto rural⁹⁵ e confirma o crescente dimensionamento metropolitano do país – prestando atenção, porém, à baixa intensidade demográfica das metrópoles portuguesas quando enquadradas à escala internacional (Baptista, 2012). É também de referir o crescimento populacional do Algarve, região com maior dinâmica turística e com uma extensa área de residência em frente de mar (Baptista, 2012), região que vê a sua população multiplicar-se na estação quente, permitindo reflectir sobre situações de sazonalidade do crescimento metropolitano (Martins, 2015). Apesar da estagnação do crescimento da população portuguesa durante o séc. XXI, o movimento interno de população não estancou, confirmando uma tendência de crescente metropolização, numa polarização urbana com declínio habitacional nos centros e reforço dos subúrbios (Baptista, 2012).

Focando a atenção na área metropolitana de Lisboa podemos identificar diferentes fases de desenvolvimento urbano e metropolitano, ou diferentes *“lugares*

⁹⁵ Pelo seu interesse de enquadramento numa tese sobre mobilidades e ambiente, partilhamos aqui as cinco fases da evolução das ruralidades portuguesas segundo Ferrão (2016): (1) fase rural-agrícola tradicional, em que ecologia, economia e comunidade local partilham uma mesma territorialização; (2) modernização rural-agrícola, a partir da década de 1880, observando-se a reterritorialização do rural com a evolução do conhecimento científico, da rede de transportes e da intervenção estatal na agricultura; (3) primeira fase de modernização urbano-industrial, entre as décadas de 1950 e 1980, fase de maior choque por dissociação ecológica (quando o conhecimento e a empresarialização da agricultura diminuem a dependência ambiental), sociocultural (progressiva urbanização e modos de vida urbanos Vs modos de vida tradicionais) e institucional (organização da administração pública com afastamento das comunidades locais) e por integração territorial funcional (recuo do emprego agrícola, desenvolvimento urbano-industrial, melhoria das condições de mobilidade entre áreas rurais e urbanas e facilitação de soluções de pluriactividade externas às comunidades locais); (4) segunda fase de modernização urbano-industrial, a partir da década de 1980, com a valorização do património e dos produtos rurais (para favorecer o consumo turístico e de produtos rurais “únicos”, estimular o desenvolvimento do espaço rural e qualificar áreas e produtos de ruralidades tradicionais num contexto rural-urbano pós-agrícola) e a ambientalização da agricultura (acoplando, a partir da política agrícola comum da União Europeia, políticas agrícolas e políticas de protecção ambiental); e (5) fase de modernização urbano-financeira, nos anos mais recentes, sendo possível observar ruralidades de enclave em detrimento de ruralidades territorializadas (enquadradas num modelo financeiro globalizado, com a direcção produtiva em relações espaço-tempo difusas e voláteis, e não dependendo necessariamente de relações com as áreas urbanas ou metropolitanas mais próximas).

da concentração populacional (...) (:) a urbanização dos arredores da capital, a sua suburbanização e a constituição de um território com características metropolitanas” (Nunes, 2011: 81). Na fase da “Grande Lisboa” (1940) a capital apresenta-se compacta no que respeita à sua concentração populacional, com 3/4 de quase um milhão de habitantes a residir em 35 das 89 freguesias da região, verificando-se a lateralização do tecido urbano, com construção de novos edifícios junto ao edificado pré-existente, sobretudo sob alcance pedestre a partir das vias e das redes de transporte colectivo (Nunes, 2011: 81-5). Na fase de “emergência da Metrópole de Lisboa” (1960) a maioria da população concentra-se em locais cada vez mais distantes do centro lisboeta, reforçando-se o crescimento populacional da cidade e dos seus núcleos suburbanos em direcções que reflectem o desenvolvimento das linhas de comboio, eléctrico e da frota de barcos, e observa-se a afirmação da região de Lisboa como metrópole, com planos regionais de construção de habitação económica, na época em que se supera a marca de um milhão de habitantes (Nunes, 2011: 85-9). Segue-se a fase de “consolidação metropolitana” (1981), na qual a população residente no território regional já supera os dois milhões de habitantes, observando-se um crescimento demográfico forte nos corredores de expansão urbana que permite destacar o peso suburbano e metropolitano face ao concelho de Lisboa, com o crescimento da população e do edificado formal e informal (Nunes, 2011: 89-93). Por fim, a fase de “Lisboa Metrópole” (2001) vem reforçar a consolidação metropolitana com a diminuição da densidade residencial na cidade de Lisboa e a polarização dos territórios suburbanos, que passam indiscutivelmente a ocupar os lugares cimeiros da concentração populacional na metrópole, sobretudo ao longo das linhas férreas e das principais estradas e autoestradas que ligam Lisboa aos seus subúrbios (Nunes, 2011: 93-7).

O crescimento metropolitano de Lisboa, até à década de 1960, relacionou-se sobretudo com a mobilidade interna de população portuguesa. A partir da década de 1970 este crescimento passou também a relacionar-se com fluxos populacionais de mobilidade internacional, decorrentes da descolonização, do retorno de emigrantes portugueses de vários países europeus e da instauração de rotas migratórias desde África, Brasil, Europa de Leste e Ásia. A chegada destas populações (nas quais se inclui,

com particular destaque, a população cabo-verdiana) marcou a reconfiguração dos lugares em que passaram a instalar-se, levou à introdução de novas actividades económicas e alterou os equilíbrios populacionais e ambientais pré-existentes (Baptista e Nunes, 2004).

Neste contexto de mudança, Lisboa vê afirmar-se um ambiente próprio da metrópole, com modos de vida urbanos: relações sociais racionalizadas e necessidade de diferenciação individual num contexto de crescente concentração demográfica e de multiplicação de estímulos (Simmel, 1903); novas composições populacionais e mudanças na estrutura física e nas características funcionais da cidade (Wirth, 1938); organizações sociais com relações mais instrumentais, que podem levar à relativização do sentido de comunidade (Tönnies, 1887; Willmott e Young, 1957; Newby, 1980).

Regressando ao caso da capital portuguesa, salienta-se que o seu crescimento urbano e demográfico acelerado se verifica sobretudo nos concelhos e freguesias confinantes com o município de Lisboa, os quais se convertem em lugares de malha densa (frequentemente com densidades acima dos 1000 residentes/Km²) com problemas semelhantes aos das maiores cidades europeias e mundiais. Verificam-se mais desequilíbrios sociais e empobrecimento de populações (com Bassand, trata-se de processos de metropolização que produzem e reproduzem desigualdades sociais, enquadráveis nos modos de inserção das metrópoles na dinâmica económica mundial), em claro contraste com as lógicas de competição entre metrópoles enquanto montras de riqueza (Baptista e Nunes, 2004).

Se, numa fase inicial, a expansão para as periferias de Lisboa foi associada à construção de bairros suburbanos que veiculavam uma espécie de utopia da classe média (Nunes, 2011), o crescimento metropolitano rapidamente começou a revelar sinais de segregação residencial. Esta situação foi reforçada pelos sistemas viários e de transportes públicos, que contribuíram para aumentar a circulação dos residentes dentro destes bairros e para limitar a sua circulação para fora das fronteiras dos bairros (estimulando necessárias estratégias informais de transporte) (Cachado, 2008).

Todas estas novas realidades da metrópole – novos modos de vida urbanos, novas densidades, tipologias e lugares para a construção residencial, novos sentidos da mobilidade, suas escalas e estruturas, convívio com outros grupos sociais e étnicos –

parecem assustar populações pouco habituadas a lidar com tantas mudanças na vida colectiva. Surge a necessidade de intervenção política, que vai mudando o seu foco consoante os discursos produzidos sobre a cidade e a metrópole: “das cidades sustentadas, educadoras, digitais, saudáveis; às metrópoles sustentáveis, integradoras, tolerantes; às ecocidades” (Baptista e Nunes, 2004: 151).

Pensando na distribuição regional da população estrangeira residente, é de referir que cerca de três quartos dos estrangeiros com estatuto legal em Portugal residem nas regiões urbanas de Lisboa (distritos de Lisboa e Setúbal), Algarve (distrito de Faro) e Porto (distrito do Porto) (Pires et al., 2010: 62). Verifica-se bastante diferenciação na distribuição territorial conforme as nacionalidades dos estrangeiros residentes, o que poderá relacionar-se com as suas estratégias migratórias, redes sociais e com as possibilidades de trabalho. O território metropolitano de Lisboa, sendo o maior polo de residência de imigrantes e retornados em Portugal, é destino prioritário para os imigrantes africanos (sobretudo vindos dos PALOP) e destino maioritário para os imigrantes brasileiros (que se distribuem por quase todo o território português); já os imigrantes europeus encontram-se sobretudo no Algarve e na região de Lisboa (dos “cidadãos comunitários do Algarve” destacam-se as populações de nacionalidade inglesa e alemã, em idade activa bem como reformados; os restantes estrangeiros europeus provêm, sobretudo, de países do leste europeu) (Pires et al., 2010).

Em Portugal, os problemas de integração dos imigrantes e seus descendentes assumem grande relevância no território metropolitano de Lisboa, que se vê confrontado com mais problemas associados à etnicização da pobreza e da exclusão social. Não se trata, em geral, de espaços residenciais caracterizados pela concentração ou segregação exclusivamente de base étnica; a segregação étnica, parcialmente observável nas décadas de 1980 e 1990, foi endereçada por políticas específicas de realojamento⁹⁶, para além de se verificar uma maior dispersão dos

⁹⁶ Entre outras políticas mais vocacionadas para a regularização administrativa das migrações, desenvolvidas em Portugal nas últimas décadas (sobretudo após a criação do Secretariado Entre-Culturas, tendo a designação e o enfoque alterado entre apelos às minorias étnicas, à integração e ao diálogo intercultural, até à presente identificação como Alto Comissariado para as Migrações) e

imigrantes no território desde a viragem do milénio, o que contribuiu para a predominância de bairros onde se misturam vários grupos nacionais, incluindo portugueses. Apesar de não se tratar de bairros étnicos, continuam a existir problemas relacionados com a concentração populacional em condições urbanísticas degradadas, com dificuldades socioeconómicas que condicionam as oportunidades dos imigrantes e seus descendentes (Pires et al., 2010).

Das dificuldades identificadas em bairros periféricos com maior concentração de imigrantes e descendentes destaca-se um *deficit* de socialização em crianças e adolescentes (tanto na família como na escola, com ausências familiares explicadas por situações vulneráveis e horários extensos de trabalho, bem como por dificuldades acrescidas para superar o insucesso e o abandono escolar), socialização que se desenvolve sobretudo na rua e entre pares, num contexto em que se produzem discursos criminalizantes sobre a pobreza local e estigmatizantes destes bairros, aumentando a distância entre os seus residentes e a população maioritária (Malheiros e Mendes, 2007).

Lisboa observa de forma mais acentuada que a mudança social suscitada pelo crescimento metropolitano é contemporânea da mudança na composição populacional dos seus territórios. Esta visibilidade dos contrastes metropolitanos pode ser majorada pelo efeito de proximidade física entre o município de Lisboa e os subúrbios de malha densa (onde reside a maioria dos imigrantes e descendentes). Neste contexto multiplicam-se os discursos criminalizantes e estigmatizantes acima mencionados, o que contribui para reforçar a projecção de um efeito de insegurança na figura do estrangeiro/imigrante, sobretudo em tempos de escassez económica e de fragilização dos laços sociais. Trata-se da *mixofobia* referida por Bauman (2006), que conduz a reacções xenófobas derivadas, segundo o autor, da tentativa de salvar o que resta da solidariedade local.

Regressemos ao município de Lisboa para observarmos outros efeitos da metropolização ao nível da diversidade populacional. No contexto da afirmação de Lisboa como metrópole (séc. XXI) criou-se uma situação de tensão entre a densidade

particularmente celebradas pela atribuição do prémio European Public Sector Award de 2011 (ver Vieira et al., 2016).

da construção habitacional e a cada vez menor densidade residencial na cidade de Lisboa, em contraponto com a densidade residencial dos subúrbios (Nunes, 2011). Se, por um lado, esta transformação pode ser lida pelo prisma do crescimento dos subúrbios, por outro lado ela pode ser enquadrada num conjunto de questões relacionadas com processos de renovação urbana. Não se trata simplesmente do esvaziamento de edifícios na cidade; importa considerar esta observação face às transformações nos usos, usuários e formas do espaço urbano.

O enquadramento temático da transformação urbana (que inclui o debate em torno de conceitos tais como gentrificação, regeneração, renovação, recuperação e revitalização urbana), apesar de ultrapassar o objecto do presente capítulo e desta tese no geral, ajuda a captar algumas mudanças relacionadas com o espaço e a diversidade populacional que poderão constituir pistas importantes para ponderar o “intercultural turn” no contexto lisboeta. Esta expressão refere-se à mudança do enfoque político (que, por sua vez, evidencia mudanças nos sistemas de valores e atitudes sociais) em matéria de diversidade cultural, quando cada vez mais se propõe um direccionamento intercultural (ainda que a um nível mais retórico do que de *praxis* claramente identificável, observando-se muitas diferenças entre cidades, quais contextos prioritários para a definição e implementação destas políticas públicas) cujo argumentário mais consensual se baseia nas premissas (1) da interacção positiva na diversidade, (2) da promoção da igualdade e da cidadania e (3) das vantagens representadas pela diversidade (Zapata-Barrero, 2015).

Um dos modos em que a cidade se renova e moderniza é com a valorização da diversidade cultural urbana enquanto sector económico, através da constituição de mercados da diversidade cultural (Santos, 2014). Em Lisboa estes mercados apresentam um número crescente de produtores e consumidores, com produtos etno-culturais que vão das artes à gastronomia, dos cabeleireiros ao desporto e às medicinas alternativas. A sua espacialização difere consoante o produto, mas recai sobretudo nas áreas mais sujeitas a medidas de renovação urbana: centro histórico (Baixa, Rossio, Alfama, Martim Moniz – Almirante Reis, Bairro Alto) e frente ribeirinha (Cais do Sodré – Alcântara, Parque das Nações e Olivais). O eixo Martim Moniz – Almirante Reis tem conquistado particular visibilidade, não só pelo contributo decisivo

das actividades comerciais associadas às comunidades imigrantes para contrastar o declínio do comércio local, como também pela manutenção desse “capital multicultural” em movimentos de defesa da revitalização da Mouraria (Santos, 2014; para um estudo de caso sobre o processo de revitalização da Mouraria ver Corte-Real, 2015).

No âmbito da renovação urbana e da sua relação com a diversidade cultural é de referir a incorporação de estratégias de *social mix*⁹⁷ não só em modalidades mais contínuas de uso do espaço edificado (residencial, comercial, turístico) como também em eventos e projectos temporários, que são organizados de forma muito flexível ou até móvel, com redes temporárias complexas de pessoas e recursos, e focando em conteúdo *soft* em detrimento de formas construídas inflexíveis (Stevens e Ambler, 2010). Destacam-se, a este nível, diversas iniciativas de oferta cultural às quais têm sido atribuídos apoios públicos, sobretudo a partir do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa e da Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural (EGEAC). Estas iniciativas vão sendo actualizadas consoante o desenvolvimento e as prioridades dos discursos que as enformam. É o caso do antigo África Festival, que em 2009 deu lugar ao Rotas e Rituais (Santos, 2014). Destaca-se também o festival TODOS, que se realiza anualmente desde 2009 e que em cada edição vai sugerindo mapas temporários e actualizando as legendas do que se interpreta como interculturalidade e inclusão. As edições do TODOS até 2016 decorreram em três bairros/percursos (Mouraria/Intendente/Martim Moniz; São Bento/Santa Catarina/Poço dos Negros; e Colina de Santana), anunciando uma viagem pelo mundo sem sair de Lisboa e afirmando uma imagem de cidade comprometida com o diálogo intercultural, inter-religioso e inter-geracional (Vieira et al., 2016).

⁹⁷ A ideia de *social mix* no planeamento urbano tem um longo historial e tem sido discutida de forma crítica na academia. Wendy Sarkissian (1976) propôs ponderar os seguintes objectivos históricos do *social mix*: (1) elevar os *standards* das classes mais baixas através de um espírito de emulação; (2) encorajar a diversidade estética e elevar os *standards* estéticos; (3) encorajar a inter-fertilização cultural; (4) aumentar a igualdade de oportunidades; (5) promover a harmonia social através da redução de tensões sociais e raciais; (6) promover o conflito social (enquanto desafio de dissonância) de modo a potenciar a maturidade individual e social; (7) melhorar o funcionamento físico da cidade e dos seus habitantes (liderança, emprego e estabilidade económica, manter os serviços essenciais com custo mínimo); (8) ajudar a manter áreas residenciais estáveis; e (9) reflectir a diversidade do mundo moderno urbanizado.

Apresenta-se, assim, a construção simbólica de Lisboa renovada com um projecto urbano promotor da diversidade cultural, no qual a identidade lusófona assume um papel primordial, tanto ao nível interno para as políticas de reconhecimento da diversidade cultural, como ao nível internacional para a promoção da cidade de Lisboa como cidade aberta. Não devemos esquecer, porém, que esta lusofonia pós-colonial sucede uma profunda assimetria de estatutos, relação social da qual sobreviveram traços marcantes, mas cujos fundamentos morais e políticos foram deslegitimados (Marques, 2014).

Até à descolonização, a presença africana em Lisboa, apesar de ter mais de cinco séculos e envolver não só mobilidade forçada (tráfico e trabalho de escravos) como também voluntária (estudantes de origem africana), foi de alguma forma sendo apagada da memória da cidade (Carvalho, 2014). Quatro décadas após a descolonização, as atitudes dos portugueses face aos imigrantes e ao preconceito já evidenciam uma interiorização da norma anti-racista: a maioria das pessoas tende a responder positivamente a questões relacionadas com a integração de migrantes, recusando sentir negativamente a presença de outros grupos étnicos/nacionais. Porém, prevalece uma forte adesão a indicadores de racismo biológico, ou seja, a um conjunto de crenças sobre diferenças naturais/raciais na humanidade (Lopes e Roberto, 2011).

Apesar dos discursos públicos que enaltecem a construção intercultural e inclusiva da sociedade portuguesa, mantém-se uma alteridade estigmatizada sobretudo em torno dos imigrantes africanos, que se tornam particularmente associados a fenómenos de discriminação e problemas relacionados, sobretudo ao nível da afirmação identitária das segundas gerações, do enviesamento das percepções mediáticas e da representação exagerada de migrantes e seus descendentes na população desviante (Maciel, 2014). A prevalência destes indicadores de fechamento da sociedade portuguesa face aos imigrantes tem sido enquadrada pelo que autores como Jorge Vala e Cláudia Castelo (in Maciel, 2014: 368) ponderam como o “véu ideológico do lusotropicalismo”, o qual “é usado como dispositivo retórico, numa perspectiva acrítica e imobilista. Ontem, para legitimar o colonialismo português; hoje, para alimentar o mito da tolerância racial dos portugueses e até de

um nacionalismo português integrador e universalista, em contraponto com os “maus” nacionalismos, fechados, etnocêntricos e xenófobos.”

Reconhecer que prevalecem formas mais subtis de racismo (para um maior enquadramento histórico e teórico das questões da etnicidade e do racismo ver Silva, 2015, e sobre a sua relação com o nacionalismo ver Sobral, 2015) após a assunção da norma anti-racista não significa descurar os resultados do importante desenvolvimento de políticas direccionadas à população estrangeira residente em Portugal e, com particular efeito de concentração e visibilidade, na metrópole lisboeta. Pode ajudar-nos, porém, a ver como as mudanças induzidas por estas políticas influíram mais ao nível das atitudes face à diversidade cultural do que propriamente face a questões menos *soft* relacionadas com a integração e a cidadania das populações imigrantes e descendentes. É neste sentido que podem ser integradas as recomendações da ONU para a consideração da situação residencial dos imigrantes e seus descendentes e no âmbito da Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação racial⁹⁸ (CERD, 2017).

Importa, por fim, considerar que os imigrantes em Lisboa (bem como noutras cidades europeias), com todos os desafios de necessária consideração ao nível da promoção da sua integração e cidadania, actualmente não representam a população em mobilidade com maior peso demográfico. Os processos de transformação urbana acompanham a reconfiguração das próprias tipologias de mobilidade, sendo inquestionável a crescente importância do turismo no consumo de territórios urbanos (Urry, 1995). A mudança acontece não só no peso demográfico dos diferentes grupos em mobilidade, como também na estruturação de serviços públicos e privados a eles direccionados. Neste contexto, um dos factores distintivos de uma cidade como Lisboa pode ser, precisamente, a forma como comunica a sua abertura e integração da diversidade cultural.

⁹⁸ Após congratular as boas práticas do Estado português nesta matéria, a ONU recomenda: reforçar a acção no sistema judicial, ponderando o que leva à falta de queixas de discriminação racial; investir no combate ao discurso racista e ao abuso da força pelas autoridades; desenvolver a Estratégia para a Integração de Ciganos; e incluir as queixas da comunidade afrodescendente para a compreensão sobre a situação da discriminação em Portugal.

Síntese – Parte 3

Se na parte 2 o ambiente foi o conceito norteador da análise da informação empírica, na **parte 3: Do ambiente de origem ao território de chegada** – considerou-se o material empírico recolhido a partir das lentes das mobilidades e dos territórios de chegada. O capítulo 9. Mobilidades, migrações e trajectórias – iniciou com o enquadramento teórico e conceptual do paradigma das mobilidades e da era das migrações, com enfoque nas migrações internacionais. Foram apresentadas as trajectórias de mobilidade (percursos no espaço e no tempo) dos migrantes e refugiados entrevistados, bem como das suas redes pessoais e familiares de referência, enquadrando esta amostra nos fluxos migratórios de Cabo Verde para Portugal e da Etiópia e Eritreia para Itália. A integração das trajectórias dos entrevistados e dos seus antecedentes ajuda a visualizar as possibilidades de realizar a mobilidade a partir dos diferentes contextos espaciais e temporais.

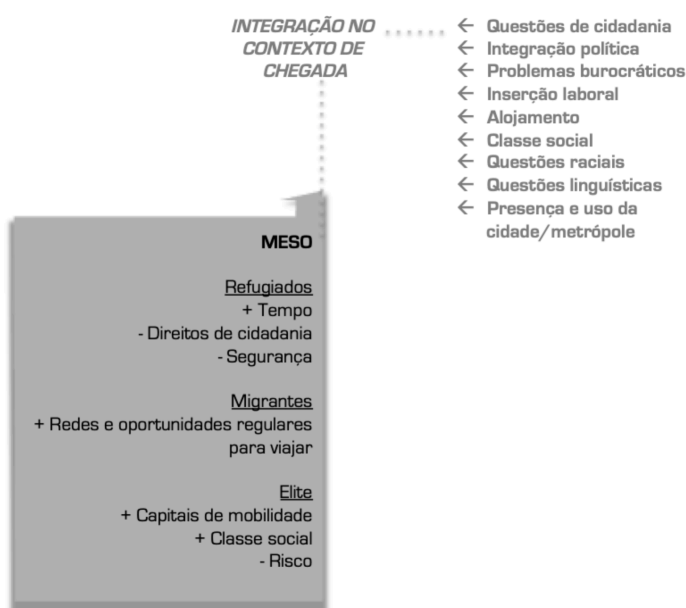
No capítulo 10. Entre os contextos de origem e de chegada – reflectimos sobre dimensões (pós)coloniais e de desigualdade destes percursos, partindo de uma reflexão sobre o papel da colonização na construção do mundo moderno (com impactos na forma como socialmente se encara o estrangeiro, o sujeito racializado, mas também o mundo natural, o ambiente). Após breve distinção dos casos coloniais considerados, foram apresentadas as histórias e memórias coloniais dos entrevistados. Por fim, explorando a relação entre mobilidade e imobilidade, foram percorridos os sentidos atribuídos à mobilidade (sobretudo direccionada a Portugal e Itália) pelos entrevistados e na sua relação com quem permaneceu nos contextos de origem.

A necessidade do capítulo 11. Do Mediterrâneo à Europa: situação dos refugiados no séc. XXI — foi sentida com o agravamento da situação dos refugiados que procuravam entrar na Europa. O capítulo iniciou com a narrativa biográfica de um refugiado entrevistado em 2012, o caso exemplar de um percurso de mobilidade com múltiplas etapas (em África, nas travessias marítima e terrestres para e na Europa e posteriormente para os EUA). A partir da situação dos refugiados em Itália (e, no geral, no país no qual iniciam o processo de requerimento de asilo), ponderámos o impacto

do regime de Dublin nos seus percursos e na limitação dos seus direitos de mobilidade. Por fim, apresentou-se uma análise da imprensa escrita italiana focada na questão dos refugiados no Mediterrâneo, sendo a análise apresentada a par da evolução temporal desta questão e ao nível da evolução temática dos recortes mediáticos recolhidos (entre 2013 e 2015).

No capítulo 12. Cidades de chegada – as entrevistas e a observação participante foram localmente enquadradas. Neste capítulo foi feita a contextualização dos grupos etíopes e eritreus no contexto de Bolonha, capital regional e eixo de mobilidades cujas transformações (físicas, mas também ao nível da composição populacional) ocorrem com particular incidência à escala do município. No caso específico dos eritreus, Bolonha é também recordada como sendo a capital no exílio, dado o seu acolhimento do Festival Eritreu, que é aqui referenciado, ao que se segue uma apresentação sintética sobre os desafios de integração destas comunidades em Bolonha. Partimos de seguida para o enquadramento local dos migrantes cabo-verdianos entrevistados em Lisboa, tendo-se apresentado os desafios de integração que foram percebidos sobre este grupo migrante. O capítulo finalizou com uma reflexão sobre o contexto (urbano e metropolitano) de crescimento de Lisboa e o seu cruzamento com diversos discursos e práticas face à diversidade cultural .

Figura 18: Modelo de análise/súmula Parte 3



CONCLUSÃO

Ao término deste percurso, regressamos à pergunta de partida: como é que os factores ambientais são vividos e percebidos no âmbito da experiência de mobilidade de migrantes e refugiados africanos residentes na Europa? Neste trabalho doutoral, o âmbito vasto da pergunta inicial foi restringido a grupos de migrantes e refugiados etíopes e eritreus residentes em Bolonha, Itália, e migrantes cabo-verdianos residentes em Lisboa, Portugal. Procurou-se reflectir sobre o material empírico recolhido a partir das percepções sobre o ambiente e das vivências das mobilidades e dos territórios, em consonância com a abordagem metodológica construída e face ao agravamento de algumas dimensões imprevistas (pelo menos em termos de escala) na projectação deste trabalho doutoral (sobretudo questões ambientais relacionadas com a erupção vulcânica na Ilha cabo-verdiana do Fogo em 2014/2015, e questões de mobilidades relacionadas com a situação dos refugiados no Mediterrâneo, com número mais elevado de travessias marítimas em 2015).

Neste trabalho de índole qualitativa foram recolhidas percepções leigas sobre questões ambientais que encontram eco noutros estudos e abordagens analíticas: o ambiente como meio físico, como suporte para questões estruturais aos níveis económico e político, como cenário de desastres naturais e como alvo de modernização e superação para fins humanos. Esta recolha enriquece com o confronto entre as percepções mais gerais sobre o ambiente e as considerações dos entrevistados em matéria de mobilidades. Por outras palavras, o contributo mais específico desta tese reside na leitura sobre os modos em que as questões ambientais podem ser projectadas nas motivações para a mobilidade, tendo como sujeitos de enunciação migrantes e refugiados provenientes de países africanos identificados com problemas ambientais de longo termo, residentes em países do sul europeu com ligações pós-coloniais aos seus contextos de origem.

Para a análise da informação recolhida, foram considerados factores macro (económicos, políticos, sociais, ambientais) nos contextos de origem, factores meso (facilitadores e obstáculos à mobilidade) e micro (características pessoais e familiares,

percursos formativos) com potencial impacto nos contextos de origem, trânsito e chegada (Figura 15). Adicionalmente, foram ponderados diferentes desafios de integração dos grupos migrantes considerados nas cidades sul europeias em que se reinstalaram, permitindo uma melhor compreensão das suas situações de vida – e, potencialmente, dos factores que possam motivar alguma distância para outras leituras sobre os seus países de origem, nomeadamente ao nível das memórias sobre problemas ambientais.

Figura 19: Modelo de análise/súmula final: decisão migratória e integração no contexto de chegada



As questões ambientais foram lidas em diferentes perspectivas. Numa leitura de ambiente-natureza, meio físico cuja definição dos problemas a que é sujeito é remetida para especialistas, os entrevistados consideraram que as questões ambientais, sendo importantes para a qualidade de vida de quem permanece nos seus países de origem, não são os problemas mais urgentes nem os factores determinantes para a decisão de migrar. Observou-se, sobretudo junto de refugiados etíopes e

eritreus, uma certa normalização dos problemas ambientais, considerados características com as quais a população tinha aprendido a lidar.

Lendo o ambiente a partir de uma lente mais estrutural, este aproxima-se de questões políticas e económicas nos países de origem, identificadas como os principais âmbitos de motivação para a mobilidade dos entrevistados (para os refugiados sobretudo políticas, para os migrantes maioritariamente económicas). Identificando as questões ambientais na base dos recursos humanos, os problemas do ambiente são associados a problemas sociais complexos, ao exemplo de situações de seca, pobreza e fome. Para além desta visão do ambiente como recurso, ele pode também ser considerado mais próximo a um conceito de território, politicamente regimentado, gerido e planeado, com impactos no acesso e na distribuição desiguais de recursos naturais (nomeadamente em épocas coloniais). Esta vertente de ambiente-estrutura, apesar de menos clarificadora para o isolamento dos factores ambientais nas motivações migratórias, dá a conhecer algumas das estratégias familiares dos entrevistados face aos problemas ambientais nos contextos de origem – em particular, a importância das remessas (por migrantes e refugiados) em fases de escassez de água, produção agrícola insuficiente e/ou de encarecimento alimentar; tais remessas dependem da efectivação da mobilidade.

Na dimensão de maior emergência visível dos problemas ambientais, reflectida a partir da erupção vulcânica da Ilha do Fogo, o impacto decorrente deste evento foi reflectido a partir do seu impacto numa região mais pobre que a média de Cabo Verde e mais dependente dos sectores económicos afectados. Porém, os entrevistados consideraram que a população deslocada na decorrência da erupção tenderá a regressar ao mesmo local assim que possível, dada a valorização da produtividade agrícola e a identificação pessoal e comunitária com o vulcão; as excepções seriam os casos de afectados que não eram proprietários das terras e que tinham redes de apoio para a sua migração para outros países (sobretudo EUA). Destaca-se, ainda, o impasse sobre a consideração de um desastre natural (tal como indicam as narrativas oficial e mediática a respeito desta “catástrofe”, bem como algumas imagens percebidas ao nível das migrações forçadas com necessidade de apoio) ou de um potencial impacto agravado por opções inadequadas na reconstrução nesta Ilha, que passaram

pela reincidência em zonas de risco – ou seja, a leitura de um desastre ambiental porque social, e não tanto natural.

As questões ambientais foram ainda ponderadas como alvo de modernização e superação para fins humanos, tanto nos impactos da intervenção humana no ambiente (sobretudo ao nível da desflorestação e do crescimento urbano) como ao nível dos progressos sociais que permitiram lidar com maior distância e controlo sobre os problemas ambientais, em particular a evolução da educação a par do surgimento de novos tipos de trabalho (mais urbanos) com menor dependência de factores ambientais (destacando-se que a opção migratória de alguns entrevistados foi directamente relacionada à procura de continuidade dos seus percursos de formação, ou a um nível mais geral à procura de um futuro diferente do que lhes era possível no contexto de origem). Esta conclusão, face às entrevistas realizadas, permite-nos ponderar a intergeracionalidade das migrações ambientais, também porque os migrantes (internacionais) entrevistados referiram, sobretudo no caso dos etíopes, provir de cidades e descender de antigos migrantes rurais (internos), o que pode inscrever os seus antecedentes em movimentos mais gerais de crescimento urbano e reconversão profissional, mais reflectidos em estudos sobre o êxodo rural.

A partir desta leitura de efeitos positivos da mudança social sobre questões ambientais, destacou-se a esperança dos entrevistados na formação e na internacionalização para superar os problemas ambientais nos contextos de origem, tanto através das já referidas remessas, como ao nível da modernização ecológica e do investimento (público e privado) crescente na acção climática e na protecção ambiental.

A integração dos entrevistados em percursos de mobilidade diferenciados também foi reflectida, em particular no que diz respeito à distância entre as experiências sociais de mobilidade de migrantes e refugiados. Também nos interessava perceber melhor os enquadramentos específicos das experiências sociais de mobilidade consideradas, pelo que foi importante conhecer as trajectórias dos entrevistados e dos seus grupos de referência. Estas diferentes experiências sociais também podem ser reflectidas na forma como os factores macro têm um impacto diferente em diferentes situações pessoais. Por exemplo, foram entrevistados

refugiados mas também migrantes que referiram, em comum, terem saído dos seus países por motivações sobretudo políticas; porém, se em alguns casos houve a possibilidade de efectuar a viagem para Itália de forma regular (partindo de situações com maior capital financeiro, melhor conhecimento da língua italiana, situação profissional, etc.), noutros casos isso não foi possível. Também para as restantes dimensões macro, incluindo a ambiental, esta diferença (de possibilidade — próxima de uma leitura de capital — de mobilidade) pode ser ponderada.

Tal como o ambiente significa mais do que uma visão estrita de meio físico, as mobilidades ultrapassam em larga medida o conceito de movimento, podendo ser melhor compreendidas enquanto processos diferenciados no acesso a direitos de cidadania, reflectindo-se na presença e produção de diferentes espaços, com diferentes meios e acesso desigual a recursos (naturais, económicos, etc.) nos contextos de origem, trânsito e chegada.

Por fim, podemos considerar que o caminho que tem sido empreendido, no sentido da produção científica que visa compreender a evolução do problema social das migrações ambientais (que vem sendo ponderado de diferentes ângulos) e o diálogo no sentido de apoiar o desenvolvimento de políticas públicas direccionadas, é um caminho positivo. Do ponto de vista da sensibilização pública e da pressão para manter estas questões na agenda política, a atenção mediática é importante e o papel histórico da sociedade civil organizada para as questões do ambiente e das migrações é fundamental. Surgem, porém, alguns problemas importantes de ponderar, nomeadamente ao nível da comunicação — como falar de migrações ambientais em época de assumida crise ambiental e de maior sensibilização às questões migratórias, também tendo em conta os discursos e as práticas políticas que se foram firmando nos últimos tempos como resposta? Outro questionamento possível diz respeito ao lugar dos migrantes e dos refugiados na produção científica e, sobretudo, de políticas públicas — como é que os protagonistas da mobilidade são integrados na elaboração de respostas a eles direccionadas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Legislação e convenções

ACNUR (2010). *Convention and Protocol Relating to the Status of Refugees*. Genebra: ACNUR – Agência da ONU para os Refugiados.

CE (2001). *Council Directive 2001/55/EC of 20 July 2001 on minimum standards for giving temporary protection in the event of a mass influx of displaced persons and on measures promoting a balance of efforts between Member States in receiving such persons and bearing the consequences thereof*. Bruxelas: Council of the European Union.

CE (2003). *Council Directive 2003/86/EC of 22 September 2003 on the Right to Family Reunification*. Bruxelas: Council of the European Union.

CE (2004). *Council Directive 2004/83/EC of 29 April 2004 on minimum standards for the qualification and status of third country nationals or stateless persons as refugees or as persons who otherwise need international protection and the content of the protection granted*. Luxemburgo: European Community.

ONU (1948). *Universal Declaration of Human Rights*. Paris: United Nations General Assembly.

UE (2011). *Directive 2011/95/EU of the European Parliament and of the Council of 13 December 2011 on standards for the qualification of third-country nationals or stateless persons as beneficiaries of international protection, for a uniform status for refugees or for persons eligible for subsidiary protection, and for the content of the protection granted*. Estrasburgo: European Parliament and Council.

UE (2013a). *Regulation (EU) No 604/2013 of the European Parliament and of the Council of 26 June 2013 establishing the criteria and mechanisms for determining the Member State responsible for examining an application for international protection lodged in one of the Member States by a third-country national or a stateless person*. Bruxelas: European Parliament and Council.

UE (2013b). *Regulation (EU) No 603/2013 of the European Parliament and of the Council of 26 June 2013 on the establishment of 'Eurodac' for the comparison of fingerprints for the effective application of Regulation (EU) No 604/2013 establishing the criteria and mechanisms for determining the Member State responsible for examining an application for international protection lodged in one of the Member States by a third-country national or a stateless person and on requests for the comparison with Eurodac data by Member States' law enforcement authorities and Europol for law enforcement purposes, and amending Regulation (EU) No 1077/2011 establishing a European Agency for the operational management of large-scale IT systems in the area of freedom, security and justice*. Bruxelas: European Parliament and Council.

UE (2015). *Council Decision (EU) 2015/1601 of 22 September 2015 establishing provisional measures in the area of international protection for the benefit of Italy and Greece*. Bruxelas: Council of the European Union.

UNFCCC (2015). *Paris Agreement*, Authentic text. http://unfccc.int/files/essential_background/convention/application/pdf/english_paris_agreement.pdf (16/06/2017).

Fontes estatísticas

ACNUR (Agência das Nações Unidas para os Refugiados): <http://popstats.unhcr.org>

ACNUR (2015). "Mid-year statistics". *Population statistics*, UNHCR – The UN Refugee Agency, disponível em <http://www.unhcr.org/statistics/mid2015stats.zip>. (11/04/2016).

ACNUR (2016). "Evolution – Mediterranean Sea". *Refugees/Migrants Emergency Response – Mediterranean*, UNHCR – The UN Refugee Agency, disponível em <http://data.unhcr.org/mediterranean/regional.php> (04/02/2016).

AED (African Elections Database): <http://africanelections.tripod.com>

Central Statistical Agency of Ethiopia: <http://www.csa.gov.et>

CIA (2015). *The World Factbook*. Consulta sobre Etiópia, Eritreia, Cabo Verde, Portugal e Itália em 24/04/2015, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

EASO (2015). *Country of Origin Information Report. Eritrea Country Focus*. European Asylum Support Office. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.

EDHS (Eritrea Demographic and Health Survey): 1995 (<https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR80/FR80.pdf>), 2002 (<https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR137/FR137.pdf>), 2010 (ver NSO Eritrea & Fafo AIS, 2013).

IDCM (Internal Displacement Monitoring Centre): <http://www.internal-displacement.org>

INE (Instituto Nacional de Estatística — Portugal): <https://ine.pt>

INE-CV (Instituto Nacional de Estatística — Cabo Verde): <http://ine.cv>

INE-CV (2010). *RGPH – Cabo Verde em números. Recenseamento Geral da População e de Habitação*. Praia: Instituto Nacional de Estatística.

INE-CV (2014). *Inquérito Multi-Objectivo Contínuo 2013. Estatísticas das Migrações*. Praia: Instituto Nacional de Estatística.

IOM (2016). “Latest global figures”. *Missing Migrants Project*, Genebra: Organização Internacional para as Migrações, disponível em <http://missingmigrants.iom.int/latest-global-figures> (11/04/2016).

IOM (2016b). “Mediterranean Sea – Data of Missing Migrants”. *Missing Migrants Project*, Geneva: International Organization for Migration, disponível em <http://missingmigrants.iom.int/Mediterranean> (04/02/2016).

ISTAT (Istituto Nazionale di Statistica — Itália): <https://www.istat.it>

EASO (2015). *Country of Origin Information Report. Eritrea Country Focus*. European Asylum Support Office. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.

Frontex (European Border and Coast Guard Agency):
<https://frontex.europa.eu/publications>

Frontex (2016a). "Central Mediterranean Route". European Agency for the Management of Operational Cooperation at the External Borders of the Member States of the European Union, disponível em <http://frontex.europa.eu/trends-and-routes/central-mediterranean-route/> (18/01/2016).

Frontex (2016b). "Eastern Mediterranean Route". European Agency for the Management of Operational Cooperation at the External Borders of the Member States of the European Union, disponível em <http://frontex.europa.eu/trends-and-routes/eastern-mediterranean-route/> (18/01/2016).

Kushminder, K. e Siegel, M. (2010). "Understanding Ethiopian Diaspora Engagement Policy". *UNU-MERIT Working Paper Series*, #2011-040, Maastricht Graduate School of Governance.

NSO e Fafo AIS (2013). *Eritrea Population and Health Survey 2010*. Asmara: National Statistics Office e Fafo Institute for Applied International Studies.

PORDATA (Base de Dados Portugal Contemporâneo): <https://www.pordata.pt>

SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras — Portugal) relatórios estatísticos anuais: <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>

SEFSTAT (portal de estatística do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras — Portugal): <https://sefstat.sef.pt>

UN Data (congrega bases de dados estatísticas da ONU): <http://data.un.org>

UN DESA (United Nations Department of Economic and Social Affairs): <https://www.un.org/development/desa/publications/publication>

Bibliografia geral

Adam, B. (1998). *Timescapes of modernity: environment and invisible hazards*. Nova Iorque: Routledge.

Adoni, H. & Mane, S. (1984). "Media and the social construction of reality. Toward an integration of theory and research". *Communication Research*, 11 (3), p. 323-340.

Almeida, M.V. (2018) "Entrevista QI – Miguel Vale de Almeida – Ninguém imagina (de verdade) um português negro". *QI News*, <https://qinews.pt/entrevista-qi-miguel-vale-de-almeida-ninguem-imagina-de-verdade-um-portugues-negro/> (11/11/2018).

Arnone, A. (2010). *Being Eritrean in Milan. The constitution of identity*. PhD thesis on Social Anthropology and Migration Studies, University of Sussex, consultado a 25/08/2012 (<http://eprints.sussex.ac.uk>).

Baganha, M.I. (2009). "The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends". *International Migration*, Special Issue on Migration in the Lusophone World, Vol. 47 (3), p. 196-210.

Baptista, L. (2012). "Le monde des mobilités. Globalisation, territoire et capital de mobilité". In F. Diogo, R. L. Gonçalves & L. Tomás (Dir.) *Les nouvelles configurations de la mobilité humaine*. Fribourg: Academic Press Fribourg, pp. 15-23.

Baptista, L. e Silva Nunes, J.P. (2004). "Portugal, Lisboa e a Metrópole: aspectos sócio-demográficos de uma discussão recente". *GeoInova — Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional (UNL)*, n.º 10, p. 145-156.

Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bassand, M. e Brulhardt, M.C. (1980). *Mobilité spatiale*. Georgi: Saint-Saphorin.

Bauman, Z. (2000). *Liquid modernity*. Cambridge/UK & Malden/USA: Polity.

Bauman, Z. (2006). *Confiança e medo na cidade*. Lisboa: Relógio D'Água.

Beck, U. (2005). *Risk society: towards a new modernity*. Londres: Sage.

Beck, U. (2015). *Sociedade do risco mundial: em busca da segurança perdida*. Lisboa: Edições 70.

Beck, U., Giddens, A. e Lash, S. (2000). *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna*. Oeiras: Celta.

Bergamaschi, M., Castrignanò, M. e De Rubertis, P. (2014). "The homeless and public space: urban policy and exclusion in Bologna". *Revue Interventions économiques* [En ligne], 51, consulta 26/03/2017. <http://interventionseconomiques.revues.org/2441>

Berger, P. & Luckmann, T. (1966). *The social construction of reality*. Garden city/Nova Iorque: Doubleday and Co.

Bertaux, D. (2010). *L'enquête et ses méthodes. Le récit de vie*. 3ª edição. Paris: Armand Colin.

Bigo, D. (2008). "International Political Sociology". In Williams, P. (Ed.). *Security Studies: An Introduction*. Londres: Routledge.

Bettini, G. (2013). *Climatised Moves — Climate-induced Migration and the Politics of Environmental Discourse*. Tese de Doutorado/Lund Dissertations in Sustainability Science 5, Lunds universitet.

Black, R. (2001). *Environmental Refugees: myth or reality?*. Brighton: University of Sussex.

Black, R., Adger, W., Arnell, N., Dercon, S., Geddes, A. & Thomas, D. (2011). "The effect of environmental change on human migration". *Global Environmental Change*, Vol. 21S, p. S3-S11.

Boano, C., Zetter, R. e Morris, T. (2008). *Environmentally displaced people — Understanding the linkages between environmental change, livelihoods and forced migration*. Oxford: Refugee Studies Centre, University of Oxford.

Boas, I. (2015). *Climate Migration and Security – Securitisation as a Strategy in Climate Change Politics*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Bourne, M. (2014). *Understanding Security*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Brown, L., Mcgrath, P. e Stokes, B. (1976). *Twenty two dimensions of the population problem*. Worldwatch Paper 5, Washington DC: Worldwatch Institute.

Brown, O. (2008). "Migration and Climate Change". *IOM Migration Research Series*, N.º 31, Genebra: OIM.

Cabral, I., Santos, M.E.M, Soares, M.J.. e Torrão, M.M.F. (2001). "Cabo Verde: uma experiência colonial acelerada (Séculos XVI-XVII)". *Africana*, Vol. 6 (especial), p. 49-78.

Cachado, R. (2008). *Hindus da Quinta da Vitória em processo de realojamento: uma etnografia na cidade alargada*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCTE.

Cádima, F. & Figueiredo, A. (Coords.) (2003). *Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa*. Lisboa: estudo realizado pelo OBERCOM para o ACIME com o apoio da FCT.

Callenbach, E. (1975). *Ecotopia*. S/local, edição de autor: Banyan Tree Books.

Capalbo, G. (1982). "Indagine sui lavoratori eritrei a Roma". *Affari Sociali Internazionali*, Vol. 10 (3), p. 61-71.

Carreira, A. (1977a). *Cabo Verde: classes sociais, estrutura familiar, migrações*. Lisboa: Ulmeiro.

Carreira, A. (1977b). *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Ciências Humanas e Sociais.

Carson, R. (2000 [1962]). *Silent Spring*. S/local: Penguin Classics.

Carvalho, F.A. (2010). *Migração em Cabo Verde: Perfil Nacional 2009*. Genebra: OIM.

Carvalho, F.A. (2014). "O lugar dos negros na imagem de Lisboa". In Marques, M.M. (Org.) *Lisboa multicultural*. Lisboa: Fim de Século, p. 339-364.

Carvalho, N. (2007). *O ambiente como problema social em Portugal*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente / OIKOS.

Castles, S. (2001). *Environmental Change and Forced Migration*. Oxford: Refugee Studies Centre, University of Oxford.

Castles, S., de Haas, H. e Miller, M.J. (2014). *The age of migration. International population movements in the modern world*. 5^a edição. Hampshire/UK e Nova Iorque/EUA: Palgrave Macmillan.

Catton, W. e Dunlap, R. (1978). "Environmental sociology: a new paradigm". *The American Sociologist*, 13, p. 41-49.

Catton, W. e Dunlap, R. (1980) "A new ecological paradigm for post-exuberant sociology". *American Behavioral Scientist*, Vol. 24 (1), p. 15-47.

CERD (2017). *Concluding observations on the fifteenth to seventeenth periodic reports of Portugal*, United Nations Committee on the Elimination of Racial Discrimination, CERD/C/PRT/CO/15-17. Disponível em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G17/021/40/PDF/G1702140.pdf?OpenElement> (10/03/2017).

COIE (2016). *Report of the commission of inquiry on human rights in Eritrea*. Disponível em <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/CoIEritrea/Pages/commissioninquiryonhrinEritrea.aspx> (04/12/2016).

Cordeiro, G.I. (2003). "A antropologia urbana entre a tradição e a prática". In Cordeiro, G.I., Baptista, L.V. e Firmino da Costa, A. (Orgs.). *Etnografias urbanas*. Oeiras: Celta, p. 3-32.

Correia e Silva, A.L. (1996). *Histórias de um Sahel insular*. 2ª edição. Praia: Spleen.

Corte-Real, M. (2015). *Shaping a Territory – The revitalization process of Mouraria*. Tese de Doutoramento. Lisboa: NOVA FCSH.

Cresswell, T. (2006). *On the move: Mobility in the modern western world*. Londres: Routledge.

D'Angelo, P. (2002). "News framing as a multiparadigmatic research program: a response to Entman". *Journal of Communication*, 52 (4), pp. 870-888.

De Lucas, J. (2016). *Mediterráneo: El naufragio de Europa*. 2ª edição. Valencia: Tirant Humanidades.

Del Boca, A. (2012). *Gli italiani in Africa Orientale. I. Dall'Unità alla marcia su Roma*. Trento: Oscar Mondadori.

Dunlap, R. & Catton, W. (1994). "Struggling with human exemptionalism: The rise, decline and revitalization of environmental sociology". *The American Sociologist*, Vol. 25 (1), p. 5-30.

Dunlap, R. E., e Van Liere, K. D. (1978). "The 'new environmental paradigm': a proposed measuring instrument and preliminary results". *Journal of Environmental Education*, Vol. 9, pp. 10-19.

EEA (2010). *The territorial dimension of environmental sustainability. Potential territory indicators to support the environmental dimension of territorial cohesion*. EEA Technical Report No.9/2010. Copenhagen: European Environment Agency.

El-Hinnawi, E. (1985). *Environmental refugees*. Nairobi: UNEP.

Entman, R. (1993). "Framing: toward clarification of a fractured paradigm". *Journal of Communication*, 43 (4), pp. 51-58.

Evangelatou, M. (2013). "The symbolic language of Ethiopian crosses: visualizing history, identity and salvation through form and ritual". *2013 Hawaii University International Conferences — Arts, Humanities and Social Sciences*. Honolulu: AHS Proceedings.

Évora, I. (2007) "'Minha gente, minha terra' — As atribuições sociais do papel de emigrante". In Grassi, M. e Évora, I (Orgs.) *Género e migrações cabo-verdianas*. Lisboa: ICS, p. 63-98.

Farbotko, C. e Lazrus, H. (2012). "The first climate refugees? Contesting global narratives of climate change in Tuvalu". *Global Environmental Change*, Vol. 22 (2), p. 382-390.

Ferrarotti, F. (1997). *Introduzione alla sociologia*. 2ª edição. Roma: Editori Riuniti.

Ferrarotti, F. (2011). *L'empatia creatrice. Potere, autorità e formazione umana*. Roma: Armando Editore.

Folke, C., Carpenter, S., Elmqvist, T., Gunderson, L., Holling, C.S. e Walker, B. (2002). "Resilience and Sustainable Development: Building Adaptive Capacity in a World of Transformations". *Ambio*, Vol. 31 (5), p. 437-440.

Foresight (2011). *Migration and Global Environmental Change*. Final Project Report. Londres: The Government Office for Science.

Franzen, A. e Vogl, D. (2013). "Two Decades of Measuring Environmental Attitudes: A Comparative Analysis of 33 Countries". *Global Environmental Change*, Vol. 23 (5), p. 1001-1008.

Frisby, D. e Featherstone, M. (1997). (Eds.) *Simmel on Culture*. Londres: Sage Publications.

Genovese, A. e Vieira, I. (2016). "Interculturalidade e reflexão pedagógica em contexto de mudança social — Entrevista a Antonio Genovese". *Forum Sociológico*, Vol. 28 "Interculturalidade e Educação", p. 77-86.

Getahun, S. A. (2007). *The history of Ethiopian immigrants and refugees in America, 1900–2000: patterns of migration, settlement, survival and adjustment*. Nova Iorque: LFB Scholarly Publishing LLC.

Giddens, A. (2009). *Sociologia*. 9ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Giddens, A. (2015). *The Politics of Climate Change*. 2ª edição. Cambridge UK e Malden MA EUA: Polity.

Góis, P. (2006). *Emigração cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: ACIME.

Governo de Cabo Verde (2015). *Avaliação das Necessidades Pós-Desastre (PDNA) Erupção vulcânica no Fogo 2014-2015*. Governo de Cabo Verde.

Grafmeyer, Y. (1995). *Sociologia urbana*. Mira Sintra: Europa-América.

Grassi, M. (2007). "Cabo Verde pelo Mundo: o género na diáspora cabo-verdiana". In Grassi, M. & Évora, I (Orgs.) *Género e migrações cabo-verdianas*. Lisboa: ICS, p. 23-61.

Grassi, M. e Évora, I (2007). "Introdução". In Grassi, M. e Évora, I. (Orgs.) *Género e migrações cabo-verdianas*. Lisboa: ICS, p. 13-22.

Hajer, M. (1995). *The Politics of Environmental Discourse: Ecological Modernization and the Policy Process*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Halbwachs, M. (2010). *Morfologia social*. (Ed. original *Morphologie sociale*, Armand Colin, 1970). Lisboa: Edições 70.

Halter, M. (2009). *A Rainha de Sabá*. Lisboa: Bizâncio.

Harvey, D. (1989). *The condition of postmodernity: An inquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Blackwell.

Hawley, A. (1944). "Ecology and human ecology". *Social Forces*, Vol. 122, p. 398-405.

Hawley, A. (1950). *Human ecology: a theory of community structure*. Nova Iorque: Ronald Press Co.

Hawley, A. (1986). *Human ecology: a theoretical essay*. Chicago: The University of Chicago Press.

Holling, C.S. (1973). "Resilience and stability of ecological systems". *Annual Review of Ecology and Systematics*, Vol. 4, p. 1-23.

Holsti, O. (1968). "Content analysis in political research". In D. Bobrow e J. Schwartz (Eds.) *Computers and the policy-making community*. Englewood Cliffs NJ: Prentice Hall, p. 111-153.

HRW (2016). *World Report 2016*. Human Rights Watch, disponível em https://www.hrw.org/sites/default/files/world_report_download/wr2016_web.pdf.

IISD (2015). "The Importance of Social Science Research for Understanding Climate Change Induced Migration". Presented by: Lund University, Lancaster University and University of Hamburg, Coverage of Selected Side Events at UNFCCC COP 21 – Highlights for Tuesday, 1 December 2015, disponível em <http://www.iisd.ca/climate/cop21/enbots/1dec.html#event-1> (15/12/2015).

Inglehart, R. (1977). *The Silent Revolution. Changing Values and Political Styles among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press.

Ionesco, D, Mokhnacheva, D. e Gemenne, F. (2016). *Atlas des Migrations Environnementales*. Paris: SciencesPo/IOM.

IPCC (1992). *Climate change: The IPCC 1990 and 1992 Assessments*. WMO/UNEP.

IPCC (2007). — Parry, M., Canziani, O., Palutikof, J., der Linden, P. e Hanson, C. (Eds.) *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University press.

IPCC (2012). — Field, C.B., Barros, V., Stocker, T.F., Qin, D., Dokken, D.J., Ebi, K.L., Mastrandrea, M.D., Mach, K.J., Plattner, G.-K., Allen, S.K., Tignor, M. e Midgley, P.M. (Eds.) *Managing the risks of extreme events and disasters to advance climate change adaptation*. Special report of the IPCC. Cambridge: Cambridge University Press.

IPCC (2013). — Stocker, T.F., Qin, D., Plattner, G.-K., Tignor, M., Allen, S.K., Boschung, J., Nauels, A., Xia, Y., Bex, V. e Midgley, P.M. (Eds.) *Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the IPCC Fifth Assessment Report*. Cambridge: Cambridge University Press.

IPCC (2014). — Field, C.B., Barros, V.R., Dokken, D.J., Mach, K.J., Mastrandrea, M.D., Bilir, T.E., Chatterjee, M., Ebi, K.L., Estrada, Y.O., Genova, R.C., Girma, B., Kissel, E.S., Levy, A.N., MacCracken, S., Mastrandrea, P.R., e White, L.L. (Eds.) *Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part A: Global and Sectoral Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the IPCC*. Cambridge: Cambridge University Press. [Destaque 12.4 “Migration and Mobility Dimensions of Human Security”, grupo de trabalho II]

Kaufmann, V., Bergman, M. M. & Joye, D. (2004). “Motility: Mobility as Capital”. *International Journal of Urban and Regional Research*, 28.4, p. 745-756.

King, R., Black, R., Collyer, M., Fielding, A. e Skeldon, R. (2010). *The Atlas of Human Migration. Global patterns of people on the move*. Brighton UK: Earthscan.

Kingsley, P. (2016). *A nova odisséia. A história da crise europeia dos refugiados*. Lisboa: Relógio D'Água.

Koziner, N. (2015). "Framing: a research program for media communications studies". *Revista Interamericana de Comunicación Midiática*, 14 (28), p. 22-45.

Labanca, N. (2002). *Oltremare. Storia dell'espansione coloniale italiana*. Bolonha: il Mulino.

Laczko, F. e Aghazarm, C. (2009). "Chapter I: Introduction and Overview: Enhancing the Knowledge base". In Laczko, F. e Aghazarm, C. (Eds.) *Migration, Environment and Climate Change: Assessing the Evidence*. International Organization for Migration & United Nations University – Institute for Environment and Human Security, ccema and The Rockefeller Foundation.

Latouche, S. (2012). *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Lisboa: Edições 70.

Lechner, E. (2009a). "Migração, pesquisa biográfica e emancipação social: Contributo para a análise dos impactos da pesquisa biográfica junto de migrantes". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 85, p. 43-64.

Lechner, E. (2009b). (Org.) *Histórias de vida: olhares interdisciplinares*. Porto: Afrontamento.

Linnerooth-Bayer, J., Warner, K., Bals, C., Höpfe, P., Burton, I., Loster, T. e Haas, A. (2009). "Insurance, Developing Countries and Climate Change". *The Geneva Papers on Risk and Insurance – Issues and Practice*, Vol. 34 (3), p. 381-400.

Leopold, Al. (2008 [1949]). *Pensar como uma montanha*. Águas Santas: Edições Sempre-em-Pé.

Lima, A.V. e Nave, J.G. (2016). "O social survey e a sociologia do ambiente". In Machado, F.L., Almeida, A.N. e Firmino da Costa, A. (Orgs.) *Sociologia e sociedade. Estudos de homenagem a João Ferreira de Almeida*. Lisboa: Mundos Sociais, p. 389-420.

Lopes, R.C. e Roberto, C. (2001). "O impacto da norma anti-racista nas respostas a inquéritos sobre preconceito". In António, J. e Policarpo, V. (Coords.) *Os imigrantes e a imigração aos olhos dos portugueses. Manifestações de preconceito e*

perspectivas sobre a inserção de imigrantes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 167-187.

Machado, F.L. (1997). "Contornos e especificidades da imigração em Portugal". *Sociologia Problemas e Práticas*, 24, p. 9-44.

Machado, J.P. (1989 [1952]) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Quarto Volume (M-P). Lisboa: Livros Horizonte, p.438.

Maciel, C. (2014). "'Maio, mês de África em Lisboa'. Um estudo de caso sobre produção cultural, elites, identidade e incorporação na sociedade de acolhimento". In Marques, M.M. (Org.) *Lisboa multicultural*. Lisboa: Fim de Século, p. 365-395.

Malheiros J.M. e Mendes M. (Coords.) (2007). *Espaços de expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: ACIME.

Malkki, L. (1992). "National Geographic: The Rooting of Peoples and the Territorialization of National Identity among Scholars and Refugees". *Cultural Anthropology*, Vol. 7 (1) Space, Identity, and the Politics of Difference, p. 24-44.

Malreaux, A. (2006). *A rainha de Sabá. Uma aventura geográfica*. Lisboa: Livros do Brasil.

Manella, G. (s/data) "Nuove centralità in periferia: il caso della Bolognina". manuscrito gentilmente cedido pelo autor.

Marchetti, S. (2011). *Le ragazze di Asmara. Lavoro domestico e migrazione postcoloniale*. Roma: Ediesse.

Marques, M.M. (2014). "Conclusão: imigração e criatividade cultural em Lisboa". In Marques, M.M. (Org.) *Lisboa multicultural*. Lisboa: Fim de Século, p. 437-492.

Marques, J.C. E Góis, P. (2013) "Dinâmicas do sistema migratório lusófono: um olhar a partir das migrações portuguesas". In Fonseca, M.L., Góis, P., Marques, J.C. E Peixoto, J. (Orgs.) *Migrações na Europa e em Portugal. Ensaio de Homenagem a Maria Ioannis Baganha*. Coimbra: Almedina, p. 185-203.

Martínez Alier, J. (1995). "Indicadores de sustentabilidad y conflictos distributivos ecologicos". *Ecología política*, Vol.10, p. 35-43.

Martínez Alier, J. (2003). "Prefacio". In Russi, D., Ventosa, I.P., Martín, J.R., Cerdà, M.O. e Ugar, P. *Deuda ecologica. ¿Quién debe a quién?*. Barcelona: Icaria.

Martínez Alier et al. (2014). "Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by Environmental Justice Organizations". *Journal of Political Ecology*, Vol. 21, pp. 19-60.

Martins, C. (2015). *Mulheres, liderança política e media*. Lisboa: Alêtheia.

Martins, H. (2011). *Experimentum Humanum: civilização tecnológica e condição humana*. Lisboa: Relógio D'Água.

Martins, H. e Garcia, J.L. (2003). (Coord.) *Dilemas da civilização tecnológica*. Lisboa: ICS.

Martins, J.C. (2015). *Algarve, da Urbanização Turística à Metropolização Sazonal – 1960/2013*. Tese de Doutoramento. Lisboa: NOVA FCSH.

Mazzella, S. (2014). *Sociologie des Migrations*, Col. 'Que sais-je?'. Paris: Presses Universitaires de France.

McKenzie, R.D. (1924). "The Ecological Approach to the Study of the Human Community". *American Journal of Sociology*, Vol. 30, p. 287-301.

Meadows, D.H., Meadows, D.L., Randers, J. e Behrens, W.W. (1972). *The limits to growth*. A report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind. S/local: Universe Books.

Mela, A., Belloni, M.C. E Davico, L. (2001). *A sociologia do ambiente*. Lisboa: Editorial Estampa.

Methmann, C. (2014). "Visualizing Climate-Refugees: Race, Vulnerability, and Resilience in Global Liberal Politics". *International Political Sociology*, vol. 8 (4), p. 416–435.

Methmann, C. e Oels, A. (2015). "From 'fearing' to 'empowering' climate refugees: Governing climate-induced migration in the name of resilience". *Security Dialogue*, Vol. 46 (1), p. 51-68.

Methmann, C. e Rothe, D. (2012). "Politics for the day after tomorrow: The logic of apocalypse in global climate politics". *Security Dialogue*, vol. 43 (4), pp. 323-344.

More, T. (1995 [1516]). *Utopia*. Mem Martins: Europa-América.

Mortreux, C. e Barnett, J. (2009). "Climate change, migration and adaptation in Funafuti, Tuvalu". *Global Environmental Change*, Vol. 16 (1), p. 105-112.

Myers, N. (2001). "Environmental refugees: a growing phenomenon of the 21st Century". *Philosophical Transactions of the Royal Society*, B: 357, p. 609-613.

Myers, N. (2005). "Environmental refugees: a growing phenomenon of the 21st century". *Philosophical Transactions of the Royal Society*, B: 357, p. 609-613.

Myers, N. e Kent, J. (1995). *Environmental exodus. An emergent crisis in the global arena*. Washington DC: Climate Institute.

Myers, N., Mittermeier, R.A., Mittermeier, C.G., Fonseca, G.A.B. e Kent, J. (2000). "Biodiversity hotspots for conservation priorities". *Nature*, Vol. 403 (6772), p. 853-858.

Nazareth, J.M. (1993). "Demografia e ecologia humana". *Análise Social*, Vol. XXVIII (123-124), p. 879-885.

Næss, A. (1973). "The shallow and the deep, long-range ecology movement. A summary". *Inquiry*, Vol. 16 (1-4), p. 95-100.

Newby, H. (1980). *Community. Bloc 3 Comparison and change*. Walton Hall, Milton Keynes: Open University Press.

Oliveira Marques, A.H. (2018). *Brevíssima História de Portugal*. Lisboa: Tinta da China.

Oliver-Smith, A. (2006). "Disasters and forced migration in the 21st century". In *Understanding Katrina: Perspectives from the social sciences*. Brooklyn NY: Social

Science Research Council (<http://understandingkatrina.ssrc.org/Oliver-Smith/>), consulta 31/08/2011.

ONU (2016). *Resolution adopted by the General Assembly on 19 September 2016. 71/1. New York Declaration for Refugees and Migrants*. Disponível em http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/71/1 (12/03/2017).

Pahl, R.H. (1965). "Class & Community in English Commuter Villages". *Sociologia Ruralis*, Vol. 5 (1), p. 5-23.

Papuzzi, A. (2010). *Professione giornalista. Le tecniche, i media, le regole*. 5ª edição. Roma: Donzelli.

Park, R., E. Burgess, e R. McKenzie, (1992). *The city – Suggestions for investigation of human behavior in the urban environment*. Chicago: The University of Chicago Press.

Peralta, E. (2008). *A Memória do Mar: Património, Tradição e (re)imaginação Identitária na Contemporaneidade*. Lisboa: ISCSP.

Piguet, E. (2008). "Climate change and forced migration". *New Issues in Refugee Research*, Research Paper 153. Genebra: ACNUR.

Pena Pires R. (Coord.) (2010). *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*. Lisboa: Tinta da China.

Pires, I.M. e Craveiro, J. (2011). *Ética e Prática da Ecologia Humana: Questões introdutórias sobre a Ecologia Humana e a emergência dos riscos ambientais*. Lisboa: Apenas.

Portes, A. (2006). *Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. Lisboa: Fim de Século.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Renzi, R. (1960). *Bologna, una città*. Bolonha: Cappelli.

Ricci, G. (1980). *Le città nella storia d'Italia. Bologna*. Bari: Editori Laterza.

Rodrigues, I.P. (2007) "As mães e os seus filhos dentro da plasticidade parental: reconsiderando o patriarcado na teoria e na prática". In Grassi, M. e Évora, I. (Orgs.) *Género e migrações cabo-verdianas*. Lisboa: ICS, p. 123-146.

Rothe, D. (2015). *Securitizing Global Warming. A Climate of Complexity*. Londres: Routledge.

Salazar, N. (2016). "Keywords of mobility. What's in a name?". In Salazar, N. e Jayaram, K. (Eds.) *Keywords of mobility. Critical engagements*. Nova Iorque e Oxford: Berghahn, p. 1-12.

Santos, F.D. (2007). *Que futuro? Ciência, tecnologia, desenvolvimento e ambiente*. Lisboa: Gradiva.

Santos, S. (2014). "Revitalização urbana e os mercados da diversidade cultural". In Marques, M.M. (Org.) *Lisboa multicultural*. Lisboa: Fim de Século, p. 185-226.

Scalzo, F. (1984). "Stranieri in Italia. La comunità eritrea e marocchina nell'area romana attraverso racconti biografici". *Dossier Europa Emigrazione*, Vol. IX, p. 3-5.

Scandurra, G. (2016). "Cosa sarà dalla Bolognina? Territori in trasformazione". *Archivio di Studi Urbani e Regionali*, Fascicolo 117, p. 51-71.

Schmidt, L. (1999). *Ambiente e natureza no ecran: Emissões televisivas, remissões culturais*. Dissertação de doutoramento em sociologia. Lisboa: ISCTE.

Schmidt, L. e Valente, S. (2004). "Factos e opiniões: uma abordagem transnacional ao desenvolvimento sustentável". In Lima, L., Cabral, M.V. e Vala, J. (Orgs.) *Atitudes Sociais dos Portugueses 4. Ambiente e Desenvolvimento*. Lisboa: ICS/ISSP.

Sheller, M. (2003). *Consuming the Caribbean. From Arawaks to Zombies*. Londres UK e Nova Iorque EUA: Routledge.

Sheller, M. (2018). *Mobility justice. The politics of movement in an age of extremes*. Londres UK e Brooklyn NY EUA: Verso.

Sheller, M. & Urry, J. (2006). "The new mobilities paradigm". *Environment and Planning A*, 38, 207-226.

Silva, M.C. (2015). "Etnicidade e racismo: uma reflexão pró-teórica". In Silva, M.C. e Sobral, J.M. (Orgs.) *Etnicidade, nacionalismo e racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*. Porto: Afrontamento, p. 21-75.

Silva Nunes, J.P. (2011). *Florestas de cimento armado. Os grandes conjuntos residenciais e a constituição da Metrópole de Lisboa (1955-2005)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Simmel, G. (1903). "The Metropolis and Mental Life". In Frisby, D. e Featherstone, M. (1997) (Eds.) *Simmel on Culture*. Londres: Sage Publications, p. 174-185.

Simmel, G. (1908). "The Stranger". In K. Wolff (1950) *The Sociology of Georg Simmel*. Nova Iorque: Free Press, p. 402-408.

Simmel, G. (2015). *Psicologia do dinheiro e outros ensaios*. Lisboa: Texto & Grafia.

Sobral, J.M. (2015). "Racismo e nacionalismo: contributos para uma genealogia das suas relações". In Silva, M.C. e Sobral, J.M. (Orgs.) *Etnicidade, nacionalismo e racismo. Migrações, minorias étnicas e contextos escolares*. Porto: Afrontamento, p. 77-126.

Soper, K. (1995). *What is nature? Culture, politics and the non-human*. Nova Jérsei EUA: Wiley-Blackwell.

Soromenho-Marques, V. (1998a). *O futuro frágil – Os desafios da crise global do ambiente*. Lisboa: Europa-América.

Soromenho-Marques, V. (1998b). "Crise do ambiente e política internacional". *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente*. Mem Martins: Europa-América, p. 185-212.

Soromenho-Marques, V. (2005a). "Os desafios da crise global e social do ambiente". *Metamorfoses. Entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*. Mem Martins: Europa-América, p. 19-35.

Soromenho-Marques, V. (2005b). "Crise ambiental e condição humana. Três questões fundamentais". *Metamorfoses. Entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*. Mem Martins: Europa-América, p. 171-181.

Stern, N. (2006). *The Economics of Climate Change – The Stern Review*. Cambridge: Cambridge University Press.

Stevens, Q. e Ambler, M. (2010). "Europe's city beaches as post-fordist placemaking". *Journal of Urban Design*, Vol. 15 (4), p. 515-537.

Stojanov, R. (2004). "Environmental Refugees – Introduction". Acta Universitatis Palackianae Olomouensis, Facultas Rerum Naturalium, *Geographica*, vol. 38, p. 77-84.

Stojanov, R. (2008). "Environmental factors of migration", in R. Stojanov & J. Novosák (Eds.) *Development, environment and migration: analysis of linkages and consequences*. Olomouc: Palacky University, p. 123-144.

Stojanov, R., Kelman, I., Martin, M., Vikhrov, D., Kniveton, D. e Duzí, B. (2014). *Migration as adaptation. Population dynamics in the age of climate variability*. Brno: Global Change Research Centre AS CR, v.v.i.

Svampa, M. (2012). "Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina", *Revista del Observatorio Social de América Latina*, vol. 32, p. 15-38.

Tabacco, A. E Poidimani, N. (2001) *Bologna. Testimonianze di lotta degli eritrei esuli in Europa. Per non dimenticare*. Milão: Punto Rosso.

Teixeira, L.H. (2011). *Verdes anos. História do ecologismo em Portugal (1947-2011)*. Lisboa: Esfera do Caos.

Tönnies, F. (1887). *Gemeinschaft und Gesellschaft*. In Harris, J. (2001). (Ed.) *Community and civil society*. Cambridge: University of Cambridge.

Thoreau, H.D. (2014 [1854]). *Walden ou a vida nos bosques*. 3ª edição. Lisboa: Antígona.

Todaro, A., V. Nisco & M. Lazzarini (1994). *Eritrea, Etiopia. A. O. I. Africa Orientale Italiana*. Periodico di Storia nº3, Collana Immagini di Storia, Campobasso: Italia Editrice.

Torrão, M. (2012). "Circulação de conhecimentos científicos no Atlântico. De Cabo Verde para Lisboa: memórias escritas, solos e minerais, plantas e animais. Os envios de João da Silva Feijó". In J.D. Rodrigues (Org.) *O Atlântico revolucionário: circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*. Ponta Delgada: CHAM, p. 137-160.

Trombetta, M. (2008). "Environmental security and climate change: analysing the discourse". *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 21 (4) Special Issue: The politics of climate change: environmental dynamics in international affairs.

Trombetta, M. (2014). "Linking climate-induced migration and security within the EU: insights from the securitization debate". *Critical Studies on Security*, vol. 2 (2), pp. 131-147. Special Issue: Climate change and migration: from geopolitics to biopolitics.

UNCCD (2016). *Report of the Conference of the Parties on its twelfth session, held in Ankara from 12 to 23 October 2015*. <http://www.unccd.int/Lists/OfficialDocuments/cop12/20add1eng.pdf> (27/02/2017).

UNFCCC (2011). *Report of the Conference of the Parties on its sixteenth session, held in Cancun from 29 November to 10 December 2010*. <https://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/07a01.pdf> (27/02/2017).

UNFCCC (2015). *Report of the Executive Committee of the Warsaw International Mechanism for Loss and Damage associated with Climate Change Impacts*. <http://unfccc.int/resource/docs/2015/sb/eng/03.pdf> (27/02/2017).

UNFCCC (2016). *Report of the Conference of the Parties on its twenty-first session, held in Paris from 30 November to 13 December 2015*. <http://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/10.pdf> (27/02/2017).

UNISDR (2015). *Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030, A/CONF.224/CRP.1*. <http://www.mofa.go.jp/files/000071589.pdf> (27/02/2017).

- Urry, J. (1995). *Consuming places*. Londres UK e Nova Iorque EUA: Routledge.
- Urry, J. (2007). *Mobilities*. Cambridge/Reino Unido e Malden MA/EUA: Polity.
- Urry, J. (2011). *Climate change & society*. Cambridge/Reino Unido e Malden MA/EUA: Polity.
- Vieira, I. (2010). *Migrações e ambiente. Imigrantes ambientais no contexto europeu*. Trabalho de Projecto para a conclusão do Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, Lisboa: NOVA FCSH.
- Vieira, I. (2012). "The Portuguese press portrait of 'environmental refugees'". *International Scholarly and Scientific Research & Innovation*, Vol. 6 (4), p. 115-120.
- Vieira, I. (2016). "The construction of the Mediterranean refugee problem from the Italian digital press (2013-2015): emergencies in a territory of mobility". *Networking Knowledge*, 9 (4) "Fortress Europe: Media, Migration and Borders" (<http://ojs.meccsa.org.uk/index.php/netknow/article/view/448>).
- Vieira, I. (2018). "Healing or fleeing? Reflecting on international protection and health challenges from three refugee pathways". In Botrugno, C. e Zóximo, J.R. (Eds.) *Freedom and Healthcare. Exploring mutual interconnections in contemporary societies*. Florença: L'altro diritto, RUEBES, p. 102-116.
- Vieira, I. e Baptista, L. (2016). "Frontiers and diversity in metropolitan contexts: the case of Cape Verdeans in Lisbon Metropolitan Area". In Zaznaev, O. E Sakaev, V. (Eds.) *Ethnopolitics and Migration: The conflicts, consensus and tolerance in the 21st century*. Kazan: Kazan (Volga region) Federal University, p. 167-179.
- Vieira, I., Urbano, C., Vieira da Silva, M.C. e Baptista, V. (2016). "Overview on intercultural issues in Portugal". In Vieira, I., Urbano, C., Vieira da Silva, M.C. e Baptista, V. (Orgs.) *Intercultural dialogue: learning, speaking, and sharing. Proceedings of the international seminar and study visit ALLMEET in Lisbon '15*. Lisboa: CICS.NOVA, p. 23-30.
- Wæver, O. (1995). "Securitization and Desecuritization." In Ronnie Lipschutz (Ed.). *On Security*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Warner, K., Afifi, T., Stal, M. E Dun, O. (2009). "Researching environmental change for migration: evaluation of EACH-FOR methodology and application in 23 case studies worldwide". In Laczko, F. E Aghazarm, C. (Eds.) *Migration, environment and climate change: Assessing the evidence*. Genebra: OIM, p. 197-243.

Webb, P., von Braun, J. e Yohannes, Y. (1992). *Famine in Ethiopia: policy implications of coping failure at national and household levels*. Research Report 92. Washington DC: International Food Policy Research Institute.

Wells, K. (2018). *Childhood Studies*. Cambridge UK e Medford MA EUA: Polity.

Willmott, P. e Young, M.D. (1957). *Family and kinship in East London*. Detroit: University of Michigan, Free Press.

Wirth, L. (1938). "Urbanism as a way of life". In LeGates, R. & Stout, F. (Eds.) (1996) *The city reader*. Londres UK e Nova Iorque EUA: Routledge.

Wisner, B., Blaikie, P., Cannon, T. e Davis, I. (2005). *At risk: natural hazards, people's vulnerability, and disasters*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

World Commission on Environment and Development (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Transmitted to the General Assembly as an Annex to document A/42/427 - Development and International Co-operation: Environment [relatório Brundtland].

Yearley, S. (2009). *Cultures of environmentalism. Empirical studies in environmental sociology*. Hampshire, UK e Nova Iorque EUA: Palgrave Macmillan.

Zapata-Barrero, R. (2015). "Introduction: framing the intercultural turn". In Zapata-Barrero, R. (Ed.) *Interculturalism in cities: concept, policy and implementation*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, p. vii-xvi.

ANEXOS

Anexo A: Guião de entrevista

Anexo B: Formulário de consentimento

Anexo C: Dados numéricos

Anexo D: Citações em língua original

Anexo E: Filme documentário “Bello essere Habesha”

Anexo A: Guião de entrevista

Local e data

Entrevista Nº.

1. Identificação

- 1.1 Sexo –
- 1.2 Local de residência actual –
- 1.3 Contexto de proveniência (+rural/ urbano) –
- 1.4 Ano de nascimento (+geração) –
- 1.5 Quando veio para Portugal/Itália –
- 1.6 Escolaridade (e onde a completou) –

2. Percursos de mobilidade anteriores

- 2.1 Para que locais já se tinha mudado (rural/urbano)? (refugiados) Como foi percurso até aqui?
- 2.2 Quando?
- 2.3 Qual era o seu trabalho em Cabo Verde/Etiópia/Eritreia?
- 2.4 Porque é que saiu de lá?
- 2.5 Havia problemas ambientais?
Cheias, seca, poluição, desastres naturais ou industriais, projectos de construção e desenvolvimento, degradação da terra.
- 2.6 Escolheu emigrar ou foi obrigado a sair de Cabo Verde/Etiópia/Eritreia?
- 2.7 Pôde planificar com antecipação ou teve de migrar com urgência?
- 2.8 Quem ajudou a organizar a viagem?
- 2.9 O ambiente foi um dos factores que levou à migração?
A vida tornou-se mais difícil, a residência foi destruída por um projecto ou por uma catástrofe ambiental.
- 2.10 Se entretanto o local for reconstruído, quer regressar?
- 2.11 Algum familiar teve experiências migratórias antes de si? Quais? (internas + internacionais)

3. Redes de inter-conhecimento

- 3.1 Migrou para um sítio em que já conhecia alguém?
- 3.2 Veio sozinho/a, com outras pessoas, para reunificação familiar?
- 3.3 Família/amigos ajudaram durante a viagem ou para o acolhimento/integração?
- 3.4 Ajudou outros amigos/parentes que tenham emigrado para cá? E noutros locais?
- 3.5 Outras pessoas da sua terra migraram por motivos ambientais? Para onde foram?
Perto do local de origem, noutra zona do mesmo país, Portugal, outro contexto – qual?
- 3.6 Outros amigos/familiares emigraram por outros motivos? Quais?
- 3.7 Fez parte de alguma organização em Cabo Verde/Etiópia/Eritreia? E em Portugal/Itália?
Organização local, comunidade religiosa, organização/cooperativa agrícola, organização étnica, outras.
- 3.8 Confiou nestas organizações quando precisou de ajuda? Como ajudam/ajudaram?

4. Meios de subsistência, vulnerabilidade e estratégias de adaptação

- 4.1 Qual era o seu trabalho em Cabo Verde/Etiópia/Eritreia?
Sector industrial (indústria e actividade mineira), serviços (táxi, restauração, turismo, etc.), agricultura (+pastoreio, pecuária, silvicultura), estava desempregado ou fora da estrutura de trabalho (estudante, doméstico não remunerado, doente), outros.
- 4.2 Quais foram as consequências económicas dos problemas ambientais para si e para a sua família?
- 4.3 Trabalhava na terra, em Cabo Verde/Etiópia/Eritreia?
(NÃO → 5; continuar se houver memória familiar ou se for especialista no tema)
- 4.3.1 A terra era sua?
- 4.3.2 A terra produzia o suficiente? (SIM → 4.3.3)
- 4.3.2.1 Porque é que a terra não produzia o suficiente?
- 4.3.2.2 O que fez para tentar resolver este problema?
- 4.3.3 Os produtos agrícolas eram para consumo familiar ou para vender?
- 4.3.4 A produção diminuiu nos últimos anos? Se sim, porquê?
Maus solos, fertilizantes pouco acessíveis/proibidos/caros, sementes insuficientes/caras, pouca água disponível/cara, erosão ou salinização, problemas com insectos/parasitas/doenças, conflitos na região, poucos trabalhadores disponíveis, alterações no clima/temperatura/precipitação, outros desastres naturais – quais?

4.4 Dedicava-se ao pastoreio/pecuária? Com quais animais?

(NÃO → 5; continuar se houver memória familiar ou se for especialista no tema)

4.4.1 Teve problemas para alimentar os animais? Como os resolveu?

4.4.2 Dependia dos animais para viver? *Completamente, parcialmente*

4.4.3 O número de animais diminuiu com o tempo? Porquê?

O preço dos animais aumentou, pouca qualidade dos terrenos de pasto, exploração excessiva dos pastos, crises de disponibilidade de água, falta de alimento para os animais, doenças, conflitos na região, roubo, morreram por fome/sede, morreram pela idade, foram utilizados para consumo familiar, vendidos para sobreviver, para ter dinheiro, para substituir créditos, outros motivos.

5. Factores que influenciaram a migração/deslocação

Relativos ao momento em que emigrou (identificar época), indicar evolução se a mencionar, convidar a que as respostas sejam desenvolvidas caso os entrevistados estejam disponíveis

Factores		Não importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
Sociais	Falta de disponibilidade de escolar				
	Serviços sanitários (+saúde) inadequados				
	Falta de amigos/família				
	Falta de vida comunitária				
	Motivos familiares				
	Outros				
Políticos ou conflitos	Guerra civil/violência				
	Perseguição de minorias				
	Conflitos religiosos				
	Conflitos familiares				

	Conflitos comunitários				
	Conflitos pelos recursos naturais (quais?)				
	Outros				
Económicos	Baixo rendimento				
	Desemprego				
	Falta de terra para agricultura/pecuária				
	Insatisfação com o nível de vida				
	Trabalho tornou-se indisponível (qual?)				
	A degradação ambiental dificultou a possibilidade de ter uma boa vida				
	Outros				
Ambientais	Pouca qualidade da água				
	Pouca qualidade dos solos				
	Seca				
	Projectos de construção				
	Desastres súbitos (cheias, terremotos, tempestades, parasitas)				
	Desastres provocados pelo homem (acidentes químicos, nucleares, petrolíferos)				
	Problemas de saúde (na família?) por motivos ambientais				

	(quais?)				
	Degradação ambiental lenta (erosão)				
	Culturas irregulares				
	Outros				

5.1 Se a situação ambiental no contexto de origem melhorasse, voltaria para lá? Porquê?

5.2 Se houve conflitos, acredita que a sua causa fosse de natureza ambiental?

Ligado à falta de acesso à terra em geral, para pastoreio, falta de acesso à água ou outros recursos indispensáveis, guerra civil ou por acesso a recursos naturais.

5.3 Se houve deslocação organizada (governo ou sector privado?), como correu?

Resistência colectiva, negociação de indemnizações, decisão de mudar-se para um lugar escolhido por si.

5.4 Ainda tem amigos/familiares na sua terra? (sim; quase todos; a maioria; alguns; nenhum)

5.4.1 Ainda têm de enfrentar problemas ambientais? Quais?

6. Espaço de narrativa livre

6.1 Porque escolheu vir para Portugal/Itália? Teve problemas, legais ou outros?

6.2 Que memórias, histórias, episódios sobre a migração eram partilhados na família/comunidade? E que memórias sobre Portugal e os portugueses/Itália e os italianos?

6.3 Vê-se a si mesmo como um imigrante? Que tipo de imigrante (ambiental)?

Nota 1 No início de cada entrevista, aquando da apresentação do projecto de investigação, todos os entrevistados etíopes, eritreus e cabo-verdianos referiram que não tinham vivenciado processos de deslocação organizada nem provinham de um local entretanto destruído. Por isso, apesar de previstas em fase inicial conforme a

redacção aqui copiada, a questão 2.10 foi adaptada a uma inquirição simples sobre a vontade de retorno e a questão 5.3 não foi colocada em nenhuma entrevista.

Nota 2 O presente guião foi construído com a maior completude possível pela investigadora na preparação do projecto de doutoramento, tendo a sua estrutura sido validada pelos orientadores e por uma arguente externa em fase de apresentação do projecto de doutoramento. Porém, não se pretendia que o guião se convertesse numa estrutura rígida a seguir, optando-se antes por um modelo de entrevista semiformal. Respeitando esta opção, a disponibilidade manifestada por cada entrevistado e a abordagem a alguns dos pontos referenciados em respostas a questões anteriores, em algumas entrevistas não se colocou a totalidade das questões constantes no guião.

Nota 3 Nas entrevistas realizadas com refugiados e migrantes etíopes e eritreus em Itália, o mesmo guião foi adaptado para as línguas italiana e inglesa, consoante as preferências de língua de comunicação transmitidas pelos entrevistados.

Nota 4 Nas 13 entrevistas realizadas com migrantes cabo-verdianos em 2015, após a mais recente erupção vulcânica na Ilha do Fogo, foram acrescentadas as seguintes questões:

7. Caso da Ilha do Fogo, Cabo Verde

7.1 Conhece a Ilha do Fogo?

SIM → Como pode descrevê-la?

NÃO → Passar para 7.2

7.2 Como descreve a recente erupção vulcânica na Ilha do Fogo?

7.3 Tem lá familiares, amigos ou conhecidos?

SIM → Como descreveram o que aconteceu?

NÃO → Passar para 7.4

7.4 Que consequências é que o recente caso do Fogo traz para as pessoas dessa Ilha?
(Como afecta a vida dessas pessoas?)

7.5 Que consequências é que o recente caso do Fogo traz para Cabo Verde em geral?

7.6 Num caso como este, quem são as entidades responsáveis pela assistência aos deslocados?

7.7 O que tem sido feito, em Cabo Verde, pelas pessoas deslocadas no Fogo?

7.8 O que tem sido feito, noutros países – particularmente em Portugal –, pelas pessoas deslocadas no Fogo?

7.9 As associações de imigrantes têm desempenhado algum papel neste caso?

7.10 As associações de imigrantes têm desempenhado algum papel noutras situações de desastres naturais?

7.11 Quais acha que são as soluções das pessoas para se adaptarem a situações como a do Fogo?

7.12 Conhece alguém que tenha emigrado do Fogo depois da erupção?

7.13 Acha que a emigração aumenta quando há situações destas?

7.14 Recorda erupções vulcânicas mais antigas em Cabo Verde?

SIM → O que aconteceu às pessoas que foram afectadas pela actividade vulcânica?

NÃO

Anexo B: Formulário de consentimento

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Título do projecto Imigrantes ambientais na Europa do Sul: Histórias de vida que revelam as vulnerabilidades e estratégias de adaptação às alterações do ambiente

- Li e percebi as informações sobre este projecto.
- Tenho liberdade para colocar novas questões sobre o estudo e posso, em qualquer momento, decidir e comunicar que não quero continuar a participar.
- Desde que sejam anónimas, dou a minha autorização para que se utilize o conteúdo das minhas respostas para fins científicos, não vindo a requerer qualquer ressarcimento no futuro.
- Aceito participar neste estudo.

A sua assinatura declara que decidiu voluntariamente participar neste projecto de investigação e que leu e compreendeu as informações contidas no folheto de informações aos participantes. Certifica-se, ainda, que a investigadora se demonstrou disponível para responder às questões e discutir as possibilidades de participação neste projecto de investigação.

Assinatura da/do participante:

Nome:

Assinatura da investigadora:

Nome:

Data:

Nota O título da tese de doutoramento difere do título do projecto em função da análise da informação recolhida. A alteração do título foi autorizada pelos orientadores, pela NOVA FCSH e pela FCT (Ref.ª CRM:0016320, Março de 2017).

Anexo C: Dados numéricos

Tabela A1: Idade à chegada a Itália dos refugiados etíopes e eritreus entrevistados

Refugiados	Idade	Frequência
Idade à chegada a Itália	16	1
	18	2
	19	1
	20	2
	21	5
	22	4
	23	2
	24	3
	26	1
	28	1

Tabela A2: Ano de chegada a Itália dos refugiados etíopes e eritreus entrevistados

Refugiados	Ano	Frequência
Ano de chegada a Itália	2002	1
	2003	1
	2006	5
	2007	5
	2008	6
	2011	1

Tabela A3: Idade dos refugiados etíopes e eritreus à data da entrevista (2012)

Refugiados	Idade	Frequência
Idade (entrevista)	23	1
	24	1
	25	2
	26	5
	27	2
	28	4
	30	1
	31	1
	32	1
	33	1

Tabela A4: Sexo dos refugiados etíopes e eritreus entrevistados

Refugiados	Sexo	Frequência
Sexo	F	3
	M	16

Tabela A5: Locais de proveniência dos refugiados entrevistados

Refugiados	Proveniência	Frequência
Proveniência	Adis Abeba (Etiópia)	12
	Oromia rural (Etiópia)	1
	Nazreth (Etiópia)	1
	Asmara (Eritreia)	3
	Dekemhare (Eritreia)	1
	Mendefera (Eritreia)	1

Tabela A6: Nível educativo dos refugiados etíopes e eritreus entrevistados

Refugiados	Nível educativo	Frequência
Nível educativo	Ensino básico	1
	Curso profissional/ escola média	2
	10º ano	3
	11º ano	2
	Ensino secundário	10
	Frequência universitária	1

Tabela A7: Idade à chegada a Itália dos migrantes etíopes e eritreus entrevistados

Migrantes	Idade	Frequência
Idade à chegada a Itália	9	1
	16	1
	18	3
	19	2
	22	1
	23	1

Tabela A8: Ano de chegada a Itália dos migrantes etíopes e eritreus entrevistados

Migrantes	Ano	Frequência
Ano de chegada a Itália	1980	1
	1981	1
	1982	1
	1983	1
	1991	1
	1993	1
	1995	1
	1996	1
	2001	1

Tabela A9: Idade dos migrantes etíopes e eritreus à data da entrevista (2012)

Migrantes etíopes/eritreus	Idade	Frequência
Idade (entrevista)	30	1
	35	1
	38	1
	40	2
	41	1
	45	1
	48	1
	49	1

Tabela A10: Sexo dos migrantes etíopes e eritreus entrevistados

Migrantes etíopes/eritreus	Sexo	Frequência
Sexo	F	4
	M	5

Tabela A11: Locais de proveniência dos migrantes etíopes e eritreus entrevistados

Migrantes etíopes/eritreus	Proveniência	Frequência
Proveniência	Adis Abeba (Etiópia)	4
	Asmara (Eritreia)	5

Tabela A12: Nível educativo dos migrantes etíopes e eritreus entrevistados

Migrantes etíopes/eritreus	Nível educativo	Frequência
Nível educativo	Curso profissional/ escola média	6
	Ensino secundário	2
	Frequência universitária	1

Tabela A13: Idade à chegada a Itália dos migrantes/elite etíopes e eritreus entrevistados

Elite	Idade	Frequência
Idade à chegada a Itália	15	1
	20	1
	21	1
	31	1

Tabela A14: Ano de chegada a Itália dos migrantes/elite etíopes e eritreus entrevistados

Elite	Ano	Frequência
Ano de chegada a Itália	1979	1
	1982	2
	2011	1

Tabela A15: Idade dos migrantes/elite etíopes e eritreus à data da entrevista (2012)

Elite etíopes/eritreus	Idade	Frequência
Idade (entrevista)	32	1
	48	1
	50	1
	51	1

Tabela A16: Sexo dos migrantes/elite etíopes e eritreus entrevistados

Elite etíopes/eritreus	Sexo	Frequência
Sexo	F	1
	M	3

Tabela A17: Locais de proveniência dos migrantes/elite etíopes e eritreus entrevistados

Elite etíopes/eritreus	Proveniência	Frequência
Proveniência	Debre Zeit (Etiópia)	1
	Adis Abeba (Etiópia)	1
	Asmara (Eritreia)	1
	Keren (Eritreia)	1

Tabela A18: Nível educativo dos migrantes/elite etíopes e eritreus entrevistados

Elite etíopes/eritreus	Nível educativo	Frequência
Nível educativo	Ensino secundário	2
	Ensino universitário	2

Tabela A19: Idade à chegada a Portugal dos migrantes cabo-verdianos entrevistados

Migrantes	Idade	Frequência
Idade à chegada a Portugal	2	1
	8	1
	10	1
	18	1
	19	1
	20	1
	21	1
	22	1
	27	1
	51	1

Tabela A20: Ano de chegada a Portugal dos migrantes cabo-verdianos entrevistados

Migrantes	Ano	Frequência
Ano de chegada a Portugal	1981	1
	1990	1
	1992	1
	1993	1
	1996	1
	1998	1
	2001	2
	2002	1
	2013	1

Tabela A21: Idade dos migrantes cabo-verdianos à data da entrevista (2013-2015)

Migrantes cabo-verdianos	Idade	Frequência
Idade (entrevista)	27	2
	32	1
	33	1
	34	1
	35	1
	44	2
	48	1
	51	1

Tabela A22: Sexo dos migrantes cabo-verdianos entrevistados

Migrantes cabo-verdianos	Sexo	Frequência
Sexo	F	5
	M	5

Tabela A23: Locais de proveniência dos migrantes cabo-verdianos entrevistados

Migrantes cabo-verdianos	Proveniência	Frequência
Proveniência	Mindelo, S. Vicente	2
	Tarrafal, Santiago	1
	Praia, Santiago	5
	Santa Catarina, Santiago	1
	Meio rural, Fogo	1

Tabela A24: Nível educativo dos migrantes cabo-verdianos entrevistados

Migrantes cabo-verdianos	Nível educativo	Frequência
Nível educativo	Curso profissional/ escola média	1
	Ensino secundário	1
	Ensino universitário	7

Tabela A25: Idade à chegada a Portugal dos migrantes/elite cabo-verdianos entrevistados

Elite	Idade	Frequência
Idade à chegada a Portugal	0	1
	0, 19 e 36	1
	9	1
	11	1
	14 e 32	1
	16	1
	18	1
	20	1
	28	1
	38	1
	43	1
	47	1

Tabela A26: Ano de chegada a Portugal dos migrantes/elite cabo-verdianos entrevistados

Elite	Ano	Frequência
Ano de chegada a Portugal	1939, 1957 e 1974	1
	1959	1
	1960	1
	1966 e 1974	1
	1968	1
	1974	1
	1975	3
	1998	1
	2004	1
	2013	1

Tabela A27: Idade dos migrantes/elite cabo-verdianos à data da entrevista (2013-2015)

Elite cabo-verdianos	Idade	Frequência
Idade (entrevista)	45	1
	47	1
	49	1
	52	2
	54	1
	55	1
	68	1
	71	1
	73	2
	77	1

Tabela A28: Sexo dos migrantes/elite cabo-verdianos entrevistados

Elite cabo-verdianos	Sexo	Frequência
Sexo	F	5
	M	7

Tabela A29: Locais de proveniência dos migrantes/elite cabo-verdianos entrevistados

Elite cabo-verdianos	Proveniência	Frequência
Proveniência	Mindelo, São Vicente	5
	Praia, Santiago	4
	Meio rural, S. Nicolau	1
	Ribeira Brava, S. Nicolau	1
	São Filipe, Fogo	1

Tabela A30: Nível educativo dos migrantes/elite cabo-verdianos entrevistados

Elite cabo-verdianos	Nível educativo	Frequência
Nível educativo	Ensino secundário	2
	Ensino universitário	10

Anexo D: Citações em língua original

Apresentam-se, de seguida, as versões em língua original das citações das entrevistas que foram traduzidas ao longo do texto da tese.

Capítulo 5

5.2

- “The environmental problems that are common in Ethiopia are the lack of rain, the time or seasons in which the rain is expected to come varies from time to time. When the time of rain is a bit late, there is a problem of shortage of food, and a problem of environmental change, and... this situation, this shortage of food makes people to migrate, to go to some other places.”

“You know the Blue Nile, the area where the Blue Nile originated is the highland, and its mountain’s area. It degrades – or erodes – fertile land of Ethiopia, and from year to year the fertility of the soil in that area is decreasing. Due to erosion by rivers that are migrating to other countries.” IT24

- “There are some natural disasters related to over-flooding. In Ethiopia there are big rivers that, during the winter time, the rivers overflowed and may harm the peoples living in the lowland. (...) It is important, but not for external migration.” IT24

5.3

- “The environment is bad here, not there! (Risos) In Ethiopia the weather is not too much hot, not too much cold... You don’t have... For two months it’s raining. Here, in Italy, when it’s *nevicata*... (risos) You know, I hate it myself. I don’t really like living here, I prefer living in Ethiopia. Everything was perfect.” IT7

- “Il tempo... non è molto difficile il tempo di clima in Eritrea. Non hai troppo freddo, non hai troppo caldo... Il tempo sempre come Aprile in Italia. 20º, 24º, molto bello. Da noi sempre così. C’è il sole, 10 mesi, 9 mesi di sole, solo inverno 2 mesi (...)” IT19

- "The farmers in my family accept the rain. They don't produce three times in one year, no. In Ethiopia, this is very difficult. Because of weather. [The rain falls] only once or twice [per year], in some parts [of the country] it's two times, because the weather is good, in some other parts just one, and even that one is not that good. That is a problem." IT1

Capítulo 6

6.2

- "Torni da scuola e il tuo vicino è ammazzato. Dicono "il tuo figlio è andato al Fronte", no? Se esco, ammazzano la mia moglie. O mia madre. O mio padre. Cioè, vedi delle cose, delle scenate che... allora tu dici, dobbiamo risolvere questo problema qua. Andiamo in Fronte, ci armiamo, eliminiamo questa gente qua. Che lì c'era tutto, ma non potevi vivere!" IT21

- "C'era da mangiare dappertutto. Perché era verde, pioveva sempre, e quindi l'agricoltura era molto (agiata), etc. Solo agricoltura, e basta. Soldi, però, non c'erano. Però, la gente non aveva neanche la possibilità di andare fuori, perché non sapeva, non conosceva, non aveva neanche nessuno fuori. Allora, questa "setta" non c'era. È incominciata al momento in cui c'è stato proprio, sia l'amministrazione interna, che quella esterna, con un processo (di violenza)... Allora, lì c'è stato, è puramente politico! Immigrazione politica. Non è economica. La migrazione etiope ed eritrea non è economica. Tuttora. Non è che ci arricchiamo." IT31

- "Studenti, insegnanti, tutti più di 18 anni, tutti andati in militari. (...) Poi tornato a scuola e anche guardato mio futuro in Eritrea. Mi aspettava militare. Ecco, poi sono uscito dell'Eritrea. Perché quando finisci a scuola, quando manca un anno per finire a scuola, sono lasciato il mio paese. (Perché) quando finisco io, mi aspettano militare. (...) C'è gente 15 anni militare, c'è gente 14 anni militare. Dal 1995 ci sono, fino adesso. (...) È brutto, militare! non voglio fare il militare... Però è *dictator*, quel governo, capito? Almeno un governo bravo, con tutta gente guardare bene, situazione città, situazione economia paese buono, va bene, fai militare... Però è un *dictator*. Non c'è *election*. Per quello sono lasciato paese. (...)

“È brutto in Eritrea. Tu vai in gallera, fino a quando non si sa, tuoi genitori, tua famiglia non ti guardano. 2, 3 anni, 4 anni, tu sei in gallera (...) Per quale motivo entrato? Non vai in tribunale! (...)”

“Da noi solo è problema la pace. E basta. Quando c’è pace si fa tutto.” IT19

- ““There is no freedom. There is no freedom. There is no freedom.” (...)”

“I migranti, sempre di nostro paese e di Africa, c’è tanti, tanti... Più di 80, 90% quasi, problemi di politica. Non è economia. Economia... Quando si fare lavoro, trovi soldi, cambiare della vita. Però problema di politici in nostro paese.” IT6

6.3

- “(Siccità) no, va bene così. Il problema di... Come si dice... Quando fare un aiuto per la tua familia no, ma ci vuole un aiuto, hai capito? Quando tu vuoi... Se non puoi mandare un aiuto alla familia, non ce la fai a mangiare e anche non ce la fai a vivere, hai capito? Ma quando aiuta qualcuno per questa cosa qua, c’è di qualità, è buono.” IT4

- “Oggi, invece, c’è un problema di cibo. Tanto. Perché non c’è produzione interna, non c’è lavoro, non c’è niente, quindi... Tutto, solo gli immigrati, sono solo quelli che tengono in piedi questo. Le famiglie degli immigrati, sono solo quelli che si sono messi bene. Gli altri sono messi malissimo. C’è anche chi muore per la fame. (...) È un problema recente, e comunque molto legato al governo. Si poteva fare investimenti, anche gli eritrei da fuori hanno fatto investimento, potevano realizzare... Insomma, la siccità in sè non è un pericolo. È il permesso di lasciare la gente lavorare. Non possono farlo.” IT31

- “You know, there is some efforts being made by Ethiopian government to solve this problem [of desertification]. But still there is big problem in providing people with putable water, big problem. Due to lack of putable water in rural areas, children are dying of malaria and some water-borne diseases.” IT24

- “Il fatto di aver sentito tantissima pubblicità sull’Italia, e poi riscontrare che ciò che veniva detto non corrispondeva minimamente alla realtà, mi ha fatto pensare in quanto anch’io fossi presa in giro e come avevo accettato di credere, durante l’infanzia, che l’Etiopia fosse un paese inferiore rispetto all’Italia; ed aveva tante cose in più rispetto a questo paese. (...) Quindi, arrivata a quel punto, ho voluto urlare “voi non capite niente, non sapete come stanno le cose, qui non è tutto più bello... e io non vengo da un paese di pezzenti”.” G.G., documentário *Bello essere Habesha* (Anexo E), minutos 3 e 5

6.4

- This shortage of food is not because Ethiopia is not able to produce food for the peoples living there, Ethiopia has the capacity to do it. But no ability to do that. This all thing would be resolved with governance: if there is a good governance, the policy for land use would be changed, and food security can be solved! Because (...) Ethiopia has big potential of arable land (...) And the big reason for peoples to go out is lack of food and unemployment. And the payment, the amount of people that have low income, and the living cost are not balanced." IT24

Capítulo 8

8.2

- "In Ethiopia we have seen that desertification is growing from time to time. In the former time the forest coverage of Ethiopia was more than 30%, but now it is less than 4 or 5%. Due to this, desertification is growing. And environmental problems due to this... the country is becoming more hot and hot, specially in the Eastern part of Ethiopia."

IT24

- "In Addis Ababa il problema, come si chiama... Non ce l'ha... "A good... A good management". Per questo motivo motivo non ce l'hai una buona... Sì, gestione dei risorsi. Neanche... distribution, it's not good. Water, resources, it's not... Too much people, too much population and it's not a good distribution. It's water... light! Light is a problem in Addis Ababa. And too much problems in... house. (Which type of problems?) Hmm... Too much people, but you don't have too many houses, and are small houses, most of the people is sleeping straight... That's a problem, a house problem and a big problem in Addis Ababa." IT1

8.3

- "*Se tu tornasti ora in Eritrea, saresti obbligata ad entrare in servizio militare?* Sì perche sono... in teoria, ho il congedo temporaneo anch'io. Perche finita la superiore, da noi inizi a fare il militare, e l'ho firmato per continuare gli studi, insomma. Quindi, in teoria, sì, dopo la superiore tutti vanno." IT30

- "E poi, adesso, tutti i giovani, la scuola finita, non c'è lavoro. Proprio, il problema è quello. Si finisce tutti la scuola, tutti i giovani, 23/24 anni, sono sempre con famiglia, non ce la fai, non ce l'hai soldi tanti... Questo è un problema, tantissimo tra i giovani. E proprio questo problema c'è anche adesso. Tutto vogliono uscire, quelli giù (gli etiopi), hai capito?" IT14

- "Io sono uscito dal mio paese perche non avevo futuro. (...) "Ho scelto io per uscire, però... cioè... è una cosa che è obbligatorio uscire fuori dal mio paese. A me mi piace mio paese, mi piace stare coi miei parenti, ad essere in mia casa, con nostra cultura, però c'è una cosa che è più forte, che è essere obbligati a uscire fuori." IT22

- "People living out of the city, if they have problems, they come to city. They don't leave just Ethiopia. Without money, how can you go? (...) Too much of our families come from village, you know? They come from village and start living in city. In Ethiopia, Addis Ababa is not... Nobody (is) born there (for many generations), our *parenti* come from village. They come to the city... Every family, also my friends, their family, every family is from outside, they come in city Addis Ababa. *Why do you think they all come?* They think about living a better life." IT7

- "In Africa, arriva un certo punto, che se ci sarebbero le tecnologie che ci sono qua, non sarebbe quel problema lì. Nel senso che acqua ce n'è, perciò si potrebbero fare delle irrigazioni per risolvere il problema dell'acqua. Però la gente ancora aspetta... La gente tradizionalmente, abituata ad aspettare i mesi di pioggia, a fare le raccolte e tutto il resto, però se non piove... cosa fai? Allora, quelle cose lì si potrebbero combattere con la tecnologia. Nel senso di: con l'irrigazione, e con altri (mezzi). Però, anche questo è un problema che ci ha bisogno di soldi, di organizzazione, e... prima o poi ci arriveremmo." IT20

- "Hanno trovato una giustificazione giusta nel dedicare il nome e cognome di una persona morta sull'albero, quindi nessuno li tocca. (...) C'è l'ignoranza. E l'ignoranza ci vogliono anni e anni per eliminarla. Quindi io devo trovare un modo a farti capire che certe cose non si fanno." IT21

Capítulo 10

10.3

- "Some people want to see, go outside, they wanna see how is life in Europa, in America. Not too much people, but they want to go outside. You know, when we see movies, American movies, you see life better than... Everything was... (*risos*) You see, you dream: one day I'll be living this life... But this life... (*risos*) This life doesn't exist. Only at movies. I came here (*risos*)... How can I explain... Even if I go to America, or Australia, any better countries, I cannot live here like in Ethiopia. (...) I had a dream when I was 10, 15... I still have dreams for America... (*risos*) But it's not too much, *non è come prima*. 'Cause I just know how it looks like there, because I see in Italy." IT7

- "You know, in Ethiopia, every person expects we were living a nice life... For example, if I go in Ethiopia, *c'è mia madre in Etiopia, e non lo so*... My mother was expecting too much things from... you know, living in Europe, you have everything, you have a car... (*risos*) But we don't have everything. (...) *any persone, i miei amici volendo tornare la, che le rimane soldi in tasca... Senza soldi non si può anche guardare famiglia, perche la famiglia pensi... Pensa diverso, ce l'hanno soldi*. It's not what we think. My family knows, I call them, say "it's very difficult, life's difficult"... No, they say "Thanks to God", 'cause they don't believe this thing." IT7

- "Sono stato Libia un anno, ha mandato soldi il mio fratello da Inghilterra. Anche mia famiglia ha aiutato per mangiare in Libia... Quando io sono stato in Libia senza lavoro (sono stato) aiutato dai miei genitori, tutto, dei soldi... Per mangiare, per affitto... ecco, sempre (l'aiuto) di famiglia." IT6

- "In Eritrea la famiglia ha problemi perche io uscito." IT15

- "Per i miei genitori, sempre pensare paura di governo. (...) Ti stanno sempre chiedendo "Dov'è là, tuo figlio? Perché è uscito così?" IT6

- "Io ho fatto scappare tante persone durante la guerra. Io, come faccio il meccanico... Etiopia era sopra Eritrea. Allora io ho fatto scappare, prima ho fatto scappare 7 persone, da un parte. Dall'altra parte, 5 persone. Le ho portato, verso, si chiama Keren. Gli altri invece li ho fatto scappare verso Massawa. (Altri) due sono andati a fare la guerra contro Etiopia. Allora, io, invece, che sono mammone, sono tornato nel paese, ho avuto un po' di sorte, ho avuto un po' di culo (posso dire, scusa le parola)... Sono scappato nel capitale. Come sono scappato nel capitale, sono trovato con tutti, quelli che sono scappati da Keren e da Massawa. E dicono "Ah, mi conosci? Mio amico?", eh, mi conoscono tutti! Allora, appena arriviamo, uno è entrato senza gamba, un mio amico. Uno entrato che

vede male, non può più guidare. Io, con la machina l'ho portato che... Io, ad Asmara, sto benestante. Non ho problemi. Grazie a Dio, anche qua. Sono andato (...) (dai militari), l'abbiamo trovato. "Volevamo ammazzarti!" – Io sono andato con quello cieco, senza occhi. Sai cosa ho comprato? (...) Un orologio. Le ho dato quello e lui era contento. A quello generale, le ho comprato una camicia. Siamo stati insieme, abbiamo bevuto... Sai cosa m'ha fatto? Abbiamo chiacchierato di tutto, dopo... Ti dico la verità, abbiamo bevuto troppo. "Adesso, con la machina tu non ci vai", io avevo una machina grossa, allora... Sai cos'ha chiamato? L'ambulanza. Con l'ambulanza siamo andati a casa! (risos) (...) Lui ha chiamato l'ambulanza "per mio amico, che sta male", pero... (risos) Lui ti ha detto che è così, quando lui dice, è così. Il giorno dopo sono arrivato a casa mia con due carabinieri, a mezzo giorno, bel ricordo. Io avevo paura, ovviamente. M'ha portato fuori. Siamo andati da un mio amico, siamo andati a mangiare fuori, siamo diventati amici... "Guarda che volevamo ammazzarti, pero sei stato fortunato!" IT29

- "Vorrei tornare, ma non è facile. È come migrare un'altra volta. (È cambiato tutto a livello) politico, sociale... Non è più l'Etiopia che ho conosciuto." IT3

Capítulo 11

11.1

- "My mother is Eritrean, half Eritrean. Per questo motivo io trovato qui asilo politico. But I'm not Eritrean, I'm Ethiopian. My heart says "you are Ethiopian", and my brain either. I learn Ethiopian, I lived in Ethiopia, I know very well Ethiopia, I don't know Eritrea."

- "One time I got in here [Italy], an Italian guy was speaking English very well, and he said "Where are you from?", "I'm from Ethiopia", "Oh!!! That famine country!" Just like that, and my brain was broken, you know? That time I was angry, too much angry."

- "Il mio problema è politica. Sai perchè? Mia madre è eritrea, mio padre è di Etiopia, sì, e per questo motivo si è fatto un grande problema. Anche la mia famiglia ha la vita rovinata. Perchè Etiopia e Eritrea hanno fatto guerra (...) e con questa guerra mia famiglia... Mia madre è stata mandata in Eritrea e dopo mio padre è andato in "prison". E poi io... La mia vita è... (...) Io voglio cercare mia madre, mia famiglia... Sono andato a Sudan, e poi dopo tornare a Addis Ababa (...) Per il governo di Eritrea, io ero un "security problem", per questo motivo io... (...) andar via."

- "I didn't choose Italy. Obviously, I didn't choose Italy. (...) I wanted to live in this world, the first world, so my question was: I don't want any country, I want safe land. To protect myself. After that, you know, I came to Italy... but in my brain I'm not thinking to live here. I don't even dream to live in Europe."

- "In ten years, my story is every people story. (...) Voglio far conoscere a tutto il mondo."

- "I was coming with Sudan's people. Because they were just like me, with problems. And we came together, we crossed the deserts... And the sea. We were three years in together."

- "Sudan has some political problems (...) with the Eritrean government, you know, because many people escape in Eritrea... Eritrean police was searching in Khartoum, Sudan, and who they got, they made turn back in Eritrea... By *forza*. I got into one Eritrean groups, police groups, I was in prison in Sudan for seven days, I... The bad prisons..."

- "It's the problems, the religion problems, because my religion is Christian... Libyan people don't want the Christian people... That is a big problem. (...) If I wanted to pass in Libya, I changed one time my religion, because of the hard situations I had to change my religion. It's not my heart... (...) Because that time, if I said "I'm Christian", maybe I died. (...) Too much problems in Libya."

- "I went to prison, lived in some deserts for three months, I lived in Sahara desert. It's a bad, bad situation. And... Libyan government and people is not a good government, they don't accept immigrants, because... People want money. Every day, every time fighting, the Libyan people."

- "But I came to Italy and they made my fingerprint. Then I went to England, but I couldn't live there, [they made me] turn back because of that fingerprint here. One person, in the European Union, cannot get another asylum after this. (...) This is the main problem in my Italian life. Because in Italy you may have a good life, and the people are good. I knew the Italian culture before. But it's not... You don't have an opportunity in Italy. (...) I'm living in Italy for almost 5 years and I don't have a house, I don't have work and even when I work the government wouldn't protect that work... (...) So in Italy life is a risk, my life is a risk. (...) And I'm going away again, because I don't have nothing here and I'm searching for something."

11.2

- "In Italia, mai (stato prima, non conoscevo nessuno). Semplicemente, arrivare in Bologna, senza trovare qualcuno a aiutare me. Io ho dormito fuori 3 mesi, a Bologna, poi ho trovato il lavoro – facchino – e ancora così... Non è cambiato la vita, però Dio grazie, ce l'hai casa, ce l'hai lavoro..." IT4

- "L'European Union ha già fatto un *agreement*: quando c'è un immigrato che arriva per prima in Italia per esempio, o prima arriva in Malta per esempio, o prima arriva in Portugal per esempio, quando loro ti danno documento hai fatto intervista, poi ti danno documento... e non si può (andare) in altri paesi! Quando c'è feria sì, però devi stare, devi lavorare, devi cercare tutto qui (nel paese dove arrivi). *Fingerprint*. Quando in un altro paese trovano *fingerprint* in Italia, devi tornare qua. E quello è molto, molto, molto un problema, per noi! Come si può cambiare la vita? Io non voglio, ma devi stare qui. Però questo momento è un po' difficile, la vita... Molto difficile la vita, bisogna cambiare per un altro paese, e per questo motivo non si può cambiare. Quello è molto molto difficile, la legge di Europa. (...) Quello è anche molto, molto, molto, molto pericoloso per noi. Anche quello... Quello non è legge giusto, non va bene. Non è giusta la legge." IT6

Capítulo 12

12.2

- "[L'importanza di Bologna] è storica. Un festival che... Diciamo, essendo una città di sinistra, tutti gli eritrei, tutti gli anni, da tutto il mondo si incontravano qua nel mese di Agosto per fare un Festival Eritreo. 17 anni. Il Comune di Bologna offriva il spazio, il gas, le strutture, le elettroniche, tutto quanto, e in Agosto tu vedevi tutte le teste rosse qua. Al livello affettivo Bologna, la città di Bologna e il popolo di Bologna è un punto di riferimento molto importante che ci è stato vicino nel periodo della lotta, nel periodo difficile, ecc. Quindi per noi... sono state le vacanze più belle, le abbiamo fatte qua. Tutti gli eritrei. (...) Tutta questa roba qua, è una storia molto profonda, a livello proprio della società dell'Eritrea, molto importante. (...) Chiaramente il partito aveva il suo fine economico, lato politico, tutto quanto così, però alla fine la gente... Veniva non tanto per la politica (...) [Si faceva nei parchi], spazi enormi, verdi! [Si facevano] balli, mangiare, riunioni, e sport (...) Tutti eritrei, insomma. E hanno imparato la lingua! C'era anche questa proposta di fare, insegnare la lingua per chi non conosceva la lingua. E quindi c'era un corso gratuito denso, intensivo..." IT31

Anexo E: Filme documentário “Bello essere Habesha”

Bello essere Habesha (2013), 31 minutos, Itália

Realização de Akio Takemoto, Enrico Turci e Inês Vieira, produção independente.

O filme documentário pode ser visionado no seguinte endereço electrónico:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=aCefEXTtgxM

Este endereço será mantido privado até à conclusão das provas públicas da presente Tese de Doutoramento.

Sugere-se a aplicação de legendas, disponíveis em português, inglês e italiano.